

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Exercício 2013

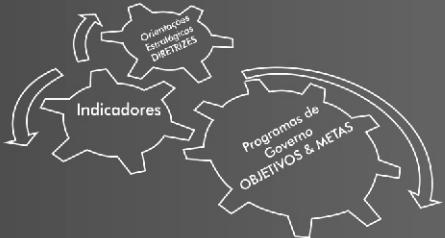


Gestão por Resultados



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Exercício 2013



Gestão por Resultados



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Roseana Sarney - Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

João Bernardo de Azevedo Bringel - Secretário

Almir Coêlho Sobrinho – Subsecretário

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Marco Aurélio de Sousa Martins – Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento

Leonardo Borralho Araújo – Superintendente de Normas

Tânia Maria Macatrão Costa – Superintendente de Programas

Paulo da Costa Carioca – Superintendente de Gestão de Planos e de Orçamentos(respondendo)

Marcello A. Duailibe Barros – Superintendente de Assuntos Fiscais

Nilo Sérgio de Carvalho Pereira – Gestor do Sistema de Planejamento e Orçamento

Maria da Graça Gomes Ximenes Aragão – Assessora Especial

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Marco Aurélio de Sousa Martins – Coordenação Geral

Arlete Silva Serra - Coordenação Executiva

Domingos José Carneiro Neto - Coordenação Executiva

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Aline Ribeiro da Silva

Arlete Silva Serra

Ana Lucia Moniz Costa

Anilio Mendes Cunha

Claudio Braga

Cleonice Serra Fróes
Cristiane Assunção Martins Oliveira
Daniela Duailibe Barros Rêgo
Domingos José Carneiro Neto
Leilivânia Lima da Silva
Nayane de Assis Santana
Paulo da Costa Carioca
Conceição de Maria Araújo Costa
Mônica Castro dos Santos

EDITORAÇÃO

Maria da Conceição Lima Silva

COLABORAÇÃO

Secretarias de Estado Setoriais e Entidades Vinculadas

Av. Jerônimo de Albuquerque s/n Ed. Clodomir Millet – 6º Andar – Calhau
Cep: 65074-220 – São Luís - Maranhão
Fone: (98) 3218-3229 – Fax: 3227-5591
Site:www.seplan.ma.gov.br

Maranhão, Governo do Estado, Secretaria de Estado do
Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012 –
2015/Exercício 2013
275p

GOVERNO DO ESTADO

ROSEANA SARNEY MURAD
Governadora

SECRETÁRIOS DE ESTADO

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL
Procuradora Geral do Estado

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

LUÍS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário de Estado da Infraestrutura

ALUÍSIO GUIMARÃES MENDES FILHO
Secretário de Estado da Segurança Pública

JURANDIR FERRO DO LAGO FILHO
Secretário de Estado do Turismo

CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar

MARIA HELENA DE OLIVEIRA COSTA
Auditora Geral do Estado

SILVIA MARIA FRAZÃO DE SOUZA
Corregedora Geral do Estado

PEDRO FERNANDES RIBEIRO
Secretário de Estado da Educação

CLÁUDIO DONISETE AZEVEDO
Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca

HILDO AUGUSTO DA ROCHA NETO
Secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

RICARDO JORGE MURAD
Secretário de Estado da Saúde

JOSÉ MAURÍCIO DE MACEDO SANTOS
Secretário de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

JOSÉ ANTONIO BARROS HELUY
Secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária

CATHARINA NUNES BACELAR
Secretária de Estado da Mulher

JOSÉ FERREIRA COSTA
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior

JOAQUIM ELIAS NAGIB PINTO HAICKEL
Secretário de Estado do Esporte e Lazer

LUIZA DE FÁTIMA AMORIM OLIVEIRA
Secretária de Estado dos Direitos Humanos, Assistência
Social e Cidadania

PAULO CELSO FONSECA MARINHO JUNIOR
Secretário de Estado Extraordinário da Juventude

JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FILHO
Secretário de Estado Extraordinário de Articulação
Institucional

CLAUDETT DE JESUS RIBEIRO
Secretária de Estado Extraordinária da Igualdade
Racial

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

OLGA MARIA LENZA SIMÃO
Secretária de Estado da Cultura

CARLA GEORGINA DA SILVA
Secretária de Estado da Comunicação Social

SEBASTIÃO ALBUQUERQUE UCHOA NETO
Secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária

RICARDO ANTONIO ACHER
Secretário de Estado de Assuntos Políticos

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA
Secretário de Estado da Pesca e Aquicultura

LUÍS RICARDO SOUSA GUTERRES
Secretário de Estado de Minas e Energia

JOÃO ALBERTO DE SOUZA
Secretário de Estado Chefe da Assessoria de Programas Especiais

Cel.QOPM ALDIMAR ZANONI PORTO
Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Maranhão

Cel.QOCBM JOÃO VANDERLEY COSTA PEREIRA
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do
Estado do Maranhão

MARCO ANTONIO TOCCOLINI
Secretário Chefe da Representação Institucional do
Distrito Federal

FRANCISCO DE SALLES BATISTA FERREIRA
Presidente da Comissão Central Permanente de
Liçãoção

ERNANE CÉSAR SARNEY COSTA
Secretário Chefe do Gabinete do Governador

Cel.QOPM JOSE RIBAMAR VIEIRA
Secretário Chefe do Gabinete Militar

CARLOS ALBERTO FRANCO DE ALMEIDA
Secretário de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 - CONTEXTO MACROECONÔMICO	15
2 - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	27
2.1 - Processo de Avaliação	38
3 - AVALIAÇÃO	41
3.1. Parte I - Avaliação Global do PPA por Classificação das Despesas Orçamentárias: Esfera Orçamentária, Categoria Econômica, Funcional, Programática e o PDE/2013	41
3.2. Parte II – Avaliação Setorial por Função, Programas e Ações Governamentais	82

APRESENTAÇÃO

A Avaliação Anual dos Programas e Ações Governamentais constitui-se numa das mais importantes etapas do ciclo de gestão do instrumento de planejamento - Plano Plurianual (PPA), por possibilitar uma análise estratégica do desempenho da economia internacional, nacional e maranhense e das diversas políticas públicas em execução visando, se necessário, tempestivamente uma reorientação com correção de rumos da ação governamental. Esta etapa, portanto, é da maior relevância por assegurar a transparência da gestão pública. Ela serve como um mecanismo de prestação de contas do desempenho de programas e ações realizadas pelo governo à sociedade, notadamente nos setores de maior importância para a população maranhense.

Cabe ressaltar que a Avaliação Anual do PPA é um processo dinâmico, construído a partir do acompanhamento e monitoramento contínuos dos programas e ações em execução, por meio de uma análise criteriosa e sistemática dos seus atributos e da aferição dos indicadores de resultados alcançados com suas respectivas implementações, que em última análise refletem o volume dos bens e serviços produzidos pela expansão do estado em benefício da sociedade.

Para a realização da avaliação anual do PPA, o governo do Estado adotou ao longo do tempo uma metodologia preconizada nacionalmente baseada nos princípios, previstos constitucionalmente, da eficiência, eficácia e efetividade. Entretanto, continuamente o governo do Estado vem introduzindo experiências de melhoria no processo avaliativo de forma a refletir melhor o desempenho dos programas e ações de cada órgão setorial de forma a demonstrar mais efetividade na aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade maranhense.

Não obstante, a introdução de novos processos metodológicos na Avaliação Anual do PPA, tem-se observado baixa reação da sociedade no exame deste valioso instrumento de prestação de contas do Poder Executivo à sociedade.

Assim sendo, para assegurar ao processo de avaliação a devida transparência junto à sociedade e que lhe permita uma análise temporal maior e mais consistente, mesmo que as estruturas organizacionais e os programas venham sofrer alterações no período de avaliação, utilizou-se na metodologia de avaliação do PPA no exercício 2013 uma análise a partir das despesas orçamentários observando-se, fundamentalmente, a classificação funcional. Visto que a classificação por função e subfunção é a única capaz de ser utilizada para aferir o total do gasto das unidades federadas de forma a compará-los, mesmo com possíveis distorções metodológicas na aplicação local dos conceitos. Do ponto de vista temporal, as séries de função e subfunção são confiáveis por serem estáveis.

Portanto, o PPA 2012-2015, exercício 2013 teve seus programas finalísticos avaliados a partir das funções de governo previstas em lei por serem mais permanentes e assim permitirem a avaliação em uma série histórica, o que não seria possível na avaliação baseada somente nos resultados dos programas por órgão governamental pela razão acima mencionada. Neste sentido, a avaliação baseada nas classificações da despesa orçamentária partindo-se da classificação funcional: funções e subfunções de governo, traz também a possibilidade de realizar-se uma análise comparativa do desempenho entre os estados brasileiros.

Nesta Avaliação Anual do PPA foram selecionados somente os programas do tipo finalístico que estão sob a responsabilidade do Poder Executivo Estadual. As informações utilizadas como base para a avaliação foram oriundas do Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação (SISPCA) e dos Sistemas Corporativos dos órgãos setoriais.

Em resumo, este documento apresenta a Avaliação Anual do PPA 2012-2015, exercício 2013 do Poder Executivo, contendo o desempenho dos 44 programas finalísticos que contribuíram para o alcance dos seus objetivos, dentro das 18 funções de governo seguintes: segurança pública, assistência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, ciência e tecnologia, agricultura, organização agrária, indústria, comércio e serviços, energia, transporte e desporto e lazer.

Este relatório apresenta, além do cenário macroeconômico, a avaliação global do PPA 2012-2015, exercício 2013, a análise do desempenho das 13 ações incluídas no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE/MA 2013(Art. 8 da Lei 9.553 de 16 de janeiro de 2012 e da efetividade dos 44 programas finalísticos. Estes programas são de fato os que apresentam maior potencialidade de impactar a sociedade.

As informações que integram este documento foram oriundos dos diversos órgãos do Poder Executivo estadual e contemplam os mais variados aspectos da atuação do Poder executivo no exercício de 2013, sendo estruturadas em 2(duas) partes, assim compreendidas:

Parte I – Avaliação Global do PPA por classificação das despesas orçamentárias: **Esfera Orçamentárias**: tipos de orçamentos versus **Categorias Econômicas**: despesas correntes e capital; **Programática**: tipos programas governamentais versus **Categorias Econômicas**: despesas correntes e capital e **Funcional**: função e subfunção de Governo referentes ao período de 2009 a 2013. E ainda uma análise das 13 ações do Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE/MA 2013.

Parte II – Avaliação Setorial por Função de Governo relacionadas aos Programas e Ações Governamentais referente a programação e execução orçamentária no exercício de 2013. Ainda na Parte II foram analisados os principais indicadores de resultados numa série histórica de 2009 a 2013 relativos a cada setor, bem como uma análise das ações setoriais mais relevantes no exercício de 2013.

Por fim, em atenção à Lei 9.553 de 16 de janeiro de 2012, a Governadora do Estado do Maranhão, encaminha à Egrégia Assembleia Legislativa o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 – PPA, Exercício 2013.

1 CONTEXTO MACROECONÔMICO

O Contexto Macroeconômico, parte do relatório de avaliação do PPA evidencia o desempenho da economia internacional, brasileira e estadual, que neste caso possui um caráter dialético, pois ao mesmo tempo em que é influenciada pela ação governamental, também estabelece as condições para o desenvolvimento das atividades da Administração Pública.

⌚ Cenário da Economia Internacional

O principal destaque do contexto econômico Internacional é a recuperação econômica dos Estados Unidos. Os impactos causados pelas dificuldades financeiras decorrentes da crise internacional de 2008 vêm diminuindo na medida em que a economia americana, maior potência mundial, recupera a pujança de outrora.

Tabela 1 – Panorama da Economia Mundial – Evolução do PIB (Em %)

Descrição	2011	2012	2013 ¹	2014 ¹
Mundo	3.9	3.1	3.1	3.8
Economias Avançadas	1.7	1.2	1.2	2.1
Estados Unidos da América	1.8	2.2	1.7	2.7
Canadá	2.5	1.7	1.7	2.2
Zona do Euro	1.5	-0.6	-0.6	0.9
Alemanha	3.1	0.9	0.3	1.3
França	2.0	0.0	-0.2	0.8
Itália	0.4	-2.4	-1.8	0.7

Cont.

Descrição	2011	2012	2013¹	2014¹
Espanha	0.4	-1.4	-1.6	0.0
Japão	-0.6	1.9	2.0	1.2
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	6.2	4.9	5.0	5.4
Rússia	4.3	3.4	2.5	3.3
China	9.3	7.8	7.8	7.7
Índia	6.3	3.2	5.6	6.3
Brasil	2.7	0.9	2.5	3.2
México	3.9	3.9	2.9	3.2

Fonte: FMI - Fundo Monetário Internacional

¹ Projeção

No que tange às estimativas do PIB, Fundo Monetário Internacional – FMI – projeta um crescimento mundial, em 2014, mais pujante que a expectativa para 2013 e o observado em 2012. Com retomada das atividades nas economias avançadas e crescimento com maior vigor dos países emergentes. Vale ressaltar que o maior crescimento global, em particular da China e dos EUA, principais parceiros comerciais do Brasil, somado à depreciação do real, corrobora para uma demanda externa mais favorável ao crescimento da economia brasileira.

Não obstante, a retomada à normalidade das condições monetárias dos EUA tem refletido no Brasil, sobretudo, na taxa de câmbio que disparou e acabou influenciando e colaborando para o aumento da inflação, cada vez mais distante da meta estabelecida e que, em última análise, contribui para uma piora das expectativas.

⌚ Contexto da Economia Nacional

No âmbito nacional, as expectativas de mercado apontam que o crescimento econômico brasileiro, em 2013, foi de 2,28%, acima do observado em 2012 (1,03%). Todavia, o último boletim Focus do Banco Central aponta para expansão da atividade de 1,70%, em 2014, resultado relativamente menor na comparação com ano anterior (Tabela 2).

Apesar da expectativa de crescimento menor, o mercado prevê, para 2014, aceleração de preço superior à ocorrida em 2013, 6,11% contra 5,91% (Tabela 2). Neste sentido, o arrocho na política monetária e as variações na taxa de câmbio certamente redefiniram os rumos da inflação. Sobre este aspecto, vale destacar o aumento contínuo da taxa básica de juros (Selic) no intuito de frear a escalada da inflação.

Tabela 2 - Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetros Macroeconômicos (%)	2013 ¹	2014 ²	2015 ²
Inflação	5,91	6,11	5,70
PIB	2,28	1,70	2,00

Fonte: BACEN; ² Boletim Focus 14/03/2014.

Em uma análise sumária, o ano de 2013 continuou apresentando crescimento do consumo e moderação do investimento privado. Contudo, as tendências apontam para uma mudança na composição da demanda agregada. Nesse contexto, o ritmo do crescimento do consumo se tornaria mais modesto, e o investimento e as exportações líquidas tomariam impulso.

Decerto, o consumo das famílias tende a ser beneficiado com o aumento da renda familiar e a moderada expansão do crédito; por sua vez, o investimento toma um ambiente propício graças às concessões de serviços públicos, ampliação da área de exploração petrolífera, dentre outras; enquanto as exportações são beneficiadas pelas condições financeiras favoráveis com a melhora do cenário externo e câmbio desvalorizado. Fatores estes que tornam a robustez ainda tendência da demanda agregada.

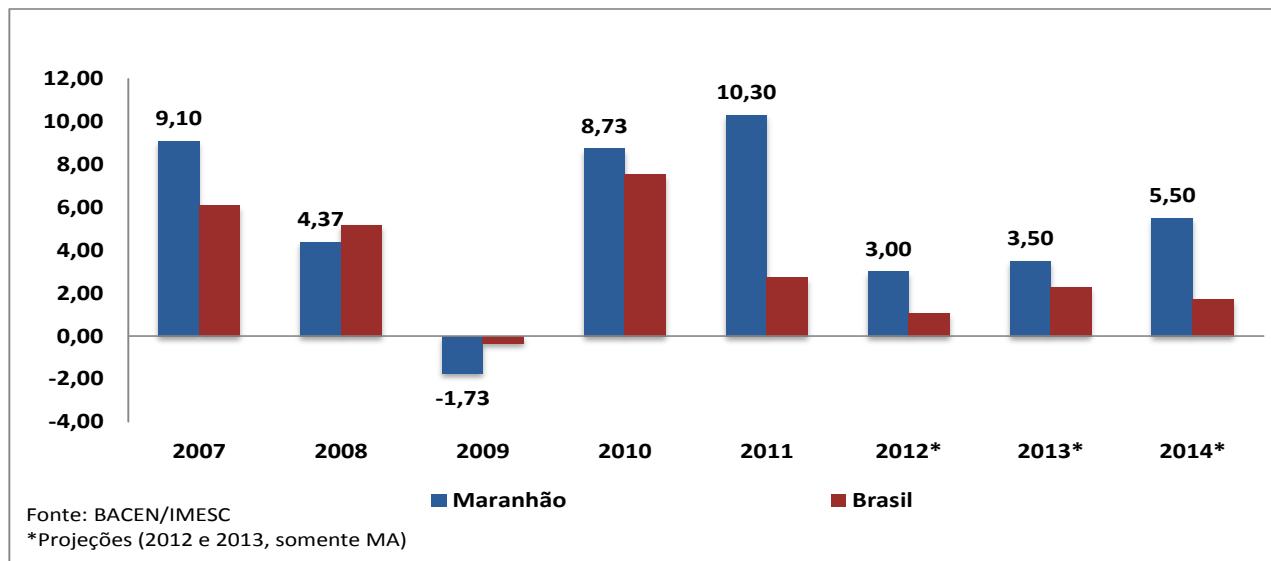
O crescimento ainda modesto do Brasil e, principalmente, as desonerações concedidas no ano que passou influíram diretamente no resultado relativamente tímido das contas públicas nacionais, fato este que reverberou nas transferências da União às Unidades Federativas. Entretanto, dada a importância das transferências nas receitas do Estado, tais estímulos à economia nacional podem causar agravos na situação das contas estaduais.

➲ **Conjuntura Econômica do Maranhão**

No âmbito regional, o Maranhão também tem se esforçado para driblar o momento não favorável da economia nacional e internacional. Nesse sentido, vem mantendo uma agenda de atração de grandes investimentos para todo o Estado. Muitos destes projetos já saíram do papel e o resultado é um efeito multiplicador na renda de muitos maranhenses, bem como um maior dinamismo econômico.

Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), em 2011, o Produto Interno Bruto do Maranhão cresceu, em termos reais, 10,30%, resultado quase quatro vezes maior que o crescimento nacional no mesmo período. No Gráfico 1, a taxa de variação do PIB estadual apresenta amplitude maior que a nacional. Excetuando 2009, o crescimento real do PIB maranhense apresentou-se acima da média brasileira.

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento Real do PIB do Maranhão e Brasil (2007-2014) – Em %



A política de atração de grandes investimentos marcou a atuação do Estado desde meados de 2009, quando o atual Governo assumiu. Em 2013 não foi diferente. Sob este aspecto, estima-se que aproximadamente R\$ 132,8 bilhões serão injetados no Estado até 2016. A expectativa é que todo este esforço propicie o ingresso de mais de 240 mil pessoas no mercado de trabalho durante as fases de implantação e operação destas obras.

Dentre os principais projetos, ênfase para os setores de logística, petroquímica, geração e distribuição de energia, minero-metalúrgico, comércio e reflorestamento (papel e celulose).

Outrossim, salienta-se a atuação do governo estadual na concepção e ampliação dos grandes investimentos. Do montante estimado dos projetos, R\$ 13,8 bilhões são recursos do Estado. Deste valor, R\$ 3,8 bilhões referem-se ao programa Viva

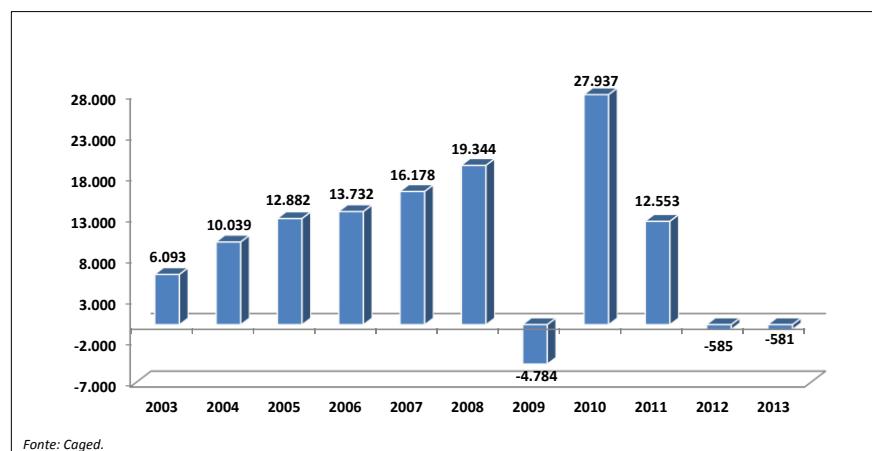
Maranhão, que deverá beneficiar em torno de 5 milhões de pessoas. Dos recursos para este Programa, R\$ 2,8 bilhões são provenientes da linha de crédito BNDES Estados e R\$1,0 bilhão do PROINVESTE.

Em que pese todo o esforço do Governo estadual nas políticas de estímulos dos investimentos, ainda há reflexos negativos advindos das dificuldades encontradas no cenário econômico nacional. Um dos principais destaques foi o resultado do mercado de trabalho que apresentou saldo de contratações líquidas negativo em 2012 e 2013.

Mercado de Trabalho

O saldo de contratações líquidas (admissões menos demissões) registrado no acumulado entre janeiro e dezembro de 2013 foi de -581 postos de empregos formais. A leitura do ano passado apresenta resultado semelhante ao ano de 2002. Naquele ano, o saldo também foi negativo (-585) (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Contratações Líquidas no Mercado de Trabalho Maranhense (jan-dez)



Sazonalmente, dezembro registra contratações líquidas negativas, o que explica a leitura do saldo de -581 no acumulado dos últimos doze meses, haja vista o saldo positivo registrado no período de janeiro a novembro, onde o estoque de mão de obra formal maranhense acumulou um acréscimo de 5.223 contratações líquidas (admissões menos demissões).

Tabela 3 – Mercado de Trabalho Maranhense – Saldo de Contratações Líquidas

SET IBGE	Monitor do Emprego Formal no Maranhão, segundo Grupos de Atividade Econômica - IBGE							
	dez/13	dez/12	dez/13 - dez/12	nov/13	Acum. no ano	12 meses	2012	Var. no ano (%)
Extrativa mineral	-2	-28	26	15	71	71	2.126	3,34
Industria de transformacao	-807	-418	-389	-543	-627	-627	40.811	-1,54
Servicos industr de utilidade publica	-47	-23	-24	27	402	402	5.336	7,53
Construcao civil	-1.671	-4.370	2.699	727	-3.498	-3.498	59.643	-5,86
Comercio	-935	-600	-335	962	392	392	136.353	0,29
Servicos	-1.477	-1.411	-66	760	4.769	4.769	175.148	2,72
Administracao publica	-1	0	-1	-34	214	214	257.277	0,08
Agropecuar, extr vegetal, caca e pesca	-864	-977	113	-1.261	-2.304	-2.304	19.654	-11,72
Total	-5.804	-7.827	2.023	653	-581	-581	696.348	-0,08

Fonte: Rais/Caged.

O mercado de trabalho maranhense tem acompanhado a tendência do mercado de trabalho nacional, sobretudo nas contratações líquidas do setor de serviços. Em 2013, o saldo foi positivo (4.769) e contrabalanceou os resultados negativos da construção civil (-3.498), da agropecuária (2.304) e da indústria de transformação (-627).

⌚ Finanças Públicas

Nos últimos dois anos, o quadro fiscal do Estado tem sido prejudicado pelas desonerações do IPI por parte da União. O fundo de Participação dos Estados – FPE – tem como base de formação o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, que, em 2012 e 2013 viu suas alíquotas reduzidas para estimular o consumo, sobretudo, de carros e produtos da linha branca.

A frustração das receitas advindas das transferências constitucionais, principalmente FPE e FUNDEB, forçou o Estado a buscar alternativas que viabilizassem o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para os últimos dois exercícios.

Uma delas foi à renegociação da dívida do Estado junto à União no âmbito das leis 8.727/93 e 9.496/97, onde foi feita uma operação de crédito externa junto ao Bank of America. O recurso captado teve como contrapartida o pagamento dos resíduos daquelas dívidas junto ao Tesouro Nacional. Do ponto de vista prático, o Bank of America transferiu o recurso diretamente para a União, não havendo internalização de recursos no Tesouro Estadual.

A negociação permitiu reduzir os gastos com juros e encargos da dívida, o que contribuiu para uma redução das despesas e colocou em pauta o contingenciamento e o controle austero de despesas como pessoal e encargos que, além da sua alta participação no orçamento e suas especificidades, apresentou aceleração no seu crescimento e ganhou ainda mais peso na totalidade dos gastos correntes.

⌚ **Receita**

Em que pese todas as frustrações no âmbito das transferências, as receitas tributárias, mais uma vez, apresentaram resultados satisfatórios, principalmente o ICMS, principal imposto estadual. Estes números, discriminados nas tabelas abaixo, corroboram o maior dinamismo da economia local.

Em 2013, a Receita Corrente do Maranhão, ainda em computo, foi de R\$ 12.531,7 milhões, arrecadação (em termos reais) -1,1% menor que o observado no ano anterior.

Tabela 4 – Receita Estadual Geral (2012-2014) – R\$ milhões

Especificação	Período			Part. Relat. (%)		B/A (%)	B/A (%)
	2012 (A)	2013 ¹ (B)	2014 ² (C)	2012	2013		
Receita Total	11.026,9	13.197,2	14.121,6	100,00	100,00	19,7	7,0
Receitas Correntes	11.956,7	12.531,7	13.384,7	108,43	94,96	4,8	6,8
Tributária	4.539,3	5.146,9	5.384,1	41,17	39,00	13,4	4,6
Contribuição	261,1	327,5	425,5	2,37	2,48	25,4	29,9
Patrimoniais	476,4	177,4	249,7	4,32	1,34	-62,8	40,7
Serviços	215,3	235,0	328,5	1,95	1,78	9,2	39,8
Transferências	6.281,4	6.503,5	6.802,9	56,96	49,28	3,5	4,6
Outras	183,2	141,3	193,9	1,66	1,07	-22,9	37,2
Receitas de Capital	220,4	1.934,1	1.960,0	2,00	14,66	777,6	1,3
Operações de Crédito	141,4	1.872,0	1.410,3	1,28	14,19	1.224,1	-24,7
Alienação de Bens	0,2	1,3	309,3	0,00	0,01	682,5	23.289,2
Amortização e Empréstimos	1,1	1,1	1,1	0,01	0,01	2,5	-2,9
Transferências de Capital	77,7	59,6	107,3	0,70	0,45	-23,4	80,1
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	132,0	0,00	0,00	-	-
Receita Intra-orçamentária	334,9	366,8	512,2	3,04	2,78	9,5	39,6
Deduções da Receita	1.485,1	1.635,4	1.735,3	13,47	12,39	10,1	6,1

Fonte: SIAFEM /SEPLAN

¹ Dados preliminares

² LOA 2014

As receitas tributárias, em 2013, apresentaram crescimento nominal de 13,4% em relação ao ano anterior (Tabela 5). Crescimento puxado, principalmente, pelo desempenho do ICMS, o qual apresentou aumento de 13,4% em relação a 2012.

Concomitantemente, também colaboraram, o IPVA e o Imposto de Renda Pessoa Física, os quais obtiveram receitas 16,2% e 14,4%, respectivamente, superiores às alcançadas em 2012.

Tabela 5 – Receita Tributária – R\$ Milhões

Arrecadação Estadual	Período			B/A (%)
	2012 (A)	2013 ¹ (B)	2014 ² (C)	
Receita Tributária	4.539,3	5.146,9	5.384,1	13,4
ICMS	3.832,2	4.345,4	4.571,5	13,4
IRRF	285,7	326,9	312,3	14,4
IPVA	244,6	284,2	292,0	16,2
ITCD	6,4	6,6	6,6	1,9
Taxas	170,3	183,9	201,7	8,0

Fonte: Balancete Mensal - SEPLAN

¹ Dados preliminares

² LOA 2014

No que se refere às transferências constitucionais (Tabela 6), ou seja, os repasses de recursos via Governo Federal, em 2013, registrou-se crescimento nominal de apenas 3,5% abaixo da inflação registrada no período (IPCA 5,9%). Logo, tem termos reais tivemos decréscimo de -2,4% nos repasses federais. Destacamos o comportamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). O fundo apresentou decrescimento nominal de -8,7% em relação ao ano anterior, a maior queda desde a constituição do fundo.

Tabela 6 – Transferências Constitucionais – R\$ Milhões

Arrecadação Estadual	Período			B/A (%)
	2012 (A)	2013 ¹ (B)	2014 ²	
Transf. Constitucionais	6.281,4	6.503,5	6.802,9	3,5
FPE	4.472,1	4.809,5	4.950,0	7,5
Lei Complementar 87/96	24,6	24,6	24,5	0,0
IPI-Exportação	41,9	44,5	44,6	6,2
FUNDEB	1.157,4	1.057,3	1.129,4	-8,7
CIDE	34,0	1,8	0,0	-94,8
Outras Transferências	551,4	565,9	654,5	2,6

Fonte: SEPLAN

¹ Dados preliminares

² LOA 2014

⌚ Despesas

A Tabela 7 exibe os principais números referentes às despesas estaduais. Em 2013, as despesas totais cresceram 24,7% em relação a 2012. O aumento dos gastos deu-se, principalmente, pelo aumento das despesas de capital, haja vista o fato de o Estado ter regularizado, contabilmente, a amortização da dívida a partir da operação de crédito junto ao Bank Of América, relatado anteriormente, fato que influenciou na redução dos dispêndios com juros e encargos da dívida, os quais caíram -33,9% nominalmente.

Tabela 7 – Despesas Estaduais de 2012-2014 – R\$ Milhões

Especificação	Período			Part. Relat.(%)		B/A (%)
	2012 (A)	2013 ¹ (B)	2014 ²	2012	2013	
Despesas Correntes (I)	9.614,7	10.561,3	11.445,4	85,6	75,4	9,8
Pessoal e Encargos	4.936,2	5.479,7	6.240,5	43,9	39,1	11,0
Juros e Encargos da Dívida	702,7	464,2	354,6	6,3	3,3	-33,9
Outras Despesas Correntes	3.975,8	4.617,4	4.850,3	35,4	33,0	16,1
Despesas de Capital (II)	1.618,5	3.450,1	2.388,7	14,4	24,6	113,2
Investimentos	1.139,2	1.546,9	2.129,3	10,1	11,0	35,8
Inversões Financeiras	1,1	35,2	5,0	0,0	0,3	2.978,4
Amortização da Dívida	478,2	1.868,0	254,4	4,3	13,3	290,6
Reserva de Contingência (1%) RCL (III)	0,0	0,0	287,5	0,0	0,0	-
Total (IV = I + II + III)	11.233,2	14.011,4	14.121,6	100,0	100,0	24,7

Fonte: Balanço Geral / SEPLAN

¹ Dados preliminares

² LOA 2014

Vale destacar que o orçamento de 2014 está orçado R\$14.121,6 milhões, dos quais R\$2.129,3 milhões são para investimentos. Em síntese, mesmo em um contexto desfavorável evidenciado a partir de 2012, o Governo do Estado tem trabalhado com a finalidade de criar condições para que a economia proporcione mais empregos e geração de renda.

2 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação do PPA por ser um forte instrumento gerencial, além de assegurar a conformidade de procedimentos, significa comparar o esforço realizado pelo governo em relação a demanda e a satisfação dos beneficiários, adequando crescentemente os programas governamentais às necessidades da sociedade, especialmente aferindo-se através de uma análise dos indicadores de resultados essenciais de cada política pública e das ações programáticas mais relevantes de cada órgão setorial por classificação das despesas orçamentárias, notadamente a funcional: função e subfunção de governo.

Por isso, trata-se de instrumento essencial para qualquer gestão governamental verificar, sobretudo, o desempenho dos seus programas finalísticos a partir das despesas orçamentárias, notadamente aquelas sob a classificação funcional: funções e subfunções de governo; mediante uma análise da programação e execução orçamentária das ações governamentais. Assim, torna-se possível perceber a conformidade entre o planejado e o executado, bem como a realização das despesas públicas em benefício direto da sociedade.

Assim sendo, para a realização dessa avaliação alguns conceitos que embasaram a metodologia devem ser considerados, tais como:

Orçamento por Desempenho – Esta modalidade de orçamento representou uma evolução do orçamento tradicional buscando melhorar o processo orçamentário de forma a que o gestor pudesse ter mecanismo de avaliar não apenas o montante dos gastos, mas também os resultados da ação governamental. O foco, portanto deixou de ser simplesmente demonstrar em que os recursos eram gastos(o que o governo compra), mas passou a buscar a indicação dos benefícios eu seriam obtidos(resultados). Assim, além da dimensão contida no orçamento tradicional, o objeto do gasto, o orçamento de desempenho incorporou uma segunda dimensão, o programa, buscando medir o desempenho organizacional dos órgãos setoriais.

Orçamento – Programa – A ênfase do orçamento – programa está nos programas de governo e nas realizações almejadas. Assim, o orçamento programas constitui peça intimamente associada ao planejamento, traduzindo amplamente o plano de trabalho do governo, com a indicação dos programas e das ações a serem realizadas, inclusive com a discriminação dos projetos e atividades, bem como dos montantes e das fontes de recursos a serem utilizados em sua execução.

A Lei 4.320/1964 contemplou a integração entre o planejamento da ação governamental e o orçamento público. Este entendimento foi ratificado posteriormente e consagrado com a edição do Decreto – Lei 200/1967, que introduziu os seguintes dispositivos:

"Art.15. A Ação administrativa do Poder Executivo obedecerá a programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e coordenação superiores do Presidente da República.

Art. 16. Em cada ano será elaborado um orçamento – programa, que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual."

Ficou assim formalmente evidenciada a orientação no sentido de que a elaboração do orçamento deve ser precedida da elaboração de um planejamento da ação governamental. Antes de se fixar as despesas a serem executadas, era necessário estabelecer a estratégia de atuação ou intervenção do governo com vistas ao adequado tratamento dos problemas previamente diagnosticados e priorizados.

Classificação Funcional – Programática - A implantação do orçamento - programa conduziu à adoção da classificação funcional – programática (Portaria Federal SEPLAN nº 9, de 28 de janeiro de 1974), considerada à época uma revolução na forma de apresentação do orçamento.

Essa classificação possibilitava expressar não só "com o que" o governo gastava os recursos, mas também "com que finalidade", ou "para que" eram empregados os esforços da administração pública. Isso era possível graças à associação das

dotações orçamentárias a programas de trabalho e funções de estado e governo. A classificação funcional – programática, vigente até 1999 para os governos estaduais e federal, e até 2001 para os municípios.

Reforma Gerencial do Orçamento - Em 1998, acompanhando a tendência mundial de incorporar técnicas modernas de gerenciamento aos processos e à programação das políticas públicas, o Governo Federal decidiu que o momento político-institucional era adequado para promover uma reforma no sistema de planejamento e orçamento.

Na origem da mudança encontra-se o Decreto nº 2.829/1998 que estabeleceu normas para a elaboração do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Dentre as orientações destaca-se a revisão da classificação funcional – programática.

"Art. 3º A classificação funcional – programática deverá ser aperfeiçoada de modo a estimular a adoção, em todas as esferas de governo, do uso do gerenciamento por Programas.

Parágrafo único. Os Programas serão estabelecidos em atos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, respeitados os conceitos definidos no âmbito federal, em Portaria do MPO a ser publicada até 30 de novembro de 1998."

A Portaria nº 117/1998 do MPO, posteriormente substituída pela Portaria nº 42/1999 MOG, atualizou a discriminação da despesa por função e estabeleceu os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais.

A portaria definiu ainda que as ações constantes das leis orçamentárias passariam a ser identificadas em termos de função, subfunção, programa e ação (projeto, atividade ou operação especial), sendo os dois primeiros (função e subfunção) classificados a partir de tabela anexa à Portaria e os dois seguintes (programa e ação) estabelecidos em ato próprio de cada ente da federação.

Orçamento como instrumento de avaliação - O Orçamento é ao mesmo tempo instrumento de análise e de síntese. No primeiro caso, possibilita a representação da variação nos elementos patrimoniais, no menor nível de detalhamento. No segundo, permite o agrupamento das contas de forma a oferecer uma visão global dos resultados alcançados pela gestão.

A metodologia adotada na avaliação do PPA no exercício 2013 se baseia fundamentalmente na Classificação da Despesa Orçamentária, pois permite visualizar a despesa sob diferentes enfoques ou abordagem, conforme o ângulo que se pretende analisar. Cada uma delas possui uma finalidade específica e um objetivo original, que justificam sua criação e podem ser associados a um questionamento básico a ser respondido.

Essas classificações orçamentárias foram instituídas com o objetivo de padronizar, em todos os níveis do governo, a terminologia a ser utilizada no processo de integração entre o planejamento e o orçamento, a execução e o controle, fornecendo informações mais amplas sobre as programações do governo.

A classificação da despesa orçamentária tem por finalidade permitir respostas e perguntas tais como:

Quanto custa anualmente o Programa Mais Saúde dentro da Função Saúde?

Qual a despesa anual da Função Segurança Pública?

Quanto do total do orçamento é gasto na Função Educação?

No Brasil a classificação da despesa orçamentária observa os critérios de programação qualitativa e quantitativa. No caso da programação qualitativa compreende a classificação por esfera orçamentária, institucional, funcional e programática. Enquanto que a classificação quantitativa compreende classificação por natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa, por fonte/destinação e ainda o identificador de resultado primário.

Os critérios qualitativos tem grande utilidade administrativo-gerencial, pois alimentam com informações as etapas de programação, tomada de decisões, execução, avaliação e controle. Os critérios quantitativos por categorias econômicas tem por objetivo de oferecer informações sobre os efeitos que o gasto público tem na atividade econômica de cada ente federativo.

Dessa forma, resumidamente, as despesas dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas estatais são discriminadas por Unidade Orçamentária – UO e detalhadas por categoria de programação em seu menor nível – função, subfunção, programa, ação, desdobrada em subtítulos ou localizadores de gasto, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física, especificando a esfera orçamentária , o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e o identificador de resultado primário.

A classificação por esfera orçamentária identifica qual é orçamento que financia determinada ação governamental e enquadra a despesa em um dos tipos de orçamento a que pertence. A lei orçamentária anual está organizada pelos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento.

O orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário, seus fundos, órgãos e entidades da Administração pública direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e as empresas estatais dependentes;

O orçamento da seguridade social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídas e mantidos pelo Poder Público, inclusive das empresas estatais e dependentes;

E o orçamento de Investimento das empresas em que o ente público, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com voto direto.

A classificação institucional identifica quem é o responsável pela despesa, ou seja, a unidade administrativa responsável pela execução da despesa. Aquela que recebe os recursos orçamentários e que executa o Programa de Trabalho contemplado no orçamento. Compreende os órgãos orçamentários e suas respectivas unidades orçamentárias.

Por sua vez a classificação funcional indica em que área de atuação do governo, como: saúde, educação, transporte, dentre outras, as despesas se realizam. É composta por um rol de funções e subfunções pré-fixadas em que as subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas que a que estejam vinculadas(Lei 4.320/64, Art.8 § 2º – Portaria MOG nº 42/99).

A função comprehende o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. Enquanto que a subfunção representa uma partição da função. Visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

Com relação a programação da despesa orçamentária podem ocorrer situações de tipicidade e atipicidade das funções e subfunções. No processo de programação da despesa no Orçamento, em primeiro lugar é preciso identificar a função a que pertence a despesa (se é uma despesa classificável na função Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, Transportes, Agricultura ou qualquer outra). A função é o nível mais elevado de agregação de despesas, representando quase que uma área de atuação do Governo. As diferentes funções se dividem em subfunções, que, por sua vez, comportam diferentes programas de governo, compostos por ações (projetos, atividades ou operações especiais) a realizar no exercício. Portanto, programar uma despesa é classificar a despesa de maneira a ficar evidenciado onde será utilizado o recurso (em qual função, subfunção, programa ou ação do governo).

Porém, neste processo, pode ocorrer de um programa não se vincular à sua respectiva subfunção da tabela de classificação funcional. Ou uma subfunção não se vincular à sua função típica, constante da tabela de classificação funcional. Ou seja, em termos práticos, nem sempre se programa a despesa respeitando-se a classificação funcional existente nas tabelas orçamentárias. Quando um programa é vinculado a uma subfunção que não aquela correspondente à da tabela de classificação, dizemos que ocorreu atipicidade na programação da despesa, ou seja, não há uma classificação típica. O mesmo acontece quando

uma despesa classificada no orçamento em uma subfunção está vinculada a outra função que não a função correspondente, segundo a tabela de classificação orçamentária. A tabela de classificação funcional da despesa por funções e subfunções está consignada no “Manual Técnico de Orçamento”- MTO, publicado anualmente pela SEPLAN.

A classificação programática demonstra para que a despesa está sendo realizada. É composta de programas, cujos produtos dão origem às ações (projetos, atividades e operações especiais) e subtítulo (localizador de gasto), cujo objetivo é identificar a finalidade do gasto, em que e onde serão alocados os recursos, bem como viabilizar o gerenciamento intersetorial de programas. As partes “programa” e “ação” desta classificação foram introduzidas pela Portaria no 42/99. A parte “subtítulo” não está prevista na norma geral, mas, sim, nas subsequentes leis de diretrizes orçamentárias.

O programa é o instrumento de organização da ação governamental e visa à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual.

O projeto é o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto.

A atividade é o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, que se realizam de modo continuo e permanente das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

E a operação especial representa despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

Os localizadores de gastos ou subtítulos completam os códigos de projetos, atividades e operações especiais. Correspondem ao menor nível de detalhamento da estrutura programática.

Por outro lado, a classificação quantitativa é constituída por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento e Subelemento de Despesa e Fonte/Destinação de Recursos e o Identificador de Resultado Primário.

No caso a classificação por categoria econômica identifica qual é o efeito econômico da realização da despesa, se é despesa corrente ou despesa de capital. As despesas correntes são destinadas à manutenção e funcionamento dos serviços públicos gerais anteriormente criados na administração pública direta ou indireta. Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital (Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001). As despesas de capital, por sua vez, são efetuadas pela administração pública com a intenção de adquirir ou constituir bens de capital (máquinas, veículos, equipamentos, imóveis, entre outros) que enriquecerão o patrimônio público ou serão capazes de gerar novos bens e serviços.

A classificação das despesas quanto à natureza detalha o que será adquirido. Agrega os elementos de despesa que apresentam as mesmas características quanto ao objeto do gasto (Lei 4.320/64, Art. 13, atualizada pela Portaria SOF/SEPLAN nº 163/2000). O Grupo de Natureza de Despesa informa se a despesa corrente é com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida ou outras despesas correntes, e se as despesas de capital é de investimentos, inversões financeira ou amortização da dívida.

A Modalidade de Aplicação visa basicamente identificar qual a estratégia de execução da despesa orçamentária e indica por sua vez se os recursos serão aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades.

O Elemento de Despesa refere-se a qual insumo se pretende utilizar ou adquirir, serve portanto para classificar os bens e serviços adquiridos, independentemente das suas finalidades. É o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços e outros meios de que se serve a Administração Pública para a consecução de seus fins. (Lei 4.320/64, Art 15 § 1º). Em síntese, define o

gasto a ser realizado. Os sub elementos da despesa é o desdobramento de elementos de despesa. É a especificação detalhada da utilização dos recursos.

A Classificação por fonte/destinação de recursos refere-se à origem e a utilização dos recursos para realização da despesa. É o elemento que associa a classificação da receita com a classificação da despesa. A indicação da fonte permite um acompanhamento por parte do legislativo, órgãos de controle, do cumprimento das vinculações constitucionais e legais previstas.

E o Identificador de Resultado Primário significa como se classifica a despesa em relação ao efeito sobre o resultado primário. Identifica se as despesas são de natureza financeira, primária obrigatória ou primária discricionária.

Assim sendo, a aplicação adequada das classificações orçamentárias e da estrutura programática tem como resultado a configuração de um orçamento no qual necessariamente estariam evidenciados:

O que será implementado?

Para quê?

Qual o produto(finalidade, resultados esperados, serviços e bens a serem obtidos)?

Quem na administração publica é responsável pela programação?

Quais os insumos utilizados ou adquiridos na implementação ?

Em que área da ação governamental a despesa será realizada?

Qual a fonte de financiamento? e

Qual a modalidade de execução da despesa?

O PPA 2012-2015 e todas as etapas do ciclo de gestão estão amparadas por legislações federal e estadual, que se constituem no Marco Legal, dentre as quais destacam-se:

A Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do DF. A Lei Federal n.º 4.320/1964, norma que regulamentou a Contabilidade Pública brasileira, institucionalizou a classificação funcional-programática, inseriu os princípios orçamentários, definiu conceitos e as classificações das receitas e despesas públicas, dispôs sobre o conteúdo da proposta orçamentária e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Introduziu, portanto, as regras básicas sobre o planejamento orçamentário. Esta lei encontra-se em vigor, destacando-se que a maioria dos seus dispositivos foi recepcionada pelo texto constitucional

A Constituição Federal de 1988 – Seção II – Dos Orçamentos, artigos. 165 a 169. A Constituição Federal apresenta algumas regras para a elaboração da LOA, inovando quanto ao seu conteúdo, o qual deverá conter todos os orçamentos do ente governamental, reforçando princípios orçamentários já existentes e introduzindo outros, dispondo sobre a iniciativa do projeto de lei, estabelecendo regras a serem observadas no processo legislativo, deliberando sobre a destinação dos recursos que ficarem sem despesas correspondentes em decorrência de voto, emenda ou rejeição do projeto de lei.

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, também trouxe diversos dispositivos que tratam da elaboração da LOA, destacando a necessidade de comprovação da compatibilidade de seu projeto com os demais instrumentos de planejamento, definindo regras sobre a previsão de receitas e a fixação de despesas, introduzindo normas para a inclusão de novos projetos, revigorando alguns princípios orçamentários, exigindo a inclusão dos orçamentos das empresas estatais dependentes na LOA, dentre outros assuntos.

O Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

A Portaria Interministerial STN/SOF nº. 3, de 14 de outubro de 2008, Aprova os Manuais de Receita Nacional e de Despesa Nacional e dá outras providências.

A Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163, de 4 de maio 2001 - Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

A Portaria MOG nº. 42, de 14 de abril de 1999 - Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

A Lei Estadual 9.553/2012, de 16 de janeiro de 2012 - instituiu o PPA 2012-2015, que em seu Art. 1º, § 1º considera que para a realização desta avaliação, os atributos a serem utilizados são:

programa, é o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

Programa finalístico, objeto dessa avaliação, é aquele do qual resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade pela administração pública estadual que concorrem diretamente para a expansão ou aperfeiçoamento das ações governamentais.

indicador, é a medida, geralmente quantitativa, usada para ilustrar e comunicar um conjunto de fenômenos complexos de forma simples, com razoável grau de certeza, incluindo tendências e progressos ao longo do tempo;

ação, e o menor nível de categoria de programação, corresponde a um instrumento necessário para alcançar o objetivo de um programa, podendo ser não-orçamentária ou orçamentária, está classificada, conforme a sua natureza, em:

a) ação do tipo atividade, é quando envolver um conjunto de operações que se realizem de modo continuo e permanente, das quais resulte um produto necessário à manutenção da ação de governo;

b) ação do tipo projeto, é quando envolver um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulte um produto que concorra para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

c) ação do tipo operação especial, é quando envolver despesas que não contribuam para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulte um produto, e não gere contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Assim sendo, a avaliação anual do PPA tem por finalidade:

prestar contas à sociedade: a avaliação anual fornece informações qualificadas sobre o desempenho dos programas, ampliando a transparência das ações de governo;

corrigir rumos: assegurar o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do plano como um todo, provendo subsídios para corrigir falhas de concepção e implementação, atualizar objetivos e metas em relação às demandas da sociedade e garantir que os resultados desejados junto ao público ocorram efetivamente;

auxiliar a tomada de decisão: quando conectada aos processos decisórios, proporciona informações úteis para melhoria da gestão por resultados;

promover o aprendizado: a avaliação amplia o conhecimento dos gerentes e suas equipes sobre o programa quanto à concepção, implementação, resultados e, sobretudo, em relação à satisfação do público alvo pela sua efetividade.

2.1 - Processo de Avaliação

O processo avaliativo do PPA 2012-2015, Exercício 2013, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN, se deu de forma conjunta entre os Órgãos Setoriais, suas Assessorias de Planejamento e Ações Estratégicas - ASPLAN's e equipes técnicas e a Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento - SPLAN, por meio de seus Núcleos Temáticos

que inicialmente socializaram o “Roteiro de Orientação Metodológica do Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2013”. Em reuniões agendadas entre os Núcleos Temáticos e as ASPLAN’s onde foram definidas as estratégias para realização do levantamento de dados necessários à avaliação dentro dos respectivos sistemas corporativos disponíveis para organização das informações, de tal modo, que permitisse relacionar a programação e execução das despesas orçamentárias de cada órgão setorial baseada na classificação funcional, base metodológica da avaliação e os principais indicadores de resultados.

Dessa forma, neste processo avaliativo coube aos supervisores/técnicos dos Núcleos Temáticos a responsabilidade de realizarem a avaliação de desempenho dos programas finalísticos dos órgãos setoriais de uma forma estratégica, analisando criticamente a informações prestadas pelos órgãos e entidades vinculadas.

Na avaliação global do PPA foram analisadas inicialmente as despesas orçamentárias efetuadas pela administração pública estadual durante o exercício de 2013, bem como o comportamento dessas despesas ao longo de uma série histórica de quatro anos compreendidos entre 2009 a 2012, comparando-os com as do exercício avaliado, explicitando-se em forma de tabela padronizada e/ou quadro para melhor explicação dos resultados obtidos.

A outra etapa da avaliação foi a análise do desempenho dos programas finalísticos dos diversos órgãos envolvidos em cada função de governo, para que além do desempenho, se possa apontar o grau de possível atipicidade existente em determinados sistemas estaduais na execução de suas políticas públicas.

Portanto, a avaliação do PPA 2012-2015 no exercício de 2013, consistiu em um novo processo metodológico, no qual foram incorporadas análises da classificação funcional para apontar o desempenho anual e temporal das funções públicas de governo.

O processo de avaliação deu-se em 2(duas) etapas, a saber:

A Parte I do relatório referente a Avaliação Global do PPA foi realizado com base na classificação das despesas orçamentárias. Foram incluídas a classificação por esfera orçamentária: tipos de orçamentos; a classificação por categoria

econômica: despesas correntes e capital; a classificação funcional: função/subfunção de Governo; e a classificação programática: tipos programas governamentais no período compreendido entre 2019 e 2013.

Esta parte do Relatório fez um balanço geral do PPA 2012-2015, exercício 2013 relatando os principais resultados por classificação das despesas orçamentárias, notadamente a funcional, através da função/subfunção de governo com destaque aos programas mais relevantes. Foram, também, analisados o comportamento do PPA por categoria econômica: despesas correntes e de capital; por esfera orçamentária: tipos de orçamentos; e a classificação programáticos: tipo de programas governamentais.

Na Parte II procedeu-se a avaliação da Atuação por Setor Governamental contemplando programas finalísticos e suas ações em cada setor do Poder Executivo, privilegiando a informação por função de governo, com vistas a apresentar à sociedade uma avaliação, com foco no desempenho da Administração Pública, expondo uma análise temporal da execução orçamentária e, principalmente, os resultados alcançados no exercício de 2013 em relação ao período de 2009 a 2012.

No tocante à atuação de cada Secretaria de Estado, a elaboração dos relatórios setoriais teve como diretriz a evidenciação da execução das políticas públicas, sobretudo, por função de governo com ênfase nos resultados alcançados no exercício de 2013.

Na discussão dos resultados foram apresentados, a partir de uma série histórica de 2009 a 2012 comparativamente ao exercício de 2013, uma análise da programação finalística com base nos principais indicadores de resultado.

Cumprida estas duas etapas e realizada a divulgação do presente relatório, espera-se que as análises aqui apresentadas sejam utilizadas pelos mais diversos setores do governo para a introdução de melhorias e pela sociedade, para exercer o controle social que lhe compete.

Para que sejam promovidas ações corretivas, oportunamente no próximo exercício do Plano, visando a melhoria continua da gestão dos programas, o processo de avaliação oferece aos gestores e equipes técnicas dos órgãos uma ampla discussão de resultados para serem analisados e discutidos internamente, a fim de julgarem a pertinência de sua aplicação.

3 AVALIAÇÃO

3.1. PARTE I - Avaliação Global do PPA por Classificação das Despesas das Orçamentárias: Esfera Orçamentária, Categoria Econômica, Programática e Funcional

O Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício de 2013 está prestes a concluir um ciclo de gestão do atual governo. Em 2014 ainda serão muitos os desafios de gestão e execução dos programas e ações, sobretudo porque finda-se o período governamental atual correspondente a 2011 – 2014. E a partir daí inicia-se o processo de avaliação e elaboração de um novo Plano Plurianual para o período 2016-2019.

Para uma maior compreensão da gestão do PPA 2012-2015, especificamente no exercício 2013, apresentamos a seguir uma avaliação global baseado na classificação das despesas orçamentárias referente a classificação por esfera orçamentária em que analisam-se os tipos de orçamentos: fiscal, seguridade social e de investimentos das empresas versus às categorias econômicas de despesas correntes e de capital no período compreendido entre 2009 e 2013. O propósito desta análise é demonstrar a relação entre estas duas classificações no que diz respeito a programação e execução orçamentária especificamente para os valores de lei + crédito e liquidado.

3.1.1 Avaliação do PPA 2012-2015, Exercício 2013 Referente a Classificação por Esfera Orçamentária: Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e Orçamento de Investimento das Empresas versus Categoria Econômica no Período de 2009 a 2013 Correspondente a Programação e Realização Orçamentária – Lei + Crédito e Valor Liquidado

Tabela 8 - Programação e Execução Orçamentária por Tipo de Orçamento versus Categoria Econômica do PPA 2012/2015, Exercícios 2009 a 2013

TIPO DE ORÇAMENTO	Categoria Econômica	R\$ Milhões									
		2009		2010		2011		2012		2013	
		Lei + Crédito (B)	Valor Liquidado (C)	Lei + Crédito (B)	Valor Liquidado (C)	Lei + Crédito (B)	Valor Liquidado (C)	Lei + Crédito (B)	Valor Liquidado (C)	Lei + Crédito (B)	Valor Liquidado (C)
FISCAL	3	2.938,66	2.604,62	4.960,81	4.483,68	5.343,10	4.897,55	6.001,50	5.506,54	6.326,81	5.622,52
FISCAL	4	1.706,32	972,40	1.555,18	978,34	1.344,68	710,81	2.192,71	1.072,31	4.211,13	2.431,29
FISCAL	9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,99	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	3	41,36	30,61	34,16	14,37	91,95	52,12	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	4	191,64	8,16	227,84	3,33	200,00	13,39	46,09	0,00	50,50	0,00
SEGURIDADE SOCIAL	3	3.037,42	2.801,20	2.051,87	1.850,80	2.315,35	2.067,28	2.943,01	2.681,55	2.449,05	2.131,58
SEGURIDADE SOCIAL	4	203,84	108,76	284,81	205,91	204,11	103,99	191,58	109,53	67,78	8,54
Orçamento Total		8.119,24	6.525,75	9.114,68	7.536,43	9.499,18	7.845,14	11.457,88	9.369,94	13.105,27	10.193,93

Fonte: Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação - SISPCA e Sistema Integrado da Administração Financeira para Estado e Municípios - SIAFEM. Ferramenta de Elaboração: <http://bo.segep.ma.gov.br/>

Observa-se na Tabela 8 que durante o período de 2009 a 2013 o valor do orçamento fiscal corresponde a cerca de 80% do valor total dos orçamentos, seguido do orçamento da seguridade social com aproximadamente 19% e o orçamento de investimento das estatais durante o período corresponde a menos de 1%. A execução destes orçamentos tem uma relação entre valor liquidado e lei + crédito superior a 70%.

A relação entre os tipos de orçamentos por categoria econômica observa-se comportamento diferentes entre si. Para o orçamento fiscal as despesas correntes durante todo o período avaliado correspondem a dois terços em relação às despesas de capital. O comportamento do orçamento da seguridade social é de cerca de 90% para as despesas correntes e somente 10% para

capital. Enquanto que o orçamento de investimento de estatais tem comportamento diferente dos demais, pois as despesas de capital são superiores aos de despesas correntes. Entretanto, os valores liquidados foram muito baixos em relação aos outros dois orçamentos.

3.1.2. Avaliação do PPA 2012-2015, Exercício 2013 Referente a Classificação Programática: Tipos de Programas – Apoio Administrativo, Finalísticos, Gestão de Política Pública e Serviço ao Estado versus Categoria Econômica no Período de 2009 a 2013 Correspondente a Programação e Realização Orçamentária – Lei + Crédito e Valor Liquidado

Esta análise corresponde a uma avaliação global baseado na classificação das despesas orçamentárias referente a classificação programática em que analisam-se os tipos de programas: apoio administrativo, finalístico, gestão de políticas públicas e de serviço ao estado versus às categorias econômicas de despesas correntes e de capital no período compreendido entre 2009 e 2013. O objetivo desta análise é demonstrar a relação existente entre estas duas classificações referente à execução orçamentária especificamente para os valores de lei + crédito e liquidado.

Tabela 9 - Programação e Realização Orçamentária por Tipo de Programa versus Categoria Econômica do PPA 2012/2015, Exercícios 2009 a 2013

TIPO DE PROGRAMA	Categoria Econômica	R\$ Milhões									
		2009		2010		2011		2012		2013	
		Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Apoio Administrativo	3	2.288,36	2.218,04	2.743,27	2.658,19	3.108,85	2.956,95	4.413,49	4.168,36	4.713,03	4.470,98
	4	381,48	370,29	314,69	305,07	392,87	388,48	492,79	486,71	2.035,77	1.902,03
	9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,99	0,00	0,00	0,00
Finalístico	3	1.120,12	828,70	1.359,97	1.017,39	1.178,66	861,66	3.932,96	3.513,26	3.273,02	2.688,96
	4	1.514,20	625,25	1.683,34	863,56	1.248,31	398,76	1.859,23	670,39	2.214,88	512,56

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2013

Cont.

TIPO DE PROGRAMA	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
		Lei + Crédito	Valor Liquidado	Lei + Crédito	Valor Liquidado	Lei + Crédito	Valor Liquidado	Lei + Crédito	Valor Liquidado	Lei + Crédito	Valor Liquidado
Gestão de Políticas Públicas	3	2.563,13	2.344,61	2.941,71	2.671,99	3.458,43	3.194,22	313,29	243,36	459,71	297,12
	4	205,88	93,75	69,50	18,90	107,36	40,79	43,87	7,09	44,22	18,15
Serviço ao Estado	3	45,83	45,08	1,90	1,29	4,45	4,12	284,77	263,12	330,09	297,04
	4	0,24	0,03	0,30	0,06	0,24	0,16	34,50	17,65	34,54	7,09
Total		8.119,2	6.525,7	9.114,7	7.536,4	9.499,2	7.845,1	11.457,9	9.369,9	13.105,3	10.193,9

Fonte: Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação - SISPCA e Sistema Integrado da Administração Financeira para Estado e Municípios - SIAFEM. Ferramenta de Elaboração: <http://bo.segep.ma.gov.br/>

A análise em relação aos tipos de programas e suas respectivas execuções orçamentárias demonstradas na Tabela 9 acima correspondem especificamente a dotação da lei+crédito e o valor liquidado, observa-se primeiramente que os programas de apoio administrativo, finalísticos e de gestão de políticas públicas correspondem a aproximadamente 99% do valor total do orçamento, no entanto, os valores liquidados se comportaram de forma diferente, ou seja os programas de apoio administrativo e de gestão de políticas públicas atingiram valores próximo a 100%, enquanto que os programas finalísticos atingiram cerca de 50%. Os programas de serviço ao estado que correspondem somente a cerca de 1%, tem valores liquidados próximos a 90% durante todo o período entre 2009 a 2013.

Por outro lado, todos os tipos de programas em 2012 e 2013 apresentaram comportamentos diferente em relação ao período analisado anteriormente. Os programas finalísticos apresentam um crescimento significativo de dotações orçamentárias em lei + crédito e os valores liquidados foram superiores a 80%. Enquanto que os programas de apoio administrativo apresentaram maiores valores de dotação orçamentária em lei + crédito e mantiveram valores liquidados próximos a 100%, respectivamente em

2012 e 2013. Os programas de gestão de políticas públicas reduziram drasticamente valores de lei + crédito chegando a equivalência de valores dos programas de serviço ao estado.

Ao analisar-se os tipos de programas em relação a categoria econômica os programas de apoio administrativo, de gestão de políticas públicas e serviço ao estado de modo geral apresentaram ao longo do período de 2009 a 2013 valores de despesas correntes entre 70 a 90 %, enquanto que as despesas de capital ficaram entre 10 a 30% no mesmo período tanto para valores em lei + crédito como valores liquidados. Os programas finalísticos, no entanto, apresentam comportamento diferente dos demais. Entre 2009 e 2011 os valores de despesas correntes e despesas de capital foram de aproximadamente 50% cada, tanto para lei + crédito como para os valores liquidados. Entretanto, no período de 2012 e 2013 este tipo de programa aumentou as despesas correntes, ficando em média entre 60 e 80 % e despesas de capital entre 20 e 40%, tanto para lei + crédito como para os valores liquidados.

3.1.3. Avaliação do PPA 2012-2015, Exercício 2013 Referente a Classificação Funcional: Função e Subfunção de Governo versus Categoria Econômica no Período de 2009 a 2013 Correspondente a Programação e Realização Orçamentária – Lei + Crédito e Valor Liquidado

As análises a seguir fazem parte da avaliação global do PPA baseado na classificação das despesas orçamentárias referente à classificação funcional em que analisam-se 18 funções de governo selecionadas por estarem relacionadas aos 44 programas finalísticos, objeto desta avaliação versus às categorias econômicas de despesas correntes e de capital no período compreendido entre 2009 e 2013. O objetivo desta análise é demonstrar a relação existente entre estas duas classificações referente à execução orçamentária especificamente para os valores de lei + crédito e liquidado visando demonstrar o desempenho de cada função ao longo deste período de forma a justificar os indicadores de resultados alcançados independente do órgão que executou a programação.

Tabela 10 – Função Segurança Pública

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Segurança Pública	Administração Geral	3	522,70	517,11	628,92	615,60	702,86	686,05	643,50	639,99	695,71	688,50
		4	8,30	3,56	7,94	1,21	10,91	1,41	0,32	0,08	0,22	0,16
	Normatização e Fiscalização	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39,40	35,87	49,04	40,83
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,10	0,74	15,58	3,64
	Formação de Recursos Humanos	3	1,17	1,07	0,68	0,49	0,38	0,38	0,55	0,41	7,06	5,24
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Policimento	3	81,07	72,57	69,79	67,30	7,84	6,80	88,65	81,46	99,50	82,78
		4	97,18	42,08	105,90	38,07	20,27	12,75	68,87	48,64	85,42	10,55
	Defesa Civil	3	5,00	4,77	3,77	2,61	6,74	6,72	24,47	23,52	25,50	13,88
		4	1,86	0,52	2,17	1,24	3,17	2,67	2,20	0,45	5,70	4,65
	Previdência Básica	3	0,17	0,15	0,52	0,26	0,11	0,00	0,55	0,45	0,65	0,51
	Previdência do Regime Estatutário	3	0,36	0,34	0,82	0,67	0,65	0,58	0,70	0,63	0,82	0,79
	Suporte Profilático e Terapêutico	3	0,00	0,00	0,26	0,00	0,17	0,00	0,07	0,00	0,08	0,00
		4	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Custodia e Reintegração Social	3	0,00	0,00	54,37	54,11	0,91	0,86	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,03	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Função Segurança Pública			717,80	642,17	875,21	781,58	754,00	718,22	871,39	832,21	985,28	851,52

A Tabela 10 acima demonstra que a FUNÇÃO SEGURANÇA no período compreendido entre 2009 a 2013 apresentou valores de dotação orçamentária inferiores a 10% em relação aos valores totais do orçamento (Tabela 8) no mesmo período, tanto em lei + crédito como valores liquidados. As dotações orçamentárias referentes a lei + crédito o longo deste período quando comparados aos valores totais do orçamento variou entre 7,5 % a 9,6%,., sendo que este maior percentual foi alcançado em 2010 e depois as dotações foram decrescentes até atingir 7,5% em 2013.

Dentre as subfunções típicas e atípicas observadas na Tabela 10, destacam-se as de Administração Geral e de Policiamento. Na subfunção de Administração Geral durante todo o período entre 2009 e 2013 corresponde a cerca de 70%, e do seu valor mais de 90 % referem-se às despesas correntes e somente 10% em capital. A subfunção Policiamento, no entanto, tem ao longo do mesmo período valores variando entre 10 a 20% em relação ao valores totais da FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA, com exceção a 2011 que ocorreu uma queda drástica provavelmente em razão da criação da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária – SEJAP que passou para a executar despesas orçamentárias na FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA. Não obstante, as observações acima a subfunção Policiamento apresentou consideráveis valores de despesa de capital com destaque para os anos de 2009 a 2011 enquanto que nos dois últimos anos este comportamento foi alterado, ficando inferior às despesas correntes. Entretanto, os valores liquidados no período as despesas correntes foram superiores as despesas de capital, exceto em 2011.

Tabela 11 - Função Assistência Social

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Assistência Social	Administração Geral	3	21,91	19,94	25,08	24,59	4,10	3,25	35,28	30,31	25,62	20,76
		4	0,77	0,10	0,19	0,02	0,91	0,86	0,88	0,45	0,41	0,11
	Formação de Recursos Humanos	3	0,00	0,00	1,16	0,58	1,21	0,56	1,75	0,48	0,50	0,20
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00

Cont.

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013		
			Lei + Crédito	Valor Liquidado									
Assistência Social	Assistência ao Idoso	3	0,55	0,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		4	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Assistência a Criança e ao Adolescente	3	6,88	4,92	6,61	5,02	7,26	5,48	8,89	7,80	0,00	0,00	
		4	0,26	0,13	0,09	0,07	2,28	0,06	2,99	0,04	0,00	0,00	
	Assistência Comunitária	3	88,81	23,09	83,52	68,43	54,60	52,59	56,98	42,96	7,72	0,00	
		4	0,97	0,38	0,59	0,05	0,45	0,06	0,47	0,16	3,20	0,00	
	Previdência Básica	3	0,30	0,30	0,31	0,31	0,34	0,34	0,43	0,43	0,00	0,00	
	Previdência do Regime Estatutário	3	0,61	0,59	0,70	0,69	0,71	0,70	0,85	0,84	0,00	0,00	
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3	37,65	33,18	36,57	35,51	52,92	31,08	63,98	58,21	0,00	0,00	
	Alimentação e Nutrição	3	0,24	0,14	3,60	2,77	4,72	2,30	10,54	0,87	12,96	3,25	
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,22	0,00	45,00	0,22	
Transferências			3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,10	0,00	0,00	0,00	
Total Função Assistência Social			158,95	83,27	158,44	138,03	129,52	97,30	219,36	142,55	95,41	24,54	

As despesas executadas na FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL estão compartilhadas entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC para as subfunções típicas por força de legislação estadual que lhes conferiram atribuições específicas.

A FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL apresentada na Tabela 11 manteve-se no período de 2009 a 2013 em torno de 2% em relação aos valores totais do orçamento (Tabela 8) para as dotações em lei + crédito, enquanto que em valores liquidados variou ao longo do período, em torno de 80% em relação aos valores de lei + crédito de 2009 a 2012, e em 2013 reduziu drasticamente chegando à aproximadamente 25% esta relação.

Dentre as subfunções típicas e atípicas da FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL destacam-se a Assistência Comunitária entre 2009 a 2012, com despesas correntes que se posicionou em torno de 50% do total da função, mas com uma significativa redução em 2013. Esta subfunção também apresentou um bom comportamento entre os valores liquidados e lei + crédito. Outras subfunções também apresentaram um comportamento de razoável a bom no período com destaque para a Assistência Hospitalar e Ambulatorial, em que pese sua natureza atípica na função e a Assistência a Criança e ao Adolescente que possui legislação própria e recursos garantidos no FEDCA. A subfunção Alimentação e Nutrição dada a sua importância no processo de segurança alimentar e nutricional,sobretudo para a redução dos índices de pobreza e extrema pobreza apresentaram baixos valores alocados entre 2009 a 2011, crescendo nos dois últimos anos, principalmente em despesas de capital com os investimentos em equipamentos apropriados para a política de segurança alimentar e nutricional como restaurantes populares, cozinhas industriais, etc.

Quando se analisa as despesas das subfunções em relação a categoria econômica observa-se maior concentração nas despesas correntes em valores superiores a 90% comparado às despesas de capital. Por outro lado, os valores liquidados principalmente das subfunções acima analisadas em relação a dotação de lei + crédito variaram ao longo do período entre 20% até próximo aos 100%.

Tabela 12 – Função Saúde

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Saúde	Administração Geral	3	210,01	194,32	305,75	280,42	244,06	224,26	289,30	270,11	493,25	397,26
		4	5,22	2,58	4,04	2,22	1,31	1,06	0,56	0,10	9,86	7,29
	Normatização e Fiscalização	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,71	0,62	1,22	0,74
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Formação de Recursos Humanos	3	10,06	1,70	9,49	9,49	2,09	0,00	6,72	2,22	7,98	0,00
		4	0,21	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,23	0,00	0,07	0,00

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2013

Cont.

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado	Lei + Crédito	Valor Liquidado	Lei + Crédito	Valor Liquidado	Lei + Crédito	Valor Liquidado	Lei + Crédito	Valor Liquidado
Saúde	Previdência Básica	3	1,08	1,07	2,01	2,00	2,23	2,08	2,39	2,36	2,58	2,37
	Previdência do Regime Estatutário	3	11,38	11,28	14,28	14,20	15,02	14,15	17,93	16,25	19,64	19,02
	Atenção Básica	3	10,50	5,24	9,80	3,91	16,60	8,19	5,71	3,12	7,05	4,54
		4	1,30	0,36	253,40	188,85	127,71	73,63	0,75	0,49	0,13	0,02
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3	339,71	289,76	441,44	364,92	553,39	478,90	911,80	856,01	908,39	845,94
		4	151,19	75,46	2,51	0,96	43,13	23,57	141,34	103,10	320,20	90,40
	Supporte Profilático e Terapêutico	3	60,80	47,75	45,66	28,60	63,87	58,13	32,46	24,25	43,72	36,77
	Vigilância Sanitária	3	2,86	1,46	4,81	1,95	3,29	1,48	0,18	0,04	3,21	1,08
		4	0,47	0,03	1,53	0,39	1,77	0,52	0,21	0,00	0,61	0,19
	Vigilância Epidemiológica	3	17,77	10,43	17,68	10,65	11,30	7,30	5,71	1,91	7,13	1,75
		4	3,88	2,05	1,55	0,58	4,29	0,00	3,56	0,99	5,55	0,01
	Alimentação e Nutrição	3	19,12	14,45	37,52	26,33	17,56	15,51	41,76	10,35	16,96	2,08
		4	0,01	0,00	0,80	0,79	0,09	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00
	Saneamento Básico Rural	3	0,00	0,00	75,00	73,47	62,00	61,95	3,96	0,00	0,00	0,00
		4	21,30	16,70	15,30	8,33	23,67	6,09	3,89	2,76	4,32	0,58
	Saneamento Básico Urbano	3	0,00	0,00	4,45	1,29	1,76	1,63	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	10,28	7,15	8,38	5,73	0,00	0,00	1,45	1,45	0,64	0,00
	Controle Ambiental	3	0,36	0,08	0,56	0,13	0,36	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,56	0,00	0,43	0,22	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Função Saúde			878,05	681,94	1.256,39	1.018,05	1.194,87	978,50	1.470,65	1.296,13	1.852,52	1.410,03

Observa-se na Tabela 12 o comportamento da FUNÇÃO SAÚDE ao longo do período de 2009 a 2013 considerado muito bom, pois apresentou dotação em lei + crédito variando de forma crescente entre 10 % a 14 % em relação aos valores totais do orçamento estadual (Tabela 8). Enquanto que os valores liquidados embora tenham variado também entre 10 % e 14%, apresentaram valores de forma alternada no período, sendo que o menor valor foi observado em 2009 e o maior ocorreu em 2010. Os dois últimos anos foram registrados valores liquidados em torno de 14%.

Dentre as subfunções típicas e atípicas da FUNÇÃO SAÚDE destaca-se a Assistência Hospitalar e Ambulatorial que ao longo do período apresentou dotação em lei + crédito em relação aos valores totais da função variando entre 40% a 70%, sendo que o menor valor ocorreu em 2010 e entre 2011 e 2013 as dotações foram crescentes. Enquanto que os valores liquidados variou entre 50% e 75%, sendo que o menor valor também ocorreu em 2010 e de 2011 a 2013 e observou-se valores crescentes. Esta subfunção quando analisa-se os valores orçamentários executados nas categorias econômicas observa-se que se concentram mais em despesas correntes do que nas despesas de capital. Não obstante tal comportamento observa-se que, exceto 2010, as despesas de capital variou de forma crescente ao longo do período de 2009 a 2013. Sendo que a relação entre as despesas de capital e despesas correntes variaram de 10 a 30 %, também com exceção de 2010 que foi um ano atípico, sendo que a maior relação entre as categorias ocorreu em 2013.

As subfunções de Saneamento Básico Urbano e Saneamento Básico Rural apresentaram comportamento, em grande parte, semelhantes na relação das despesas correntes e de capital com valores maiores em capital, com exceção do saneamento básico rural nos anos de 2010 e 2011 que registraram valores em despesas correntes superiores às de capital

A subfunção Atenção Básica apresentou um comportamento alternado ao longo do período de 2009 a 2013. Em 2010 e 2011 foram registrados valores significativos em despesas de capital em relação as despesas correntes, ao contrário dos demais anos que ocorreu o inverso. E, também, foi registrado uma redução drástica de dotação orçamentária respectivamente nos anos de

2012 e 2013. Nesta importante subfunção a relação entre as dotações em lei + crédito e os valores totais do orçamento variou desde 0,3% em 2013 até 20% em 2010. Enquanto que valores liquidados variou entre 0,30% a 18%, sendo que os menores valores ocorreram em 2012 e 2013, respectivamente.

Cabe uma observação que a subfunção Suporte Profilático e Terapêutico apresentou valores de dotação lei + crédito relativamente importantes em relação aos valores totais do orçamento, mas toda a execução orçamentária foi concentrada em despesas correntes não havendo registro de despesas de capital. A relação entre valores liquidados e dotações em lei + crédito variaram entre 70% a 90%, enquanto que em valores liquidados variaram entre 60% a 95%.

As subfunções Vigilância Sanitária e a Vigilância Epidemiológica apresentaram dotações orçamentária em lei + crédito muito baixa em relação aos valores totais do orçamento no período de 2009 a 2013 variando entre 0,1 % a 0,3%. Não obstante, os valores liquidados em relação as dotações em lei + crédito principalmente na subfunção Vigilância Sanitária variou de 10% a 50 % , sendo que a Vigilância Epidemiológica apresentou valores liquidados de até 90%.

Tabela 13 – Função Trabalho

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Trabalho	Administração Geral	3	2,08	2,05	2,52	2,43	2,61	2,60	3,09	3,06	3,25	3,21
		4	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01
	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3	4,17	3,81	22,53	13,77	2,69	2,38	2,55	2,39	4,74	2,86
		4	0,18	0,17	0,26	0,14	0,34	0,32	0,27	0,22	0,83	0,42
	Empregabilidade	3	62,82	25,83	2,48	1,23	10,47	9,30	1,52	0,55	5,80	0,66
		4	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Fomento ao Trabalho	3	0,84	0,81	0,00	0,00	0,56	0,56	1,42	0,31	0,00	0,00
Total Função Trabalho			70,10	32,69	27,79	17,56	16,67	15,15	8,85	6,54	14,63	7,15

Observa-se na Tabela 13 que a FUNÇÃO TRABALHO apresentou no período compreendido entre 2009 a 2013 valores totais muito baixo em relação aos valores totais do orçamento (Tabela 8) no mesmo período, sendo que as dotações em lei + crédito variaram entre 0,10% a 0,80%, enquanto que os valores liquidados variou de 0,06% a 0,50%.

A FUNÇÃO TRABALHO quando analisada em relação a categoria econômica observa-se maior concentração nas despesas correntes em relação às despesas de capital, sendo que na subfunção Fomento ao Trabalho os valores são exclusivamente para despesas correntes e são valores muito baixos em relação aos valores totais do orçamento.

Na subfunção Empregabilidade concentram-se os maiores valores da FUNÇÃO TRABALHO, sendo que ao longo do período de 2009 a 2013 observa-se uma redução significativa de dotação em lei + crédito, bem como em valores liquidados. Ressalta-se que nesta subfunção quando se observa as categorias econômicas quase 100% são de despesas correntes, pois há registro muito pequeno somente em 2009 em dotação lei + crédito nas despesas de capital, mas no entanto não foi liquidado nenhum valor.

Na subfunção Proteção e Benefícios ao Trabalhador os valores de dotação lei + crédito e os valores liquidados não diferenciam das demais subfunções em relação aos valores totais do orçamento. Entretanto, quando se analisa as categorias econômicas observa-se a existência tanto de despesas correntes como de capital, sendo que as despesas correntes atingiram valores superiores a 90% ao longo do período em avaliação e valores abaixo de 10% para as despesas de capital.

Tabela 14 – Função Educação

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Educação	Administração Geral	3	920,20	908,65	1.032,65	998,72	1.157,36	1.121,90	1.446,03	1.324,60	1.541,67	1.442,08
		4	1,09	0,46	1,12	0,14	1,84	0,67	5,89	1,28	28,09	25,58
	Formação de Recursos Humanos	3	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	2,69	0,24	10,01	2,24
	Previdência Básica	3	2,06	1,98	2,52	2,21	2,63	2,57	3,38	3,30	3,47	3,13
	Previdência do Regime Estatutário	3	0,00	0,00	9,87	9,82	12,42	12,12	13,33	12,92	15,97	14,92
	Atenção Básica	3	0,08	0,00	0,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alimentação Nutrição	3	24,80	21,60	44,10	35,46	38,54	37,11	44,63	38,83	45,29	41,18
	Ensino Fundamental	3	13,83	8,71	29,85	10,48	16,64	15,77	0,00	0,00	166,18	91,58
		4	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,79	0,56
	Ensino Médio	3	115,51	94,37	244,69	168,34	271,25	210,25	0,00	0,00	185,36	91,89
		4	104,99	40,18	113,79	50,79	74,63	19,30	0,00	0,00	178,07	14,23
	Ensino Profissional	3	13,69	11,94	20,29	19,80	28,71	23,65	0,35	0,29	0,20	0,02
		4	0,04	0,01	0,04	0,02	0,00	0,00	0,03	0,03	0,00	0,00
	Ensino Superior	3	71,59	55,38	58,14	42,18	122,15	63,82	117,32	89,05	167,04	124,86

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2013

Cont.

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Educação		4	28,95	9,30	8,13	3,33	33,28	9,51	21,26	5,64	26,92	6,92
	Educação de Jovens e Adultos	3	11,33	0,66	13,85	8,93	12,46	0,11	21,61	0,44	21,90	2,19
	Educação Especial	3	0,51	0,20	0,50	0,14	0,12	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,23	0,05	0,00	0,00	0,04	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00
	Desenvolvimento Científico	3	1,52	1,24	0,67	0,40	1,99	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,70	0,12	0,17	0,13	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Difusão do Conhecimento Científico e Técnico	3	9,85	3,91	11,97	11,47	16,98	9,04	0,00	0,00	6,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,85	0,78	17,24	4,82	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ordenamento Territorial	3	0,00	0,00	0,87	0,75	1,95	0,74	2,88	0,80	2,80	1,05
		4	0,00	0,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Educação Básica	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,71	197,37	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,03	16,53	0,00	0,00
	Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,07
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Difusão Cultural	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26	0,26
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Função Educação			1.321,60	1.158,79	1.595,06	1.363,92	1.810,82	1.531,92	1.967,13	1.691,31	2.437,09	1.862,77

Pela Tabela 14 observa-se que os valores totais da FUNÇÃO EDUCAÇÃO no período de 2009 a 2013 alcançaram valores proporcionais às dotações em lei + crédito e valores liquidados de 17% e 18%, respectivamente em relação ao valores totais do orçamento (Tabela 8). No que diz respeito as categorias econômicas foram registradas no período uma grande concentração em despesas correntes em relação as despesas de capital. Neste sentido destacam-se as despesas correntes na subfunção Administração Geral onde se concentram as despesas de pessoal e encargos relacionados principalmente aos professores. As despesas correntes nesta subfunção ao longo do período de 2009 a 2013 variaram em relação ao total da FUNÇÃO EDUCAÇÃO entre 60% a 75%, tanto para as dotações de lei + crédito quanto em valores liquidados.

Das subfunções típicas da FUNÇÃO EDUCAÇÃO destacam-se a de Ensino Médio e de Ensino Superior com um comportamento semelhante na proporção entre despesas correntes e despesas de capital, com superioridade para as despesas correntes. Sendo que a subfunção Ensino Médio foi aquela que representou ao longo do período, depois da subfunção Administração Geral, os maiores valores em relação aos dispêndios totais nesta função em cerca de 16% em média.

Outra subfunção como Ensino Fundamental ao longo do período de 2009 a 2012 apresentou baixas dotações em lei + crédito, porém concentrada totalmente em despesas correntes e somente em 2013 apresentou uma considerável elevação tanto em despesas correntes como em capital, entretanto os valores liquidados em despesas correntes foi em torno de 55%, enquanto que em despesas de capital foi praticamente inexistente.

Observa-se entretanto que a subfunção Educação Básica durante o período de 2009 a 2011 não apresentou nenhuma dotação orçamentária, mas em 2012 foram alocados recursos tanto em despesas correntes quanto em capital. Porém logo no ano de 2013 não houve mais registro de recursos. Ao contrário das subfunções de Ensino Fundamental e Ensino Médio que em 2012 não houve registro de despesas e reapareceram em 2013.

A subfunção Alimentação e Nutrição onde se concentram as despesas com a alimentação escolar alcançaram valores razoáveis em relação ao total da função. Observa-se, no entanto que todos os dispêndios nesta subfunção referem-se as despesas

correntes que cresceram de forma consistente ao longo do período 2009 a 2013. Com relação aos valores liquidados na referida subfunção observa-se que atingiram no período um desempenho entre 80% e 97%.

As subfunções Ensino Profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial além das dotações muito baixas em relação aos dispêndios da função houve uma maior concentração em despesas correntes e baixos valores liquidados, exceto em Educação Profissional entre 2009 a 2011.

Tabela 15 – Função Cultura

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Cultura	Administração Geral	3	12,54	12,19	14,65	14,44	14,89	14,80	24,57	22,85	33,08	28,26
		4	0,12	0,00	0,13	0,02	0,01	0,01	0,56	0,53	0,50	0,29
	Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico	3	0,42	0,21	0,94	0,29	0,24	0,16	4,28	2,63	5,67	1,95
		4	1,01	0,12	0,68	0,23	0,00	0,00	1,61	1,37	2,04	0,42
	Difusão Cultural	3	42,03	37,59	54,17	48,74	56,70	50,58	62,98	53,19	66,81	44,25
		4	1,10	0,51	2,66	1,55	1,15	0,43	2,84	1,59	0,39	0,07
Total Função Cultura			57,22	50,63	73,24	65,28	72,97	65,97	96,84	82,16	108,49	75,23

A FUNÇÃO CULTURA apresentada na Tabela 15 acima demonstra que os valores totais executados no período de 2009 a 2013 referentes às dotações em lei + crédito e valores liquidados foram inferiores a 1% e relação aos valores totais do orçamento (Tabela 8) No que tange a categoria econômica observa-se maior concentração em despesas correntes em relação as despesas de capital em todo o período.

Dentre as subfunções destaca-se o desempenho da Difusão Cultural que ao longo do período de 2009 a 2013 apresentou um pequeno crescimento em valor nominal. Mas os valores desta subfunção representaram em termos de dotação de lei + crédito em relação ao total da função uma variação de 62% a 79% e em termos de valores liquidados variou entre 58% e 78%, sendo que tanto em lei + crédito quanto em valores liquidados houve uma redução nesta participação sobretudo no ano de 2013 que atingiram os limites de 62% e 58% respectivamente.

Tabela 16 – Função Direitos da Cidadania

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Direitos da Cidadania	Administração Geral	3	3,03	2,58	9,12	7,14	58,36	41,34	18,96	16,74	25,32	23,72
		4	0,04	0,04	0,30	0,25	7,81	0,26	1,30	0,03	0,12	0,07
	Assistência Comunitária	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alimentação e Nutrição	3	5,66	1,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Custodia e Reintegração Social	3	33,99	33,44	0,00	0,00	45,18	44,62	153,22	151,05	0,00	0,00
		4	0,10	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	6,02	5,26	0,00	0,00
	Direitos Individuais Coletivos e Difuso	3	10,14	4,49	12,28	8,71	10,76	9,21	24,33	15,08	28,35	21,76
		4	1,42	0,55	3,77	1,51	1,89	0,61	4,70	2,90	2,29	1,81
	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	3	2,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Cont.

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Direitos da Cidadania	Extensão Rural	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Formação de Recursos Humanos	3	0,60	0,00	0,00	0,00	0,71	0,16	0,03	0,02	0,02	0,01
	Policimento	4	0,00	0,00	0,00	0,00	19,11	10,25	0,00	0,00	0,00	0,00
	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,08	0,15	0,08
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,03	0,00
Total Função Direitos da Cidadania			57,94	42,47	25,47	17,61	143,82	106,45	208,81	191,26	56,50	47,51

A Tabela 16 acima apresenta o desempenho da FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA ao longo do período de 2009 a 2013. Neste período devido a ocorrência de Reforma Administrativa foi criada a Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária – SEJAP desmembrada da Secretaria de Estado da Segurança Pública que lhe repassou varias atribuições e ações. O mesmo aconteceu entre as Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES e a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania - SEDIHC em que várias ações foram transferidas da SEDES para SEDIHC.

Os resultados observados na Tabela 16 demonstram que os valores totais executados na FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA no período de 2009 a 2013 referentes às dotações em lei + crédito e valores liquidados em relação aos valores totais do orçamento (Tabela 8) no mesmo período foram inferiores a 2%. No que tange a categoria econômica observa-se em todas as subfunções típicas e atípicas maior concentração em despesas correntes em relação as despesas de capital em todo o período.

Dentre as subfunções existentes destaca-se a de Custodia e Reintegração Social que a exceção dos anos de 2010 e 2013 registrou dotações em lei + crédito e valores liquidados variando entre 30% a 78% em relação aos valores totais da função, sendo que em 2012 ocorreu a maior participação.

A subfunção Direitos Individuais Coletivos e Difuso em que pese demonstrar valores menores do que subfunção de Custodia e Reintegração Social em relação aos valores totais da função, foram registrados dispêndios em lei + crédito e valores liquidados ao longo de todo o período de 2009 a 2013, bem como recursos de despesas correntes e de capital, muito embora estas foram em proporção menor do que as despesas de custeio.

Tabela 17 – Função Urbanismo

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Urbanismo	Administração Geral	3	70,11	38,45	17,13	14,85	5,10	5,00	21,26	17,87	8,76	7,31
		4	0,55	0,08	0,07	0,01	0,02	0,02	0,36	0,21	0,43	0,00
	Fomento ao Trabalho	3	0,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Infra-Estrutura Urbana	3	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,23	0,06
		4	194,03	154,01	118,95	90,75	139,05	50,06	129,65	17,13	238,10	96,35
	Serviços Urbanos	3	0,14	0,04	0,17	0,17	1,72	0,27	0,10	0,09	0,09	0,03
		4	21,54	15,70	21,83	13,42	14,73	8,61	0,03	0,01	0,58	0,00
	Normatização e Fiscalização	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,10	2,00	1,19
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00
	Formação de Recursos Humanos	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,03	0,02	0,01

Cont.

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Urbanismo		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00
	Saneamento Básico Urbano	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,01	0,00	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,64	0,34	22,08	8,64
	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,36	0,34	17,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
Total Função Urbanismo			286,74	208,29	158,15	119,19	160,62	63,96	162,58	36,14	291,31	113,59

Observa-se na Tabela 17 acima que a FUNÇÃO URBANISMO apresentou no período compreendido entre 2009 a 2013 valores baixos em relação aos valores totais do orçamento (Tabela 8) no mesmo período. Sendo que as dotações em lei + crédito variaram entre 1,5% a 3,5% enquanto que os valores liquidados variaram de 0,4% a 3,0%. Com relação a categoria econômica observa-se uma maior concentração em despesas de capital pela sua natureza de infraestrutura.

Na subfunção Infraestrutura Urbana concentram-se os maiores valores da FUNÇÃO URBANISMO, sendo que ao longo do período de 2009 a 2013 observou-se um crescimento nominal alternado na dotação em lei + crédito variando entre 67% a 87%, enquanto que os valores liquidados tiveram comportamento semelhante, mas variaram entre 47% e 85%, sendo que o maior valor liquidado ocorreu em 2013 e os menor em 2011. Ressalta-se que nesta subfunção quando se observa a categoria econômica em torno de 99% são de despesas de capital, pois os registros de despesas correntes são insignificantes e somente em 2009 e 2013 estes dispêndios apresentaram valores.

A outra subfunção de mais destaque foi a de Serviços Urbanos que apresentou valores em relação a função variando para as dotações em lei + crédito, entre 10% a 13% entre 2009 e 2011, sendo que em 2012 e 2013 os valores foram insignificantes. Em valores liquidados variaram entre 7% e 11% no período de 2009 a 2011, sendo que em 2012 e 2013. Também os valores foram

insignificantes. Em relação a categoria econômica também os valores concentraram-se em despesas de capital quase que integralmente por se tratar de uma subfunção de investimento em infraestrutura.

Tabela 18 – Função Habitação

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Habitação	Habitação Rural	3	0,55	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	8,74	2,52	0,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Habitação Urbana	3	2,28	0,61	3,33	0,62	11,21	5,75	7,58	3,64	19,24	4,89
		4	128,31	53,07	135,94	33,83	104,20	24,39	156,77	98,65	156,70	38,65
Total Função Habitação			139,88	56,33	140,16	34,45	115,41	30,14	164,35	102,29	175,94	43,54

Observa-se na Tabela 18 acima que a FUNÇÃO HABITAÇÃO apresentou no período compreendido entre 2009 a 2013 valores totais baixos em relação aos valores totais do orçamento (Tabela 8) no mesmo período, sendo que as dotações em lei + crédito foram em torno de 2%, enquanto que os valores liquidados não ultrapassaram 1%. Com relação a categoria econômica observa-se uma maior concentração em despesas de capital.

Na subfunção Habitação Urbana concentram-se os maiores valores da FUNÇÃO HABITAÇÃO, sendo que ao longo do período de 2009 a 2013 observou-se um crescimento nominal da dotação em lei + crédito, entretanto os valores liquidados não teve o mesmo comportamento e variaram entre 23% e 62%, sendo que o maior valor liquidado ocorreu em 2012 e os menores foram em 2010, 2011 e 2013. Ressalta-se que nesta subfunção quando se observa a categoria econômica quase 90% são de

despesas de capital, pois os registros de despesas correntes são muito pequenos e somente em 2011 e 2013 estes dispêndios apresentaram valores maiores em relação às despesas de capital, mas algo em torno de 10%.

Tabela 19 – Função Saneamento

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Saneamento	Administração Geral	3	105,07	97,16	136,21	112,96	145,63	126,51	161,68	144,74	169,74	148,13
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,27	0,00	0,00
	Previdência Básica	3	12,66	7,49	13,95	1,16	15,34	0,00	15,65	3,75	12,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saneamento Básico Rural	3	72,50	70,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	12,66	6,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saneamento Básico Urbano	3	39,25	31,33	30,23	14,37	84,95	52,12	134,12	113,16	137,36	118,05
		4	122,53	8,16	106,84	3,33	98,90	13,39	345,81	26,92	334,90	65,14
Total Função Saneamento			364,66	221,30	287,23	131,82	344,82	192,02	658,26	288,83	654,00	331,32

Pela Tabela 19 acima a FUNÇÃO SANEAMENTO apresentou no período compreendido entre 2009 a 2013 valores totais baixos em relação aos valores totais do orçamento estadual (Tabela 8) no mesmo período, sendo que as dotações em lei + crédito variaram entre 3% a 5%, enquanto que os valores liquidados de 1,7% a 3,4%. Com relação a categoria econômica observou-se uma execução orçamentária com maior concentração em despesas correntes do que em despesas de capital em razão da subfunção

Administração Geral A função apresentou ao longo do período valores liquidados em relação às dotações em lei + crédito variando de 40% a 65%.

A subfunção que mais se destacou foi Saneamento Básico Urbano que apresentou dotações em lei + crédito e valores liquidados em relação aos valores totais da função variando de 44% a 73% e 13% a 55%, respectivamente, sendo que em 2012 e 2013 alcançaram os maiores valores em dotação de lei + crédito e liquidados. No que diz respeito a categoria econômica as despesas de capital em lei + crédito em relação ao total da função variaram de 28% a 52%, enquanto que em relação aos valores liquidados variou de 2,5% a 19,6%.

Esta subfunção teve valores liquidados em despesas de capital variando de 3,1% a 19,4%, sendo o maior valor alcançado em 2013, enquanto que em despesas correntes variou de 47% a 85%, sendo também 2013 foi o maior percentual liquidado.

A subfunção Saneamento Básico Rural apresentou movimentação somente em 2009, onde observou-se que em lei + crédito e valores liquidados em relação aos valores totais da função de 23% e 34,5%, respectivamente. E com relação a categoria econômica observou-se maior concentração em despesas correntes do que em capital, tanto para as dotações em lei + crédito como em valores liquidados. Em relação aos valores liquidados nesta subfunção em despesas correntes foi 93,7% e em despesa de capital de 50%.

Tabela 20 – Função Ciência e Tecnologia

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Ciência e Tecnologia	Administração Geral	3	3,45	2,88	3,50	2,76	4,84	3,84	5,56	4,37	5,51	4,55
		4	0,58	0,02	0,19	0,03	0,64	0,13	0,46	0,00	0,70	0,00
	Formação de Recursos Humanos	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,21	8,57	16,20	12,92
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,05	0,00
	Previdência Básica	3	0,06	0,06	0,09	0,09	0,10	0,10	0,19	0,10	0,16	0,11
	Previdência do Regime Estatutário	3	0,01	0,01	0,02	0,01	0,02	0,02	0,05	0,02	0,07	0,02
	Ensino Profissional	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20	0,03	0,05	0,00
	Desenvolvimento Científico	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,60	0,26	1,49	1,35
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,32	1,29	0,56	0,48
	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	3	0,00	0,00	1,70	1,64	0,00	0,00	25,46	12,62	23,50	18,75
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,96	0,20	0,85	0,24
	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	3	13,82	12,85	15,28	11,34	18,42	14,55	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural		4	0,00	0,00	0,47	11,34	2,46	1,04	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extensão Rural	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,95	4,57
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,43	0,31
Total Função Ciência e Tecnologia			17,92	15,83	21,26	27,22	26,48	19,67	66,03	27,46	56,52	43,30

Observa-se na Tabela 20 que a FUNÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA apresentou no período compreendido entre 2009 a 2013 valores totais muito baixos em relação aos valores totais do orçamento (Tabela 8) no mesmo período, sendo que as dotações em lei + crédito e valores liquidados não ultrapassaram 1%. Com relação a categoria econômica observa-se uma maior concentração em despesas correntes.

Dentre as subfunções destaca-se a de Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico que no período de 2009 a 2011 observou-se maior concentração em despesas correntes e que estes valores correspondem aproximadamente a 50% em relação aos valores totais da função. Observa-se também no período que os valores liquidados variaram entre 75% a 92%.

Na subfunção Formação de Recursos Humanos só houve registro nos anos de 2012 e 2013 e apenas em despesas correntes. E os valores liquidados nestes dois anos foram respectivamente de 53% e 79%.

Tabela 21 – Função Agricultura

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Agricultura	Planejamento e Orçamento	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,11	0,02
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Administração Geral	3	35,98	34,39	44,64	42,74	37,38	36,90	61,87	53,61	68,44	58,14
		4	2,46	0,19	2,54	0,18	4,12	0,13	3,49	3,20	0,43	0,14
	Normatização e Fiscalização	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ordenamento Territorial	3	0,90	0,57	0,17	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Formação de Recursos Humanos	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,05	0,03	0,02

Cont.

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Agricultura		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	0,00	0,00
	Comunicação Social	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,52	0,46	0,00	0,00	0,00	0,00
	Assistência Comunitária	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,17	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,11	0,00	0,00	0,00	0,17	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00
	Previdência Básica	3	0,09	0,08	0,35	0,29	0,34	0,28	0,32	0,32	0,42	0,35
	Previdência do Regime Estatutário	3	1,15	1,15	1,79	1,78	1,67	1,66	3,21	3,12	3,58	3,44
	Vigilância Sanitária	3	2,79	2,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,13	0,03	0,08	0,07	0,75	0,44	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alimentação e Nutrição	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,03	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,01	0,00	0,00
	Desenvolvimento Científico	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,80	0,80	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Difusão do Conhecimento Científico e Técnico	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,09	0,13	0,08
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00
	Promoção da Produção Vegetal	3	23,43	10,43	11,23	7,71	9,53	8,71	13,66	9,40	15,35	5,85
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	9,52	6,10	16,37	1,07
	Promoção da Produção Animal	3	0,00	0,00	0,06	0,03	2,21	0,20	2,16	1,00	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,50	0,38	0,00	0,00

Cont.

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,55	0,47	0,36	0,23	0,54	0,37
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,00	1,82	1,43
	Defesa Sanitária Animal	3	4,72	3,33	3,20	3,14	3,05	2,53	0,90	0,76	0,69	0,57
		4	0,11	0,08	0,11	0,04	6,27	1,08	0,46	0,44	0,38	0,00
	Abastecimento	3	0,78	0,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	2,79	2,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extensão Rural	3	15,45	5,36	8,82	3,95	28,65	5,99	6,29	2,24	0,80	0,63
		4	18,03	3,54	29,41	27,04	32,82	7,93	1,39	0,00	14,47	0,00
	Irrigação	3	1,00	0,54	0,22	0,13	0,32	0,19	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,80	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Função Agricultura		110,73	65,44	102,62	87,22	128,45	67,14	105,40	81,80	123,56	72,11

Pela Tabela 21 acima observa-se na FUNÇÃO AGRICULTURA no período compreendido entre 2009 a 2013 que dada a importância desta área para a economia maranhense a sua participação no orçamento estadual é considerada muito baixa. Os valores desta função em relação ao total do orçamento (Tabela 8) tanto para lei+crédito como para os valores liquidados foram inferiores a 2%. Com relação a categoria econômica observa-se maior concentração em despesas correntes e muito pouco me capital, exceto em algumas subfunções. No que tange aos valores liquidados em relação as dotações de lei + crédito variou no período de 52% a 85%.

Dentre as subfunções destacam-se a Extensão Rural, Defesa Sanitária Animal, Promoção da Produção Vegetal. A subfunção Extensão Rural durante o período de 2009 a 2013 participou com dotações em lei + crédito e valores liquidados em relação aos valores totais da função variando de 7% a 37% e 3% a 35%, respectivamente, demonstrando dessa forma que ao longo do período ocorreu uma grande variação. Com relação a categoria econômica nesta subfunção houve uma concentração em despesas de capital superior às despesas correntes.

Na subfunção Defesa Sanitária Animal observa-se que as dotações em lei + crédito em relação ao total da função variaram de 0,8% a 7,25%, enquanto que os valores liquidados variaram entre 0,15% a 5,36%. Em relação as categorias econômicas os dispêndios concentraram-se mais em despesas correntes do que em capital. Os valores liquidados em despesas correntes variaram de 70% a 98% e em despesa de capital de 17% a 95%.

Por fim, na subfunção Promoção da Produção Vegetal observa-se que as dotações em lei + crédito em relação ao total da função variaram de 7% a 25%, enquanto que os valores liquidados variaram entre 8,8% a 18,9%. Em relação as categorias econômicas os dispêndios concentraram-se em quase sua totalidade em despesas correntes. Os valores liquidados em despesas correntes variaram de 38% a 91% e em despesa de capital somente em 2012 e 2012 atingiram respectivamente 64% % e 6,5%.

Tabela 22 – Função Organização Agrária

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Organização Agrária	Administração Geral	3	3,81	3,44	9,89	9,06	11,09	9,97	12,20	9,74	9,86	7,21
		4	0,05	0,04	0,16	0,10	0,08	0,03	0,38	0,18	0,52	0,40
	Previdência Básica	3	0,04	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,04	0,03
	Previdência do Regime Estatutário	3	0,34	0,34	0,48	0,41	0,43	0,42	0,49	0,48	0,68	0,56
	Fomento ao Trabalho	3	0,00	0,00	1,06	0,99	0,51	0,48	3,61	0,97	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,24	0,24	0,11	0,11	14,84	0,97	0,23	0,00
	Preservação e Conservação Ambiental	3	0,00	0,00	1,09	0,24	0,80	0,74	7,08	0,01	0,67	0,00
		4	0,00	0,00	0,27	0,00	0,02	0,02	0,87	0,00	0,42	0,00
	Promoção da Produção Vegetal	3	0,00	0,00	4,13	3,01	3,18	1,64	1,54	0,57	0,99	0,92
		4	0,00	0,00	2,96	2,82	3,31	1,70	0,53	0,00	1,59	0,01
	Abastecimento	3	0,00	0,00	7,29	0,22	6,92	0,37	0,08	0,00	3,76	0,40
		4	0,00	0,00	0,96	0,49	1,26	0,61	5,95	0,00	13,45	0,00
	Extensão Rural	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,58	1,18	0,54	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53,88	37,67	208,72	5,96
	Reforma Agrária	3	1,39	0,46	1,68	0,95	0,62	0,49	2,18	0,36	10,09	2,78
		4	0,47	0,00	0,04	0,00	0,74	0,00	0,71	0,50	0,14	0,00
	Colonização	3	0,53	0,20	2,67	0,26	0,70	0,28	0,52	0,22	1,30	0,44
		4	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Comercialização	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,16	2,71	0,21	0,01
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65	0,00
Total da Função Organização Agrária			6,64	4,50	32,95	18,82	29,81	16,88	118,62	55,59	253,85	18,73

Observa-se pela Tabela 22 que a FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA no período de 2009 a 2013 movimentou valores muito baixos em relação ao orçamento estadual (Tabela 8), tanto para dotações em lei + crédito que foram abaixo de 2% como para valores liquidados que não atingiram 1%. Com relação a categoria econômica a função apresentou maior concentração em despesas correntes.

Dentre as subfunções típicas destacaram-se a de Reforma Agrária e Colonização. Ambas funções apresentaram baixa participação dentro da função. A subfunção Reforma Agrária demonstrou valores liquidados variando entre 17% a 79%, sendo os menores valores em 2012 e 2013. Por sua vez a subfunção Colonização apresentou uma variação entre 10% e 42% em valores liquidados nestes dois anos.

As demais subfunções atípicas apresentaram resultados de baixa efetividade em relação aos valores liquidados tanto em despesas correntes como de capital.

Tabela 23 – Função Indústria

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Indústria	Administração Geral	3	2,45	2,43	3,19	3,02	3,43	3,43	0,57	0,31	5,27	5,00
		4	0,02	0,02	0,05	0,01	0,30	0,30	0,06	0,06	0,05	0,03
	Promoção Industrial	3	10,94	3,91	12,62	8,18	11,72	9,48	12,02	8,63	14,93	10,68
		4	21,44	12,66	26,01	15,16	23,36	13,92	7,87	2,78	27,78	2,31
	Mineração	3	0,07	0,06	0,46	0,14	0,12	0,10	0,05	0,00	0,00	0,00
		4	0,16	0,01	0,02	0,00	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Função Indústria			35,08	19,10	42,33	26,51	38,95	27,24	20,58	11,78	48,03	18,03

Na Tabela 23 observa-se que a FUNÇÃO INDÚSTRIA apresentou no período compreendido entre 2009 a 2013 valores totais baixos em relação aos valores totais do orçamento (Tabela 8) no mesmo período, sendo que as dotações em lei + crédito e os valores liquidados não ultrapassaram 1%. Com relação a categoria econômica observa-se ao longo do período dispêndios tanto em despesas correntes como de capital, sendo maior concentração em despesas de capital.

A subfunção Promoção Industrial apresentou no período de 2009 a 2013 valores totais em relação aos valores da função que variaram em lei + crédito de 87% a 96% e em relação aos valores liquidados de 72% a 94%.

Por outro lado, a subfunção Mineração apresentou uma participação total dentro da função muito pequena no período de 2009 a 2012, tanto para as despesas correntes quanto para as despesas de capital.

Tabela 24 – Função Comércio e Serviços

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Comércio e Serviços	Administração Geral	3	5,18	4,98	8,21	7,39	8,87	8,48	0,00	0,00	6,16	5,98
		4	0,06	0,05	0,11	0,01	0,40	0,28	0,00	0,00	0,09	0,08
	Normatização e Fiscalização	3	1,28	1,19	2,17	1,52	1,13	1,08	4,68	4,66	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,09	0,00	0,00
	Previdência Básica	3	0,14	0,14	0,21	0,17	0,35	0,27	0,28	0,23	7,20	6,88
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,23	0,22
	Previdência do Regime Estatutário	3	0,15	0,15	0,20	0,14	0,26	0,18	0,24	0,21	0,54	0,35

Cont.

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Comércio e Serviços	Promoção Comercial	3	2,22	1,89	2,87	2,07	2,87	2,49	5,30	4,38	7,02	5,08
		4	0,29	0,21	0,92	0,34	1,06	0,87	0,81	0,16	1,12	0,73
	Turismo	3	5,98	5,45	44,14	3,52	33,21	7,09	11,73	11,40	2,23	1,68
		4	0,08	0,07	0,74	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transporte Hidroviário	3	4,80	0,00	3,93	0,00	7,00	0,00	0,05	0,05	0,19	0,14
		4	72,81	0,00	131,13	0,72	121,90	12,78	80,48	0,00	82,90	27,48
Total da Função Comércio e Serviços			92,98	14,11	194,64	15,88	177,08	33,53	103,66	21,17	107,68	48,61

A FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS teve a execução orçamentária no período de 2009 a 2013 compartilhada entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Comércio e Indústria – SEDINC e a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR.

Pela Tabela 24 acima pode-se observar que os valores totais da FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS em relação aos valores do orçamento (Tabela 8) neste período variaram para as dotações de lei + crédito de 0,8% a 2,1% e os valores liquidados de 0,2% a 0,4%, ambos considerados muito baixos para a importância da função. Com relação a categoria econômica observa-se execução tanto em despesas correntes quanto em despesas de capital.

A subfunção Promoção Comercial apresentou baixos valores em relação ao total da função. Ao contrário, as subfunções Turismo e a de Transporte Hidroviário apresentaram participações maiores em relação aos valores totais da função.

A subfunção Turismo apresentou maiores valores de despesas correntes do que capital, tanto para as dotações de lei + crédito quanto para os valores liquidados. As despesas correntes, no entanto, apresentaram valores liquidados de forma alternada

no período de 2009 a 2013 variando desde 7,9% em 2010 a 97% em 2012. Também observa-se que em 2013 foi registrado os menores valores nesta subfunção.

A subfunção Transporte Hidroviário ao contrário das demais apresentou maiores valores em despesas de capital do que em despesas correntes. Foi também esta subfunção que obteve maiores valores totais em relação aos valores totais da função em torno de 70%, exceto em 2012 que alcançou apenas 36%. Por outro lado os valores liquidados em despesas de capital foram muito baixos entre 2009 a 2012, exceto em 2013 que alcançou 33%.

Tabela 25 – Função Energia

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Energia	Administração Geral	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,72	1,68	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00
	Mineração	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Conservação de Energia	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,05	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Energia Elétrica	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	0,11	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Combustíveis Minerais	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Função Energia			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,07	1,85	0,00	0,00

Pela Tabela 25 acima observa-se que a participação da FUNÇÃO ENERGIA no valores totais do orçamento estadual (Tabela 8) no período de 2009 a 2013 é considerada muito baixa. Os dados obtidos nesta função não permite uma análise mais detalhada. Observa-se, no entanto, que somente em 2012 existem dispêndios em despesas correntes na subsunção Administração Geral com uma liquidação de 97%. Enquanto que somente as subfunções típicas Conservação de Energia, Energia Elétrica e Combustíveis Minerais foram também registrados movimentação em despesas correntes todas com valores liquidados variando de 60% a 100% apenas em 2012.

Tabela 26 – Função Transporte

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Transporte	Administração Geral	3	58,51	0,00	65,17	11,93	78,51	12,60	2,18	1,95	26,83	21,73
		4	0,00	0,00	5,89	4,30	0,88	0,61	0,04	0,00	29,20	18,84
	Formação de Recursos Humanos	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Previdência Básica	3	4,46	0,00	4,72	0,18	4,90	0,19	0,19	0,17	0,20	0,14
	Previdência do Regime Estatutário	3	0,00	0,00	0,05	0,04	0,04	0,04	0,06	0,05	0,09	0,06
	Infraestrutura Urbana	4	0,00	0,00	0,00	0,00	11,60	8,17	110,05	64,28	1,30	0,31
	Transporte Aéreo	4	0,00	0,00	0,00	0,00	4,01	0,00	15,13	10,34	0,37	0,00

Cont.

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Transporte	Transporte Rodoviário	3	0,20	0,15	1,35	1,33	1,00	0,69	0,25	0,00	0,89	0,33
		4	623,48	242,40	575,75	369,70	326,39	108,58	517,08	192,33	566,85	191,37
	Transporte Ferroviário	4	0,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		3	4,80	0,00	3,93	0,00	7,00	0,00	0,05	0,05	0,19	0,14
Total da Função Transporte			764,47	242,55	787,99	388,21	556,24	143,66	679,42	269,17	658,32	260,40

Observa-se pela Tabela 26 acima que a FUNÇÃO TRANSPORTE apresentou no período compreendido entre 2009 a 2013 valores totais razoáveis em relação aos valores totais do orçamento estadual (Tabela 8) no mesmo período, sendo que as dotações em lei + crédito variaram entre 5% a 10%, enquanto que os valores liquidados foram baixos, variando de 1,8% em 2011 a 5,1% em 2010 em relação ao orçamento estadual. Especificamente em 2013 os valores liquidados foram de aproximadamente 2,5% em relação as dotações em lei +crédito.

Quanto a categoria econômica observa-se que a FUNÇÃO TRANSPORTE concentrou seus dispêndios ao longo do período de 2009 a 2013 mais em despesas de capital do que em despesas correntes, o que caracteriza a sua natureza de investimentos em infraestrutura de logística e transporte.

Dentre as subfunções destaca-se a de Transporte Rodoviário que variou de 60% a 86% das dotações em lei + crédito e de 70% a 100% dos valores liquidados, isto em relação aos valores totais da FUNÇÃO TRANSPORTE na Tabela acima

Quando se analisa a subfunção Transporte Rodoviário em relação a categoria econômica observa-se que as despesas de capital atingem cerca de 99% dos valores despendidos, ao contrário das despesas correntes que foram insignificantes nesta subfunção.

A outra subfunção que se destacou foi a de Transporte Hidroviário, porém com valores muito abaixo da subfunção anterior. Contudo esta subfunção mantém característica semelhante de concentrar dispêndios em despesas de capital pela sua natureza de investimento em infraestrutura, mas com valores liquidados muito baixos entre 2009 a 2012, com exceção em 2013 que atingiu 85%.

Por fim, a subfunção Infraestrutura Urbana que entre 2011 e 2013 apresentou movimentação concentrada também em despesas de capital, sendo que os valores liquidados foram de aproximadamente 70%, 60% e 23% em 2011, 2012 e 2013, respectivamente, demonstrando uma redução neste último ano em relação aos outros dois.

Tabela 27 – Função Desporto e Lazer

R\$ Milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Desporto e Lazer	Administração Geral	3	5,47	5,07	8,13	7,98	6,25	6,21	7,22	7,15	8,35	7,68
		4	0,00	0,00	0,08	0,07	0,08	0,08	0,07	0,07	0,10	0,10
	Assistência Comunitária	3	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Empregabilidade	3	0,00	0,00	36,36	26,04	0,65	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00
	Desporto de Rendimento	3	4,22	3,13	2,41	2,37	2,09	2,05	4,99	4,74	6,37	5,11

Cont.

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	Categoria Econômica	2009		2010		2011		2012		2013	
			Lei + Crédito	Valor Liquidado								
Desporto e Lazer	Desporto Comunitário	4	0,01	0,00	0,04	0,04	0,04	0,04	0,00	0,00	0,10	0,00
		3	14,57	12,98	3,80	3,33	4,87	4,86	7,90	4,55	13,87	6,42
		4	0,97	0,19	1,78	1,41	15,87	3,52	27,47	16,29	16,77	4,01
		3	3,68	3,65	0,54	0,33	0,64	0,64	0,30	0,30	0,15	0,15
	Lazer	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03	0,00	0,00
Total da Função Desporto e Lazer			28,91	25,02	53,16	41,58	30,49	18,05	47,98	33,13	45,72	23,46

Pela Tabela 27 acima observa-se que a FUNÇÃO DESPORTO E LAZER apresentou no período compreendido entre 2009 a 2013 valores totais muito baixos em relação aos valores totais do orçamento estadual (Tabela 8) no mesmo período, sendo que as dotações em lei + crédito e os valores liquidados não ultrapassaram 1%. Com relação a categoria econômica observa-se ao longo do período dispêndios tanto em despesas correntes como de capital, sendo maior concentração em despesas correntes.

A subfunção de maior destaque foi a Desporto Comunitário que apresentou no período de 2009 a 2013 valores totais em relação aos valores da função que variaram bastante, sendo as dotações em lei + crédito variando desde 6,5% em 2001 até 74% em 2012 e, em relação aos valores liquidados, variaram desde 12% em 2010 até 63% em 2012. Especificamente em 2013 foram de 66% e 45% respectivamente.

As subfunções Desporto de Rendimento e a de Lazer também apresentaram movimentação no período de 2009 a 2013, embora em valores abaixo da subfunção Desporto Comunitário. Ambas concentraram seus dispêndios mais em despesas correntes

em relação as despesas de capital. A subfunção Desporto de Rendimento apresentou valores liquidados que variaram de 80% a 98%. Enquanto que a subfunção Lazer, embora tenha alocado poucos recursos, os valores liquidados foram de 100% demonstrando a efetividade da ação governamental.

Tabela 28 - Ações Incluídas no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Estado do Maranhão - PDE/MA 2013

Ação				Programa				Execução Orçamentária e Financeira			
Código	Titulo	Produto	Unidade Medida	Código	Titulo	Órgão Responsável	Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Liquidado	
1068	Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema ampliado e/ou melhorado	Unidade	0552	Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	SES	138.750.000	157.533.943	137.298.181	41.394.947	
1069	Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgotamento Sanitário	Sistema ampliado e/ou melhorado	Unidade	0552	Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	SES	81.250.000	106.287.395	45.199.383	9.838.258	
1706	Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema implantado	Unidade	0552	Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	SES	68.500.000	66.577.974	56.314.963	11.903.736	
3128	Expansão da Rede Assistencial do SUS	Unidade de Saúde Construída	Unidade	0559	Atenção Integral à Saúde	SES	62.798.607	318.775.422	200.961.787	103.466.032	
3098	Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais	Unidade habitacional adequada disponibilizada	Unidade	0553	Habitação e Urbanismo	SECID	167.372.064	175.936.648	75.203.909	43.543.401	
1764	Assentamento de Trabalhadores	Família Beneficiada	Unidade	0160	Reforma e Regularização Fundiária	SEDES	850.000	1.300.000	497.970	444.240	
3084	Expansão e Melhoria da Infraestrutura	Sala de aula construída	Unidade	0549	Garantia do Acesso à Escola	SEDUC	49.716.481	163.321.886	94.322.068	20.436.782	
3085	Correção do Fluxo Escolar	Escola atendida	Unidade	0551	Melhoria da Qualidade de Ensino e Aprendizagem	SEDUC	3.800.000	3.800.000	0	0	
1688	Ampliação e Modernização do Porto	Área portuária ampliada/modernizada	M²	0120	PORTO - Porta Facilitadora de Negócios	SEDINC	45.872.000	45.872.000	0	0	

Cont.

Ação				Programa			Execução Orçamentária e Financeira			
Código	Titulo	Produto	Unidade Medida	Código	Titulo	Órgão Responsável	Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Liquidado
3142	Ensino, Inclusão e Empreendedorismo	Profissional capacitado	Unidade	0568	Maranhão Profissional	SECTEC	42.000.000	35.800.000	34.681.151	34.681.151
1671	Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	M ²	0137	Construção e Melhoria de Equipamentos Urbanos	SINFRA	6.280.000	63.288.857	45.520.820	18.617.122
3014	Restauração de Rodovias	Rodovia restaurada	Km	0531	Logística e Transportes	SINFRA	36.583.374	98.171.834	82.621.858	61.840.235
3093	Implantação, Melhoramentos e Pavimentação de Rodovias	Rodovia implantada, melhorada e pavimentada	Km	0531	Logística e Transportes	SINFRA	21.000.000	308.734.511	88.742.498	57.096.388

O Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE/MA instituído na Lei 9.553/2012, em seu Art. 8, parágrafo único estabelece que as ações que possuírem dotação orçamentária incluída no PDE/MA integram prioridades da Administração Pública Estadual. Desse modo as 13 ações do tipo projeto incluídas no PDE/MA 2013 fazem parte dos programas finalísticos das Secretarias de Saúde, Cidades, Desenvolvimento Social, Educação, Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, e Infraestrutura.

Na programação e execução orçamentária e financeira das Ações do PDE/MA 2013 destacam-se: Ação 3142 - Ensino, Inclusão e Empreendedorismo do Programa Maranhão Profissional; Ação 1764 - Assentamento de Trabalhadores do Programa Reforma e Regularização Fundiária; Ação 3014 – Restauração de Rodovias e a Ação 3093 – Implantação, Melhoramento e Pavimentação de Rodovias do Programa Logística e Transporte; Ação 3098 - Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais do Programa Habitação e Urbanismo; e a Ação 3128- Expansão da Rede Assistencial do SUS do Programa Atenção Integral à Saúde todas alcançaram índices acima de 50% em valores liquidados denotando assim uma performance de efetividade significativa em relação aos objetivos propostos nestes programas.

De um modo geral o PPA 2012 – 2015, exercício 2013, no terceiro ano de sua execução e, diante das análises críticas oriundas dos processos de monitoramento e avaliação dos programas finalísticos do Poder Executivo coordenado pela SEPLAN, ressalta-se que sejam urgentemente aprofundadas discussões acerca de modelos metodológicos mais adequados à nossa realidade e cultura de gestão administrativa e sejam tomadas providências para melhoria da gestão dos programas, tais como: limitação nas alterações sofridas pelo programas por meio de modificações orçamentárias que ocorrem em grande quantidade; institucionalização e implementação do sistema de gestão por resultados; formação e institucionalização de uma Rede Estadual de Planejamento e Orçamento- REPOR; capacitação em monitoramento e avaliação para as equipes da rede; elaboração e institucionalização de uma metodologia de monitoramento e avaliação em período quadrienal para subsidiar a tomada de decisão superior na alocação de recursos do tesouro estadual entre os órgãos; e implantar ferramenta de gestão de programas adequada aos programas finalísticos e os de gestão de políticas públicas.

E ao analisar de forma conjunta o desempenho dos programas finalísticos do Plano Plurianual com relação a execução das despesas orçamentárias por função de governo ao longo de uma série histórica de 2009 a 2012, comparando-se com o exercício avaliado de 2013, constata-se a hipótese levantada inicialmente de que dessa forma pode-se fazer uma avaliação mais permanente e até mesmo comparar-se o desempenho das funções de governo com outros estados da federação.

3.2. PARTE II - Avaliação Setorial Por Função, Programas e Ações Governamentais

Os Relatórios da Atuação dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual evidenciam, de forma sintética, o resultado das ações realizadas, no exercício de 2013, destacando as principais ações que compõem os programas finalísticos do PPA 2012–2015, especificando a programação e execução orçamentária e os resultados alcançados.

Os relatórios contemplam informações dos órgãos e entidades integrantes da estrutura do Poder Executivo Estadual e encontram-se organizados por função de governo a seguir:

3.2.1. Função: Segurança Pública

3.2.1.1. Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP

Frente ao grande desafio na prevenção e combate a violência e a criminalidade, ganham relevância na Função Segurança Pública ações dos órgãos e unidades orçamentárias que fazem parte do Sistema de Segurança Pública por meio dos programas finalísticos Defesa do Cidadão e Trânsito com Qualidade constante no PPA 2012/2015 norteados pela Diretriz de Governo: Reestruturar o Sistema de Segurança Pública e Reduzir a Criminalidade.

A referida Função de Segurança Pública no Estado do Maranhão está representada pelo Sistema de Segurança Pública que tem a Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP/MA, órgão central juntamente com as Unidades da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, esta última como entidade vinculada, todos de forma articulada e integrada vêm atuando para ampliar a eficiência do Sistema através dos programas governamentais de sua responsabilidade, principalmente os programas finalísticos que são direcionados para o público fim, que é a sociedade.

Os programas Defesa do Cidadão e Trânsito com Qualidade, são compostos por 22 ações, onde destacamos: a implementação na prevenção e repressão da violência e da criminalidade, na formação de recursos humanos, no aparelhamento das unidades das polícias, nas construções e reforma de unidades na habilitação de condutores, educação de trânsito, defesa civil e demais ações de prevenção e atendimento junto as comunidades, no sentido de manter a ordem e segurança ao cidadão.

Em 2013, de acordo com o Quadro 1 abaixo, podemos verificar que foi liquidado 83,1% do Programa Defesa do Cidadão em relação a dotação atual, ou seja lei + crédito. Por outro lado o programa Trânsito com Qualidade liquidou 79,6% em relação a lei + crédito. De um modo geral foram liquidados 82,5% dos programas finalísticos em relação à dotação atual(lei + crédito).

Quadro 1 – Programação e Execução Orçamentária por Programas e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Segurança Pública

PPA 2012-2015, Exercício 2013						
PROGRAMAS FINALÍSTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos
0536	Defesa do Cidadão	549.978.989,00	639.308.894,51	579.965.831,15	530.956.525,83	115.594.623,92
4450	Gestão do Programa	437.850.000,00	416.043.380,46	413.859.904,42	413.859.904,42	9.297.801,75
3090	Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3091	Aparelhamento e Informatização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	2.000.000,00	1.729.998,00	1.046.283,14	1.041.843,14	1.041.843,14
4152	Ações para o Cumprimento do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico	90.000,00	90.000,00	89.858,00	89.858,00	89.858,00
4153	Serviços de Defesa Civil	250.000,00	24.852.654,96	24.335.305,15	14.048.478,23	8.968.990,31
4247	Resgate e Salvamento	3.980.000,00	4.530.000,00	3.415.671,26	3.350.255,00	3.350.254,50
4492	Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	9.213.571,00	7.060.401,00	5.264.338,34	5.236.155,96	866.038,63
1770	Reforma, Adaptação e Equipamento de Unidades Policiais	2.200.000,00	2.698.484,59	2.413.907,24	791.248,32	791.248,32
1799	Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Secretaria da Segurança Pública	2.500.000,00	9.475.616,00	5.680.914,33	465.592,56	465.592,56
3001	Aparelhamento e Informatização de Unidades da Secretaria da Segurança Pública	4.947.684,00	70.991.222,44	30.455.067,29	8.487.336,84	8.434.065,57
3088	Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Polícia Militar do Maranhão	1.300.000,00	1.300.000,00	1.120.700,00	1.120.700,00	1.120.700,00
3089	Aparelhamento e Informatização de Unidades da Polícia Militar do Maranhão	1.340.000,00	1.340.000,00	1.339.270,95	716.771,00	595.265,00
3122	Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Polícia Civil do Maranhão	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3123	Aparelhamento e Informatização de Unidades da Polícia Civil do Maranhão	600.000,00	1.000.000,00	375.951,00	375.951,00	375.951,00
4491	Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	82.275.734,00	98.115.137,06	90.568.660,03	81.372.431,36	80.197.015,14
2947	Prevenção ao Uso de Drogas	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00
0118	Trânsito com Qualidade	85.018.392,00	114.507.549,00	91.144.763,98	91.144.763,98	90.999.675,76
4009	Licenciamento de Veículos	16.169.196,00	26.937.782,00	17.437.313,23	17.437.313,23	17.437.283,23
4010	Habilitação de Condutores	16.659.196,00	27.427.782,00	20.666.810,44	20.666.810,44	20.666.809,94
4189	Fiscalização do Tráfego de Veículos	850.000,00	850.000,00	474.871,16	474.871,16	474.871,16
4450	Gestão do Programa	41.940.000,00	49.891.985,00	46.673.283,55	46.673.283,55	46.528.225,83
4607	Cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro	6.200.000,00	6.200.000,00	2.965.475,79	2.965.475,79	2.965.475,79
4608	Educação para o Trânsito	3.200.000,00	3.200.000,00	2.927.009,81	2.927.009,81	2.927.009,81
TOTAL		634.997.381,00	753.816.443,51	671.110.595,13	622.101.289,81	206.594.299,68
3.315.102,06						

A Função de Segurança é composta por subfunções típicas e atípicas, entre as típicas destacamos o Policiamento e a Defesa Civil executadas pela Polícia Civil, Militar e DETRAN e a Defesa Civil especificamente pelo Corpo de Bombeiros Militar. Nesse ponto destacamos também as subfunções atípicas que correspondem a Normatização e Fiscalização e a de Formação de Recursos Humanos.

No tocante as subfunções elencadas na Função Segurança Pública, verificamos no Quadro 2 abaixo que no período compreendido entre 2009 e 2013 houve variações bem significativas na execução orçamentária à exemplo da Subfunção de Policiamento que em 2009 liquidou 114,65 milhões, superado apenas no exercício de 2012 que atingiu 130,10 milhões. Entretanto, em 2013 houve uma redução de 28,27% no valor liquidado em relação a 2012.

Convém salientar que em 2011, houve uma redução drástica na subfunção Policiamento, cujo valor liquidado foi de R\$ 19,56 milhões, devido a Reforma Administrativa que culminou no desmembramento da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública em duas Secretarias: a Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária.

Quadro 2 - Valores liquidados na Função Segurança Pública por subfunção no período de 2009 a 2013

Código	Subfunções	2009	2010	2011	2012	2013
181	Policiamento	114,65	105,36	19,56	130,10	93,33
182	Defesa Civil	5,29	3,86	9,39	23,96	18,53
125	Normatização e Fiscalização	0			36,60	44,47
128	Formação de Recursos Humanos	1,07	0,49	0,38	0,41	5,24
421	Custódia e Reintegração Social		54,13	0,86	0	0
TOTAL		121,01	163,84	30,19	191,07	161,57

Verifica-se no Quadro 2 acima que a subfunção Policiamento concentra maior volume de recursos, haja vista que a maioria das atividades fins da Segurança Pública, são executadas nessa subfunção, onde destacamos as seguintes atividades:

Na área de Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade

Atuando na prevenção e no controle da violência e da criminalidade vários projetos foram realizados. No que concerne a prevenção contempla os projetos sociais trabalhados pela Secretaria de Segurança e seus órgãos, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros seja com recursos próprios ou resultante de parcerias como Ministério Justiça por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ, dentre outros conforme demonstrados a seguir:

Na área de prevenção e combate as drogas, podemos destacar a implantação do Centro Integrado de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas CIAP-ad SSP/MA projeto em convênio com a SENASP aprovado em 2012 com início da execução em 2013, realizando Capacitação dos profissionais e dos agentes multiplicadores para trabalharem no CIAP-ad e realização de palestras de prevenção para os servidores da Secretaria de Segurança, assim como o projeto Esporte sem Drogas que proporciona por meio de atividades esportivo-sociais e ações de prevenção ao uso de drogas entre adolescentes e jovens em estado de vulnerabilidade social. Em 2013, foram atendidos em 900 (novecentos) adolescentes e jovens da periferia da região metropolitana de São Luís, com palestras e atividades esportivas e realizados 10 cursos em parceria com o SENAI, IFMA e SENAC capacitando 1.493 jovens para o mercado de trabalho e foram atendidos 79 profissionais da segurança pública com problemas de vícios em drogas em São Luís e Imperatriz.

Com relação ao projeto “Polícia na Comunidade” foi realizado palestras de combate as drogas, violência nas escolas e Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA para crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas de 28 cidades incluindo São Luís, perfazendo um total de 22.953 no período de 2009 a 2013;

Ainda com relação a repressão e combate as drogas no período de 2009 a 2012 durante operações policiais foram apreendidas entorpecentes e as principais drogas, conforme Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 - Número de apreensões das principais drogas no período de 2009 a 2012

Principais drogas (em gramas)	2009	2010	2011	2012	2013
Crack	50	56.405	15.945	74.882	*
Maconha	541.051	21.247	141.647	167.874	*
Cocaína	211	1.422	5.180	3.271	*
Merla	1.970	9.781	5.362	71	*
SOMA	543.282	88.875	168.134	246.098	*
1000g=1kg	543,3	88,9	168,1	246,1	
Entorpecentes	905	631	707	949	*

Observa-se que em 2009, foram apreendidas 543.282 gramas de drogas com destaque para a maconha com 541.051 gramas, nos anos seguintes foram reduzidas as apreensões, mas em 2012 foram apreendidas 246.098 gramas e 949 de entorpecentes, e em 2013, os dados não foram concluídos.

Houve reformulação e ampliação do Sistema 190 com duplicação da capacidade de atendimento, reduzindo o tempo de resposta em mais de 60% das ocorrências policiais e realização de atendimentos a 4.400 ocorrências registradas pelo CIOPS através da emergência 193;

No tocante aos Investimentos na prevenção e repressão foram adquiridos equipamentos com o objetivo de aparelhar e informatizar as unidades do Sistema de Segurança ganham relevância as seguintes ações:

Implantação do Sistema de Videomonitoramento em São Luís, com a instalação de 153 câmeras de alta definição propiciando uma visão de 360º graus e zoom de até 36 vezes, sendo um dos mais modernos do país. O sistema é composto por alta voz, microfone, corneta e alto falante todos interligados ao CIOPS, por meio de sinal digital em pontos estratégicos da cidade

com Investimentos da ordem de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões) todos interligados ao CIOPS, por meio de sinal digital em pontos estratégicos da cidade.

Nos locais onde foram implantadas as câmeras houve uma redução de 50% no índice de criminalidade, outro fator positivo é a contribuição das imagens às investigações da polícia judiciária na instrução dos inquéritos;

Aquisição de bens para reaparelhamento do Sistema de Segurança com aquisição de 13 veículos caracterizados cabine dupla para PM-MA; 02 ambulância, 01 desencarcerador, 09 rádios transceptor no Corpo de Bombeiros; 01 caminhão de combate a incêndio e 01 escada magirus para o Corpo de Bombeiros de Imperatriz - MA, assim como armas, munições e 3.521 coletes à prova de balas para policiais civis e militar;

510 (quinhentos e dez) operações realizadas por cada Unidade Policial Militar;

Com relação a Ampliação e Modernização de Unidades consiste em construir e adequar unidades físicas da SSP e do Sistema de Segurança em geral, com infraestrutura apropriada para o exercício das funções de segurança, com a realização das seguintes projetos:

Implantação da Unidade de Segurança Pública – USC na Divinéia – Vila Luizão em 2013, com 03 bairros diretamente beneficiados - Vila Luizão, Sol e Mar e Divinéia que resultou na redução consideravelmente do número de homicídios na área compreendida entre os bairros onde a USC está instalada, conforme demonstrado nos gráficos abaixo. Destaca-se ainda, a realizados de 476 registros de ocorrências que resultaram em boletins e conduções ao Distrito Policial.

Gráfico 3- Comparativo Total de Homicídios registrados nos bairros: Divinéia, Vila Luizão e Sol e Mar (2013x2012)

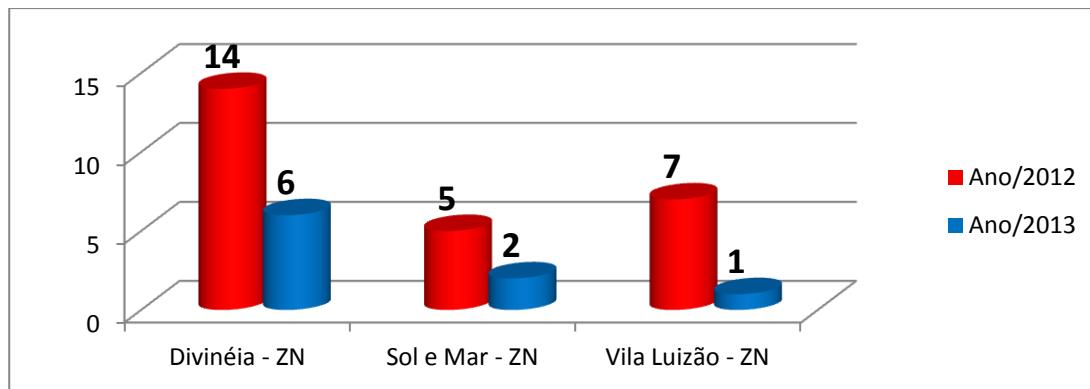
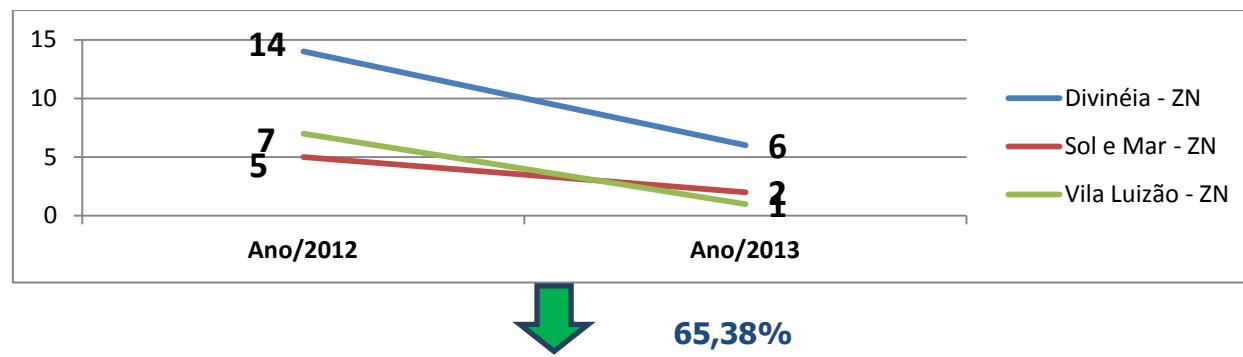


Gráfico 4- Linhas de Tendência - Total de Homicídios registrados nos Bairros Vila Luizão, Divinéia e Sol e Mar (2013x2012)



Construção das Delegacias e Quartel da Policia Militar de: Bequimão, Cururupu, Buriticupu, Amapá, São João do Sóter, Balsas, Codó, Delegacia Regional e Homicídios de Timon, Delegacia na Capital (Plantão da Cidade Operária e Vila Embratel), Açailândia, Tutóia, Balsas, Penalva;

Reforma das Delegacias: Davinópolis, Açailândia, Cidelândia, Porto Franco, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca, Pinheiro, São Vicente de Ferrer, São João Batista, CIDS Leste, Academia de Policia Civil, Delegacia da Mulher (São Luís); Reforma e Adequação do prédio da Superintendência de Investigações Criminais - SEIC; Heliporto e Ampliação ao GTA, Delegacia Fazendária, Delegacia de João Lisboa, Corregedoria do Sistema de Segurança, do ICRIM e IML, Delegacia de Presidente Dutra, Delegacia de Santa Inês, do CIOPS, da DENARC, São João dos Patos, Barreirinhas, Instituto de Identificação, Delegacia do Vinhais, Delegacia de Peritoró, Delegacia da Cohab e Turu, reforma, e adequação do prédio da Secretaria Adjunta de Inteligência.

Implantação de 2 Quartéis do Corpo de Bombeiros Militar Operacional nos municípios de Timon e Bacabal;

Ampliação, reforma, adequação do Instituto de Identificação de São Luís; das Delegacias do 4º DP no Bairro dos Vinhais, Polícia Civil de Peritoró e Polícia Civil de Barreirinhas;

Ainda no âmbito da subfunção Policiamento, a necessidade de redução dos índices de violência e criminalidade no estado se constitui no maior desafio desse Governo na área da segurança pública, já que o Maranhão figura entre os estados brasileiros onde as taxas de homicídios mais cresceram na última década. Há dez anos, registrava a menor taxa de assassinatos entre as unidades da federação: 6,1 homicídios por 100 mil habitantes. O aumento do número de homicídios elevou a taxa para 22,5/hab. variação de 269,3%, posicionando o estado em 21º lugar ao final de 2010.

Quadro 4 - Taxa de Homicídios (em 100 mil) por UF na Região Nordeste do Brasil - 2000/2010.

UF/REGIÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	%
Alagoas	25,6	29,3	34,3	35,7	35,1	40,2	53,0	59,6	60,3	59,9	66,8	166,4
Bahia	9,4	11,9	13,0	16,0	16,6	20,4	23,5	25,7	32,9	37,7	37,7	303,2
Ceará	16,5	17,2	18,9	20,1	20,0	20,9	21,8	23,2	24,0	25,7	29,7	79,8
Maranhão	6,1	9,4	9,9	13,0	11,7	14,9	15,0	17,4	19,7	21,5	22,5	269,3
Paraíba	15,1	14,1	17,4	17,6	18,6	20,6	22,6	23,6	27,3	33,8	38,6	156,2
Pernambuco	54	58,7	54,8	55,3	50,7	51,2	52,7	53,1	50,7	45,1	38,8	28,2
Piauí	8,2	9,7	10,9	10,8	11,8	12,8	14,4	13,2	12,4	12,8	13,7	66,4
Rio Grande do Norte	9	11,2	10,6	14,2	11,7	13,6	14,8	19,3	23,2	25,2	22,9	153,9
Sergipe	23,3	29,3	39,7	25,2	24,4	25,0	29,8	25,9	28,7	32,6	33,3	42,9
Nordeste	19,3	21,9	22,4	24,0	23,2	25,4	27,9	29,6	32,1	33,7	34,0	76,4

Fonte: Mapa da Violência//2011

Entre os fatores apontados para explicar os indicadores está a dinamização econômica acelerada, com uma quantidade elevada de atração de investimentos produtivos que provocaram a migração, estimulando a crescente formação de aglomerados urbanos com grande concentração populacional e o baixo efetivo policial, contribuem para esse cenário pouco favorável.

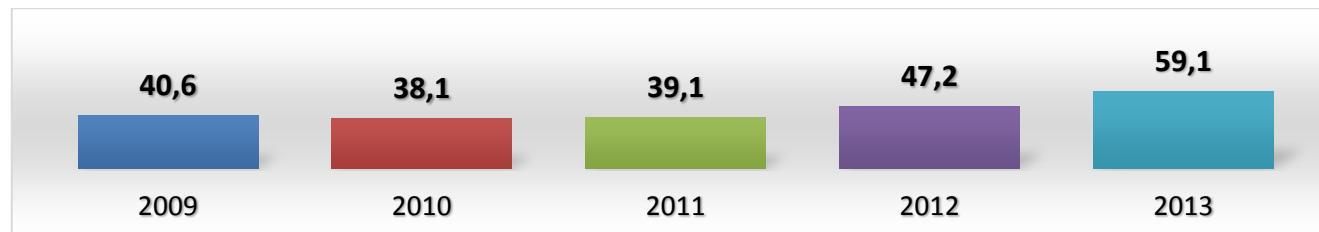
Em 2009, dados fornecidos pelo Centro Integrado de Operações de Segurança - CIOPS apontaram na Região Metropolitana, que a Ilha de São Luís atingiu uma taxa de 40,6 homicídios/100 mil habitantes. Em 2010, nota-se uma redução de 2,5 em relação a 2009. No entanto, como se observa no Quadro 5 e Gráfico 5 abaixo houve uma evolução na taxa de homicídios por 100 mil habitantes na Região Metropolitana da Ilha de São Luís a partir de 2011.

Quadro 5 - Série Histórica da Taxa de Homicídios por 100mil/hab.

UF/REGIÃO	2009	2010	2011	2012	2013
São Luís/Região Metropolitana (São José de Ribamar, Raposa Paço do Lumiar)	40,6	38,1	39,1	47,2	59,1

Fonte: CIOPS/MA-IBGE 2009/2013

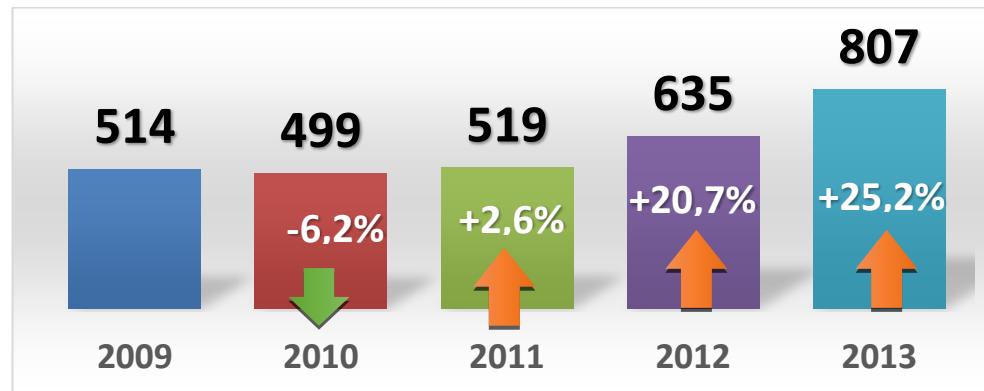
Gráfico 5 - Variação Anual da Taxa de Homicídios/100 Mil hab. em São Luís e Região Metropolitana



Fonte: CIOPS-MA. Censo demográfico IBGE 2009/2013.

O Gráfico 6 abaixo demonstra a variação anual da taxa de homicídios por 100 mil/habitantes no período de 2009 a 2013, na Região Metropolitana abrangendo São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, vindo a apresentar no ano de 2013 taxa com maior variação.

Gráfico 6- Série Temporal Histórica de Homicídios em São Luís e Região Metropolitana



Fonte: CIOPS-MA

Este Gráfico acima demonstra a série temporal histórica do número de homicídios, no período de 2009 a 2013, vindo a apresentar no ano de 2013 maior variação, com alta de +25,2%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Nesse contexto, verifica-se que os novos padrões da violência homicida na Região Metropolitana emergem de forma acentuada e, para enfrentar essa questão, o Governo do Estado tem realizado grandes investimentos na segurança pública visando a melhoria da eficiência repressiva dos aparelhos de segurança com o objetivo de reduzir a criminalidade no Estado, tendo como base de referência da taxa de homicídios por 100 mil habitantes, até 2015.

No âmbito da subfunção Defesa Civil, no período de 2009 a 2013 podemos verificar que em 2012 houve um volume maior de recursos em decorrência do exercício 2013 em decorrência da estiagem onde foi decretado que 69 municípios encontravam-se em situação de emergência. Em 2013 foram distribuídos 67.903 cestas básicas e água em carros pipas beneficiando as famílias nos municípios atingidos.

No tocante a subfunção Formação de Recursos Humanos, de acordo o Quadro 2 verificamos que ao longo do período 2009 a 2013, em 2009 foi liquidado 1,07 milhões, seguidos de um queda nos recursos nos anos seguintes, mas com uma recuperação bem significativa, ocasionado pelo concurso realizado em 2012, e a formação dos militares e civis em 2013, atingindo um valor liquidado de 5,24 milhões investido na formação profissional e continuada no Quadro 6 abaixo.

A reestruturação do Sistema de Segurança enseja necessariamente, recursos humanos preparados para a função policial e para somar ao contingente atual foi realizado concurso público para 2.543 operadores de segurança: 2.000 policiais militares, 150 bombeiros e 393 policiais civis e demais profissionais, tais como peritos, médicos-legistas, odontolegistas e auxiliares de perícia médico legal.

Quadro 6 - Formação e Capacitação de Policiais Militares

Formação/Capacitação	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Formação p/ Soldados					1.705	1.705
Formação de Oficiais	20	24	43	35	38	160
Formação de Praças	-	407	-	-	-	407
Capacitação de Oficiais (cursos)	502	313	222	212	75	1.324
Capacitação de Praças (cursos)	1.355	3.372	2.743	1.029	635	9.134
Treinamento de grupos especiais (COE – GOE e FT)	230	58	36	74	-	398
TOTAL	2107	4.174	3.031	1.350	2.453	13.128

Fonte: PM/MA

Quadro 7 - Formação e Capacitação de Polícia Civil

Formação/Capacitação	2009	2010	2011	2012	2013
Policiais Capacitados em cursos de Aperfeiçoamento	3311	895	53	260	-
Formação de Delegados de Polícia Civil	61	-	-	-	-
Formação de policiais civis,(investigadores e escrivães) Perito, Médico-Legista	456		-	-	-
Formação de policiais civis,(Investigadores e Escrivães) Perito, Médico-Legista, Farmacêutico Legista, Odontolegista e Auxiliar de Perícia Médica Legal					437

Fonte: AISPM/MA

Quanto ao Efetivo Policial, destacamos a seguinte situação:

3.2.1.2. Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar atualmente é de 8.894 (oito mil, oitocentos e noventa e quatro), considerando que houve o ingresso no curso de formação fruto de processo seletivo 2013, entretanto a formalização de suas matrículas só ocorrerá no ano corrente: 1.650 (mil, seiscentos e cinquenta) soldados formados, sendo 83 (oitenta e três) destes por ordem judicial; 61 (sessenta e um) alunos do Curso de Formação de Soldados PM; e 45 (quarenta e cinco) Alunos do Curso de Formação de Oficiais.

Quadro 8 - Movimentação de Policiais Militares

Movimentação de PM	2009	2010	2011	2012	2013
Entrada	57	42	406	02	19
Evasão	111	107	724	188	251
Total do Efetivo (dezembro)	7.303	7.238	7.556	7.370	7.138

Fonte: Pagadoria da Diretoria de Pessoal da PMMA.

Quadro 9 - Relação PM por habitante no Estado do Maranhão

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Efetivo PM	7.303	7.328	7.556	7.370	7.138	8.894
População do MA	6.367.138	6.574.789	6.634.327	6.714.314	6.794.301	6.794.301
Relação PM/hab.	871	908	878	911	951	763

Fonte: PM/MA

3.2.1.3. Polícia Civil

Quadro 10 - Evolução do Efetivo

Efetivo	2010	2013
Delegados	61	-
Escrivães de Polícia	174	58
Investigadores de Polícia	220	185
Médicos-Legistas	32	04
Peritos Criminais	30	11
Odontologista	-	04
Farmacêutico- Legista	-	03
Auxiliar de Perícia Medica Legal	-	12
TOTAL	517	277

Fonte: SRH/SSP

Com o ingresso destes profissionais no quadro da Secretaria de Segurança Pública, o Sistema de Segurança Pública terá condições de reforçar as ações de prevenção, de controle e combate à violência e redução da criminalidade de forma mais efetiva, que convergem para a melhoria dos serviços de prestados à sociedade.

Ademais, as ações contempladas por este programa possibilitarão a reestruturação do Sistema de Segurança, dotando-o de condições adequadas de infraestrutura, aparelhamento moderno, de viaturas e tecnologia para garantir atuação eficiente dos operadores de segurança na prevenção e repressão ao crime e a violência.

Quanto a subfunção Normatização e Fiscalização, que corresponde a prevenção a acidentes no trânsito, a Quadro 2, demonstra ao longo do período 2009 a 2013 que apenas nos anos de 2012 e 2013, essa subfunção foi utilizada para classificar as ações finalísticas do DETRAN, onde verificamos que em 2013, foi liquidado R\$ 44,47 milhões de reais.

Convém destacar nos últimos 4 anos, alguns resultados alcançados com o programa Trânsito com Qualidade no período 2010 a 2013 especificado no Quadro abaixo:

Quadro 11 – Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no período de 2010 – 2013 do DETRAN

Indicadores de resultados dos programas	2010	2011	2012	2013
Campanhas Educativas	64	52	57	60
Reciclagem de motoristas infratores	95	103	1.308	980
Emissão de documentos de veículos	561.950	644.372	673.150	862.974
Emissão de documentos de habilitação	161.911	168.192	186.906	211.660

Fonte: Detran/PC/MA/Portal SINESPJC-MJ

De acordo com os dados apresentados registrou-se um aumento significativo em todas as metas alcançadas durante o exercício de 2013, pois foram realizadas 60 campanhas de Educação para o Trânsito, haja vista que a educação para o trânsito é imprescindível na construção de uma cultura eficaz e capaz de mudar comportamentos voltados para a valorização e preservação

da vida humana, superada apenas em relação ao ano 2009, mas em 2013, houve concessão de 211.660 carteiras de habilitação e 862.974 veículos foram licenciados.

Com relação aos acidentes no trânsito podemos verificar na tabela abaixo que apesar dos investimentos por parte do governo, o número de pessoas vítimas de acidentes de trânsito em 2009 em relação a 2012 tem aumentado gradativamente. Em 2011 houve um aumento significativo em relação aos anos anteriores, pois foi registrado 12.760 acidentes no trânsito, sendo que 1.265 foram com vítimas fatais, que corresponde 10,1% dos acidentes registrados no trânsito no Estado. Em 2012, caiu um pouco e não foi apurado em 2013.

Quadro 12 - Demonstrativo de indicadores de resultados com acidentes de trânsito no estado no período 2009 a 2013

Indicadores	2009	2010	2011	2012	2013
Número de Vítimas Fatais no Trânsito	834	774	1.265	956	*
Número Vítimas de Acidentes de Trânsito	6.608	7.899	12.760	10.037	*

(A) Foram computados os números de lesão corporal culposa no trânsito e homicídios culposos de trânsito.

* Número de Vítimas Fatais no Trânsito Ano de 2013 não concluído.

3.2.2. Função: Assistência Social

3.2.2.1. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES

A Política de Assistência Social no estado vem direcionando esforços, com vistas a potencializar as ações do Governo Federal dedicadas à redução da pobreza e da desigualdade social no Maranhão. Com foco na população em situação de pobreza extrema, o Governo Estadual, em parceria com o Governo Federal e de expressiva maioria dos municípios maranhenses desenvolveu ações que resultaram em avanços significativos, em termos de melhoria social, para a população mais carente.

No contexto da Política de Assistência Social, coube à SEDES assumir responsabilidades pelas ações de Transferência de Renda, Segurança Alimentar e Inclusão Social para o processo produtivo. Articulações promovidas junto aos municípios culminaram no fortalecimento da rede de proteção social, a partir da qual, intensa atividade de Busca Ativa foi desenvolvida, contribuindo para a ampliação do número de beneficiários do Bolsa Família até então excluídos do Programa. Os resultados dessas intervenções têm contribuído para a redução dos índices de pobreza extrema, mantendo-se a redução de 23% para 12% identificados pelos órgãos oficiais, nos últimos anos. Contribuíram para essa redução, a inclusão de 37,9 % de famílias no Bolsa Família e Brasil Carinhoso no exercício de 2013, quando comparado ao número de beneficiários em dezembro de 2012.

A edição do Plano Brasil Carinhoso pelo Governo Federal e a efetivação de ações da SEDES, junto aos municípios e parcerias com diversas entidades civis, muito contribuíram para a superação da pobreza extrema, visto que garantiram uma renda per capita de, no mínimo, R\$ 70,00, valor este colocado como limite superior da pobreza extrema.

Em que pese os avanços conquistados e a prioridade do Governo Estadual para a redução da pobreza, não foi possível, em termos orçamentários, a alocação dos recursos que se faziam necessários às intervenções do poder público. Essas limitações causadas, principalmente, por frustações de receitas, comprometeram os resultados esperados na fase do planejamento das ações, repercutindo no resultado das metas estabelecidas para as ações de inclusão produtiva. Essa realidade levou o Governo do Estado a priorizar o orçamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional, visto que o Maranhão registra ainda um alto índice de insegurança alimentar e nutricional. Estas ações de segurança alimentar foram integralmente desenvolvidas com recursos do Estado. Gestões foram realizadas junto ao MDS com vistas à ampliação dessas ações, sobretudo aquelas envolvidas com os Restaurantes Populares, os quais responderam de forma eficaz, não só como garantia de alimentação a indivíduos e famílias, mas, sobretudo, o efeito catalisador, junto aos produtores fornecedores dos insumos, que constituem os cardápios alimentares. Resultados animadores foram alcançados pela distribuição de renda e garantia nutricional.

No Maranhão a associação do programa Bolsa Família com o Brasil Carinhoso e a marcante intervenção da SEDES retirou 130.266 pessoas das estatísticas de pobreza extrema. A inserção do Brasil Carinhoso no Programa Bolsa Família, além da renda veio proporcionar o acesso da criança, situada em creches/pré-escola aos serviços públicos de saúde e educação, aspectos esses que

fragilizam a população, sobretudo as crianças sem acesso aos serviços públicos essenciais, às condições de vida digna. Podem parecer modestas as conquistas dessas pessoas, mas quando confrontadas com os índices de IDHm, não tem como não reconhecer que os passos que estão sendo dados moldam os pilares estruturantes, que vem em seguida, com a inclusão socioprodutiva e elevação da renda.

O PPA 2012-2015, exercício 2013, contemplou dois Programas para o desenvolvimento das ações de Assistência Social, o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional – 0193 – PSAN e o de Sustentabilidade e Inovação no Maranhão – 0173 – SIM. O primeiro com o objetivo de reduzir o índice de insegurança alimentar e nutricional do estado. O segundo, por sua vez, com a perspectiva de promover a inclusão socioprodutiva das populações rural e urbana situadas abaixo da linha de pobreza.

Mesmo com um orçamentários limitado, as ações de Segurança Alimentar foram amplamente desenvolvidas, com destaque para a implantação de Restaurantes Populares e Capacitação de Gestores e Usuários da Política, com o propósito do seu fortalecimento institucional. Comparativamente ao ano anterior o número de Restaurantes foi ampliado em 100%, beneficiando 4.000 pessoas/dia, fornecendo no ano cerca de ½ milhão de refeições.

As atividades realizadas com recursos de transferência voluntária do MDS, ainda que não tenham se efetivado os resultados esperados, foram relevantes para a implementação das ações de inclusão socioprodutiva. O programa Água para Todos do Governo Federal alocou recursos no valor de R\$ 41.828.060,00, cujo objeto é disponibilizar infraestrutura de recursos hídricos, destinados ao abastecimento humano e produção de alimentos para 15.200 famílias. Durante o exercício de 2013 foram desenvolvidos os procedimentos administrativos referente à licitação das obras e serviços pactuados nos termos do Convênio nº 19/2011-MDS. Dificuldades inerentes à burocracia, sobretudo quando envolve vultosos recursos, retardaram sua execução. Este projeto contempla a implantação de 11.500 cisternas de 16 mil litros, 900 cisternas de 52 mil litros, 1.400 construções de açudes e implantação de 3.700 quintais produtivos, beneficiando no todo 15.200 famílias, com melhorias de saúde e renda.

No âmbito da Segurança Alimentar deve-se ressaltar o projeto de inclusão produtiva junto a 200 famílias de Comunidades Quilombolas no município de Colinas, com recursos do MDS/SEDES e parcerias com Associação Comunitária e o ente municipal local. Merece destaque ainda a intensa atividade de consolidação da jovem política de SAN, através da implantação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN. Este Sistema já se encontra implantado em 78 municípios do estado dos quais 03 aconteceram em 2013. Concorreram para a efetivação desse produto os serviços de capacitação de 444 gestores e conselheiros municipais, cujo contingente contribuirá para a implantação de novos Sistemas em 2014. O SISAN é regularizado através de lei municipal, quando possui o Conselho Municipal, a Câmara Intersetorial, e regular realização da Conferencia Municipal de SAN.

O Programa de Sustentabilidade e Inovação Tecnológica – SIM, cujo aporte de recursos foi superior ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN teve comprometida sua principal atividade fim, o Viva Oportunidade, cuja finalidade é garantir o encaminhamento de indivíduos às políticas públicas de trabalho e renda, tendo em vista a inclusão das atividades socioeconômicas, de modo a proporcionar a elevação de sua condição de vida familiar. As despesas desta ação estavam substancialmente dentro do Grupo 4, que por razões de frustração de receitas, mantiveram-se bloqueadas durante todo o exercício. Mesmo assim foram realizados diversos estudos com os recursos da Gestão do Programa, os quais serão de grande utilidade para a implementação das ações nos anos subsequentes.

Quadro 13 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Assistência Social

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0173	Sustentabilidade e Inovação no Maranhão - SIM	17.370.000,00	16.717.000,00	3.310.032,74	3.310.032,74	3.290.032,13	
4450	Gestão do Programa	6.070.000,00	5.800.000,00	3.305.927,77	3.305.927,77	3.285.927,20	
4666	Viva Oportunidade	11.300.000,00	10.917.000,00	4.104,97	4.104,97	4.104,93	
0193	Segurança Alimentar e Nutricional	8.600.000,00	60.061.147,57	30.785.426,50	4.279.442,96	4.251.004,56	
4450	Gestão do Programa	1.300.000,00	1.605.000,00	829.287,55	609.178,51	606.740,11	
3053	Implantação de Projetos para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Alimentar	990.000,00	52.146.147,57	26.361.420,47	303.520,47	303.520,47	85.951,09
4454	Unidade de Fornecimento e Distribuição de Alimentos	5.810.000,00	5.810.000,00	3.391.818,48	3.163.843,98	3.137.843,98	
4392	Capacitação na Segurança Alimentar e Nutricional	500.000,00	500.000,00	202.900,00	202.900,00	202.900,00	
TOTAL		25.970.000,00	76.778.147,57	34.095.459,24	7.589.475,70	7.541.036,69	85.951,09

O orçamento inicial da função Assistência Social foi contemplado com um acréscimo de 295,64% durante o exercício, conforme tabela acima. Crédito esse constituído, principalmente, por R\$ 51.461.147,00 referente ao Convênio 19/2011 destinado à infraestrutura de água para abastecimento humano e produção rural inserido no Programa Segurança Alimentar e Nutricional, Ação 3053 - Implantação de Projetos para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Alimentar, dos quais foram empenhados 50,55%. Essa taxa seria maior, se não tivesse submetido ao processo moroso de licitação. Não houve alcance de metas devido à celebração dos contratos ter ocorrido no final do exercício.

Referindo-se ao Programa de Sustentabilidade e Inovação em que pese o alto índice de execução da ação Gestão do Programa, quando comparado à ação finalística, a baixa execução justifica-se pelo bloqueio de sua dotação, cujas razões já foram abordadas. Entretanto, ressalte-se a importância das despesas realizadas na referida ação.

As mais expressivas atividades desta função ocorreram na Ação 4454 – Unidade de Fornecimento e Distribuição de Alimentos, que foi responsável pela implantação de mais 02 Restaurantes Populares nos municípios de São Luís e Paço do Lumiar. Nesta Ação o empenho de 58,37% dos recursos foi limitado em decorrência de dois fatores que retardaram os procedimentos administrativos para contratação: litígios judiciais e morosidade do processo licitatório.

Quadro 14 – Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no Período 2009-2013

Demonstrativo dos Principais Indicadores de Resultado no Período de 2009-2013						
INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013	FONTE
Índice de pobreza (%)	21,43	36,77	18,45	15,96		IMESC
Índice de pobreza extrema (%)	7,28	8,5	6,32	5,3		IMESC
Índice de Insegurança Alimentar e Nutricional(%)	64,6					IBGE
Número de DAP's de Pessoa Física (Unidade)	55.034	64.964	44.730	69.507	151.029	MDA
Número de DAP's de Pessoa Jurídica (Unidade)						
Número de Contratos/Volume de Crédito da AF por Tipo de PRONAF, inclusive assentados da reforma agrária (Unidade/R\$)	95.423	78.362	37.015	23.365	15.801	SISPCA
Número de Títulos Expedidos (Unidade)	12	16	3	3	10	DRF
Número/Área de Assentamentos (Unidade e hectares)						
Número de Agricultores Familiares Assistidos (nº de famílias), incluindo assentados da reforma agrária	129.449	110.088	107.309	68.145	60.236	SISPCA
Área e de Volume de Crédito Fundiário (hectares e R\$)						
Nº de Colegiados Territoriais Consolidados (Unidade)						
Produção e produtividade das principais culturas e rebanhos da agricultura familiar						
Nº de Contratos/Volume de crédito da AF por tipo de PRONAF inclusive assentados da Reforma Agrária (UND/R\$)		271/5.825.503,16	174/3.054.174,41	43/922.611,27	16/343.891,52	UTE/PNCF
Nº de Famílias beneficiadas com ações de assentamento	789	374	374	373	-	DADR ¹
Nº de Famílias beneficiadas com Projeto de Assentamento (unidade)	-	-	-	-	650	DADR
Recadastramento (Famílias já Assentada)	-	1.141	641	1.125	4.619	DADR
Cadastramento de Famílias (novas)	-	726	-	402	613	DADR
Nº de Famílias Quilombolas beneficiadas com a regularização fundiária (unidade)	-	-	-	1.197	707	DRF ²
Áreas arrecadadas (hectare)	78.722,43	30.166,43	23.824,38	-	12.911,10	DRF
Títulos individuais emitidos (unidade)	285	518	439	356	475	DRF
Títulos comunitários emitidos (unidades)	12	16	3	3	10	DRF
Nº de Famílias beneficiadas com a titulação (unidade)	898	1.476	607	1.455	992	DRF

3.2.2.2. Secretaria e Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania - SEDIHC dentro da FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL é responsável pela gestão do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente - FEDCA; do Fundo Estadual da Assistência Social – FEAS e da Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão - FUNAC

3.2.2.2.1. Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - FEDCA

Quadro 15- Programação e execução orçamentária por Programas finalísticos e ações do PPA 2012-2015, exercício 2013 por Função Assistência Social

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0539	Proteção e Promoção Social						479.000,00
4633	Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	600.000,00	600.000,00	479.000,00	0,00	0,00	
TOTAL							0,00

Comparando-se a dotação atual do exercício 2013 em relação ao ano de 2012 registra-se um decréscimo de investimentos para garantir o atendimento e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidades na de ordem de R\$ 2.392.571,79, que equivale a 398,76%, inviabilizando o cumprimento da meta, o que certamente sofrerá alteração no processo de revisão do PPA 2012-2015.

3.2.2.2. Fundo Estadual da Assistência Social - FEAS

Quadro 16 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012 2015, Exercício 2013 na Função Assistência Social

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0539	Proteção e Promoção Social	56.109.000,00	61.349.645,21	51.974.689,02	49.744.423,72	49.345.843,62	
4450	Gestão do Programa	1.441.000,00	3.409.347,04	1.479.326,65	1.160.304,14	1.150.304,04	
4632	Descentralização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	250.000,00	250.000,00	143.380,00	143.380,00	130.050,00	
3067	Construção e Aparelhamento da Rede de Proteção Social	150.000,00	288.200,00	138.180,00	72.000,00	72.000,00	
4297	Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade	1.578.000,00	1.640.123,60	512.156,58	490.577,78	484.827,78	
4424	Isenção do Pagamento da Fatura de Energia Elétrica - Viva Luz	28.000.000,00	28.000.000,00	23.176.342,46	23.176.342,46	23.176.342,46	
4425	Isenção do Pagamento da Fatura de Água - Viva Água	22.000.000,00	22.000.000,00	22.000.000,00	22.000.000,00	22.000.000,00	
4455	Reforma e Conservação dos Bens Imóveis da Rede de Proteção Social	400.000,00	427.702,00	293.663,59	260.794,59	260.794,59	
4456	Promoção de Eventos para o Fortalecimento das Ações Afirmativas	100.000,00	106.926,00	27.249,54	27.249,54	27.249,54	
4642	Cofinanciamento de Benefícios Eventuais por Natalidade e Funeral	595.000,00	853.704,00	809.000,00	809.000,00	576.000,00	
4654	Regionalização de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS	395.000,00	644.000,00	582.000,00	582.000,00	498.000,00	

Cont.

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
4655	Regionalização de Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS	490.000,00	490.000,00	482.960,00	475.460,00	422.960,00	
4667	Garantia de Benefícios Eventuais Assistenciais Emergenciais	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	
4309	Capacitação dos Agentes, Gestores e Usuários da Política de Assistência Social	660.000,00	3.189.642,57	2.330.430,20	547.315,21	547.315,21	
TOTAL		56.109.000,00	61.349.645,21	51.974.689,02	49.744.423,72	49.345.843,62	0,00

Conforme dotação atual (lei + crédito) do Programa 0539, e apesar do vultoso orçamento anual de R\$ 61.349.645,21 e uma execução proporcional a cerca de 80% de liquidação, observa-se que as ações 4424 e 4425 comprometeram R\$ 45.176.342,46 do orçamento, restando R\$ 4.169.501,16 para garantir e promover a inclusão de outras milhares de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social em serviços socioassistenciais ofertados nos 217 municípios maranhenses pelo Estado.

3.2.2.2.3. Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão - FUNAC

Quadro 17 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Assistência Social

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		LEI	LEI+CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADO	VALORES PAGOS	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS
0539 - Proteção e Promoção Social		16.978.796,00	24.453.245,27	19.169.631,42	18.948.229,78	18.948.229,78	
4292	Execução de Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade	4.098.217,00	5.816.928,44	5.597.518,07	5.382.826,43	5.382.826,43	214.691,64

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2013

Cont.

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		LEI	LEI+CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADO	VALORES PAGOS	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS
3066	Construção e Aparelhamento das Unidades de Atendimento	700.000,00	3.032.737,83	98.527,56	91.817,56	22.817,56	6.710,00
4450	Gestão do Programa	12.180.579,00	15.603.579,00	13.473.585,79	13.473.585,79	12.585.196,16	0,00
	TOTAL	16.978.796,00	24.453.245,27	19.169.631,42	18.948.229,78	18.948.229,78	0,00

⇒ RESUMO SINTÉTICO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

UNIDADE	AÇÃO	RESULTADO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Direitos Humanos e Assistência Social	Implantação e implementação do Sistema de Proteção dos Direitos Humanos, conforme determina o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)	<p>Ampliação gradativa da oferta de atendimento 5.713 vítimas de crimes, testemunhas ameaçadas, trabalhadores egressos do trabalho escravo, crianças e adolescentes ameaçadas de morte e apenados com a implantação, em nível de Estado, de todos os mecanismos legais de defesa dos direitos humanos, a saber: CEAV- Centro de Apoio às Vítimas de Crime (a partir de 2011); CENTATV – Centros de Atendimento às Vítimas de Direitos Humanos (2012); PROVITA – Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (2011); Ouvidoria dos Direitos Humanos (2011), Defensores (2012); Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2013) e em implantação o PPCAM: Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (em implantação), pois atualmente é realizado em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.</p>	Açailândia, Bacabal, Imperatriz, Timon, São Luís.
	Implementação das ações decorrentes da adesão do Estado do Maranhão a Planos e Programas Nacionais, Acordos Internacionais.	<p>Milhares de pessoas com deficiências e moradores de rua, vínculos familiares rompidos e sem referência comunitária passam a contar com atendimento diário (alimentação, cuidados médicos, terapêuticos, culturais e sociais) através do cofinanciamento estadual de 2 Centros de Referência Dia, 12 Residências Inclusiva de Longa Permanência e 1 Central Estadual de Interpretação de LIBRAS, decorrente da adesão ao Plano Nacional Viver Sem Limites, além do cofinanciamento estadual para os municípios implantarem Centros de Atendimento a População de Rua (CENTROPOP).</p> <p>Intensificação das ações de assistência social a familiares de vítimas de crime e proteção dos direitos humanos aos presidiários e às famílias de apenados dentro e fora do Sistema Carcerário através da implementação do Decreto de Assistência Humanitária.</p> <p>Ampliação gradativa de suplementação orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social, através de repasses na ordem de R\$ 3.500.000,00/ano do MDS, em decorrência da adesão do Estado ao Pacto de Aprimoramento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social, possibilitando a realização de Encontros Regionalizados de Monitoramento da Política; capacitação de trabalhadores, prefeitos e gestores municipais para qualificação do atendimento; aquisição de alimento e medicamento a idosos e crianças atendidos no Solar do Outono, e nas Casas de Passagem da Criança e do Adolescente, do idoso.</p>	Atendimento estendido a todas as pessoas que necessitarem. Não há resultado territorialidade, mas está estendido aos 217 municípios maranhenses.

Erradicação do Subregistro de Nascimento e falta de documentação civil básica	<p>Qualificação do atendimento a idosos, crianças e adolescentes em situação de risco extremo, sem vínculos afetivos e/ou abandonados por familiares através de reforma, aparelhamento e ampliação do Solar do Outono, Casa de Passagem da Criança e Casa de Passagem do idoso, conforme determina a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), Vigilância Sanitária, Defesa Civil e Estatutos do Idoso e da Criança e do Adolescente.</p> <p>12 municípios maranhenses contam com a Rede e o Sistema de Garantias de Direitos (SGD) estruturado para ofertar proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, dispondo inclusive de Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual aprovado pelas Câmaras Municipais por intermédio da facilitação e assessoramento técnico a prefeituras, vereadores, gestores municipais e sociedade civil organizada por meio da realização de audiência pública, seminários e oficinas regionalizadas.</p> <p>Instalação e criação através de Lei da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE) resultando no atendimento de centenas de pessoas através da realização da Caravana pela Liberdade nos municípios de Codó e Peritoró.</p> <p>Cofinanciamento estadual para municipalização de serviços de atendimento em conflito com a Lei através da ampliação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), dos Centros de Assistência Social (CRAS), de benefícios eventuais a famílias de baixa vulnerabilizadas pela eventualidade de morte ou nascimento;</p> <p>Beneficiamento de milhões de famílias de baixa renda e em extrema pobreza são beneficiadas pela isenção da taxa de pagamento de água e luz em todo o Estado por meio do VIVA ÁGUA e VIVA LUZ.</p> <p>2.043 presidiários passam a contar com registro civil de nascimento (2ª via), carteira de trabalho, carteira de identidade, título de eleitor, CPF e alistamento militar emitidos durante a realização de mutirão de subregistro dentro das unidades prisionais;</p> <p>3.300 indígenas e quilombolas tiveram acesso facilitado à emissão de carteira de trabalho, carteira de identidade, título de eleitor, CPF e alistamento militar emitidos durante a realização de mutirão de subregistro realizado dentro das aldeias indígenas e comunidades quilombolas.</p>	141 municípios maranhenses, cobertura de 16 regionais de planejamento, 43 comunidades quilombolas e 27 aldeias indígenas (guajajaras, krikatis, canelas, gaviões)
---	--	---

FUNAC	<p>Reestruturação das Unidades Socioeducativas de Canaã e Florescer de atendimento a adolescentes em conflito com a lei conforme determina a Lei Federal nº 12.594/12, que regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).</p> <p>Reestruturação do Programa de Egressos das Medidas Socioeducativas</p> <p>Revitalização do Programa de Profissionalização dentro das Unidades de Privação de Liberdade de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.</p>	<p>Unidades adequadas em conformidade com a Lei, além da redução no índice de intervenção judicial (Ação Civil Pública) contra o governo do Estado, com imposição de multas diárias revertida aos municípios onde as Unidades estão instaladas.</p> <p>Inclusão dos adolescentes em programas federais, serviços e projetos socioassistenciais no próprio município de origem do adolescente que concluiu o cumprimento da sentença judicial, consequentemente, tem-se uma redução na taxa de extermínio de adolescentes egressos das medidas quando retornam para casa.</p> <p>Redução no índice de fugas, homicídios e rebeliões ocorridas no interior do Estado, através da reestruturação da Padaria Escola financiada pelas empresas VALE (através do Fundo Estadual da Criança) e Instituto ALCOA (doação direta).</p>	<p>Centro de Atendimento Socioeducativo Canaã, Nova Jerusalém e Florescer, localizadas em São Luís, para cumprimento das medidas de internação provisória e definitiva masculina e internação e semiliberdade feminina.</p> <p>Desenvolvido em todas as Unidades de Atendimento Socioeducativo localizada na capital (4) e Imperatriz, seja de cumprimento de medida de internação, seja de semiliberdade ou de passagem provisória.</p> <p>Será desenvolvido nas 2 Unidades de internação localizadas em São Luís e Imperatriz.</p>

3.2.3. Função: Saúde e Saneamento

3.2.3.1. Secretaria de Estado da Saúde - SES

Quadro 18 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 nas Funções Saúde e Saneamento.

PROGRAMAS FINALÍSTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0552	Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	8.410.000	2.830.000	0	0	0	21.243.866
3148	Implantação de Sist. Simplificados de Abastecimento de Água	8.410.000	2.830.000	0	0	0	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2013

Cont.

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0559	Atenção Integral à Saúde	992.815.740	1.346.102.469	1.163.175.020	1.006.962.004	981.734.606	13.708.692
2487	Distribuição de Leite com Condicionalidade - Leite é Vida	3.778.428	16.186.857	10.824.722	2.072.843	2.072.843	
3128	Exp. da Rede Assistencial do SUS	62.798.607	318.775.422	200.961.787	103.466.032	97.556.047	
3149	Proj. Qualid. da Rede de Atenção à Saúde-QUALISUS-REDE	5.215.428	0	0	0	0	
4212	Distrib. de Insumos Estratégicos para Prevenção e Controle de HIV/AIDS e Outras DST	1.329.800	1.338.490	1.123.479	564.593	564.593	
4398	Contratualização de Estabelec. de Saúde	82.942.694	69.182.205	63.451.553	57.727.975	57.093.814	
4439	Promoção do Acesso aos Medic. do Componente Estratégico, Especializado e de Alto Custo	35.000.000	27.821.247	27.766.263	20.874.650	20.874.650	
4450	Gestão do Programa	24.800.000	33.158.333	29.074.802	23.574.840	22.962.340	
4555	Implemen. de Políticas de Atenção à Saúde do Homem e da P. Idosa	120.000	357.247	109.176	91.097	91.097	
4557	Implem. de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança e Adolescente	820.000	883.621	816.962	715.790	715.790	
4562	Funcionamento da Rede Assistencial Própria do Estado	733.590.783	818.948.742	798.489.066	773.364.180	755.988.320	
4564	Adeq. das Unid. Assistenciais de Saúde	5.410.000	11.685.683	4.622.144	1.780.306	1.780.306	
4565	Descentralização das Ações de Vig. Sanitária e Vig. Ambiental	1.100.000	2.509.842	923.120	752.876	752.876	
4566	Exec. das Ações de Vig. Sanitária e Ambiental em Caráter Suplementar	1.000.000	1.312.796	602.384	508.634	477.038	
4567	Vigilância, Prevenção e Controle da Leishmaniose Visceral	600.000	338.490	49.230	49.230	49.230	
4568	Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	650.000	650.000	155.644	85.644	85.644	
4569	Vigilância, Prevenção e Eliminação da Hanseníase	650.000	485.158	146.776	146.776	146.776	
4570	Vigilância, Prevenção e Controle de HIV/AIDS, Hepatites e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST	500.000	1.534.042	1.033.639	618.787	618.787	
4571	Imunobiológicos para a Prevenção e Controle de Doenças	1.100.000	3.145.709	749.233	127.293	127.293	

Cont.

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
4572	Implementação de Políticas de Saúde do Trabalhador	100.000	784.192	105.528	93.988	93.988	
4573	Estruturação do Sistema de Vigilância em Saúde e Atenção Básica em Seus Diversos Níveis	3.000.000	4.398.770	1.037.883	694.100	694.100	
4575	Implementação da Política de Alimentação e Nutrição nos Diferentes Ciclos da Vida	100.000	777.667	257.975	7.906	7.906	
4610	Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família - PSF e Saúde Bucal - PSBU	3.010.000	5.932.174	4.977.873	3.748.683	3.748.683	
4630	Ação de Combate ao Câncer	10.000.000	10.000.000	0	0	0	
4653	Medicamento da Atenção Básica	15.200.000	15.895.782	15.895.780	15.895.780	15.232.485	
0560	Saneamento Básico	2.016.000	3.174.627	3.174.626	2.078.129	1.693.129	0
3152	Elaboração de Projetos de Abastecimento de Água e Esgoto	396.000	1.488.289	1.488.289	577.500	192.500	
4450	Gestão do Programa	1.620.000	1.686.338	1.686.337	1.500.629	1.500.629	
TOTAL		1.003.241.740	1.352.107.095	1.166.349.645	1.009.040.132	983.427.735	34.952.558

⌚ ANÁLISE DAS AÇÕES MAIS RELEVANTES

Programa 0552 – Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Programa de execução compartilhada entre a CAEMA e FES/Central. A implementação do programa embora tenha utilizado estratégias que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que contribuem negativamente para a obtenção de resultados, uma vez que parte das ações depende de fatores externos, pois, se refere a implantação e ampliação de sistemas.

Ação 3148 – Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água

Orçamento inicial de R\$ 8.410.000,00 reduzido para R\$ 2.830.000,00. Emendas parlamentares que não chegaram a termo. Meta planejada não alcançada.

Programa 0559 – Atenção Integral A Saúde

O programa vem sendo executado em conformidade com os problemas e objetivos identificados quando de sua concepção. Ainda se observa, entretanto, que as taxas de morbimortalidade são bastante elevadas uma vez que a execução direta de ações de promoção e prevenção de agravos na atenção primária é de responsabilidade dos municípios. No geral as ações desse programa têm como objetivo assegurar serviços especializados, aumentar a cobertura da rede assistencial do SUS, estruturar o sistema de saúde, elaborar instrumentos de planejamento, qualificar profissionais, aperfeiçoar mecanismos de gestão, regulação, avaliação, etc.

⌚ AÇÕES MAIS RELEVANTES

Ação 2487 - Distribuição de Leite com Condisionalidade - Leite é Vida

A finalidade desta ação é garantir o atendimento a crianças de zero a seis anos e a gestantes, com prioridade para os grupos de risco. Em 2013 foram distribuídos 537.899 litro de leite tipo C para crianças de 0 a 6 anos e gestantes com risco nutricional e desnutridas. A dotação orçamentária de R\$ 3.778.428,00 passou para R\$ 16.186.857,00 tendo sido empenhado R\$ 10.824.722,29 e liquidado R\$ 2.072843,10. A meta física planejada não foi alcançada por fatores externos (cadastro de produtores).

Ação 3128 - Expansão da Rede Assistencial do SUS

A ação tem como objetivo aumentar a cobertura da rede assistencial do SUS nos municípios. A dotação orçamentária inicial de R\$ 62.798.607,00 passou para R\$ 318.775.422,00, tendo sido empenhado R\$ 200.961.787,00 e liquidado 103.466.032,00. A meta física planejada de 12 unidades construídas ficou abaixo do previsto porque algumas obras não foram concluídas. O incremento do orçamento desta ação resulta de recursos oriundos do Programa Viva Maranhão - fonte 114 (BNDS) e Tesouro do Estado – fonte 121. Resultaram desta ação: Aquisição de equipamentos para hospitais de 20 leitos, 50 leitos; Aquisição de 50 Ambulâncias Tipo Semi Intensivas; Construção de Hospitais de 100 leitos nos Municípios de Caxias, Imperatriz, Pinheiro e Santa Inês; Reforma e equipamentos para o complexo PAM Diamante para funcionamento do LACEN e Centro de Diagnóstico de Imagem. Ampliação e aquisição de equipamentos para o Hospital de Alta Complexidade Carlos Macieira;

Ação 4212 - Distribuição de insumos estratégicos para prevenção e controle de HIV/AIDS e outras DST.

Da dotação inicial no valor de R\$ 1.338.490,00 foram empenhados R\$ 1.123.479,00 utilizados para expandir a distribuição de insumos estratégicos para ampliar as ações de prevenção, atenção e vigilância em HIV/Aids e outras DST. Fruto desta ação foi realizado a distribuição de 21.668.000 milhões de unidades de preservativo masculino beneficiando 217 municípios; distribuição de 8.262 latas de leite para crianças expostas ao HIV/AIDS; Distribuição de Teste Rápido para 150 municípios.

Ação 4398 – Contratualização de Estabelecimentos de Saúde

Para esta ação foram empenhados recursos orçamentários no valor de R\$ 63.451.553,00 objetivando organizar e garantir os serviços de saúde com qualidade e de forma humanizada por meio da celebração de contratos /convênios com prestadores de serviço e municípios para estabelecimento de redes assistências de atenção a saúde. Foram contratualizados 32 Estabelecimentos de Saúde, que executam ações de assistência de Média e Alta Complexidade, no âmbito do Estado;

Ação 4439 – Promoção do Acesso aos Medicamentos do Componente Estratégico, Especializado e de Alto Custo.

Com a finalidade de garantir aos usuários do SUS, acesso aos medicamentos contemplados no componente especializado, estratégico e de alto custo foram empenhados R\$ 27.766.263,00 e foram atendidas 139.553 pessoas com medicamentos especializados e de alto custo.

Ação 4562 – Funcionamento da Rede Assistencial Própria do Estado

Objetivando promover assistência à saúde através da rede hospitalar e ambulatorial própria do Estado o orçamento inicial de R\$ 728.470.924,00 passou para R\$ 812.723.473,81 tendo sido empenhado R\$ 798.489.066,46. A meta física planejada foi alcançada e superada (102,6%). A variação orçamentária decorreu da necessidade de garantir o funcionamento de 40 unidades de saúde próprias, incluindo a aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente. Como resultados dos recursos empregados foram realizados no exercício de 2013: 3.734.408 consultas médicas/outros profissionais de nível superior e que correspondem a uma evolução de 2009-2013 de 85,08%; 1.977.989 consultas/atendimentos às urgências refletindo uma evolução de 2009-2013 de 93,42%; 14.146.762 procedimentos ambulatoriais que se comparado com o ano de 2009 apresenta uma evolução de 88,77% e 52.234 internações – evolução de 2009-2013 de 54,80%; 72.266 cirurgias realizadas nos Hospitais da Rede Estadual; Implantação de 788 novos leitos; Habilitação de 183 novos leitos de UTI; 71.796 coletas de bolsas de sangue realizadas pela HEMOMAR; 1.039.705 exames realizados pela HEMOMAR; Implantação pelo Laboratório Central - LACEN de técnica de biologia molecular para tratamento de portadores de hepatite B, C e HIV. Implantação do SPA em psiquiatria no Hospital Nina Rodrigues; Implantação de dois Serviços de Residências Terapêuticas em Psiquiatria.

Ação 4564 - Adequação das Unidades Assistenciais de Saúde.

O orçamento inicial de R\$ 5.410.000,00 passou para R\$ 11.685.683,00 tendo sido empenhado R\$ 4.622.143,52. A morosidade do trâmite processual licitatório contribuiu para o não alcance da meta de readequação de 05 unidades de saúde. Foram realizadas adequações e aquisição de equipamentos para o Complexo Hospitalar de Alta Complexidade Hospital Carlos Macieira e o Hospital Geral de Coroatá.

Ação 4565 - Descentralização das Ações de Vigilância Sanitária e Ambiental.

O orçamento inicial de R\$ 1.100.000,00 passou para R\$ 2.509.841,96. A meta de descentralização de serviços, de acordo com acompanhamento realizado no Sistema SISPCA, demonstra que a meta executada superou a planejada: de 40 para 68 serviços descentralizados (170%). Foram também, realizadas ações do Programa VISA nas Escolas, EDUCAVISA, VISA Itinerante e do Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade do Leite/Centro Integrado da Qualidade do Leite (C-QUALI)

Ação 4571 - Os Imunobiológicos para a Prevenção e Controle de Doenças

Para ampliar a cobertura das vacinas de rotina e de campanha em humanos e animais o orçamento inicial de R\$ 1.100.000,00 passou para R\$ 3.145.700,00 tendo sido empenhado R\$ 749.233,00. A morosidade do trâmite processual licitatório comprometeu o alcance da meta planejada de 4.070 kits de insumo. A meta alcançada foi 49,5% da planejada, ou seja, 2.014 kits de insumos distribuídos.

Ação 4573 – Estruturação do sistema de Vigilância em Saúde e Atenção Básica em seus diversos níveis

O orçamento inicial de R\$ 3.000.000,00 passou para R\$ 4.398.770,00 tendo sido empenhado R\$ 1.037.883,00. A meta planejada de estruturação de 50 unidades foi executada em 100%, de acordo com acompanhada do SISPCA.

Ação 4610- Fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família e Saúde Bucal – PSBU.

Orçamento inicial de R\$ 3.010.000,00 passou para R\$ 5.932.174,03, tendo sido empenhado R\$ 4.977.872,91. Da meta planejada de beneficiar 117 municípios foram alcançados 114 municípios (97,4%). Os municípios foram beneficiados através de avaliação, restabelecimento de ações e serviços nas unidades de saúde e apoio técnico para atingimento de metas dos indicadores vitais pactuados. Resultados alcançados: Ampliação de 22 novas equipes de saúde da família- ESF credenciadas; Ampliação de 223 novos Agentes Comunitários de Saúde – ACS credenciados; 42 novas equipes de NASF credenciadas; Credenciamento de 02(duas)

Equipes de Saúde Fluvial; Ampliação da adesão do PMAQ – Programa de Melhoria de Acesso e da Qualidade de Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família-ESF (773 equipes), Estratégia Saúde Bucal-ESB (493 equipes), Núcleo de Apoio ao Saúde da Família-NASF (58 NASF) e Centro de Especialidades Odontológicas-CEO (19 CEO); Numero de construções (205), ampliações (524) e reformas (166) de Unidades Básicas de Saúde cadastradas no Sistema de Monitoramento de Obras /SISMOB/MS; Foram habilitados 98 Pólos de Academia da Saúde; Adesão ao programa “Mais Médicos” com atuação de 425 médicos em diversos municípios; Pactuação para implantação da Rede de Atenção Psicossocial- RAPS nas 19 Regiões de Saúde do Estado; Dispensação de 112.960 frascos de insulina NPH e 14.594 frascos de insulina Regular; Implantação do programa de controle do tabagismo em 21 municípios das 19 regiões de saúde, viabilizando a habilitação de 51 consultórios de tratamento do fumante; Foram realizadas capacitações nas ações de promoção e prevenção na área de saúde da pessoa idosa, com 119 profissionais capacitados, beneficiando 164.483 pessoas idosas; Realização da Oficina para Implantação dos Comitês de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, Sensibilizar e capacitar gestores e profissionais de saúde sobre a investigação do óbito materno, infantil e fetal, beneficiando 2.539.653 pessoas. Realização da “I Mostra de Experiências da Atenção Básica”, que teve como tema “Compartilhando Saberes” e objetivando promover as contribuições efetivas para o avanço do processo de trabalho dos profissionais envolvidos na Atenção Básica nos municípios maranhenses.

Ação 4653 – Medicamentos da Atenção Básica.

Para garantir aos Municípios o atendimento da população com medicamentos de forma racional para as ações de saúde da Atenção Básica o orçamento inicial de R\$ 15.200.000,00 foi acrescido para R\$ 15.895.782,00 tendo sido empenhado R\$ 15.895.779,74. A meta planejada de atender os 217 municípios foi 100% alcançada.

Avaliação geral do resultado do Programa: Os resultados alcançados demonstram que o problema, o objetivo do Programa e as metas estabelecidas por ações estão compatíveis. Das 24 ações do programa, 07 (Sete) ações (4439, 4562,4565,4566,4567,4568 e 4569) ultrapassaram a meta física planejada. O orçamento inicial do programa de R\$ 992.815.740,00 passou para R\$ 1.346.102.468,88, no decorrer do exercício, e foram empenhados R\$ 1.163.175.019,83 (86,4%). Algumas ações

necessitam, porém, de uma reavaliação para o efetivo alcance das metas planejadas. O primeiro ano de gestão dos novos dirigentes municipais dificultou em algumas ações o cumprimento das metas planejadas. As ações básicas / primárias de saúde, observando o princípio básico do SUS, foram descentralizadas cabendo ao Estado a gestão do Sistema Estadual de Saúde e execução direta de ações tais como: planejamento do sistema estadual de saúde, monitoramento, controle, regulação, avaliação, auditoria do Sistema, capacitação de recursos humanos , execução de ações assistenciais de alta complexidade e ações em caráter complementar, quando necessário.

Programa 0560 - Saneamento Básico

O programa foi estabelecido tendo em vista que o índice de atendimento das famílias com cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário ainda é insipiente no Estado do Maranhão. Este programa sofreu restrições orçamentárias por força da Lei complementar nº 141/2012 que estabelece que os gastos com saneamento básico, para efeito de apuração de percentuais mínimos que o Estado pode aplicar em ações e serviços de saúde são: Item VI - saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas na Lei Complementar; VII - saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos.

Ação 3152 – Elaboração de Projetos de Abastecimento de Água e Esgoto

A finalidade da ação é proporcionar captação de recursos para a execução de sistemas de abastecimento de água e esgoto nos municípios. O orçamento inicial de R\$ 396.000,00 passou para R\$ 1.7488.288,51 tendo sido empenhado R\$ 1.686.337,04. Da meta física planejada de 05 projetos elaborados foram executados 02 (40%).

Ação: 4450 – Gestão do Programa

Ação que viabiliza a coordenação do Programa. Do orçamento no valor de R\$ 1.686.338,00 foram empenhados R\$ 1.686.337,04 (96%). Trata-se de uma ação medida pela despesa.

Quadro 19 – Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no Período 2009 - 2013

INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013	FONTE
Nº DE LEITOS/por 1000 hab)	2,13	1,99	1,87	1,86	1,79	Ministério da Saúde – TABNET/CNES
UTI – Neonatal e Adultos	208	208	263	341	381	Ministério da Saúde – TABNET/CNES
Nº de Médicos / 1000 Hab	0,58	0,57	0,57	0,59	0,65	Ministério da Saúde – TABNET/CNES
Taxas de incidência de doenças transmissíveis (casos por 100.000hab):						
Aids	16,24	15,70	17,48	16,65	*	Ministério da Saúde
Tuberculose	33,92	32,09	33,13	29,00	29,00	Ministério da Saúde
Dengue	33,61	87,21	153,33	78,97	54,6	Ministério da Saúde
Leishmaniose visceral	6,60	6,51	6,85	4,99	8,6	Ministério da Saúde
Hanseníase	63,94	62,74	59,36	56,91	55,2	Ministério da Saúde
Taxa de Mortalidade Infantil	23,0	21,9	20,0	27,49**	24,37**	Ministério da Saúde
Gasto per capita com ações e serviços públicos de saúde	411,30	435,76	512,87	519,11	*	Ministério da Saúde

*Dado não disponível

** Sujeito a revisão

Avaliação:

O coeficiente de Incidência da Tuberculose estima o risco de um indivíduo desenvolver tuberculose em qualquer de suas formas clínicas. Taxas elevadas geralmente estão associadas a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico. Este indicador faz parte dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio para a tuberculose delineado pela ONU, cuja meta é a redução da incidência

em 50% até 2015, quando comparada à incidência de 1990. O Estado do Maranhão possui ainda incidência elevada (29.0%). Verificou-se, contudo nos últimos anos um declínio na incidência, que num cenário favorável pode estar relacionadas à melhoria das ações de controle da tuberculose.

A Hanseníase ainda permanece como um grave problema de Saúde Pública no Estado. A taxa de incidência ainda é considerada alta e caracteriza uma hiperendemicidade. A Secretaria de Saúde / Coordenação da Hanseníase vêm desenvolvendo ações de capacitação e supervisões continuadas, que melhoraram a detecção de casos e também contribuem para a diminuição do percentual de incidência da doença. Ressalva-se, porém, que a execução direta das ações para eliminação desta doença são de competência dos municípios, na Atenção Básica.

O Estado do Maranhão, na ultima década, apresentou com relação a Dengue, 04 (quatro) anos de alta incidência nos anos de 2003, 2005, 2007 e 2011, estando atualmente no 3º ano de redução. O ano de 2013 apresentou uma incidência de 54,6%, classificado como baixa incidência. Por se tratar de uma doença viral que não dispõe de vacina no seu processo de prevenção e ter no ciclo de transmissão a presença de um vetor (mosquito Aedes aegypti), torna-se difícil manter o controle, que depende, não somente da SES, mas, de todo um trabalho articulado com vários órgãos públicos e a sociedade civil.

Leishmaniose visceral é uma doença parasitária, cíclica cuja ocorrência está na dependência de fatores ambientais ligado ao saneamento básico. Não dispõe de vacina para a sua prevenção e tem no ciclo de transmissão a presença de um vetor (mosquito Flebotomíneo), e o portador, o cão, de muita proximidade ao homem. Por estes fatores tem aumentado a área de ocorrência no Estado e que esta refletido no resultado do indicador em 2013.

3.2.4 – Função: Trabalho

3.2.4.1. Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária – SETRES

Dentro da Política do Trabalho a Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária – SETRES tem uma expressiva atuação no desenvolvimento das políticas de Geração de Trabalho, Renda e Economia Solidária visando ser reconhecida como instrumento de diálogo e coordenação das políticas voltadas para a redução das desigualdades sociais no Maranhão, contribuindo para o alcance dos objetivos do Governo do Estado por intermédio das ações estruturadas em 2 (dois) Programas sob sua gestão:

- Qualificação e Promoção do Trabalho
- Desenvolvimento da Economia Solidária

No tocante a execução orçamentária como um todo, observa-se, conforme tabela abaixo, que houve um aumento substancial dos recursos quando comparados a dotação inicial na ordem de 462%. Grande parte dos recursos é originário de Convênios com o Governo Federal, o qual possibilita uma efetivação maior das ações desenvolvidas por cada programa.

No entanto, apesar da necessidade do incremento na dotação orçamentária, o total empenhado representa um pouco mais da metade do total dos recursos orçamentários adquiridos para implementar e executar os programas na política do trabalho, ou seja, representou, em 2013, um percentual de 56,6% do orçamento. As principais ações desenvolvidas, portanto, foram a de Intermediação de Mão de Obra e a de Fomento e Desenvolvimento dos Empreendimentos de Economia Solidária.

Quadro 20 – Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Trabalho

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0520	Qualificação e Promoção do Trabalho	1.580.000,00	7.369.707,00	4.138.194,13	3.571.005,00	3.301.634,38	64.016,76
2481	Intermediação de Mão de Obra	830.000,00	4.977.743,00	3.440.786,30	2.878.769,27	2.609.398,65	
2484	Seguro Desemprego	200.000,00	591.964,00	401.403,19	399.253,19	399.253,19	
4315	Qualificação Profissional	490.000,00	1.800.000,00	296.004,64	292.982,54	292.982,54	
4624	Microcrédito Produtivo Orientado	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0521	Desenvolvimento da Economia Solidária	500.000,00	2.500.000,00	791.227,42	363.727,42	357.128,44	
4316	Fomento e Desenvolvimento dos Empreendimentos de Economia Solidária	500.000,00	2.500.000,00	791.227,42	363.727,42	357.128,44	
TOTAL		1.330.000,00	7.477.743,00	4.232.013,72	3.242.496,69	2.966.527,09	913.870,52

Na sequência, destacam-se os principais resultados das ações em cada programa:

Programa 0520 - Qualificação e Promoção do Trabalho

Ação 2481 - Intermediação de Mão de Obra /Ação 2484 - Seguro-Desemprego

Realização de assistência a 172.310 trabalhadores (as), ultrapassando a meta estabelecida em 11% e habilitação de 109.393 trabalhadores (as), abrangendo todo o estado através das Regionais (agências), conforme tabela abaixo:

Quadro 21 – Agências Regionais do Trabalho

REGIONAIS/AGÊNCIAS DO TRABALHO	AÇÃO: INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA	AÇÃO: SEGURO DESEMPREGO
	PRODUTO: TRABALHADORES ASSISTIDOS	PRODUTO: TRABALHADORES HABILITADOS
SÃO LUÍS	102.385	62.468
AÇAILÂNDIA	14.007	13.525
BACABAL	3.695	709
BACABEIRA	4.000	3.750
BALSAS	7.132	3.460
BARRA DO CORDA	1.100	0
CAXIAS	5.295	4.339
CHAPADINHA	4.414	2.305
CODÓ	2.289	2.030
ESTREITO	4.463	876
IMPERATRIZ	12.867	3.959
PEDREIRAS	390	0
SANTA INÊS	6.180	5.671
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	4.093	6.301
TOTAL	172.310	109.393

Emissão de 57. 092 Carteiras do Trabalho e Previdência Social – CTPS que é uma atribuição do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Contudo, para maior diversidade das ações oferecidas ao trabalhador, a Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária através de convênio de cooperação técnica com a Superintendência Regional de Trabalho e Emprego – SRTE vem oferecendo esse serviço a população.

Intermediação de Jovem Aprendiz - 200 trabalhadores assistidos.

Shopping do Emprego da Construção Civil – 1.300 trabalhadores assistidos.

Dia “D” Atenção à Pessoal c/Deficiência - 498 trabalhadores assistidos.

SINE nos Bairros - 985 trabalhadores assistidos.

SINE Móvel em Atendimento às grandes Empresas: Belo Monte, Camargo Correa e Vale do Rio Doce - 796 trabalhadores assistidos.

Programa 0521 - Desenvolvimento da Economia Solidária

Ação 4316 - Fomento e Desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Em 2013 o setor de Economia Solidaria buscou consolidar os resultados de anos anteriores, tais como as capacitações que visaram a melhoria da qualidade da produção, técnicas de comercialização, e acesso ao mercado institucional.

Houve avanço nas conquistas anteriormente alcançadas do mercado institucional pelos grupos produtivos solidários da agricultura familiar, através de programas de aquisição de alimentos como o PNAE e o PAA, aumentando a comercialização institucional, e para o segmento artesanato firmou parcerias com outras secretarias e instituições que foi fundamental para garantir a geração de emprego e renda, isso aconteceu com a participação dos grupos produtivos nas diversas conferencias realizadas no

ano e demais eventos como arraial junino, a semana nacional de ciências e tecnologia e datas alusivas ao dia da cultura e consciência negra.

Realização da feira de Natal nas dependências de um grande Shopping da Capital alcançou êxito total com uma comercialização em torno de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) entre 30 grupos produtivos que disponibilizaram ao público opções de presentes e decoração que variavam entre R\$ 1,00 (um real) a R\$ 380,00 (a trezentos e oitenta reais).

Apoio a 134 empreendimentos econômicos solidários de forma direta.

Com base na tabela abaixo, observa-se que ao longo da série histórica 2009-2013 houve crescimento substancial nos números dos postos de trabalho com carteira assinada, passando de 137.645 para 231.433, correspondendo um crescimento de 68%. Destaca-se ainda o crescimento do percentual de trabalhador formal, passando de 35% em 2009 para 58% em 2013. Esses números refletem, portanto, os resultados das ações dentro desta política.

Quadro 22 - Demonstrativo dos Principais Indicadores de Resultados no Período 2009 -2013

INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013	FONTE
Numero de Postos de Trabalho com Carteira assinada (Unidade)	137.645	214.248	226.878	227.465	231.433	CAGED/MTE
Taxa de trabalho formal – 16 anos ou mais (%)						
Taxa de desocupação por faixa etária - %						
PEA(%)						
Participantes sócios em empreendimentos econômicos Solidários(Unidade)	0	800	465	283	134	SETRES-MA
Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal - %	8,57	7,95	8,26	7,98	8,94	SINE-MA / MTE
Taxa de cobertura do Seguro-Desemprego - %						
Trabalhador Formal.	34,91	37,16	34,59	47,7	58,25	SINE-MA / MTE
Pescador Artesanal.	34,47	43,75	34,34	34,16	22,06	SINE-MA / MTE

3.2.5. Função: Educação

3.2.5.1. Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

A educação é um dos principais alicerces para a construção e o desenvolvimento social de um país, sendo um direito de todos os cidadãos a ser assegurado pelo Estado e incentivado com a colaboração da sociedade, de acordo com a Constituição Federal.

A fim de atender a este direito e de cumprir com sua atribuição de "*formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de Educação Básica*", a Secretaria de Estado da Educação definiu quatro objetivos institucionais, sendo eles: a melhoria do nível de aprendizagem, a universalização do ensino médio, o regime de colaboração e o combate ao analfabetismo.

Cada um desses objetivos foi pensado a partir de diagnósticos realizados pela SEDUC e definidos em alinhamento com os programas do Plano Plurianual, visando levar a educação do Maranhão a atingir o patamar desejado.

Ao determinar esses direcionamentos, a educação do Maranhão começa a fortalecer suas estratégias com o desenvolvimento de ações e políticas públicas institucionalizadas definidas para o médio e longo prazo.

Isso fica evidenciado pelas realizações do exercício em análise neste relatório como, por exemplo, a finalização e apresentação do Plano Estadual de Educação, a definição das Diretrizes Curriculares da Educação Básica e o Estatuto do Educador.

Quadro 23 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Educação

PROGRAMAS FINALÍSTICOS/AÇÕES		Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Liquidado	Valores Pagos	Insc em RP não Processados
0548	Erradicação do Analfabetismo	7.400.000,00	38.517.515,55	16.688.374,45	6.952.764,47	6.952.764,47	9.735.609,98
4450	Gestão do Programa	1.500.000,00	8.324,00	7.977,00	7.977,00	7.977,00	0,00
4487	Combate ao Analfabetismo Absoluto	900.000,00	21.900.981,55	5.072.290,95	2.189.110,97	2.189.110,97	2.883.179,98
4657	Alfabetização no Ensino Fundamental	5.000.000,00	16.608.210,00	11.608.106,50	4.755.676,50	4.755.676,50	6.852.430,00
0549	Garantia do Acesso à Escola	71.716.481,00	184.020.651,05	98.512.032,60	21.632.521,67	21.632.521,67	76.879.510,93
3084	Expansão e Melhoria da Infraestrutura	49.716.481,00	163.321.886,05	94.322.067,84	20.436.782,25	20.436.782,25	73.885.285,59
4270	Transporte Escolar	20.500.000,00	19.500.000,00	2.991.200,00	0,00	0,00	2.991.200,00
4450	Gestão do Programa	1.500.000,00	1.198.765,00	1.198.764,76	1.195.739,42	1.195.739,42	76.264,24
0550	Melhoria da Gestão Educacional	1.207.163.162,00	1.472.487.681,73	1.276.991.545,69	1.195.607.324,08	1.195.607.324,08	81.384.221,61
4450	Gestão do Programa	1.052.347.336,00	1.111.279.940,11	1.023.823.473,50	1.023.750.234,60	1.023.750.234,60	0,00
4658	Manutenção e Funcionamento das Escolas do Ens. Fundamental	54.500.000,00	114.979.786,00	76.153.518,70	46.234.307,34	46.234.307,34	29.919.211,36
4659	Manutenção e Funcionamento das Escolas do Ensino Médio	53.700.826,00	150.530.220,00	111.970.472,69	73.613.886,44	73.613.886,44	38.356.586,25
4662	Apoio e Desen. da Gestão Educacional do Ensino Fundamental	26.650.000,00	67.642.181,98	53.149.241,03	40.413.794,65	40.413.794,65	12.735.446,38

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2013

Cont.

PROGRAMAS FINALÍSTICOS/AÇÕES		Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Liquidado	Valores Pagos	Insc em RP não Processados
4665	Apoio e Desen. da Gestão Educacional do Ensino Médio	19.965.000,00	28.055.553,64	11.894.839,77	11.595.101,05	11.595.101,05	299.738,72
0551	Melhoria da Qualidade do Ensino e Aprendizagem	53.650.000,00	62.396.779,19	43.769.388,28	43.714.674,28	43.714.674,28	54.714,00
2056	Assistência Alimentar	38.550.000,00	45.288.375,96	41.179.533,86	41.177.949,86	41.177.949,86	1.584,00
3085	Correção do Fluxo Escolar	3.800.000,00	3.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4277	Formação Profissional Inicial e Continuada	6.800.000,00	10.008.733,23	2.290.185,51	2.237.055,51	2.237.055,51	53.130,00
4450	Gestão do Programa	1.500.000,00	299.670,00	299.668,91	299.668,91	299.668,91	0,00
4660	Desenv. de Práticas Pedag. e Avalia. No Ens. Fundamental	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4661	Desenv. de Práticas Pedag. e Avalia. No Ens. Médio	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		1.609.309.643,00	2.052.028.757,52	1.730.565.711,65	1.559.371.009,11	1.559.371.009,11	168.054.056,52

Quadro 24 - Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no período 2009-2013

INDICADOR	Etapa/modal.	2013	2009	2010	2011	2012	FONTE
IDEB Ensino Fundamental	Anos iniciais		4,0		4,0		INEP
	Anos finais		3,6		3,6		
TX DE ANALFABETISMO	15 anos ou +		19,1	20,9	21,6		IBGE/PNAD
TX EVASÃO ESCOLAR	Ens. Fundamental		4	3,9	3,2	3,2	MEC/INEP/DEED/CSI
	Ens. Médio		14,8	15,8	14,8	12,8	
	Ed. Infantil						
	Ed. Especial						
	Ed. Indígena						
TX ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA DE MATRÍCULA	Ens. Fundam	83,4 *	95,6	91,1	88,3	85,5	IBGE/PNAD/INEP
	Ens. Médio	41,1 *	43,0	38,4	39,8	40,5	
TX REPETÊNCIA ESCOLAR	Ens. Fundam		10,3	10,0	10,8	11,2	MEC/INEP/DEED
	Ens. Médio		8,1	9,0	9,7	12,4	
DISTORÇÃO IDADE/ANO	Ens. Fundam		26,1	28,1	27,8	28,6	MEC/INEP/DEED
	Ens. Médio		47,3	50,3	47,3	44,9	

(*) Projeção

Observações:

As taxas de evasão escolar da Educação Infantil, Educação Especial e Educação Indígena, não estão disponíveis na Fonte: INEP/MEC/DEED/CSI As informações do exercício 2013 ainda não estão disponíveis para consulta.

⌚ ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Programa 0548 – Erradicação do Analfabetismo

Problema: Alto índice de analfabetismo no Estado do Maranhão.

Objetivo do Programa: Alfabetizar crianças e adolescentes que estão matriculados na educação básica e alfabetizar todas as pessoas acima de 15 anos, jovens, adultos e idosos.

Público Alvo: Alunos do ensino fundamental da rede pública e pessoas analfabetas fora da escola.

Avaliação do Programa/Ações: Dentre as três ações executadas pelo Programa, apenas uma atingiu o esperado – Gestão do Programa , no entanto seu produto é medido pela despesa, as outras duas não atingiram o esperado – Alfabetização na Educação Básica e Combate ao Analfabetismo absoluto.

Percebe-se, no entanto, que as ações que executaram um valor abaixo de 50% do planejado, carecem de uma investigação sobre quais fatores foram determinantes para o baixo percentual de execução destas ações.

Programa 0549 – Garantia Do Acesso À Escola

Problema: Alta taxa populacional sem atendimento escolar

Objetivos do Programa: Assegurar condições para universalização do acesso, permanência e sucesso escolar dos estudantes da educação básica, priorizando o ensino médio no meio rural.

Público Alvo: Pessoas em idade escolar.

Avaliação do Programa/Ações: Das três ações executadas pelo Programa, somente uma atingiu o esperado – Gestão do Programa, porém seu produto é medido também pela despesa, as outras duas não conseguiram atingir o esperado – Expansão e Melhoria da Infraestrutura e Transporte Escolar.

Dentre as ações que não foram executadas dentro do esperado tomando por base seus valores empenhados e pagos, chama a atenção: Transporte Escolar que teve 15,3% do recurso empenhado e nada foi liquidado, para estes casos, é conveniente efetuar um levantamento sobre as causas que impediram as suas execuções.

Programa 0550 – Melhoria da Gestão Educacional

Problema: Alta fragilidade na gestão do sistema estadual de ensino.

Objetivo do Programa: Assegurar condições físicas, materiais, humanas e financeiras para que o sistema de ensino desenvolva competência técnica e pedagógica, com vistas à elevação da produtividade do Sistema Educacional, observando os princípios da gestão democrática.

Público Alvo: Servidores e gestores do sistema educacional de educação.

Avaliação do Programa/Ações: O programa é executado por cinco ações, das quais apenas uma atingiu o esperado – Gestão do Programa, no entanto se produto é medido pela despesa, pois nessa ação estão vinculados os Planos Internos referentes ao pagamento de pessoal. As outras quatro conseguiram uma execução abaixo de 60%, portanto não satisfatório - Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental, Manutenção e Funcionamento do Ensino Médio, Apoio e Desenvolvimento da Gestão do Ensino Fundamental e Apoio e Desenvolvimento do Ensino Médio.

Vale lembrar que, quanto à execução das metas físicas, apenas uma das ações executou abaixo de 60 %, as demais foram executadas dentro do esperado.

Programa 0551 - Melhoria Da Qualidade Do Ensino E Aprendizagem

Problema: Alta taxa de alunos com nível de aprendizagem inadequado.

Objetivos do Programa: Propiciar as condições necessárias no sentido de garantir a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem aos estudantes.

Público Alvo: Aluno do sistema público estadual de ensino.

Avaliação do Programa/Ações: Das ações seis ações executadas pelo programa, duas atingiram o esperado – Gestão do Programa, medida pela despesa e Assistência Alimentar, as outras quatro executaram abaixo do esperado ou nada executaram – Correção de Fluxo, Formação Profissional Inicial e Continuada, Desenvolvimento de Práticas Pedagógica e Avaliativas no Ensino Fundamental e Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas e Avaliativas no Ensino Médio.

Neste Programa, cabe observar duas o comportamento de duas ações: Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas e Avaliativas no Ensino Fundamental e Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas e Avaliativas no Ensino Médio que conseguiram atingir o esperado na execução de suas metas físicas.

Conclusão:

Tendo em vista o esforço para bem desempenhar sua função na Administração Pública, a Secretaria de Estado da Educação através de seus programas/projetos conseguiu no geral, alcançar seus objetivos quanto à execução de seus Programas. Percebe-se que no quadriênio 2009 – 1012 os percentuais de execução estiveram acima de 80%.

Observa-se, no entanto, que em 2013, faltou pouco para atingir os patamares dos exercícios anteriores. Isto é plenamente justificável, pois, várias ações foram executadas para combater o analfabetismo, garantir o acesso e a permanência do aluno numa escola que caminha para a oferta de um ensino de qualidade, melhorar a gestão das escolas, visando sempre a melhoria da aprendizagem do aluno e consequentemente o aumento dos indicadores educacionais.

➲ ANÁLISE DAS AÇÕES MAIS RELEVANTES

Municipalização da Matrícula do Ensino Fundamental

Trata-se de um fato consumado da administração pública, com o qual cada vez mais prefeitos e secretários da Educação municipal têm de lidar. Para isso, precisam enfrentar duas grandes questões: a fragilidade financeira dos municípios, muito dependentes da União, e a inexistência de um regime efetivo de colaboração entre estados e municípios.

Num país em que 72% dos municípios possuem menos de 20 mil habitantes e pouca vitalidade econômica, dependendo muito de repasses do governo federal, a municipalização do ensino surge como saída para alguns impasses. Além da pressão de muitos estados para que a cidade assuma o ensino fundamental, o município passa a receber pelo menos R\$ 2 mil por aluno/ano atendido e vê crescer sua área de influência política. Isso impulsionou o processo de municipalização do ensino brasileiro desde a década de 1990. Os dados do Censo Escolar 2011 mostram que 54,4% dos alunos do ensino fundamental estão sob responsabilidade de redes municipais, bem como 74% das crianças matriculadas em pré-escolas.

O Estado do Maranhão no ano de 2013 conseguiu a adesão de 40 municípios ao processo de municipalização da matrícula do Ensino Fundamental. Foram municipalizadas 72 escolas exclusivas de Ensino Fundamental e outras 59 transferiram apenas suas matrículas, num total de 36.957 alunos.

Com a realização desta ação, o Governo do Estado está cumprindo de forma gradativa o que está prescrito na Lei 9.394/96, repassando a matrícula do Ensino Fundamental para a rede municipal e responsabilizando-se diretamente com a educação do Ensino Médio.

Estatuto do Educador

A Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Gestão e Previdência juntamente com o Sindicato dos Professores concluíram o Estatuto do Educador que foi aprovado pelo Governo do Estado, realizando assim, uma das ações mais relevantes de sua gestão. O Estatuto do Educador foi publicado no Diário Oficial do Estado, do dia 1º de julho do ano de 2013 por meio da Lei 9.860/13.

O Estatuto do Educador estabelece as normas para o regime de trabalho dos professores e especialistas, o desenvolvimento da carreira, novo enquadramento, gratificações, movimentação dos servidores na rede e as novas regras para a gestão escolar, que agora prevê a eleição direta para diretor de escola. Foi também sancionada

A lei para os funcionários que cria gratificação de estímulo profissional, no percentual de 30%, para os servidores qualificados e cria um subgrupo da educação básica, com previsão de cargos, uma medida que dá incentivo à construção da carreira dos funcionários de apoio à educação.

Diretrizes Curriculares da Educação Básica

O Sistema Estadual de Ensino do Maranhão é formado, em primeira instância, por alunos, educadores, rede de escolas e órgãos regionais e centrais de gestão educacional, com identidade própria, considerando os desafios educacionais que emergem da realidade histórica maranhense, de acordo com princípios legais emanados do MEC e CNE.

Logo, um Sistema Educacional pressupõe ter em comum vários elementos que intencionalmente reunidos, formam um conjunto coerente e operante, com um fim precípuo que é promover aprendizagens significativas para os alunos instrumentalizando-os para o sucesso escolar, no mundo do trabalho e no exercício da cidadania. As intencionalidades para os processos educativos a serem desenvolvidos na Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão, compõe este documento.

As Diretrizes Curriculares é um documento cujo objetivo é instituir um currículo único, com metodologia e forma de avaliar definida, contribuindo assim, com o princípio democrático das escolas, de modo que elas possam construir seus próprios projetos pedagógicos, com vistas, ao alcance de padrões mais elevados de aprendizagens para todas as unidades escolares que integram a Rede Estadual de Ensino, considerando as leis e normas educacionais instituídas que não pode ser deixadas em segundo plano, visando sempre a melhoria da qualidade de ensino e como consequência o aumento dos indicadores educacionais.

Deverá ser implantada em todas as escolas da Rede de Ensino do Estado, dos 217 municípios.

Educação no Campo

Segundo dados do censo populacional 2010 (IBGE, 2010), a população no Brasil é predominantemente urbana. Embora esses dados aparentemente sejam reais, podem ser questionados, pois milhares de municípios brasileiros são de características predominantemente rurais e a educação oferecida nas escolas públicas desses municípios – independente de onde estejam os prédios - é, na sua maioria, uma educação elitista que não atende as necessidades dos homens, mulheres e jovens que vivem e trabalham no campo. Para os que residem no campo, presenciamos o transporte para se estudar nas "cidades". É a educação preparatória para o trabalho nos centros urbanos, visando atender as necessidades do agronegócio, agroindústria e comércio.

A Secretaria de Estado da Educação, por meio da Supervisão de Educação do Campo vem desenvolvendo ações para minimizar parte dos problemas que ocorrem nessa modalidade de educação, conforme quadro abaixo:

Quadro 25 – Plano de Ação da Educação do Campo

AÇÃO	META	ABRANGÊNCIA	BENEFICIADO (Qtde)
Implantação do Projeto A Cor da Cultura	Ofertar formação continuada para 104 multiplicadores e 385 professores	(27 Municípios) Alcântara, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Amarante do MA, São Luís, Açaílândia, Balsas, Estreito, Porto Franco, Codó, Caxias, Pedreiras, Timon, Presidente Dutra, Imperatriz, Pinheiro, São João dos Patos, Bacabal, Coroatá, Peritoró, Cururupu, Guimarães, Bequimão, Turiaçu, Viana e Zé Doca	104 multiplicadores/ supervisores e 385 professores
Distribuição de kit pedagógico para as escolas, visando a implantação do Projeto A cor da Cultura	Distribuir 489 kit's do Projeto A Cor da Cultura	(27 Municípios) Alcântara, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Amarante do MA, São Luís, Açaílândia, Balsas, Estreito, Porto Franco, Codó, Caxias, Pedreiras, Timon, Presidente Dutra, Imperatriz, Pinheiro, São João dos Patos, Bacabal, Coroatá, Peritoró, Cururupu, Guimarães, Bequimão, Turiaçu, Viana e Zé Doca.	489 Escolas
Acompanhamento e Monitoramento a 18 Casas Familiares Rurais e 18 Escolas Famílias Agrícolas	Acompanhar 18 Casas Familiares Rurais e 18 Escolas Famílias Agrícolas	(36 municípios) Paulo Ramos, São Luis Gonzaga do MA, Balsas, Grajaú, Codó, Anajatuba, Lago da Pedra, Lago do Junco, Turiaçu, Turiândia, Capinzal do Norte, Morros, Bela Vista do MA, Sucupira do Norte, Açaílândia, Bom Jesus das Selvas, São João do Soter, Buriti, São Bernardo,	106 professores e 2.944 alunos.

<p>Realização de 02 formações em serviço, 02 acompanhamentos e monitoramentos do PROJOVEM CAMPO/Saberes da Terra,</p>	<p>Realizar 02 (duas) formações em serviço para professores e 02 (dois) acompanhamentos aos alunos do Projovem Campo/Saberes da Terra</p>	<p>Chapadinha, Araioses, Amarante do MA, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Pindaré Mirim, Barreirinhas, Primeira Cruz, Alto Alegre do Pindaré, Monção, Timon e Zé Doca</p> <p>Aldeias Altas, Araguanã, Axixá, Alto Alegre do MA, Alto Alegre do Pindaré, Água Doce do MA, Amapá do MA, Amarante do MA, Apicum Açú, Bom Jesus das Selvas, Bom Jardim, Brejo, Bequimão, Caxias, Coelho Neto, Capinzal do Norte, Cândido Mendes, Carutapera, Coroatá, Chapadinha, Cururupu, Centro Novo do Ma, Dom Pedro, Estreito, Fortuna, Graça Aranha, Gov. Newton Belo, Gov. Eugenio Barros, Gov. Luís Rocha, Guimarães, Humberto de Campos, Imperatriz, Icatu, João Lisboa, Lajeado Novo, Lago da Pedra, Matões do Norte, Maranhãozinho, Morros, Matões, Magalhães de Almeida, Mirinzal, Maracaçumé, Matinha, Milagres do Ma, Nina Rodrigues, Olinda Nova do Ma, Pirapemas, Presidente Vargas, Peritoró, Pio XII, Penava, Pedro do Rosário, Pinheiro, São João do Sóter, São Benedito do Rio Preto, Santa Filomena do MA, São Domingos do MA, Santa Luzia, São Vicente de Férrer, Satubinha, Trizidela do Vale, Tutóia, Turiaçu, Tasso Fragoso.</p>	<p>3.263 alunos</p> <p>177 Professores do Núcleo Comum</p> <p>43 Professores de Ciências Agrárias</p> <p>58 Coordenadores Municipais e 05 Coordenadores Regionais</p>
Acompanhamento a 05	Prestar acompanhamento a 05	Codó, Turiaçu, Vargem Grande, Alcântara,	42 professores e 48 representantes das Associações

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2013

comunidades Quilombolas	(cinco) comunidades quilombolas	Itapecuru Mirim.	Quilombolas
Fortalecimento do Comitê Estadual de Educação do Campo	Realizar uma Oficina de Trabalho	São Luís, Bacabal e Alcântara.	22 Instituições Públicas e não Governamentais
Repasso Financeiro para alimentação dos alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	Proceder 02 (dois) repasses financeiros para alimentação dos alunos do EMIEP	Alcântara, Amarante, Codó, Guimarães, Lagoa Grande do MA, Turiaçu.	337 alunos
Pagamento dos professores de Ciências de Agrárias do PROJOVEM Campo/ Saberes da Terra	Efetuar o pagamento referente a 6 (seis) meses de salário dos professores de Ciências Agrárias	Aldeias Altas, Alto Alegre do Pindaré, Amapá do MA, Amarante do MA, Apicum Açu, Bequimão, Coelho Neto, Cândido Mendes, Chapadinha,, Centro Novo do Ma, Fortuna, Graça Aranha, Gov. Eugenio Barros, Guimarães, João Lisboa, Lago da Pedra, Magalhães de Almeida, Maracaçumé, Matinha, Milagres do Ma, Nina Rodrigues, Olinda Nova do Ma, Pio XII, Penava, Pedro do Rosário, São Domingos do MA, São Vicente de Férrer, Satubinha, Tasso Fragoso, Santa Luzia, Vitorino freire, Timbiras e Boa Vista do Gurupi.	43 professores

Plano Estadual de Educação

O Plano Estadual de Educação consiste em política pública, que tem como ônus o real atendimento da população e deve trazer, na sua essência, a participação efetiva da coletividade na sua construção.

A construção do PEE foi coordenada pelo Fórum Estadual de Educação quando da convocação dos segmentos da educação e da sociedade civil organizada com vistas à discussão do Plano.

Para tanto, em 2013 foram realizadas 28 Conferências Intermunicipais de Educação - COMAE's, totalizando um público de 9.446 pessoas (entre profissionais da educação e representantes de entidades civis organizadas) e 1 Conferência Estadual de Educação com público de 1.500 pessoas, resultando na elaboração e entrega da proposta do Plano Estadual de Educação.

EAD Via Satélite

Cerca de 900 alunos de escolas da rede estadual localizadas em comunidades e povoados em regiões de difícil acesso de 19 municípios maranhenses estão recebendo aulas do ensino médio regular mediado pela tecnologia. Trata-se do Programa de Mediação Tecnológica (M Tec), desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc), em parceria com a Secretaria de Estado Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (Sectec).

O M Tec contempla uma das prioridades do Governo do Estado para a educação, que é a universalização do ensino médio em todo o Maranhão, com o foco na qualidade no processo ensino-aprendizagem.

Iniciado em setembro de 2013, o programa funciona em escolas situadas em povoados de difícil acesso e que tenham carências de professores com formações específicas para ministrar as disciplinas do currículo do ensino médio regular.

Ministradas em tempo real e via satélite, a partir da plataforma tecnológica da Universidade Virtual do Maranhão (Univima), as aulas acontecem em 30 salas, com horário único (vespertino) e com seis aulas diárias, com o mesmo rigor do ensino médio regular. Além disso, as salas possuem dois professores locais que suscitam e orientam a discussão durante as aulas.

Programa Alfa e Beto

Trata-se de Programa de alfabetização que utiliza o método fônico que tem como objetivo alfabetizar alunos de 6 anos de idade no 1º ano do Ensino Fundamental.

O Programa Alfa e Beto utiliza a metodologia fônica como principal ferramenta no processo ensino-aprendizagem, abrangendo as seguintes etapas: decodificação, leitura, escrita, familiaridade com livros e letras, compreensão de textos e expressão oral.

Em 2013 este programa atendeu 18.906 alunos em 617 escolas de 62 municípios do Estado do Maranhão.

Programas de Correção de Fluxo: Se Liga e Acelera Brasil

Trata-se de programas emergenciais que ajudam a corrigir o fluxo escolar do Ensino Fundamental, a combater o analfabetismo nos anos iniciais, além de contribuírem para a diminuição da evasão escolar.

O Programa Se Liga tem como objetivo alfabetizar crianças que repetem, porque não sabem ler nem escrever para que possam frequentar o Acelera Brasil e, depois, retornar à rede regular.

Este programa tem como público alvo alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, de escolas públicas, com faixa etária de 9 a 14, reprovados mais de uma vez ou que abandonaram a escola ou aquelas que começaram tarde a vida escolar e que além da defasagem, não sabem ler nem escrever.

Enquanto isso, o Acelera Brasil busca contribuir para que o aluno, em um ano, alcance o nível de conhecimento esperado para a primeira fase do Ensino Fundamental. Sendo assim, este programa tem como público alvo crianças com faixa etária entre 9 e 14 anos, que apresentam distorção idade/série, mas que já estão devidamente alfabetizadas.

No ano de 2013, o Estado do Maranhão atendeu pelo programa Se Liga um total de 9.573 alunos em 468 escolas em 86 municípios. Já com o programa Acelera Brasil foram atendidos 4.812 alunos em 468 escolas em 86 municípios.

Como resultado, o Estado apresentou uma queda de 4,3% no índice de distorção idade/série em comparação com o exercício de 2012.

Brasil Carinhoso

A ação Brasil Carinhoso visa oferecer estímulos financeiros aos municípios para aumentar o acesso da população mais pobre aos serviços de educação infantil.

O objetivo é incentivar o aumento das vagas para as crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Bolsa Família nas creches públicas ou conveniadas com o poder público.

Em 2013 forma identificadas 34.566 crianças no Bolsa Família em 2.210 creches de 157 municípios do Estado. Em razão disso, com o Brasil Carinhoso, o Ministério do Desenvolvimento Social suplementará em até R\$33.215.047,85 os repasses para creches em todo o Estado.

Desses 157 municípios, 47 estavam em diligência no final de 2013, ou seja, registraram informações, mas os dados foram considerados inconsistentes.

Essas divergências já foram sanadas junto ao Ministério da Educação e estão sendo aguardados os encaminhamentos do Ministério do Desenvolvimento Social.

PAR Municipal

Em 2013, 100% dos municípios do Estado do Maranhão concluíram a inserção de suas ações no PAR.

A Secretaria de Estado da Educação participou deste trabalho ao oferecendo cooperação técnica ao municípios neste processo e trabalhando em parceria com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Maranhão (UNDIME-MA).

Estação ação conjunta fortaleceu um dos objetivos institucionais da SEDUC que é o fortalecimento do regime de colaboração.

PAR Estadual

A Secretaria de Estado da Educação, em uma ação conjunta envolvendo todos os setores deste órgão, organizou e realizou a inserção de todas as suas ações no PAR em 2013.

Após a realização deste trabalho, já foi possível viabilizar recursos para:

Aquisição de 15.171 tablets educacionais para professores da Rede Estadual de Ensino Médio para distribuição em 762 escolas em 215 municípios;

Aquisição de mobiliário para as salas de aula das unidades escolares de ensino fundamental (conjunto aluno e conjunto professor), totalizando 25.074 conjuntos para beneficiar 58 escolas em 21 municípios;

Aquisição de mobiliário para as salas de aula das unidades escolares de ensino médio (conjunto aluno e conjunto professor), totalizando 67.755 conjuntos para beneficiar 231 escolas em 127 municípios;

Aquisição de equipamentos para climatização para escolas de ensino médio da rede estadual de ensino, totalizando 7.424 equipamentos para beneficiar 338 escolas em 208 municípios;

Aquisição de equipamentos para climatização para escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino, totalizando 740 equipamentos para beneficiar 43 escolas em 17 municípios;

Aquisição de 136 ônibus Rural Escolar sendo 60 ônibus de tamanho pequeno (beneficiando 1.380 alunos) e 76 ônibus de tamanho médio (beneficiando 2.356 alunos);

Além disso, foram viabilizados recursos para a realização de 12 formações para profissionais ligados às diversidades educacionais.

Com isso, hoje o Estado já viabilizou um total de R\$65.160.324,75 em recursos através do FNDE para financiar ações planejadas no PAR.

3.2.6 Função: Cultura

3.2.6.1 Secretaria de Estado da Cultura – SECMA

A política cultural do Governo do Maranhão está voltada para o alcance das metas de desenvolvimento econômico e social do estado, tendo em vista o fomento à diversidade artística e a preservação do patrimônio cultural maranhense, em consonância com o PPA 2012-2015.

No exercício de 2013 a SECMA buscou a consolidação de uma política de gestão cultural democrática e descentralizada através dos seus programas finalísticos: Produção e Difusão Cultural e Maranhão Patrimônio Cultural.

Quanto à execução orçamentária do total das ações dos referidos programas, houve uma variação de 13,2% em relação à dotação inicial. Apesar desse acréscimo no orçamento, o qual possibilitaria uma execução e uma atuação maior na política cultural, o percentual empenhado foi somente de 66,38%.

Portanto, apesar de não ter alcançado um percentual satisfatório na execução dos programas, destaca-se na sequência as principais ações dentro dessa política, tendo como parâmetro o quadro abaixo com a execução orçamentária das mesmas:

Quadro 26 – Programação e Execução Orçamentário dos Programas finalísticos do PPA 2012-2105, Exercício 2013, na Função Cultura

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0131	Produção e Difusão Cultural	62.065.000,00	67.203.656,00	45.846.705,65	44.317.731,80	42.088.646,92	420.514,77
4505	Capacitação de Artistas, Técnicos, Produtores e Empreendedores Culturais	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	
4506	Plano Literário, Fonográfico e de Apoio à Produção	2.000.000,00	2.000.000,00	571.083,48	571.083,48	535.236,55	
4645	Fomento às Manifestações Culturais	55.550.000,00	60.688.656,00	43.851.852,17	42.419.336,68	40.226.098,73	
4646	Apoio às Atividades dos Equipamentos Culturais	4.000.000,00	4.000.000,00	1.423.770,00	1.327.311,64	1.327.311,64	
4663	Incentivo à Arte e a Cultura	365.000,00	365.000,00	0,00	0,00	0,00	
0504	Maranhão Patrimônio Cultural	4.120.000,00	7.710.641,99	3.882.984,23	2.363.076,90	2.148.666,98	312.909,50
2681	Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	1.690.000,00	2.990.000,00	2.128.035,23	974.096,48	761.418,07	
4498	Estudos e Pesquisas Históricas, Arqueológicas, Paleontológicas e Etnológicas	280.000,00	280.000,00	3.579,00	3.579,00	3.579,00	
4500	Elaboração de Projetos de Restauração e Conservação de Bens Imóveis	800.000,00	500.000,00	415.685,00	415.685,00	415.685,00	
4644	Dinamização e Apoio ao Patrimônio Cultural	1.350.000,00	3.940.641,99	1.335.685,00	969.716,42	967.984,91	
TOTAL		66.185.000,00	74.914.297,99	49.729.689,88	46.680.808,70	44.237.313,90	1.046.333,77

Ação 4506 - Plano Literário, Fonográfico e de Apoio à Produção

Parte do recurso desta ação foi canalizado para a realização de editais pela Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPEMA, visando recrutar pesquisadores na área cultural a fim de elaborar estudos que permitam o desenvolvimento de ferramentas e

mecanismos de modernização e aprimoramento das ações da SECMA, tais como: Preservação e Valorização do Acervo Urbanístico e Arquitetônico dos Centros Históricos Maranhenses, Restauração, Transcrição e Publicação dos Livros do Senado, da Câmara do Município de São Luís dos séculos XVII, XVIII e XIX, Recuperação do Acervo Documental dos Imóveis Tombados pelo Governo do Estado, Valorização e Preservação do Patrimônio Cultural Maranhense nas áreas de Arqueologia, Paleontologia e Etnologia etc.

Ação 4645 - Fomento às Manifestações Culturais

Dentro desta ação destaca-se o Carnaval do Maranhão. A festa está dividida em pré-carnaval e carnaval oficial, além de apoio à municípios através de emendas parlamentares com um investimento, em 2013, na ordem de R\$ 11.328.993,00 (onze milhões trezentos e vinte e oito mil novecentos e noventa e três reais). Nas duas etapas, há a participação de todas as agremiações carnavalescas: 16 blocos organizados, 47 tradicionais, 72 alternativos, 84 grupos de tambor de crioula, 11 tribos de índio, 12 baterias de Escolas de Samba e 10 blocos Afro. Também fazem parte da programação, aproximadamente 240 shows de artistas, grupos e bandas maranhenses.

Outro grande evento é o São João do Maranhão. O projeto de São João desenvolvido em todo o estado é um evento de grande visibilidade que mostra toda diversidade da cultura maranhense. Com um investimento, em 2013, de R\$10.165.500,00 (dez milhões, cento e sessenta e cinco mil e quinhentos reais) a festa contemplou 242 grupos de Bumba-meu-boi, nos sotaques da baixada, costa de mão, matraca, orquestra, zabumba e grupos alternativos; 72 grupos de Tambor de Crioula; 164 grupos de danças (Boiadeiro, Dança Portuguesa, Cacuriá, Coco, Cigana, Lelê, Quadrilha, Grupos Mirins e outras), além de 150 shows de artistas, grupos maranhenses. Paralelamente, foram apoiados 70 arraiais comunitários e municípios que receberam apoio cultural por meio de emendas parlamentares.

Ação 4646 – Apoio às Atividades dos Equipamentos Culturais

a) Arquivo Público do Estado do Maranhão:

Execução do “Projeto de Revitalização do Laboratório de Conservação e Restauração de Papéis - LACREPE”, em parceria com o BNDES;

Execução do Projeto “Conservação, digitação, informatização de acervos custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão”, patrocinado pela FAPEMA – Fundação de Amparo a Pesquisa do Maranhão.

b) Biblioteca Pública Benedito Leite:

Inauguração da Biblioteca Pública totalmente reformada, modernizada, acessível e funcional, com ampliação do acervo, aquisição de 10 mil livros novos, móveis, equipamentos de ponta e criação de novos espaços. Entre os setores abertos ao público, destacam-se o de Obras Raras, Jornais, Revistas, Multimídia e Laboratório de Higienização e Digitalização do acervo, Braille, Telecentro, Informação Utilitária, Escritório de Direitos Autorais, Biblioteca do Bebê e um amplo auditório. Esta grandiosa reforma custou 7 milhões ao Governo do Estado do Maranhão;

Como parte das ações do projeto Biblioteca Dinâmica, foram supervisionadas as bibliotecas municipais de 07 municípios, a saber: Itapecuru Mirim, Lago dos Rodrigues, Lago da Pedra, Milagres do Maranhão, Raposa, São José de Ribamar e Presidente Vargas; foram treinados 50 profissionais de bibliotecas públicas e comunitárias da capital e diversos municípios do Estado; e foram realizadas 03 programações culturais nos municípios de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar;

Realização do III Fórum Estadual do Livro e Leitura com o tema “Lendo o Verde, Lendo o Mundo” no período de 19 a 21 de novembro, no auditório da Biblioteca Pública Benedito Leite para um público de 326 pessoas, entre professores, bibliotecários, auxiliares de bibliotecas e mediadores de leitura.

c) Casa de Cultura Josué Montello

Realização de Exposição Itinerante do Acervo da Casa de Cultura Josué Montello em Lago da Pedra e na localidade de Maracanã em São Luís;

Realização de visitas guiadas com 07 escolas da capital e do interior num total de 238 alunos.

d) Centro de Artes Cênicas do Estado do Maranhão:

Realização da 17ª edição do Festival Maranhense de Teatro Estudantil, em São Luís com a participação de mais de 3.000 pessoas entre alunos e professores da rede pública municipal e estadual, privadas e comunitárias, e comunidade em geral;

Execução do Projeto CACEM Teatro cuja ação de caráter didático-pedagógico, contou com a realização de 10 exercícios cênicos que consistem na demonstração do processo de sala de aula e discussão através das palestras e temática dos espetáculos propostos nas disciplinas: Interpretação, Dança, Expressão Corporal e Técnica Vocal.

e) Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho:

Execução do Projeto Divino Maranhão, abrangendo quase 30 municípios em todo o estado e cerca de 190 grupos locais.

Realização da Semana da Cultura Popular com o tema “Os Tambores do Maranhão” envolvendo cerca de 100 grupos da cultura popular;

f) Centro de Criatividade Odylo Costa, filho:

Realização de 20 cursos nas áreas de Dança, Artesanato, Artes Visuais e Artes Cênicas para um público de 1.014 alunos;

Realização do Projeto Café Literário que consiste num encontro para discussão de conteúdos literários abordados por palestrantes, conferencistas ou componentes de mesas-redondas. Em 2013 foram realizados 07 eventos, nos meses de março, abril, maio, junho, agosto, outubro e novembro.

g) Centro de Pesquisa de Arqueologia e História Natural do Maranhão:

Realização da Semana dos Povos Indígenas com o tema “Evidenciando as Características Multiculturais do Estado do Maranhão”;

Visitas técnicas aos municípios de Conceição do Lago Açu, Araguanã, Zé Doca e Penalva.

h) Escola de Música do Estado do Maranhão:

Foram 815 alunos matriculados nos 19 cursos oferecidos, nos turnos matutino, vespertino e noturno;

Concerto de comemoração pelos 30 Anos da Escola de Música com a presença de 350 ouvintes;

Execução do Projeto: ACERVO EMEM – Manutenção e Banco de Partituras, onde estão sendo feito os serviços de digitalização e disponibilização física e virtual de todo acervo e criação de um banco de partituras de autores maranhenses.

i) Museu Histórico e Artístico do Estado do Maranhão:

Realização da 11ª Semana Nacional dos Museus articulada por esta instituição reunindo 16 instituições museológicas e pontos de memória, no Projeto O Museu Vai à Rua, alcançando maior visibilidade dos museus de São Luís e Alcântara, atingindo o público de aproximadamente 10.000 pessoas;

Execução do Projeto “Museu Histórico e Artístico do Maranhão: Intervenções Estruturais e História Institucional. O referido projeto tem como objetivo a itinerância de uma exposição inicialmente aos municípios de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, que atende a política de municipalização da cultura.

j) Museu Histórico de Alcântara:

Criação do Museu Histórico Digital, espaço virtual, dentro da web site do Museu Histórico de Alcântara, visando estimular a visitação tanto dos turistas como da população local, além de facilitar o acervo a pesquisadores e cientistas;

Execução do projeto Arte no Museu - oferece aos alunos da rede pública e da escola militar de Alcântara “Caminho das Estrelas” a visita guiada com os seus colaboradores onde a imaginação da criança e sua criatividade são despertadas com a realização de oficinas.

l) Superintendência de Patrimônio Cultural:

Análise de 190 processos de intervenção no Centro Histórico de São Luís;

Foram realizadas 40 vistorias técnicas em imóveis do Centro Histórico.

m) Teatro Arthur Azevedo:

Realização da VIII Semana de Teatro do Maranhão que reuniu espetáculos nacionais e locais, infantis e adultos, comédias e dramas obtendo assim uma variação de estilos para todos os gostos alcançando um total de quase 30.000 espectadores;

Realização da VII Semana Maranhense de Dança que contou com um público de 10.900 pessoas, que apreciaram espetáculos locais e nacionais;

Continuidade do Projeto Núcleo Arte-Educação - NAE, realizado através de uma parceria entre as Secretarias de Estado da Cultura e da Educação, em que o TAA disponibiliza seus espaços (Salão de Dança, Salão Versátil e Sala de Coro) e seus pianos, para alunos de escolas públicas estaduais, na realização de cursos de teatro, dança, canto coral e piano. Em 2013 o NAE recebeu 27 alunos do Instituto Federal do Maranhão – IFMA campus Açailândia durante três dias que participaram com os alunos da casa de atividades de canto, teatro e dança.

n) Teatro João do Vale:

Tributo a João do Vale - lançamento do selo comemorativo pelos 80 Anos de Nascimento do Maranhense do Século e exposição “Nas Asas do Vento” em sua homenagem;

Realização de exposição e mostra de vídeo sobre João do Vale durante as comemorações do Dia da Cultura.

Ação 4663 - Incentivo à Arte e à Cultura

Em 2013 foram aprovados 152 projetos dos quais 45 receberam captação de recursos proveniente do proponente e do patrocinador para o Fundo de Desenvolvimento da Cultura Maranhense - FUNDECMA da ordem de R\$ 455.316,12, através da Lei de Incentivo à Cultura.

Ação 2681- Restauração e Conservação de Bens Móveis e Imóveis

O recurso desta ação foi parcialmente contingenciado pela própria SECMA e informado para a SEPLAN. Porém o corte não chegou a ser efetivado no orçamento desta secretaria, mas inviabilizou a sua plena execução. Mesmo assim foram realizados reparos de alguns imóveis da SECMA como: Igreja do Desterro, Superintendência de Patrimônio Cultural, Museu Histórico do Maranhão, Museu de Arte Sacra, Museu de Arte Visual, Teatro João do Vale, Casa de Cultura Josué Montello, Centro de Criatividade Odylo Costa filho, Centro de Artes Cênicas, Escola de Música, Arquivo Público do Estado e sede da Secretaria de Estado da Cultura.

Ainda nesta ação foi feita a contratação da empresa Geossistemas Engenharia e Planejamento Ltda para gerenciar as atividades das obras do PAC das Cidades Históricas.

Como parte do PAC – CIDADES HISTÓRICAS foram realizadas vistorias e elaborados relatórios tendo em vista dezesseis imóveis pertencentes à Secretaria de Estado da Cultura, pela empresa gerenciadora do projeto, objetivando detectar os principais problemas dos imóveis e realizar levantamentos para o programa de necessidades dos mesmos.

Relação dos Projetos Contemplados:

- Conservação e acessibilidade do Arquivo Público;
- Conservação e acessibilidade do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho;

- Conservação e acessibilidade do Museu Histórico Artístico do Maranhão;
- Conservação e acessibilidade do sobrado da Rua da Estrela - Biblioteca Escolar;
- Conservação e acessibilidade do sobrado da Rua do Giz, sede do Centro de Arqueologia;
- Conservação e acessibilidade do sobrado da Rua Portugal sede do Museu de Artes Visuais do Maranhão;
- Conservação e acessibilidade do Sobrado da Rua Portugal, sede da Casa de Nhozinho;
- Restauração da Casa do Maranhão - Receptivo Turístico;
- Restauração da Escola de Música do Estado do Maranhão;
- Restauração do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho;
- Restauração do Sobrado da Baronesa de São Bento, sede do COTEATRO;
- Restauração do Solar dos Vasconcelos, sede do DPHAP;
- Restauração do Teatro Artur Azevedo;
- Restauração do Teatro João do Vale;
- Restauração do Sobrado da Rua Portugal, 303, sede da Secretaria do Estado da Cultura.

Ação 4498 - Estudos e Pesquisas Históricas, Arqueológicas, Paleontológicas e Etnológica

Foram realizadas pesquisas arqueológicas e paleontológicas nos municípios de São João do Sóter, Colinas, São João dos Patos, Amarante do Maranhão, Nova Olinda, Pinheiro e Alcântara.

Ação 4500 - Elaboração de Projetos de Restauração e Conservação de Bens Imóveis

Os seguintes projetos foram elaborados em 2013: o projeto de paisagismo de dez imóveis da SECMA, o projeto básico de reforma da Casa de Cultura Josué Montello, o projeto básico e seus anexos para licitação de reparos e pintura da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Caxias e o projeto de adequação da decoração junina à área tombada do centro histórico de São Luís.

Também nesta ação foram adquiridos equipamentos de informática (computadores e impressoras), condicionadores de ar para os espaços, bem como acervo para exposição, tendo em vista a necessidade dos órgãos que oferecem importantes serviços à população tais como: capacitação em música, artes cênicas, artes plásticas, artes visuais entre outras.

Ação 4644 - Dinamização e Apoio ao Patrimônio Cultural

Ação destinada aos convênios que contemplam as atividades do patrimônio cultural foi suplementada para atender o Convênio 764084/2011 IPHAN/Governo do Estado do Maranhão para execução do Projeto da Salvaguarda do Tambor de Crioula, que não foi plenamente executado tendo sido aprovada sua prorrogação. Nesta ação foram alocadas as contrapartidas dos projetos: Aquisição de Equipamentos de Audio e Vídeo para o Museu da Imagem e do Som, Recuperação de Teatro Arthur Azevedo, e todo o recurso (estadual e federal) do Projeto da Salvaguarda do Tambor de Crioula. Atendeu também o Convênio SECMA/CIEE que estabelece a cooperação recíproca visando o desenvolvimento de atividades através da operacionalização do projeto de estágios desta Secretaria. Esta ação também contempla o convênio SECMA/Centro de Integração Empresa Escola - CIEE que tem por fim desenvolver atividades para a promoção da integração ao mercado de trabalho. Este trabalho desenvolvido pelos estagiários colaborou no bom desempenho das atividades executadas pelos equipamentos culturais da SECMA.

Desenvolvimento da Política Cultural

Para discutir processo de educação e orientação a cerca da construção dos sistemas nacional, estadual e municipais de cultura, e fortalecer a política cultural no estado foi realizada a 3ª Conferência Estadual de Cultura do Maranhão com a participação de 133 municípios, 688 participantes, sendo 460 delegados que elegeram 51 propostas para a etapa nacional. A eleição e reestruturação do novo Conselho Estadual de Cultura e a adesão de 155 municípios ao Sistema Nacional de Cultura, por meio da assinatura do Acordo de Cooperação Federativa com o Ministério da Cultura, servirão de base para a estruturação do Sistema Estadual de Cultura do Maranhão, cujo próximo passo é a elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Plano Estadual de Cultura - Como suporte para a elaboração do novo Plano Estadual de Cultura, a SECMA passou a integrar o Projeto de Apoio à Elaboração de Planos Estaduais de Cultura, tendo sido realizada a primeira Oficina de Capacitação para elaboração do Plano Estadual de Cultura do Estado do Maranhão em outubro de 2013.

3.2.7 Função: Direitos da Cidadania

A FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA abrange, além da Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária – SEJAP, outros órgãos como: Secretaria de Estado da Mulher - SEMU, Secretaria Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES

3.2.7.1. Secretaria de Estado Justiça e Administração Penitenciária - SEJAP

A Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária – SEJAP, criada pela Lei Estadual 9.340 de 28 de fevereiro de 2011 completou em dezembro/2013 três efetivos anos de gerenciamento do Sistema Prisional Maranhense. Em Janeiro/2011 foram recebidos 19 (dezenove) Estabelecimentos Penais da Secretaria de Segurança Pública - SSP, até então a gestora do referido Sistema e finalizou o ano de 2013 com a missão de gerenciamento de 29 (vinte e nove) Estabelecimentos Penais.

Quadro 27 – Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Direitos da Cidadania

PPA 2012-2015, Exercício 2013

PROGRAMAS FINALÍSTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processad
0554	Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social	122.220.000,00	263.601.188,54	222.217.894,10	164.784.350,15	114.668.270,19	553.537,18
3107	Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades Prisionais	1.500.000,00	80.290.832,51	57.564.880,98	1.751.269,58	1.751.269,58	
3108	Aparelhamento e Informatização de Unidades Prisionais	500.000,00	16.503.994,00	1.898.907,49	1.696.432,49	1.548.373,46	
4243	Operacionalização do Sistema Prisional	120.000.000,00	166.342.591,00	162.485.334,63	161.067.877,08	111.099.856,15	
4244	Ressocialização de Apenados	220.000,00	463.771,03	268.771,00	268.771,00	268.771,00	
TOTAL		122.220.000,00	263.601.188,54	222.217.894,10	164.784.350,15	114.668.270,19	553.537,18

A SEJAP possui 4(quatro) ações que são integrantes do Programa Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social constante no Quadro acima.

Analisando-se os valores da execução orçamentária em 2013 no Quadro 23, podemos verificar que foram liquidados valores da ordem de R\$ 164.784.350,15, representando 62,25 % em relação a dotação em Lei + Crédito.

Ainda na FUNÇÃO DIREITOS E CIDADANIA, destacamos a subfunção típica Custódia e Reintegração Social que concentra a maioria dos recursos liquidados tanto nas ações fins da Administração da Penitenciária, como no processo de ressocialização de apenados.

Durante o período compreendido entre 2009 a 2013, foram realizadas diversas ações e investimentos gradativamente com o propósito de abrigar a população carcerária que cresce anualmente acompanhando a população do Estado.

Quadro 28 - Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no Período 2009-2013

INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013	FONTE
Número de detentos (apenados e provisórios)	2.070	1.753	1.639	2.336	2.797	INFOOPEN
Número de detentos do Sistema Prisional por Regimes:						
• Aberto	127	32	49	32	72	INFOOPEN
• Fechado	636	1.243	1.487	1.111	1.065	
• Semiaberto	592	779	697	762	474	
Número de detentos nas Delegacias	1.797	1.709	1.432	1.176	1.555	INFOOPEN
Número de Vagas criadas no Sistema Prisional (*)	208	210	180	803	90	SUP OBRAS/ RELATÓRIO SETORIAL/SEJAP
Principais Investimentos:						
Unidades Reformadas	-	-	13	13	-	SUP OBRAS/SEJAP
Unidade Ampliada/Construída	01	01	-	-	03	

(*) Em dezembro/2013, finalizou com um Déficit de 1.118 vagas, sendo 597 na Capital e 521 no Interior.

Fonte: Secretaria Adjunta de Estabelecimentos Penais/SEJAP.

⌚ ANALISE DAS AÇÕES MAIS RELEVANTES

A Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária – SEJAP, criada pela Lei Estadual 9.340 de 28 de fevereiro de 2011 completou em dezembro/2013 três efetivos anos de gerenciamento do Sistema Prisional Maranhense. Em Janeiro/2011 foram recebidos 19 (dezenove) Estabelecimentos Penais da Secretaria de Segurança Pública - SSP, até então a gestora do referido Sistema e finalizou-se o ano de 2013 com a missão de gerenciamento de 29 (vinte e nove) Estabelecimentos Penais.

No exercício de 2009, com a ampliação do Presídio São Luís, foram abertas 208 (duzentos e oito) vagas no Sistema Penitenciário.

No exercício de 2010, com a ampliação da Penitenciária Feminina, foram abertas 210 (duzentos e dez) vagas no Sistema Penitenciário.

No exercício de 2011, foram abertas 180 (cento e oitenta) vagas conforme discriminação abaixo:

Casa de Ressocialização de Imperatriz – 70 (setenta) vagas;

Unidade Prisional de Ressocialização do Centro em São Luís – antiga Casa do Albergado - 65 (sessenta e cinco) vagas;

Unidade Prisional de Ressocialização de Paço do Lumiar – 45 (quarenta e cinco) vagas.

No exercício de 2012, foram abertas 803 (oitocentos e três) vagas conforme discriminação abaixo:

Unidade Prisional de Ressocialização de Santa Inês – 90 (noventa) vagas – antiga Delegacia de Santa Inês;

Unidade Prisional de Ressocialização de Bacabal – 92 (noventa e duas) vagas;

Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis – 106 (cento e seis) vagas – antiga Delegacia de Davinópolis;

Unidade Prisional de Ressocialização do Monte Castelo – 130 (cento e trinta) vagas;

Anexo Penal da Central de Custódia de Presos de Justiça de Imperatriz – 160 (cento e sessenta) vagas;

Unidade Prisional de Ressocialização do Olho D’água – 110 (cento e dez) vagas;

Anexo Penal da Penitenciária de Pedrinhas – 115 (cento e quinze) vagas.

No exercício de 2013 foram abertas 90 (noventa) vagas com a ampliação da Central de Custódia de Presos de Justiça de Chapadinha.

Com esse gerenciamento, o planejamento estratégico de ações na área finalística objetiva a regionalização da Execução Penal, ou seja, os detentos com os processos em Comarcas próximas aos EP'S inaugurados foram transferidos da Capital para aquele município, fazendo com que o Poder Judiciário local bem como os familiares do apenado, pudesse acompanhar de perto o processo e o seu dia-a-dia. Esta ação reflete diretamente na economia de gastos da família do apenado que precisava se deslocar até a Capital para visita-lo, o que automaticamente promove o controle da ansiedade dos apenados.

A reintegração se faz através de um projeto de política penitenciária que tem como finalidade recuperar os indivíduos apenados para que estes possam, quando saírem da Penitenciária, serem reintegrados ao convívio social, tais políticas são asseguradas pela Lei de Execução Penal, em seu art. 10, e, elenca em seu art. 11 as assistências que devem ser desenvolvidas com fito de almejar a ressocialização.

Com recursos da SEJAP, no ano de 2013, foram capacitados 722 (setecentos e vinte e dois) internos na Capital e 60 (sessenta) no interior resultado de parcerias com Entidades e ainda foram inseridos no mercado de trabalho 29 (vinte e nove)

internos na capital, frutos de Convênios com Empresas, ou seja, internos inseridos no mercado quando de suas progressões ou quando egressos.

Existem ainda, 220 (duzentos e vinte) apenados na Capital e 420 (quatrocentos e vinte) no Interior matriculados em Ensino Regular.

3.2.7.2. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC devido ao fato da reestruturação organizacional promovida através da Reforma Administrativa instituída pela Medida Provisória nº 120/2012, pela Lei Estadual nº 9.629/2012, pelo Decreto Estadual nº 28.124/2012, por meio da qual passa a ser assim definida: "Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania tem como finalidade formular, articular e implementar políticas públicas de assistência social, de promoção, defesa e proteção de uma cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, promovendo sua transversalidade em outros órgãos públicos, atendimento ao cidadão na aquisição de documentos civis e outros, assessorando e supervisionando as ações dirigidas à criança, ao adolescente, ao jovem, ao idoso, às pessoas com deficiência e suas famílias, com o objetivo de proteger e contribuir para a inclusão e promoção social" (NR, art. 558, MPE nº120/12).

Dessa forma a SEDIHC passou a executar sua programação nas Funções do Direitos da Cidadania e da Assistência Social

Quadro 29 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Direitos da Cidadania

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0542	Promoção, Proteção e Articulação da Garantia dos Direitos Humanos	6.805.783,00	8.323.500,20	5.585.627,56	5.338.796,20	5.283.256,20	134.115,85
3076	Implementação das Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes	480.000,00	757.322,57	123.470,33	123.470,33	123.470,33	
4377	Fortalecimento dos Espaços de Controle Social	1.880.000,00	1.480.000,00	963.524,28	863.408,33	863.408,33	
4450	Gestão do Programa	320.000,00	320.000,00	310.640,00	308.810,00	308.810,00	
4468	Erradicação do Subregistro	170.000,00	1.670.348,63	1.564.087,43	1.564.087,43	1.553.547,43	
4469	Centro de Atendimento de Vítimas de Violação de Direitos Humanos	290.000,00	290.000,00	132.508,00	132.508,00	87.508,00	
4470	Educação e Cultura em Direitos Humanos	250.000,00	250.000,00	142.270,00	135.270,00	135.270,00	
4471	Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	200.000,00	200.000,00	58.846,00	32.846,00	32.846,00	
4472	Capacitação Profissional de Pessoas com Deficiência	220.000,00	220.000,00	100.246,00	67.056,00	67.056,00	
4473	Apoio aos Projetos de Erradicação do Trabalho Escravo	180.000,00	180.000,00	95.742,00	80.742,00	80.742,00	
4474	Apoio aos Eventos da Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos	270.000,00	270.000,00	239.383,69	222.136,72	222.136,72	
4475	Proteção a Defensores dos Direitos Humanos	805.000,00	805.000,00	62.820,00	52.819,00	52.819,00	
4637	Promoção de um Maranhão Sem Homofobia	150.000,00	150.000,00	93.152,44	57.655,00	57.655,00	
4638	Proteção e Garantia às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	1.590.783,00	1.730.829,00	1.698.937,39	1.697.987,39	1.697.987,39	
TOTAL		6.805.783,00	8.323.500,20	5.585.627,56	5.338.796,20	5.283.256,20	134.115,85

Observando o orçamento inicial do exercício 2012, e comparando-o ao inicial do exercício 2013, o Programa 0542 – Promoção, Proteção e Articulação dos Direitos Humanos obteve um acréscimo considerável de 237,75% (R\$ 4.790.783,00) devido ao fato da reestruturação organizacional promovida através da Reforma Administrativa instituída pela Medida Provisória nº 120/2012, pela Lei Estadual nº 9.629/2012, pelo Decreto Estadual nº 28.124/2012.

Por outro lado, analisando a dotação atual (lei + crédito) destes dois últimos exercícios, observa-se que, em 2013, apesar de ter acrescida mais duas ações programáticas 4637 - Promoção de um Maranhão Sem Homofobia (ação nova) e a 4471 - Enfretamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no referido Programa 0542, o aumento não alcançou o patamar de 0,14% haja vista que o montante foi apenas R\$ 12.110,00, permanecendo inalteradas as condições para expansão, ampliação e municipalização de algumas ações que necessitam ser interiorizadas.

3.2.7.2.1. Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor - PROCON

Quadro 30 - Programação e Execução Orçamentária dos Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Direitos da Cidadania

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0541	Garantia do Direito do Consumidor	530.000,00	530.000,00	10.840,00	9.140,00	9.140,00	
4450	Gestão do Programa	200.000,00	140.000,00	10.840,00	9.140,00	9.140,00	
4465	Atendimento ao Consumidor	150.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	
4466	Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	180.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		530.000,00	530.000,00	10.840,00	9.140,00	9.140,00	0,00

Em análise aos exercícios 2012 e 2013 tanto o crédito inicial quanto ao total sofreu alteração mínima nos créditos, se comparados com o salto quantitativo e qualitativo nas ações de fiscalização, aplicação de multas e aumento no número de atendimento, conforme comparativo do aumento gradativo de atendimento: 11.090 (2009), 8.713 (2010), 13.655 (2011), 30.000 (2012) e 35.000 (2013).

Quadro 31 – Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no Período 2009 – 2013 do PROCON

INDICADOR	2013	2009	2010	2011	2012	FONTE
Nº PESSOAS ATENDIDAS PELAS UNIDADES	35.000	11.090	8.713	13.655	30.000	PROCON
TOTAL	35.000	11.090	8.713	13.655	30.000	

3.2.7.2.2. Viva Cidadão

Quadro 32 - Programação e Execução Orçamentária dos Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Direitos da Cidadania

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0519	Maranhão Solidário e Inclusivo	14.700.000,00	18.217.939,00	18.104.559,42	16.399.745,33	16.399.745,33	
1683	Expansão e Instalação Unidades e Serviços do VIVA CIDADÃO	355.000,00	755.000,00	753.236,30	702.411,20	702.411,20	
2981	Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos	13.372.833,00	16.490.772,00	16.379.848,08	14.810.979,79	14.810.979,79	
4450	Gestão do Programa	972.167,00	972.167,00	971.475,04	886.354,34	886.354,34	
TOTAL		14.700.000,00	18.217.939,00	18.104.559,42	16.399.745,33	16.399.745,33	0,00

Quadro 33 – Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no Período 2009 – 2013 do VIVA CIDADÃO

INDICADOR	2013	2009	2010	2011	2012	Fonte
Número de pessoas atendidas através das Unidades Móveis e Fixas do Viva Cidadão	3.083.485	1.780.545	2.117.768	2.278.328	2.452.654	Coordenação das Unidades/Departamento de Informática do Viva Cidadão
Grau de satisfação medido pelos usuários dos serviços do Viva Cidadão (Σ de ótimo + bom $\geq 91\%$)	99,3%	97,8%	97,8%	99,8%	98,8%	Coordenação das Unidades/Departamento de Informática do Viva Cidadão
Ampliação da Rede de Atendimento (número de Unidades Fixas, Móveis e Postos Anexos) *	30	20	23	25	29	Coordenação das Unidades/Departamento de Informática do Viva Cidadão
Quantidade de Municípios atendidos **	165	75	135	168	153	Coordenação das Unidades/Departamento de Informática do Viva Cidadão

OBS: **No Município de São Luis estão instaladas 03 Unidades Fixas

Quadro 34 - Detalhamento da Ampliação da Rede de Atendimento

NÚMERO DE UNIDADES	ANO
6 Unidades Fixas(São Bento,Presidente Dutra, Carolina, Imperatriz, João Paulo, Praia Grande) ; 12 Móveis (09 caminhões, 02 alternativas,01 ferroviária) e 02 Postos Anexos(Maternidade Benedito Leite e Marly Sarney)	2009
8 Unidades Fixas (Balsas, São Bento, Jaracati, Presidente Dutra, Carolina, Imperatriz, João Paulo, Praia Grande) 12 Móveis(09 caminhões, 02 alternativas,01 ferroviária) 03 Postos Anexos(Maternidade Benedito Leite, Marly Sarney e Posto Avançado Ribamar)	2010
10 Unidades Fixas (Açailândia, Caxias,Balsas, São Bento, Jaracati, Presidente Dutra, Carolina, Imperatriz, João Paulo, Praia Grande) e 12 Móveis (09 caminhões, 02 alternativas,01 ferroviária) e 03 Postos Anexos(Maternidade Benedito Leite, Marly Sarney e Posto Avançado Ribamar)	2011
13 Unidades Fixas (Coroatá, Pinheiro, Santa Ines, Açailândia, Caxias,Balsas, São Bento, Jaracati, Presidente Dutra, Carolina, Imperatriz, João Paulo, Praia Grande) e 12 Móveis (09 caminhões, 02 alternativas,01 ferroviária) e 04 Postos Anexos(Maternidade Benedito Leite, Marly Sarney , Posto Avançado Ribamar, Telecentro - Biblioteca Benedito Leite)	2012
13 Unidades Fixas Coroatá, Pinheiro, Santa Inês, Açailândia, Caxias,Balsas, São Bento, Jaracati, Presidente Dutra, Carolina, Imperatriz, João Paulo, Praia Grande e 13 Móveis (09 caminhões, 03 alternativas, 01 ferroviária) 04 Postos Anexos(Maternidade Benedito Leite, Marly Sarney, Posto Avançado Ribamar, Telecentro - Biblioteca Benedito Leite)	2013

OBS:1- No ano de 2009 o atendimento pelas Unidades Móveis Rodoviárias só foi efetivado a partir de outubro.

A partir de outubro de 2013 as atividades do Trem da Cidadania foram paralisadas e acrescida mais 01 Unidade Alternativa de atendimento

O Viva Cidadão desde 2001 é Certificado pela norma ISO, e em 2013 obteve a recertificação na ISO 9001-2008, válida até 2016

Quadro 35 - Resumo Sintético dos Resultados Alcançados

UNIDADE	AÇÃO	RESULTADO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
PROCON	Implantação e implementação do Projeto Municipalização do Procon no Estado do Maranhão .	Aprovação em concurso nacional de projetos realizado em 2013 pelo Ministério da Justiça, que custeará a ampliação na oferta de serviços de 7 para 23 Unidades de atendimento do PROCON, onde as prefeituras receberão os Kits com equipamentos e mobílias através de Termos de Cooperação Técnica, e por meio do qual se responsabilizam pela manutenção e funcionamento das Unidades instaladas e equipadas pelo Estado.	Reestruturação: Caxias, Imperatriz, Balsas, Pedreiras e 3 Unidades distribuídas em São Luís. Implantação: Zé Doca, São José de Ribamar, Bacabal, Presidente Dutra, Codó, Açaílândia, Itapecuru, Chapadinha, Carolina, Colinas, Barreirinhas, Pinheiro, Coroatá, Grajaú, Guimarães, Carutapera.
	Semana do Superendividamento: atendimento e conciliação entre fornecedores e consumidores, de modo que o primeiro possa oferecer preços diferenciados para que o segundo possa sair do cadastro de restrições ao crédito.	3.000 consumidores maranhenses saem dos cadastros nacionais de restrição de crédito (SPC e SERASA) em três dias.	Inicialmente realizada em São Luís (2013), e será ampliada para o interior do Estado devido às inúmeras solicitações de prefeituras para interiorização da ação, em 2014.
	DISQUE DENÚNCIA 151	Ampliação da área de cobertura de atendimento ofertada aos consumidores com direitos violados, com aumento gradativo de atendimentos: 11.090 (2009), 8.713 (2010), 13.655 (2011), 30.000 (2012) e 35.000 (2013).	Nacional e está vinculado ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SINDEC).

	<p>Gestão da Fiscalização dos locais de infração e autores de lesão aos direitos do consumidor.</p>	<p>Ampliação do orçamento do Fundo Estadual do PROCON através do revertimento das multas aplicadas nas ações fiscalizatórias do PROCON sobre operadoras de telefonia, construtoras, planos de assistência à saúde, locais de venda de gás, agências bancárias na ordem de R\$ 30.000.000,00, que tem suplementado a manutenção das Unidades fixas de atendimento.</p>	<p>Caxias, Imperatriz, Balsas, Pedreiras e 3 Unidades distribuídas em São Luís.</p>
Assistência Social	<p>Implantação e implementação do Sistema de Proteção dos Direitos Humanos, conforme determina o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)</p>	<p>Ampliação gradativa da oferta de atendimento 5.713 vítimas de crimes, testemunhas ameaçadas, trabalhadores egressos do trabalho escravo, crianças e adolescentes ameaçadas de morte e apenados com a implantação, em nível de Estado, de todos os mecanismos legais de defesa dos direitos humanos, a saber: CEAV- Centro de Apoio às Vítimas de Crime (a partir de 2011); CENTATV – Centros de Atendimento às Vítimas de Direitos Humanos (2012); PROVITA – Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (2011); Ouvidoria dos Direitos Humanos (2011), Defensores (2012); Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2013) e em implantação o PPCAM: Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (em implantação), pois atualmente é realizado em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.</p>	<p>Açaílândia, Bacabal, Imperatriz, Timon, São Luís.</p>
	<p>Implementação das ações decorrentes da adesão do Estado do Maranhão a Planos e Programas Nacionais, Acordos Internacionais.</p>	<p>Milhares de pessoas com deficiências e moradores de rua, vínculos familiares rompidos e sem referência comunitária passam a contar com atendimento diário (alimentação, cuidados médicos, terapêuticos, culturais e sociais) através do cofinanciamento estadual de 2 Centros de Referência Dia, 12 Residências Inclusiva de Longa Permanência e 1 Central Estadual de Interpretação de LIBRAS, decorrente da adesão ao Plano Nacional Viver Sem Limites, além do cofinanciamento estadual para os municípios implantarem Centros de Atendimento a População de Rua (CENTROPOP). Intensificação das ações de assistência social a familiares de vítimas de crime e proteção dos direitos humanos aos presidiários e às famílias de apenados dentro e fora do Sistema Carcerário através da implementação do Decreto de Assistência Humanitária. Ampliação gradativa de suplementação orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social, através de repasses na ordem de R\$ 3.500.000,00/ano do MDS, em decorrência da adesão do Estado ao Pacto de Aprimoramento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social, possibilitando a realização de Encontros Regionalizados de Monitoramento da Política; capacitação de trabalhadores, prefeitos e gestores municipais</p>	<p>Atendimento estendido a todas as pessoas que necessitarem. Não há resultado territorialidade, mas está estendido aos 217 municípios maranhenses.</p>

	<p>para qualificação do atendimento; aquisição de alimento e medicamento a idosos e crianças atendidos no Solar do Outono, e nas Casas de Passagem da Criança e do Adolescente, do idoso.</p> <p>Qualificação do atendimento a idosos, crianças e adolescentes em situação de risco extremo, sem vínculos afetivos e/ou abandonados por familiares através de reforma, aparelhamento e ampliação do Solar do Outono, Casa de Passagem da Criança e Casa de Passagem do idoso, conforme determina a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), Vigilância Sanitária, Defesa Civil e Estatutos do Idoso e da Criança e do Adolescente.</p> <p>12 municípios maranhenses contam com a Rede e o Sistema de Garantias de Direitos (SGD) estruturado para ofertar proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, dispondo inclusive de Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual aprovado pelas Câmaras Municipais por intermédio da facilitação e assessoramento técnico a prefeituras, vereadores, gestores municipais e sociedade civil organizada por meio da realização de audiência pública, seminários e oficinas regionalizadas.</p> <p>Instalação e criação através de Lei da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE) resultando no atendimento de centenas de pessoas através da realização da Caravana pela Liberdade nos municípios de Codó e Peritoró.</p> <p>Cofinanciamento estadual para municipalização de serviços de atendimento em conflito com a Lei através da ampliação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), dos Centros de Assistência Social (CRAS), de benefícios eventuais a famílias de baixa vulnerabilizadas pela eventualidade de morte ou nascimento;</p> <p>Beneficiamento de milhões de famílias de baixa renda e em extrema pobreza são beneficiadas pela isenção da taxa de pagamento de água e luz em todo o Estado por meio do VIVA ÁGUA e VIVA LUZ.</p>	
Erradicação do Subregistro de Nascimento e falta de documentação civil básica	2.043 presidiários passam a contar com registro civil de nascimento (2ª via), carteira de trabalho, carteira de identidade, título de eleitor, CPF e	141 municípios maranhenses, cobertura de 16 regionais de planejamento, 43

		alistamento militar emitidos durante a realização de mutirão de subregistro dentro das unidades prisionais; 3.300 indígenas e quilombolas tiveram acesso facilitado à emissão de carteira de trabalho, carteira de identidade, título de eleitor, CPF e alistamento militar emitidos durante a realização de mutirão de subregistro realizado dentro das aldeias indígenas e comunidades quilombolas.	comunidades quilombolas e 27 aldeias indígenas (guajajaras, krikatis, canelas, gaviões)
Viva Cidadão	Expansão e instalação de Unidades e Serviços do Viva Cidadão	Bacabal, Pedreiras e Viana passam a contar com Unidades fixas de facilitação no acesso à documentação civil e 8 novos serviços passam a ser ofertados dentro das unidades fixas e móveis do Viva Cidadão: emissão de carteiras de trabalho informatizada, implantação do Gerenciamento de Fila no Atendimento (SIGA) e recadastramento biométrico. Ampliação gradativa do número de atendimentos realizados nas Unidades fixas e móveis: 1.780.545 (2009), 2.117.768 (2010), 2.278.328 (2011), 2.428.262 (2012) e 3.083.485. .	Pinheiro, Balsas, São Luís, Imperatriz e presença nos demais 213 através das 21 Unidades fixas, móveis, alternativas, posto avançado e uma Unidade no trem da VALE.

3.2.7.3 - Secretaria de Estado da Mulher - SEMU

A função “DIREITO E CIDADANIA” do Governo tem por um dos objetivos promover o exercício legal da cidadania. Facilitando o acesso, e possibilitando a cada cidadão o exercício dos seus direitos e deveres civis, políticos e sociais, conforme previsto na Constituição. Para tal, a sociedade precisa ter conhecimento de seus direitos humanos e fundamentais, tanto individualmente como coletivamente.

E, é, partindo desta necessidade que o governo desenvolve funções governamentais para difusão e acesso destes direitos por meio da mesma. A Secretaria de Estado da Mulher é um dos Órgãos que tem por função o “DIREITO E CIDADANIA”, onde avaliaremos sua execução no período de 2013 e resultados quanto função de governo.

Quadro 36 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Direito da Cidadania

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0554	Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social	13.000,00	133.490,35	62.335,20	52.632,20	52.632,20	553.537,18
4601	Valorização e Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Prisão	13.000,00	133.490,35	62.335,20	52.632,20	52.632,20	
0563	Enfrentamento à Violência e Discriminação contra a Mulher	1.389.500,00	5.186.962,74	3.119.809,59	2.967.115,19	2.967.115,19	0,00
4450	Gestão do Programa	2.500,00	2.500,00	2.332,00	2.332,00	2.332,00	
4593	Fortalecimento dos Sistemas Municipais de Políticas para as Mulheres	550.695,00	2.797.865,51	1.430.958,35	1.380.422,35	1.380.422,35	
4594	Acolhimento, Formação e Inclusão de Mulheres - Viva Mulher	811.305,00	1.055.219,67	466.294,89	466.294,89	466.294,89	
4595	Disseminação da Lei Maria da Penha	15.000,00	226.220,35	217.300,60	115.142,20	115.142,20	
4596	Enfrentamento a Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher	10.000,00	1.105.157,21	1.002.923,75	1.002.923,75	1.002.923,75	
0565	Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos	12.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	
4450	Gestão do Programa	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	
4599	Promoção dos Direitos Sexuais, Reprodutivos e da Saúde da População Feminina	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	
0564	Participação das Mulheres nos Espaços Econômicos, de Decisão e de Poder	120.000,00	475.610,58	152.784,00	152.784,00	152.784,00	
4450	Gestão do Programa	2.500,00	2.500,00	1.712,00	1.712,00	1.712,00	
4597	Intermediação da Inclusão Social de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade	7.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	
4598	Fortalecimento e Apoio a Grupos Organizados ou não de Mulheres	110.000,00	469.610,58	151.072,00	151.072,00	151.072,00	
TOTAL		1.535.000,00	5.803.563,67	3.334.928,79	3.172.531,39	3.172.531,39	553.537,18

Programa 0554 – Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social

O presente programa é típico da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, todavia contemplou uma ação na Secretaria de Estado da Mulher no exercício de 2013, conforme Quadro acima. Com dotação inicial de R\$13.000,00 e suplementação de mais de 120 mil reais (visto que parte decorre de superávit financeiro de recurso federal e a outra parte provém de contrapartida do Estado referente ao Convênio nº176/2011) houve uma liquidação de R\$52.632,20, ou seja, apenas 39,4% do total do recurso

disponibilizado (Lei+Crédito) foi liquidado, conforme tabela 1. É importante destacar que o recurso liquidado foi exclusivamente, ou seja, 100% de superávit financeiro de recurso federal.

O referido recurso teve como objetivo promover a ressocialização das mulheres em situação de prisão por meio da implantação do Núcleo Estadual para Referência e Capacitação de Mulheres em situação de prisão, contribuindo para o empreendedorismo econômico, pessoal, social e político das mesmas e sua reintegração na sociedade.

Programa 0563 – Enfrentamento à Violência e Discriminação contra a Mulher

Conforme Quadro 34 e 35, houve liquidação de R\$ 2.967.115,19 o que corresponde a 57,2% do total orçado (Lei+Crédito), frisando que deste total 24% é proveniente de recursos do tesouro (incluindo contrapartida de convênios) e 76% de recursos federais no total de R\$ 2.242.345,76. A utilização dos recursos contemplou um total de 42 municípios com aparelhamento de OMPM (Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres) e da rede de atendimento à mulher em situação de violência na Região Metropolitana por meio da cessão de uso de 20 automóveis e de 22 kits (mesa, cadeiras, armário, arquivo em aço, computador, impressora multifuncional, estabilizador de tensão, câmera digital, projetor multimídia, tela de projeção retrátil, caixa de som e microfone), para uso exclusivo no desenvolvimento das políticas para as mulheres e efetivação. Houve ainda o Assessoramento técnico na elaboração de 32 Planos Municipais de Políticas para as Mulheres.

Quadro 37 -Valores liquidados por fonte de Recurso – Programa 0563

Fonte	Valor em R\$	% Liquidado
0101	484.652,89	0,16
5101	122.500,00	0,04
5301	117.616,54	0,04
0111	987.000,00	0,33
0311	1.255.345,76	0,42
TOTAL	2.967.115,19	1,00

Com a disponibilização do recurso iniciou-se a execução das atividades do Convênio 138/2011, com o objetivo de capacitar 1.440 profissionais de 32 regionais do estado do Maranhão para o fortalecimento do atendimento a mulheres em situação de violência, conseguiu alcançar uma meta de 1.500 pessoas capacitadas, ou seja, 104% da meta planejada. Outra grande conquista foi a elevação do laboratório de tecnologia social Viva Mulher, executado pela ação 4594 – Acolhimento, Formação e Inclusão de Mulheres – Viva Mulher, à condição de Programa de Governo por meio da MP 160/2013, convertida na Lei nº 9.992, de 13 de fevereiro de 2014.

Quanto à disseminação da Lei Maria da Penha foram realizadas palestras beneficiando mais de 3.000 pessoas, além da produção de 20 mil cartilhas sobre a Lei Maria da Penha em formato de cordel, para distribuição nas ações afirmativas da Secretaria e de parceiros alcançando 10.119 pessoas (pessoa informada). Houve também Adesão do Maranhão ao programa “Mulher, Viver sem Violência”, com a presença da Ministra Eleonora Menicucci no ato da assinatura do Termo de Adesão.

Programa 0564 – Participação das Mulheres nos Espaços Econômicos, de Decisão e de Poder

No que tange ao encaminhamento de mulheres para o INSS, emissão de CTPS, emissão de carteira do SUS e emissão de cartão bolsa família, um total de 967 mulheres foram devidamente encaminhadas aumentando assim o numero de famílias que recebem bolsa família e demais benefícios. Mais de 1.700 multiplicadoras foram formadas (trabalhadoras rurais de 52 municípios dos Territórios da Cidadania), nas temáticas da violência contra a mulher e da inclusão econômica por meio do Bloco da Trabalhadora Rural. Os recursos liquidados totalizam um valor de R\$ 152.784,00 (tabela 1 e 5) correspondendo apenas a 32,1% da dotação atualizada (Lei+Crédito) do programa, que ajudaram a financiar 16 projetos de geração de renda para as mulheres entre eles o projeto “Temperando Sonhos”, que beneficiou aproximadamente 300 mulheres de baixa renda com oficinas de gastronomia brasileira e internacional, empreendedorismo, aproveitamento de alimentos, etiqueta à mesa e postura profissional.

Quadro 38 - Valores liquidados por fonte de Recurso – Programa 0564

Fonte	Valor em R\$	% Liquidado
0101	8.784,00	0,06
5101	-	0,00
5301	30.640,00	0,20
0111	-	0,00
0311	113.360,00	0,74
TOTAL	152.784,00	1,00

Programa 0565 – Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos

Foram realizados 6.179 atendimentos médicos em parceria com secretarias municipais de Saúde, na unidade móvel do laboratório de tecnologia social Viva Mulher, incluindo exames preventivos de câncer do colo do útero, vacinação, testes rápidos de HIV e orientação sobre direitos sexuais e reprodutivos.

É importante destacar que não houve nenhum empenho ou liquidação de recursos neste programa trazendo inconsistência aos resultados obtidos. Recomenda-se a Secretaria de Estado da Mulher verificar a importância da permanência deste programa e suas respectivas ações já que se está tendo um resultado considerável sem execução orçamentária, o que configura no mínimo a inutilidade da existência do mesmo.

Quadro 39 - Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no período 2009-2013

Indicador *	2013	2009	2010	2011	2012	Fonte
Número de Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres implantados ou criados	67	20	27	44	51	SEMU
Número de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos das Mulheres	62	46	50	55	57	SEMU

* A presente Secretaria não possui indicador de desempenho no painel. Os Indicadores foram criados pela própria Secretaria.

Ao longo dos anos observamos um crescimento considerável principalmente no que tange a implantação/criação de Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres (OMPM), no período de 2009 a 2013 houve um crescimento de 20 para 67 OMPM, e no mesmo período vimos que o número de Conselho também evoluiu, passando de 46 em 2009 para 62 em 2013. Esses

dados representam uma maior participação dos municípios e da sociedade civil em geral na percepção do potencial e eficiência que tem, nos dias de hoje, as políticas públicas para as mulheres.

Naquilo que se refere a função Direito da Cidadania, observamos que partindo do pressuposto que para cada OMPM e Conselho criado/implantado atende uma demanda não só do seu município sede mais também de uma região (povoados e cidades vizinhas), significa dizer, que com o passar dos anos a política para as mulheres estar cada vez mais sendo disseminada e consequentemente multiplicada por atores e atrizes que são capacitados. Em outras palavras, com o decorrer dos anos maior estar sendo o alcance nos territórios do Estado por esta função governamental.

Quadro 40 - Valores Liquidados por Função/Subfunção no período de 2009-2013

Função	Subfunção	2009	2010	2011	2012	2013
Direitos da Cidadania	122 - Administração Geral	-	*	*	16.598,46	4.044,00
	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	490,00	*	*	2.229.118,29	3.168.487,39
TOTAL		490,00	-	-	2.245.716,75	3.172.531,39

* Nos anos de 2010 e 2011 a Secretaria não teve nenhum programa finalístico.

Cabe ressaltar que a evolução das despesas em suas subfunções Direitos Individuais, Coletivos e Difusos tem sido consideráveis ao longo dos anos, que em 2009 foi apenas R\$ 490,00 e em 2012 e 2013 passam da cifra de 2 milhões de reais, conforme tabela 3, essa fato se justifica principalmente pelo incremento de recursos federais executados por meio de vários convênios firmados entre a Secretaria e a União. No ano de 2013 esses recursos tiveram uma grande participação na execução orçamentária da Secretaria de Estado da Mulher chegando ao equivalente a 76% do seu valor total liquidado, ou seja, um montante de R\$ 2.408.337,96.

É importante frisar que nos anos de 2010 e 2011 não houve nenhuma execução nas subfunções citadas porque durante esse período não foi incluído nenhum programa finalístico em sua programação, pois o Órgão optou por uma programação apenas com o programa de Gestão de Políticas Públicas, voltando apenas em 2012 a incluir programas finalísticos.

3.2.8 Função: Urbanismo

3.2.8.1 Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFRA

O crescimento acelerado, vivenciado pela capital nos últimos dez anos, período em que sua população cresceu mais de 15%, se reflete no aumento da demanda por infraestruturas públicas especialmente relacionadas ao transporte e mobilidade urbana.

Estão em andamento diversos empreendimentos públicos realizados em parceria entre prefeitura, governo estadual e federal para ampliar a malha viária e garantir novas vias de acesso para as áreas pressionadas pelo crescimento urbano recente da capital, apesar das melhorias realizadas nos últimos anos na sua infraestrutura de transporte, com a construção de grandes avenidas, viadutos e pavimentação de ruas.

Diante deste contexto, o Governo do Estado decidiu iniciar obras complementares de mobilidade urbana, considerando-as como pré-investimentos para um Programa mais abrangente e de maior envergadura, com o objetivo de resolver grande parte dos problemas de mobilidade urbana na região metropolitana da capital e outros municípios do Estado.

Quadro 41 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Urbanismo

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0137	Construção e Melhoria de Equipamentos Urbanos	21.010.000,00	105.926.245,00	86.724.379,08	32.279.169,25	30.334.545,47	42.505.907,42
1089	Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos	1.250.000,00	2.232.158,00	1.161.335,02	1.052.845,97	875.355,58	
1098	Construção e Melhoramento de Prédios Públicos	10.480.000,00	11.130.875,00	10.768.057,34	9.228.153,35	9.074.047,64	
1671	Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas	6.280.000,00	63.288.857,00	45.520.820,00	18.617.122,18	18.057.054,70	
3092	Apoio à Infraestrutura Turística	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4450	Gestão do Programa	2.400.000,00	20.755,00	20.596,44	20.596,44	20.596,44	
4494	Conservação de Prédios Públicos	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4625	Conservação de Logradouros Públicos	200.000,00	29.253.600,00	29.253.570,28	3.360.451,31	2.307.491,11	
TOTAL		21.010.000,00	105.926.245,00	86.724.379,08	32.279.169,25	30.334.545,47	42.505.907,42

A dotação orçamentária prevista para o exercício de 2013 foi de R\$ 105.926.245,00. Desse total, o valor empenhado foi R\$ 86.724.379,08, equivalente a 81,87% do previsto. Foi liquidado o valor de R\$ 32.279.169,25, o que representou 37,22% do total empenhado, sendo que do montante liquidado na FUNÇÃO URBANISMO no ano de 2013, 2,90% foi investido na construção e

melhoramento de logradouros públicos em diversos municípios; 30% foi investido na construção e melhoramento de prédios públicos, principalmente na capital; 60% foram investidos em pavimentação de vias urbanas através de convênios com municípios e também por administração direta; 7,60% foi investido em conservação de logradouros públicos.

Os recursos utilizados foram oriundos do Tesouro Estadual, bem como recursos provenientes de convênios com Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal.

Principais obras executadas/em execução no ano:

- Construção do Terminal Aéreo de Passageiros no Município de Barreirinhas – Em andamento;
- Manutenção preventiva e corretiva em 13 logradouros públicos em São Luís.

3.2.8.2. Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID

Com o objetivo de atender às políticas públicas de regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, trens urbanos, mobilidade urbana, acessibilidade, formulação de políticas públicas de desenvolvimento urbano, trânsito, saneamento básico, tratamento de resíduos sólidos, capacitação de agentes sociais, entre outras, o governo do estado dentro da Função Urbanismo através da SECID, atua de forma integrada com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que por meio da Lei nº 11.124, viabiliza recursos que irão subsidiar a execução dessas ações para erradicação das áreas precárias sem urbanização e saneamento.

Quadro 42 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações por Função PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Urbanismo

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0553	Habitação e Urbanismo	29.282.500,00	185.380.571,00	147.551.941,73	81.307.799,88	41.300.874,03	20.845.902,74
3099	Urbanização e Regularização Fundiária de Bairros	1.780.000,00	585.000,00	14.663,11	14.663,11	14.663,11	
3100	Implantação e Melhoria de Sistema de Saneamento Ambiental	10.640.000,00	22.079.539,00	12.409.723,80	8.643.224,29	3.340.827,68	
3101	Melhoria de Mobilidade e Acessibilidade	11.957.500,00	134.424.532,00	120.341.664,12	64.150.732,13	34.876.104,86	
3102	Implantação da Gestão Urbana Participativa	15.000,00	64.000,00	9.693,00	9.693,00	9.693,00	
3104	Capacitação em Desenvolvimento Urbano	45.000,00	32.000,00	16.487,00	12.287,00	12.287,00	
4450	Gestão do Programa	4.570.000,00	9.170.000,00	8.369.768,20	7.291.335,67	1.861.433,70	
4496	Elaboração de Projetos de Habitação e Urbanismo	55.000,00	17.005.500,00	5.100.000,00	0,00	0,00	
4497	Gestão do Conselho das Cidades - CONCIDADES	200.000,00	2.000.000,00	1.289.177,50	1.185.099,68	1.185.099,68	
4513	Pesquisas e Diagnósticos Urbanos Participativos	20.000,00	20.000,00	765,00	765,00	765,00	
TOTAL		29.282.500,00	185.380.571,00	147.551.941,73	81.307.799,88	41.300.874,03	20.845.902,74

⌚ Análise das Ações Mais Relevantes

Ação 3099 - Urbanização e Regularização Fundiária de Bairros

Titularização de 212 famílias sendo, 112 no município de São Luís (bairros: Apaco (Cidade Operária) – 15 famílias, Cidade Olímpica – 35 famílias, Habitar Nice Lobão – Cidade Operária – 25 famílias, Loteamento Nice Lobão – 12 famílias e Residencial Monte Castelo (PAC-1) – 25 famílias; e 100 no município de Imperatriz, no bairro da Vila Cafeteira.

Ação 3100- Implantação e Melhoria de Sistema de Saneamento Ambiental

Construção de Sistemas de Abastecimento e Estações de tratamento de resíduos sólidos em 51 municípios.

Ação 3101 - Melhoria de Mobilidade e Acessibilidade

Melhoria de vias e espaços públicos em 130 municípios com pavimentação asfáltica, construção de praças e demais ações contempladas de interesse dos municípios.

Ação 4496 - Elaboração de Projetos de Habitação e Urbanismo

Com Recurso do OGU para elaboração do Plano Diretor de Drenagem da Bacia do Mearim e Bacanga.

Ação 4497 - Gestão do Conselho das Cidades

Realização de Reuniões Ordinárias do Conselho Estadual das Cidades, das Conferências Municipais e da Conferência Estadual: Visando à aprovação das propostas para as políticas municipal, estadual e federal de habitação, saneamento, mobilidade/acessibilidade e planejamento/gestão do solo na qual se destacam as ações:

- 16^a Reunião 25 a 27 de março de 2013, com o tema da organização e validação das conferencias municipais das cidades;
- Coordenação e Validação das 217 Conferências das Cidades do Maranhão;
- 17^a Reunião 15 a 17 de julho de 20313, com o tema de avaliação das conferências municipais e organização da Conferência Estadual;
- 5^a Conferência Estadual das Cidades, 22 a 24 de agosto 2013, Centro de Convenções Governador Pedro Neiva de Santana, São Luis;
- 18^a Reunião 24 e 25 de setembro de 2013, avaliação da 5^a Conferência Estadual das Cidades; e
- 19^a Reunião 05 e 06 de dezembro de 13, seminário sobre Programa Minha Casa Minha Vida no Maranhão e Balanço da Gestão 2011-2013 do Conselho.

3.2.9 Função: Habitação

3.2.9.1 Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID

O Maranhão apresenta um déficit habitacional na ordem de 399.381 domicílios, dentro dessa estatística o governo do estado objetiva reduzir em 60% o déficit habitacional e a pobreza extrema fortalecendo a gestão urbana participativa, sendo o responsável por acompanhar e avaliar, além de formular e propor ações que implementem o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Maranhão que tem por objetivo central a quantificação e a qualificação da oferta e das necessidades habitacionais, tendo-se em conta a evolução recente da economia estadual – consideradas as cinco mesorregiões do Maranhão – e eventuais limites e potencialidades do quadro político-institucional-legal-financeiro concernente ao setor habitacional, no âmbito estadual.

Assim, levam-se em conta aspectos econômicos, urbanísticos, jurídicos e institucionais, buscando-se formular indicações e subsídios para um plano de ação, que, no âmbito do PEHIS-MA, deverá ser executado – sob a coordenação da SECID – ao longo do período 2012-2023, para promover o acesso da população à moradia digna, principalmente aqueles que vivem em condições precárias de saneamento e urbanização.

Quadro 43 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Habitação

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0553	Habitação e Urbanismo	167.372.064,00	175.936.648,27	75.203.909,15	43.543.401,99	29.401.544,17	20.845.902,74
3098	Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais Associados	167.372.064,00	175.936.648,27	75.203.909,15	43.543.401,99	29.401.544,17	
TOTAL		167.372.064,00	175.936.648,27	75.203.909,15	43.543.401,99	29.401.544,17	20.845.902,74

⌚ Resultados alcançados em 2013

HABITAÇÃO - Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais Associados:

Realização do Plano de Urbanização dos bairros Camboa, Liberdade, Fé em Deus e Alemanha, integrantes do Projeto PAC Rio Anil.

Mais de 3.000 atendimentos sociais às famílias beneficiárias dos Projetos PAC Rio Anil.

Pagamento de 8.480 parcelas de Aluguel Social beneficiando 620 famílias do Projeto PAC Rio Anil.

Conclusão de 90% das obras de 3,8km da Avenida IV Centenário.

Programa Viva Casa – na qual é custeado por recursos do FUMACOP, onde em 2013 foram construídas e entregues 516 unidades habitacionais.

Realização de Chamamento Público para a contratação de 2.208 unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Quadro 44 - Demonstrativo dos Principais Indicadores de Resultados no Período 2009 -2013

INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013	FONTE
Taxa de déficit habitacional	23,6	n/d	24,9	21,2	n/d	IPEA*

* IPEA. Nota Técnica nº 5 – Estimativas do Déficit Habitacional Brasileiro (PNAD 2007-2012). Nov/2013.

OBS: Não houve apuração no exercício 2010 pelo IPEA deste indicador

DÉFICIT HABITACIONAL				
	2009	2011	2012	Evolução no período
ABSOLUTO	411.547	449.861	399.381	-2,96%
RELATIVO	23,60	24,90	21,20	-10,17%

OBS: Não houve apuração no exercício 2010 pelo IPEA deste indicador

Dentre os indicadores utilizados na política habitacional, o déficit habitacional é aquele que informa à sociedade e aos gestores públicos sobre a necessidade de reposição do estoque de moradias existentes por sua precariedade, bem como sobre a necessidade de incrementar o estoque de moradias, especialmente para atender famílias que estão em situação de coabitação forçada. O objetivo do indicador do déficit habitacional serve para orientar os agentes públicos na construção de diversos programas que sejam capazes de suprir essas necessidades nas esferas de governo dos municípios, estados e da União.

Elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2012), o estudo do IPEA mostra que o déficit habitacional de 23,6% do total de domicílios maranhenses registrados em 2009 caiu para 21,20% em 2012, o que representa em números absolutos 399.381 residências.

Embora em termos absolutos a variação do déficit habitacional tenha apresentado queda de 2,96%, verificamos que em termos relativos a queda foi bem maior, 10,17% uma vez que ocorreu incremento no número total de domicílios maranhenses, impulsionados, principalmente, pelo programa federal Minha Casa Minha Vida que destina a maioria de seus recursos para atendimento de famílias com renda de até 3 salários mínimos, onde se encontram o maior número de famílias com necessidade de moradia.

⌚ ANALISE DAS AÇÕES MAIS RELEVANTES

Programa Estadual de Habitação de Interesse Social – VIVA CASA

Foi criado em 2010 e tem por objetivo a substituição de moradias rústicas(taipa) por unidades habitacionais adequadas(alvenaria). É custeado por recursos do FUMACOP, onde no final de 2013 foram celebrados 10 novos convênios.

Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV:

Realização de atendimento a Entidades Organizadoras para a contratação de 5.000 unidades habitacionais rurais em parceria com o ministério das Cidades, através do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Realização de Chamamento Público para a contratação de 2.208 unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

PAC Rio Anil

O Projeto Rio Anil está contemplado no Programa de Urbanização de Assentamentos Precários – UAS, PPI - Favelas do Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, conforme Termo de Compromisso celebrado em 2007.

Tem como objetivo principal a remoção de todas as famílias que habitam palafitas à margem esquerda do Rio Anil localizadas nos bairros da Camboa, Liberdade, Fé em Deus e Alemanha, com a construção de 2.720 apartamentos de 42m² divididos em 11 conjuntos, 12 áreas de equipamentos comunitários e recuperação ambiental, 01 via margeando toda a área de intervenção (Camboa - Alemanha). A realização de 7.500 melhorias habitacionais nos bairros da Liberdade, Fé em Deus, Vila Sésamo, Irmãos Coragem, Vila Cristalina, Apeadouro, Alemanha, Caratatiua, Vila Palmeira, Barreto, Radional, Vera Cruz e Santa Cruz. Compõem o escopo do projeto a necessidade de desapropriação/indenização de benfeitorias de 1.125 imóveis, regularização fundiária e realização de trabalho técnico-social em toda área de intervenção.

Metas:

- Produção de Habitação Urbana e Rural
- Recuperação e Melhorias Habitacionais

- Sistema Viário
- Equipamentos Comunitários
- Regularização Fundiária
- Indenização de Benfeitorias
- Trabalho Social
- Equipamento Cultural
- Alojamento Provisório/Despesa com Aluguel

Planos Diretores

Recurso do OGU para elaboração do Plano Diretor de Drenagem da Bacia do Mearim e Bacanga com o objetivo de reverter o agravamento das enchentes nos municípios em sua influência, estabelecer bases para efetivar a implantação da gestão de recursos hídricos na Bacia, caracterizando as causas de suas inundações ocorridas nas cidades ribeirinhas que se encontram no seu curso, apresentar propostas de ações estruturais e não estruturais de controle de cheias por meio da elaboração de um estudo aprofundado, para identificar os pontos críticos existentes nessas bacias hidrográficas como desmatamento, assoreamento, erosões, áreas de risco devido a enchentes, poluição, dentre outros e apontar soluções para os problemas citados.

O prazo para a elaboração dos planos diretores é de 18 meses, tendo iniciado em 17/12/2013 e término em 10/06/2015.

3.2.10. Função: Ciência e Tecnologia

3.2.10.1 Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior

O Brasil conquistou, nos últimos anos, uma posição de destaque na produção científica e na geração de tecnologia de ponta. O desenvolvimento de um país está, sem dúvida, vinculado aos investimentos aplicados em pesquisa e formação de recursos humanos.

Em nosso Estado, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTEC preocupa-se com a formulação da Política de C, T & I, por que comprehende que este assunto é estratégico, por isso deve ter caráter abrangente, integrando as diversas atividades produtivas e as diferentes políticas públicas no processo de desenvolvimento do Estado.

Desse modo, a política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado desenvolvida pela SECTEC segue a princípios, objetivos e ações estratégicas, já identificadas, enquanto busca conhecimento sobre os que serão demonstrados nos estudos já iniciados para orientação dos investimentos neste setor importante do governo.

Ainda assim, a comunidade científica brasileira enfrenta grandes desafios devido à falta de recursos para a pesquisa. Nossos laboratórios e pesquisadores ocupam patamares de qualidade e competitividade equivalentes aos de muitos países do primeiro mundo, onde a ciência sempre foi considerada um fator importante no desenvolvimento econômico, político e social.

A divulgação científica é um processo de inserção social, na medida em que proporciona ao cidadão o acesso ao conhecimento, que lhe permite participar mais ativamente das discussões que permeiam a aplicação dos recursos públicos no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas. Também colabora no esclarecimento da população sobre os avanços da

ciência e da técnica, fornecendo subsídios para a formação da consciência crítica e, ainda, contribui para a expansão do conhecimento científico além dos muros das universidades e centros de pesquisa, promovendo maior interação entre pesquisadores e a sociedade.

Combater a exclusão social é uma das metas da Ciência e Tecnologia em nosso Estado, pois através dela se possibilita que os conhecimentos tecnológico e científico beneficiem a população e lhe garanta melhores condições de vida. É preciso que a tecnologia atenda ao interesse social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento da espécie humana.

Nesse sentido, a formulação da Política de C & T do Governo do Estado do Maranhão, desenvolvida por meio da SECTEC, tem um caráter abrangente a nível estadual, integrando as diversas atividades produtivas e de agregação de valor, através da realização de seminários regionais, municipais, palestras, estudos de base, mesas-redondas, estabelecimento de parcerias público-privadas, etc., envolvendo diferentes intervenientes e outros atores interessados a diversos níveis da sociedade.

A Política de Ciência e Tecnologia que a SECTEC apresenta, se assenta em princípios, define a estratégia (campos de atuação e mecanismos de implementação), os objetivos e ações estratégicas, identifica os intervenientes, as fontes de financiamento e os mecanismos de monitoramento, controle e avaliação das ações planejadas.

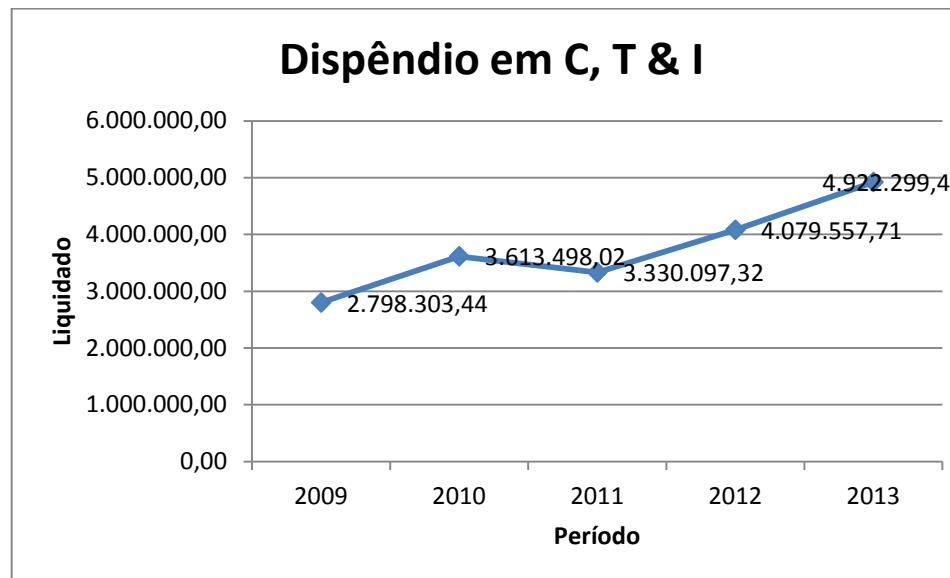
No Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico se inserem as ações do Programa Maranhão Profissional, os cursos de capacitação tecnológica dos CETECMAs, os convênios para desenvolvimento científico e tecnológico, as bolsas de formação e os auxílios à pesquisa no âmbito da FAPEMA, bem como os eventos científicos e tecnológicos fomentados pelo Sistema Estadual de C&T.

A sociedade é, de fato, a grande investidora nos projetos de pesquisa e é também diretamente afetada pelos seus resultados e aplicações.

Quadro 45 - Demonstrativo dos Indicadores de Resultado no Período 2009 -2013

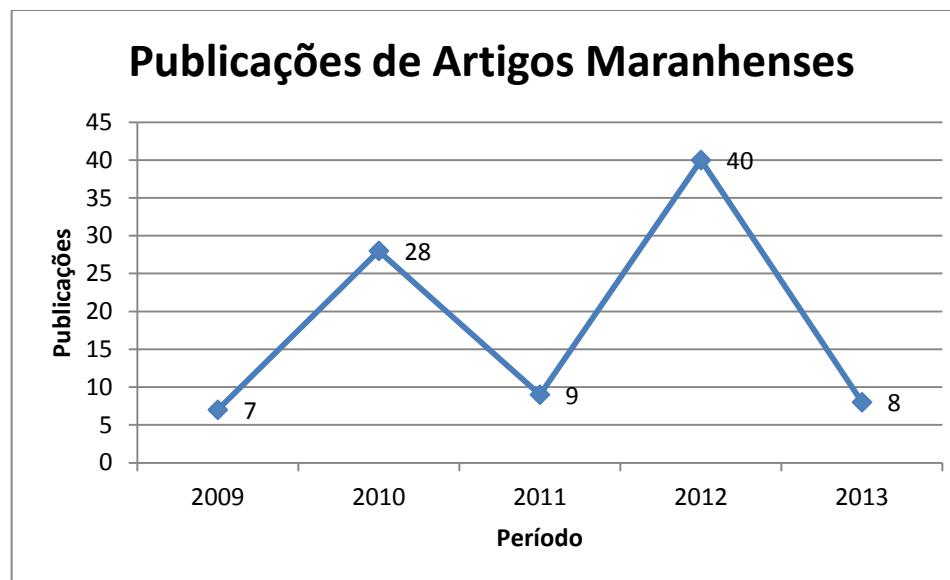
INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013	FONTE
Dispêndios em Ciência e Tecnologia – Estadual, Federal e Privado (Em R\$)	2.798.303,44	3.613.498,02	3.330.097,32	4.079.557,71	4.922.299,42	SISPCA
Publicações de artigos maranhenses – participação nacional e internacional	09	14	17	28	33	REVISTAS NACIONAIS E BOLETINS NTERNOS
Número de Bolsas de Estudo concedidas por tipo	Mestrado	07	28	09	40	MINTER
	Doutorado	08	30	13	46	DINTER
	Pós-Doutorado	0	0	0	01	
Número de Alunos Graduados por Ano	5161	1799	1346	1485	1017	PRESENCIAL e EAD 2009 – PQD
Número de Mestres e Doutores Titulados por ano	0	06	09	08	08	RH UEMA
Taxa de Docentes em Exercício com Mestrado e Doutorado	0	0	0	01	01	RH UEMA
Taxa Líquida de Matrícula em Ensino Superior	21434	22751	25934	20217	38799	PRESENCIAL e EAD

Gráfico 7 – Dispêndio em Ciência, Tecnologia e Inovação



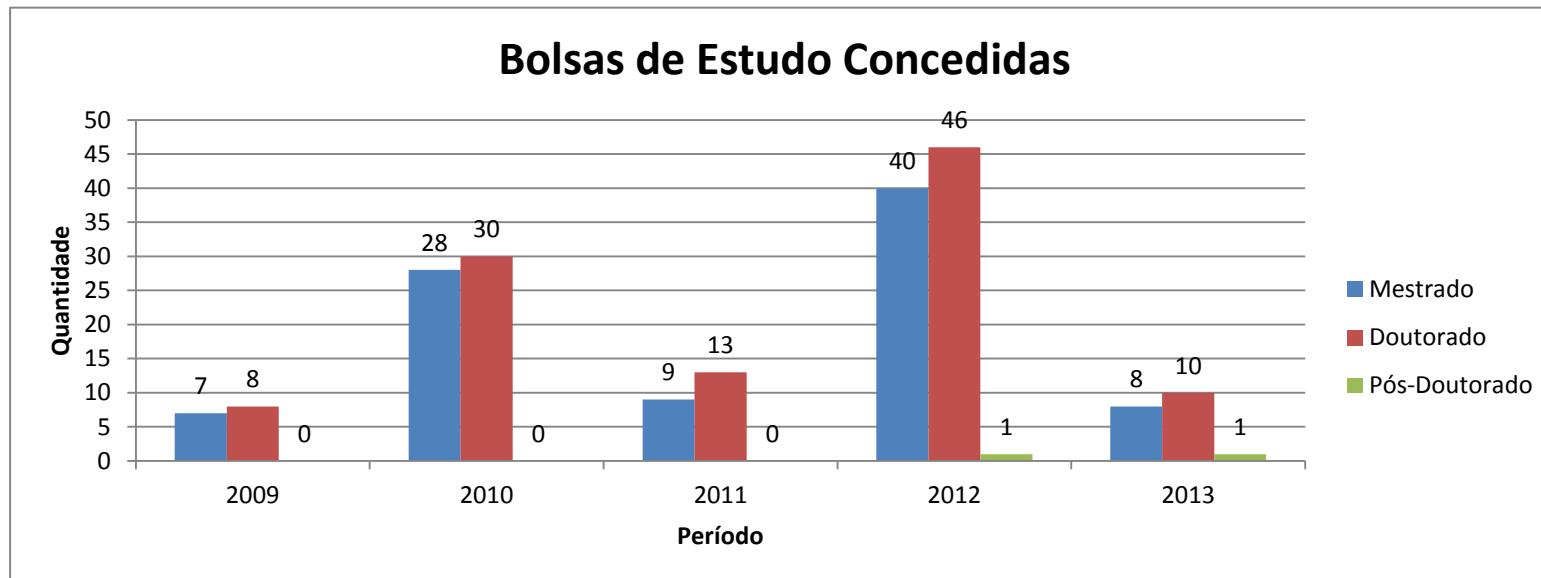
Durante o período de 2009 a 2013 houve um crescente avanço em investimento em Ciência, Tecnologia e Informação por parte da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, refletindo a preocupação do Governo do Estado no seu fomento junto à população. As ações que refletem esse avanço podem ser notadas nos diversos programas em andamento junto à esta SECTEC.

Gráfico 8 –Número de Publicações de Artigos Maranhenses



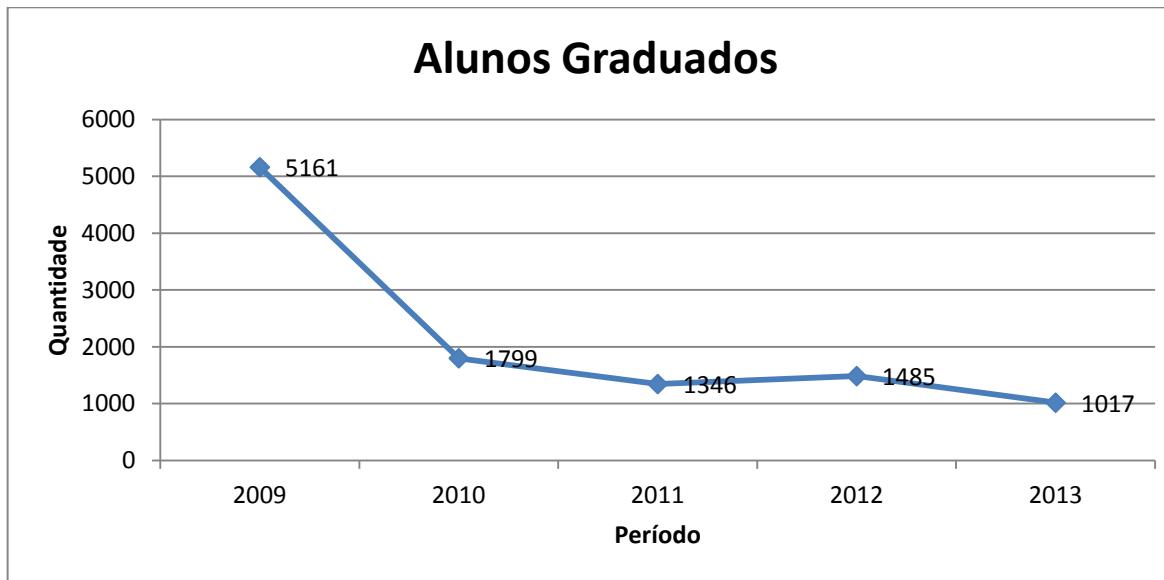
Este indicador reflete a forma como a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA encara sua finalidade precípua contida na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. A publicação de artigos por maranhenses foi um investimento em diversas revistas científicas, mais intelectual que financeiro, pois devolveu ao estudante pesquisador a vontade e a possibilidade de ter sua pesquisa vista e estudada por muitos outros na mesma situação. Daí se pode notar a crescente evolução nos dados apontados durante o período analisado.

Gráfico 9 – Número de Bolsas de Estudos Concedidas



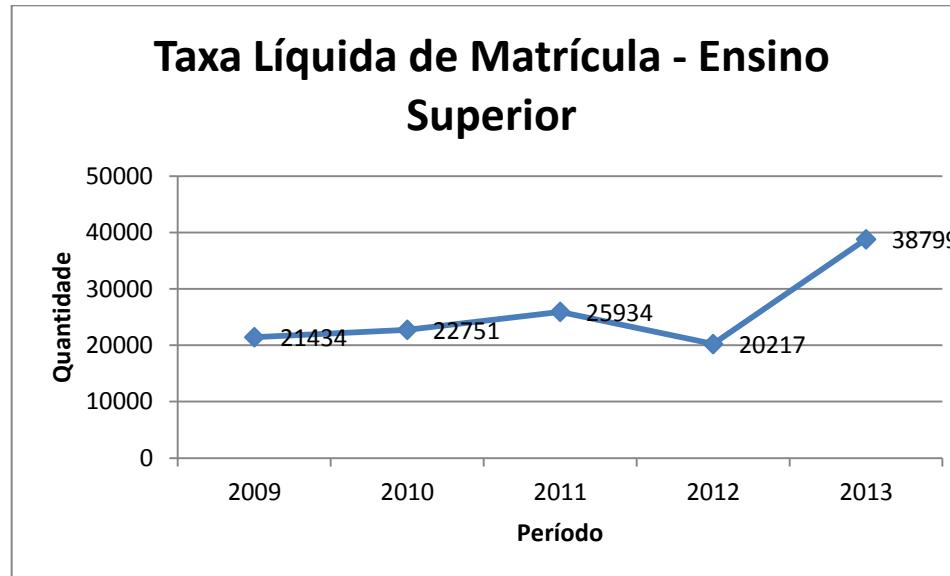
Dentro desse mesmo diapasão, a UEMA tem posto em prática sua política de concessão de bolsas de estudo para alunos de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Com a finalidade de qualificar seu corpo docente, tal política tem se refletido num maior compromisso do Professor bolsista com a Instituição de Ensino, além de proporcionar uma significativa melhora nos padrões de qualidade de ensino desta Universidade. Nota-se através dos números apresentados, que à medida que acontece a qualificação docente, diminui a necessidade de concessão de bolsas, e assim se faz sucessivamente até que todos os docentes tenham a qualificação acadêmica adequada e exigida pela Universidade.

Gráfico 10 – Número de Alunos Graduados



A aparente queda na quantidade de alunos graduados demonstra a seriedade com que a UEMA tem encarado o ensino. No ano de 2009, a quantidade de alunos graduados foi elevada devido ao Programa de Qualificação Docente (PQD). Nos demais anos a taxa de graduação flutuou perto da estabilidade, oscilando nos dois últimos anos devido ao rigor que a Universidade tem imposto aos discentes para que estejam devidamente preparados para encarar o mundo do trabalho com conhecimento.

Gráfico 11 – Número de Bolsas de Estudos Concedidas



Toda a preocupação da UEMA na busca pela excelência de ensino, principalmente, em qualificar seu corpo docente e impor um ensino sério e comprometido aos seus discentes, tem refletido na enorme procura por seus cursos, tendo em vista a elevada taxa de matrícula, observada nos últimos anos.

⌚ ANÁLISE DAS AÇÕES MAIS RELEVANTES

Plano Estadual de Inovação Tecnológica

Estão acontecendo entendimentos com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE com objetivo de elaborar o plano de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Estado do Maranhão. Este deverá ser aderente ao PCTI da Amazônia Legal, porém dando foco mais detalhado às peculiaridades e necessidades do Estado.

Plano de Ciência e Tecnologia da Amazônia Legal

Atendendo a uma demanda dos secretários de CT&I e presidentes de FAPs do Norte, o MCTI apoiou a elaboração do Plano que foi coordenado pelo CGEE, que teve como missão, elaborar uma proposta para nortear a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia Legal. O documento foi elaborado a partir da interação sistêmica entre atores e instituições relevantes CT&I dos Estados da Amazônia Legal. O resultado foi uma propositura para 20 anos que pretende mudar o cenário do desenvolvimento da região, tendo como fator motivador o aproveitamento sustentável da biodiversidade regional.

O PCTI/Amazônia está pronto e em fase de impressão de exemplares para a divulgação.

Há um grande consenso de que um projeto desenvolvimento da Amazônia terá que ter como eixo central a Ciência, Tecnologia e Inovação.

Isto requer o fortalecimento do Sistema Regional de CT&I e, ao mesmo tempo, o seu direcionamento para processos mais densos de conhecimento, compatíveis com a especificidade do potencial regional de geração de riquezas. Isso também é oportuno, pois o novo paradigma tecnológico ou a “revolução técnico-científica” em curso, que caracteriza a atual fase do

desenvolvimento em nível mundial, centrada nas tecnologias de informação e comunicação, ampliou as possibilidades de mudar a natureza das relações de exploração extensiva e predatória dos recursos naturais.

Os eixos estratégicos do PCTI / Amazônia são:

- Infraestrutura para Ciência Tecnologia e Inovação;
- Formação, atração e fixação de pessoal para CT&I;
- Ambientes e polos regionais de inovação; e
- Agenda Regional de P&D.

Parques Tecnológicos e Incubadora de Empresas

A instalação do Polo Cidade Empresarial em sua fase inicial demanda um estudo aprofundado de toda estrutura legislativa que permeia a instalação de uma Organização Social e todos os seus pormenores.

A partir desse estudo poderá montar-se toda uma estrutura legal para que o Polo Cidade Empresarial possa atuar da maneira adequada, propiciando para o Estado o desenvolvimento tecnológico e econômico que se espera.

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Maranhão – SECTEC em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio atuaram nesse estudo aprofundado elaborando um anteprojeto de lei que pretende substituir a atual lei de criação de O.S. existente, a Lei Nº 7.066 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1998.

O anteprojeto visa atualizar conceitos, trazer novos institutos que melhor estruturem a administração de parques tecnológicos e demais aspectos importantes.

A sede do Polo será o prédio ex - CAEMA (Rua da Estrela 585, Centro) doado por esta Empresa para a SECTEC com esse objetivo (Ata da 351^a reunião do Conselho CAEMA, publicada no Estado do Maranhão do dia 13 de março de 2014).

O prédio foi incluído no PAC – Cidades históricas para fins de recuperação e adequação para o uso aqui destinado.

Programa de Incentivo à Inovação e Aproximação Universidade-Empresa – PIAUE

O PIAUE é uma iniciativa da Universidade Virtual do Maranhão (UNIVIMA) em conjunto com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTEC), com a necessária participação de outras entidades parceiras. Começou a ser elaborado em 2012 e 2013 em conjunto com os parceiros. Em síntese, trata-se de um projeto pioneiro e inovador, de acordo com as estratégias mais recentes de incentivo à inovação, visando o aumento de competitividade da indústria maranhense.

A realização do programa conta com a participação de parceiros dentro e fora da esfera de governo, tais como SEDINC, SEBRAE, FIEMA, UFMA, IFMA e UEMA. Cada parceiro tem sua participação definida no projeto dentro de suas áreas específicas de atuação no Estado, o que torna o programa economicamente interessante.

A gestão deste Programa será realizada pela Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão-FSADU, instituição de direito privado sem fins lucrativos.

O PIAUE está em última fase de elaboração, assim será realizada uma reunião às 14h do dia 18/03/2013 na sede da FSADU, visando à consolidação final junto aos parceiros.

O programa esta dividido em dois grandes eixos. O primeiro eixo é chamado de INOVAÇÃO NA UNIVERSIDADE, trata-se de Incentivar/capacitar o pesquisador para canalizar suas pesquisas para a geração de produtos e processos inovadores; é focado, sobretudo para Grupos de Pesquisa ou Pesquisadores responsáveis por projetos de pesquisa, cujos resultados atendam demandas do setor produtivo do Estado. Essa fase já esta sendo consolidada pelo setor interno da SECTEC, com a preparação do edital e

projeto básico para a dispensa de licitação. O segundo eixo é chamado de Cafés Tecnológicos, visa a promoção de encontros de oportunidades entre empresas e universidades a partir da afinidade de interesses entre ambas, a estimativa é que sejam realizados 10(dez) cafés tecnológicos, dentro de um período de 12(doze) meses.

Programa Maranhão Profissional

As rápidas mudanças pelas quais vem passando o mundo nessa primeira década do século XXI, tem produzido transformações significativas na prática social, e, consequentemente, na lógica da relação entre qualificação profissional e trabalho. No que concerne aos aspectos da educação profissional, é possível verificar uma imensa inquietude nos meios ligados a esse setor, catalisando reformas que buscam sua adequação às novas exigências mercadológicas.

Os grandes desafios que o atual sistema enfrenta, assumem na realidade maranhense características específicas de um Estado que está passando por grandes transformações. São questões que impulsionam a continuar a investigar, promover e gerenciar os modelos atuais para que novas alternativas possam surgir.

Este é o propósito fundamental do Programa Maranhão Profissional. Sua estrutura e modelo de gestão técnica foram concebidos de forma a atender a diferentes situações, considerando tanto as rápidas mudanças das bases técnicas quanto as necessidades da vida cidadã.

Todas as ações planejadas e executadas tiveram como propósito principal estabelecer um equilíbrio entre as demandas permanentes de objetivo, tempo, custo, qualidade e inclusão social.

Os resultados imediatos desse processo são dados consolidados dos 84 municípios abrangidos pelo Programa, e que vão servir de base para o estabelecimento de novas parcerias, implementação de projetos, implantação de pontos de EAD, criação de novos cursos de acordo com as demandas, ampliação do Programa, entre outros projetos e atividades.

Conforme definido no plano de metas, quatro atividades base são realizadas de forma simultânea e ininterrupta durante toda a duração do Programa:

Mapeamento geral da demanda, descrevendo as necessidades de mão de obra das empresas instaladas no Estado.

Mapeamento da oferta de cursos profissionalizantes que possam atender a essa demanda no menor tempo possível, e, que possam dar a exata dimensão dos tipos e modalidades dos cursos profissionalizantes ofertados em território maranhense.

Gerenciamento permanente do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, tendo como base os dados quantitativos.

Monitoramento do CAGED e SINE, criando um feedback permanente que supre a equipe técnica do Programa com informações destes bancos de dados. As informações do primeiro semestre colhidas a partir dessas ações estão consolidadas e disponíveis para consulta.

A alavancagem operacional inicial continua sendo realizada a partir dos três grandes pilares:

Promover a utilização integral dos espaços dos CETECMAS existentes usando as parcerias.

Ampliar Parcerias públicas e privadas de qualificação profissional.

Disponibilizar EAD para alavancar e ampliar demais processos pertinentes.

No caso dos espaços disponíveis dos CETECMAS, a equipe técnica do Programa Maranhão Profissional, continua disponibilizando a assessoria técnica para planejar o uso das instalações físicas e suas respectivas demandas, permitindo a supervisão do funcionamento desses espaços.

A seguir detalhamos as principais ações realizadas pelo programa no ano de 2013:

Ampliação das Parcerias Públicas e Privadas de Qualificação Profissional através do mapeamento permanente de parcerias de formação e investimentos nos 84 municípios participantes do programa.

Elaboração e coordenação do projeto da I Feira de Estágio e Emprego do Maranhão, realizada nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2013.

Elaboração do Projeto do Centro Vocacional Tecnológico de Itapecuru Mirim – CVT. Escola do Babaçu;

Consultoria internacional dirigida pelo diretor de pesquisa da Prefeitura de Boston (EUA), realizada com a equipe técnica do Programa Maranhão Profissional.

Elaboração e acompanhamento do Processo de Criação, Termo de Referência, Plano de Trabalho e Minuta de todos os projetos executados pelo Programa.

Implantação do Projeto Pedagógico e dos programas das disciplinas dos Cursos oferecidos pelo Instituto Pobres Servos da Divina Providência, com sede no bairro da Cidade Operária, em São Luis/MA em parceria com a VALE/IFMA.

Criação e manutenção de canais de comunicação permanentes para divulgação das ações do programa.

Manutenção do Blog com notícias e informações sobre o programa: maranhaoprofissional.blogspot.com;

Manutenção de conta na rede social TWITTER com atualizações permanentes:@maranhaoprofis

Criação e manutenção do site oficial do Programa Maranhão Profissional.

Elaboração de projetos de comunicação integrada com parceiros como o SINE.

Reelaboração de banner indicativo dos pontos onde são ministrados os cursos do Maranhão Profissional.

Reelaboração do selo de identificação para os diplomas dos cursos certificados pelo Maranhão profissional

Criação do folder institucional do programa.

Manutenção do programa C.H.A (Competências, Habilidades e Atitudes) desenvolvido pela equipe técnica do MA Profissional, aprovado e incluído no início dos cursos oferecidos pela UNIVIMA através dos CETECMAS.

Consultoria técnico-Jurídica para os projetos do estaleiro-escola.

Consultoria técnica permanente para os programas de Estágio “VIVA Meu Primeiro Emprego” e “VIVA Universitário”.

Intermediação permanente para empréstimo de espaço físico da rede SEDUC para os parceiros SENAI E SENAC.

Intermediação para que o parceiro IFMA continue auxiliando o CESJO a colocar em atividade os seus cursos. A partir da parceria com VALE e ALUMAR, a perspectiva é que o numero de alunos aumente para 800 em 2013.

Consultoria técnica permanente para o Programa Maranhão Profissional Reforço Escolar em parceria com a UNIVIMA, SEDUC e SSP.

Elaboração e redação do Relatório Semestral de Avaliação, descrevendo as ações, dados e resultados concretos do ano de 2013.

Os números descritos a seguir refletem os dados consolidados de 2013 divididos por áreas.

Para o ano de 2013 havia uma perspectiva de 140.000 qualificações contra 114.479 em 2012 e 96.196 em 2011.

Dessa forma podemos afirmar que a meta anual de 2013 foi ultrapassada em mais de 15.000 qualificações, totalizando um valor aproximado de 155.623.

A maior parte das demandas continua sendo de capacitação FIC. Isso mostra que o Programa Maranhão Profissional está direcionando e priorizando a capacitação para cursos desse tipo usando o PRONATEC, o que mantém o Maranhão em primeiro lugar nacional nos cursos FIC, com o maior número de matrículas confirmadas.

Por outro lado, é importante ressaltar que as escolas privadas ainda não aportam informações relevantes diretamente ao banco de dados do Programa. Está sendo criado um mecanismo específico de monitoramento, uma vez que os cursos livres não os possuem.

Além disso, com o FIES PRONATEC, o MEC realizará um controle mais efetivo desses cursos, e, a partir de então, poderemos ter ferramentas para um mapeamento mais efetivo do comportamento das instituições particulares. Daí em diante, já será possível aplicar o IAC e ter influência direta na oferta dos cursos. Afinal, os cursos que em primeiro lugar atendam ao Maranhão Profissional, terão prioridade na liberação de futuros financiamentos.

Programa de Estágio “VIVA Primeiro Emprego”

As maiores dificuldades nos dias atuais é a geração de empregos em geral. Os jovens encontram grandes obstáculos ao procurar o primeiro emprego em sua vida; aos adultos, por sua vez, a dificuldade aumenta quando se trata de reinserção no mercado de trabalho.

Por muitas vezes, o jovem já cursou universidade ou curso técnico e, no momento de trabalhar, não consegue uma oportunidade, sendo esta uma das inúmeras barreiras que existem no ingresso do mercado de trabalho.

Para que nossos jovens e adultos enfrentem com mais facilidade o mundo do trabalho e a grande concorrência, devemos propiciar-lhes oportunidades para sanar o despreparo e a falta de experiência profissional, tão exigidos pelos empregadores.

Assim, o Programa “Estágio VIVA Primeiro Emprego”, associando a teoria escolar e a prática profissional, tem como principal finalidade qualificar, de forma completa, o cidadão, para inseri-lo num mercado de trabalho cada vez mais concorrido e exigente.

O estágio remunerado representa um grande avanço para oportunizar o ingresso no primeiro emprego e, quem sabe, a descoberta da verdadeira vocação do estagiário, sendo, ainda, um instrumento imprescindível para seu aprendizado.

Portanto, diante da importância do Programa “Estágio VIVA Primeiro Emprego” para qualificar o cidadão jovem e adulto do nosso Estado, e a necessidade de sua efetivação, para dar-lhes condições de imediata inserção no mercado de trabalho, foram atendidos, somente neste primeiro ano de funcionamento, 9.086 (nove mil e oitenta e seis) jovens e adultos pelo referido Programa de Estágio.

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

A Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, cuja finalidade precípua é produzir, preservar e disseminar o conhecimento sistematizado através da tríplice função: ensino, pesquisa e extensão, concentra a função de adequar o ensino desenvolvido através de cursos regulares, sequenciais, do Programa de Qualificação de Docentes nas modalidades presencial e à distância e Cursos Tecnológicos, às necessidades da realidade local, atualizando seus currículos, inovando suas metodologias de ensino e implantando novos cursos de acordo com a demanda de profissionais no Estado, ampliando, assim, seus esforços para que sua contribuição seja significativa e relevante.

Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão - FAPEMA

A FAPEMA atua basicamente em três vertentes: Formação de recursos humanos, apoio a projetos de pesquisa e divulgação científica e popularização da ciência. Do ponto de vista do apoio a projetos de pesquisa a injeção de recursos nas

Universidades Públicas e Privadas tem contribuído para o aumento no número de Programas de Pós-Graduação e na qualificação desses programas. Destaca-se também do apoio a projetos que visam estimular professores e estudantes do ensino médio de Escolas Públicas (municipal, estadual e federal) a desenvolverem pesquisas no ambiente das Escolas. Inclui-se nessa linha de fomento o estímulo à inovação e ao empreendedorismo.

Na área de inovação foram alcançados importantes resultados, pois além de ampliar a capacidade de interação com as empresas maranhenses estimulando a inovação e a inserção de pesquisadores em seus quadros, chegamos a 2013 com 30 empresas apoiadas. Além disso, há hoje em todas as universidades do Estado e na FIEMA núcleos de inovação, cuja implantação foi estimulada e fomentada pela FAPEMA.

O somatório e pluralidade das ações deram à FAPEMA uma nova dimensão ao mesmo tempo em que lançam o desafio de crescer com sustentabilidade e de produzir resultados sempre mais resultados positivos para o Estado.

Nesse sentido, foram concedidas 12.257 bolsas, com media mensal de 1021 bolsas, além de 915 auxílios de apoio às atividades de pesquisa no Estado, bem como foram apoiados 146 projetos, todos em 2013.

3.2.11. Função: Agricultura

3.2.11.1 Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAGRIMA

O Estado do Maranhão situado na região do nordeste brasileiro ocupa uma área de 331.983.293 km², correspondendo 3,9% da área do Brasil. Ocupa o 8º lugar do país em extensão, sendo o 2º lugar do nordeste ocupando uma área de 21.35% em relação à área nordestina total.

Vale ressaltar que os Recursos Naturais do Estado ocupam destaque em relação ao nordeste. No entanto apesar da potencialidade em seus recursos naturais, a produção maranhense não consegue atingir uma oferta total de produtos agropecuários que correspondam com a necessidade das demandas de consumo da sua população. A produção ainda não atingiu o índice recomendado pela FAO que recomenda a produção de alimentos seja da ordem de uma tonelada por habitante por ano. O baixo nível da produção na agropecuária, oscilando entre 0,4 a 0,8 toneladas por habitante ano, caracteriza o Estado como grande importador de alimentos, apesar das potencialidades dos seus recursos naturais e da excepcional situação geográfica(PPA-2012-2015).

Este contexto justificou a necessidade da intervenção e da formulação de políticas públicas para promover o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário. Então, a formulação do Maranhão Mais Produtivo-PPA 2012-2015, reformulado em 2013 e passando a denominar-se programa Agronegócio Maranhense Competitivo é formado por três aspectos básicos. O primeiro apresenta o aspecto macro econômico - o Produto Interno Bruto-, e estabelece um paralelo com a situação econômica mundial; o segundo demonstra o nível da produção agropecuária do estado e sua posição relativa em termos de produtividades e o terceiro aponta para a necessidade da elaboração de uma política de estado para o desenvolvimento do setor agropecuário local.

Deste modo, o programa visa fundamentalmente: contribuir para o aumento da oferta de produtos agropecuários maranhenses; o aumento da produtividade das culturas e criações dos produtores; elevação da qualidade de vida; a organização setorial das cadeias produtivas; o uso das boas práticas de sistemas produtivos; a agregação de valor a produção; promoção do estímulo à inovação e a busca da sustentabilidade das atividades agropecuárias. O programa pretende atingir consumidores, produtores, e outros agentes das cadeias e redes produtivas em arranjos produtivos locais, e para tanto, serão construídas estratégias de ações, normativos e procedimentos que propiciem adequação dos processos produtivos de forma a alcançar esses objetivos.

Neste contexto, passa-se a demonstrar o resultado da aplicação da política de estado, através da programação e execução orçamentária por programas finalísticos e ações do PPA 2012-2015, exercício 2013.

Quadro 46 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Agricultura

Programa Finalístico	Ações	Lei	Lei + Crédito	Empenhado	Liquidado	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0570 AGRONEGÓCIO MARANHENSE COMPETITIVO	4450 – Gestão do programa	1.000.000,00	639.800,00	571.612,80	539.072,47	539.072,47	–
	4634 – Promoção do agronegócio maranhense	15.378.750,00	30.977.429,00	12.454.859,91	6.915.048,23	6.340.048,23	5.839.811,68
	4635 – Dinamização de empreendimentos de baixo carbono	500.000,00	610.000,00	336.144,00	1.144,00	1.144,00	–
	4636 – Sistematização de informações mercadológicas e agroindustriais	200.000,00	128.400,00	–	–	–	–
	TOTAL	17.078.750,00	32.355.629,00	13.362.616,71	7.455.264,70	6.880.264,70	5.839.811,68
0570 AGRONEGÓCIO MARANHENSE COMPETITIVO	4450 – Gestão do programa	1.000.000,00	639.800,00	571.612,80	539.072,47	539.072,47	–
	4634 – Promoção do agronegócio maranhense	15.378.750,00	30.977.429,00	12.454.859,91	6.915.048,23	6.340.048,23	5.839.811,68
	4635 – Dinamização de empreendimentos de baixo carbono	500.000,00	610.000,00	336.144,00	1.144,00	1.144,00	–
	4636 – Sistematização de informações mercadológicas e agroindustriais	200.000,00	128.400,00	–	–	–	–
	TOTAL	17.078.750,00	32.355.629,00	13.362.616,71	7.455.264,70	6.880.264,70	5.839.811,68

Fonte: SISPCA/2014

Para o Programa Agronegócio Maranhense Competitivo foi previsto inicialmente recursos no valor de R\$ 17.078.750,00 (dezessete milhões, setenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais). Ocorreram suplementações na ordem de R\$ 15.276.879,00 (quinze milhões duzentos e setenta e seis mil oitocentos e setenta e nove reais) provenientes de emendas parlamentares, do FUMACOP, do convênio federal com MAPA e com o Ministério da Integração totalizando R\$ 32.355.629,00 (trinta e dois milhões trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscientos e vinte nove reais). O orçamento da SAGRIMA, assim como o de outras secretarias, destacou-se por uma particularidade no exercício de 2013, que foi o corte orçamentário na ordem de 35% promovido pelo governo no primeiro trimestre.

Ação 4450 - Gestão do Programa

Houve recurso inicial de R\$ 1.000.000,00 (um milhão reais) sendo empenhado o valor de R\$ 639.800,00 (seiscentos e trinta e nove mil e oitocentos reais) e liquidado o montante de R\$ 539.072,47 (quinhentos e trinta e nove mil setenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

Os recursos foram aplicados:

Na cobertura de despesas com viagens e locomoção (pagamento de diárias e afins) parapromoção de eventos para discussão sobre o setor agropecuário;

Produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas;

Cobertura de despesas necessárias à coordenação, controle, monitoramento, avaliação e gestão do programa Agronegócio Maranhense Competitivo.

Ação 4634 - Promoção do Agronegócio Maranhense

Houve recurso inicial de R\$ 15.378.750,00 (quinze milhões trezentos e setenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais), empenho de R\$ 12.454.859,91 (doze milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e um centavos), sendo liquidado o valor de R\$ 6.615.048,23 (seis milhões seiscentos e quinze mil quarenta e oito reais e vinte três centavos). Tendo ficado em restos a pagar o montante de R\$ 5.839.811,68 (cinco milhões oitocentos e trinta e nove mil oitocentos e onze reais e sessenta e oito centavos)

Os recursos foram aplicados na(s):

Realizações de 18 eventos agropecuários (feiras e exposições encontros e torneio leiteiro), beneficiando 1.200 criadores;

Aquisição e distribuição de 300.000 kg de sementes de feijão beneficiando 29.998 agricultores familiares;

Aquisição e distribuição de 554.000 kg de sementes de arroz beneficiando 55.400 agricultores familiares;

Aquisição e distribuição de 793.000 kg de sementes de milho beneficiando 79.300 agricultores familiares;

Aquisição e distribuição de 773 kg de hortaliças beneficiando 2.450 agricultores familiares;

Aquisição e distribuição de 100 t de sementes básicas de arroz beneficiando 3.300 agricultores familiares;

Aquisição e distribuição de 15 patrulhas agrícolas beneficiando 1500 agricultores familiares;

Manutenção corretiva de moto bombas do projeto Salangô II beneficiando 400 famílias de agricultores;

Aquisição e distribuição de 805 kit's de irrigação beneficiando 8.050 agricultores familiares;

Parceria com a CODEFASF através do Programa Água Para Todos com a instalação de 5.840 cisternas, beneficiando 5.840 famílias.

Ação 4635 - Dinamização de Empreendimentos de Baixo Carbono

A dotação inicial foi de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e atual de R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais). Sendo empenhado o valor de R\$ 336.144,00 (trezentos e trinta seis mil cento e quarenta e quatro reais) e liquidado o montante de R\$ 1.144,00 (um mil cento e quarenta e quatro reais).

Nesta ação ocorreram:

Criação do grupo gestor do plano ABC do Maranhão composto com 13 instituições públicas a e privadas;

Criação do regimento interno do grupo gestor do plano ABC no Maranhão;

Realização do I Seminário sobre Conservação de solos do MA;

Oficinas sobre o FIP/ABC em Brasília.

No ano 2013 já foram aplicados mais de R\$ 26 milhões distribuídos em 142 contratos, pelas instituições de crédito, desse total mais de 27% destinou-se a formação de pastagem.

Ação 4636 - Sistematização de Informações Mercadológicas e Agroindustriais

Houve dotação inicial de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) sendo que esta Ação não foi trabalhada no decorrer do exercício de 2013. O corte orçamentário ocasionou uma readequação da priorização de outras Ações por orientação e necessidade desta Secretaria.

Embora a SAGRIMA não disponha ainda de informações mercadológicas para suporte às atividades inerentes ao planejamento , ocorreram atividades relativas à informação de mercado, com levantamento informações de sistemas de preço dos principais produtos de origem vegetal e animal junto a Ceasa e outras entidades correlatas.

Os dados estatísticos da tabela abaixo demonstram o volume da produção agrícola do Maranhão. Tomando como base o ano anterior, percebe-se que a cultura do arroz reduziu a produtividade em 2010, ficou 1,22 t/h,a menor que o ano anterior, em 2011 ocorreu um aumento ficando 1,51 t/ha a produtividade. Agora em 2012 a produtividade diminuiu, ficando 1,01 t/ha. Já a cultura do milho em 2013,aumentou a produtividade, pois passou de 1,70 t/ha em 2012 para 1,19 t/ha em 2013. Observa-se que a cultura do feijão manteve a produtividade constante no período 2009-2010 de 0,44 t/ha, tendo aumentado a produtividade em 2011, passando a 0,47 t/ha. Logo em 2012 houve um decréscimo da produtividade passando a 0,40 t/ha, em 2013 também ocorre aumento da produtividade.

Neste setor, destaca-se a cultura da soja, commodities, que coloca o Brasil em posição importante no comércio internacional,e que a cada ano, se consolida na região sul maranhense. No entanto, pela que demonstra os dados da tabela abaixo, a produtividade apresenta oscilações,em que a maior oscilação está no ano 2010, quando fica 2,66 t/ha. Em 2012 a produtividade é 2,94 t/ha, sofre redução em relação ao ano anterior.

Em relação a cultura do algodão a produtividade se manteve crescente chegando em 2012 a produtividade 4,02 t/ha.

Quadro 47 - Evolução da Produção e Produtividade das Principais Culturas Alimentares 2009-2013

Arroz	Arroz			Milho			Feijão			Fonte
	Produção(t)	Área plantada(ha)	Produtividade (t/ha)	Produção(t)	Área plantada(ha)	Produtividade (t/ha)	Produção(t)	Área plantada(ha)	Produtividade (t/ha)	
2009	609.290	472.621	1,28	524.178	357.417	1,46	42.585	95.393	0,44	Censo Agrop/ IBGE
2010	589.946	481.544	1,22	532.632	380.974	1,39	37.427	84.062	0,44	Censo Agrop IBGE
2011	703.398	464.704	1,51	652.590	381.822	1,70	42.923	90.412	0,47	PAM/IBGE
2012	439.143	431.531	1,01	783.491	451.900	1,73	34.837	85.524	0,40	PAM/IBGE
2013	495.700	416.000	1,19	1.331.400	517.700	2,57	41.400	90.100	0,46	SAGRIMA/2013

Fonte: Censo Agropecuário

Ano	Soja			Algodão			Fonte
	Produção(t)	Área plantada(ha)	Produtividade (t/ha)	Produção(t)	Área plantada(ha)	Produtividade (t/ha)	
2009	1.211.085	409.402	2,95	42.418	12.841	3,30	-
2010	1.322.363	495.756	2,66	42.859	13.030	3,28	-
2011	1.570.923	530.389	2,96	41.134	16.755	2,45	IBGE/PAM
2012	1.640.183	556.178	2,94	75.059	18.626	4,02	IBGE/PAM
2013	1.685.900	586.000	2,88	-	-	-	SAGRIMA/2013

Fonte: Censo Agropecuário-PAM/IBGE-2013

A distribuição de sementes da SAGRIMA tem como importância proporcionar a qualidade e a produtividade das lavouras de arroz, milho e feijão. No entanto, a quantidade de sementes distribuídas para os agricultores familiares tem se constituído numa pequena contribuição em função da área total plantada no Estado. De acordo com as informações sobre as quantidades de sementes distribuídas pela SAGRIMA, no ano 2009, verificaram-se, percentuais significativo de 6%, 24% e 28%, para arroz, milho e feijão, respectivamente. E sofreram uma acentuada redução nos anos posteriores, em média de 3%, 10% e 13%,em função da menor oferta de sementes pela SAGRIMA ao setor produtivo, conforme quadro abaixo.

Quadro 48 - Volume de sementes adquiridas e distribuídas 2009-2013

Ano	Arroz		Milho		Feijão		Hortaliças
	Quantidade (kg)	Área plantada (ha)	Quantidade (kg)	Área plantada (ha)	Quantidade (kg)	Área plantada (ha)	Quantidade (kg)
2009	1.092.000	27.300	1.700.000	85.000	800.000	26.660	
2010	650.000	16.250	700.000	35.000	400.000	13.330	1.332
2011	1.000.000	25.000	883.500	44.175	145.000	4.833	3.249,80
2012	605.000	15.125	900.000	45.000	400.000	13.330	766
2013	554.000	13.850	793.000	39.650	300.000	10.000	773

Fonte: SAGRIMA-2014

De acordo com o IMESC(2013), o setor agropecuário representa 17% do PIB do Maranhão, em volume de produção. Os dados do Quadro abaixo, no que diz respeito a variação do PIB do agronegócio, revelam uma variação crescente entre 2010 e 2011, pois varia de 13,61% para 15,49%. Em 2012, ocorre redução, pois 12,29é a variação do PIB do agronegócio, e para 2013 a prospecção de redução para 11,35%.

Quadro 49 - Demonstrativo de Indicadores de Resultados no Período 2009-2013

INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013*	FONTE
Variação do PIB do agronegócio %	-	13,61%	15,49%	12,29%	11,35%	IBGE-IMESC/2013
Variação do valor da exportação de produtos agropecuários %	-	7,6%	46,9%	36,5%	-13%	IMESC/2013
Média de Vacinação Anual Contra a Febre Aftosa (%)	95.79	95.40	96.80	96.69	95.61	AGED-MA
Taxa de Crescimento Anual do Rebanho Bovídeo (%)	- 1.90	2.76	2.55	3.29	0.03	AGED-MA
Número de Levantamentos Fitossanitários	726	1055	1223	2092	1704	AGED-MA
Número de Fiscalizações do Trânsito de Vegetais (Cargas Fiscalizadas)	13333	11497	14670	17725	11710	AGED-MA
Número de Fiscalizações do Trânsito de Animais (Cargas Fiscalizadas)	1.122	35.009	46.822	181.311	65.022	AGED-MA

Com relação as atividades da defesa agropecuária, segundo a AGED, as coberturas vacinais contra febre aftosa no rebanho bovídeo do estado do Maranhão alcançaram em todas as etapas de vacinação índices satisfatórios e superiores aos estabelecidos pelo Programa Nacional de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa/PNEFA, fiscalizados pelo Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Considerando que as vacinações contra febre aftosa do rebanho bovídeo do estado do Maranhão são realizadas duas vezes por ano, sendo a I etapa maio e a II etapa novembro, de acordo com as diretrizes do MAPA, a média de cobertura vacinal anual acima citado, nessa série histórica de 2009 a 2013, demonstram a vacinação como uma das ferramentas fundamentais para o êxito do objetivo alcançado de elevar o Maranhão para o status de zona livre de febre aftosa com vacinação.

Considerando que nas regiões de grande produção e produtividade de bovinos no Brasil onde são utilizadas tecnologias modernas e programas genéticos de melhoramento e crescimento dos rebanhos, estas regiões compõem a taxa de crescimento médio anual do rebanho nacional é em torno de 3.5 %. No Maranhão as taxas de crescimento do rebanho bovídeo no estado obtiveram desempenho satisfatório, e com grandes perspectivas de duplicação do rebanho bovídeo em poucos anos, alguns fatores importantíssimos e fundamentais contribuem para estas perspectivas: o Maranhão é um dos poucos estados que dispõe grandes áreas para expansão da pecuária; o estado possui condições edafoclimáticas excepcionais para pecuária; capilaridade técnica e infra-estrutura para implantação e difusão de novas tecnologias de criação e somando-se a esses fatores o atrativo do Estado ter conquistado o status sanitário de área livre da febre aftosa com vacinação.

Os levantamentos Fitossanitários realizados têm como objetivo mapear pragas quarentenárias e de importância econômica. De 2009 a 2012 houve um crescimento no número de levantamentos devido a delimitação inicial abrangerem novas áreas. Em 2013 houve ligeira queda devido à redução do universo de cadastramento/levantamento em função das atividades realizadas em anos anteriores.

As Fiscalizações de trânsito a partir de 2013 tiveram foco em cargas específicas, possíveis veiculadoras de pragas quarentenárias e de importância econômica, contribuindo para a redução do número de cargas fiscalizadas, sem prejudicar ou colocar em risco o patrimônio fitossanitário do Estado.

As fiscalizações de veículos que transitam com cargas de animais, seus produtos e subprodutos de origem animal têm se intensificados no Estado do Maranhão, com as ações realizadas através das blitz's móveis dos escritórios da AGED/MA e das fiscalizações nos postos fixos de fiscalização agropecuária, localizados estrategicamente dentro do estado e nas divisas com os estados do Pará, Piauí e Tocantins, totalizando 95.040 fiscalizações e a meta planejada foi superada em 56,80 %, sendo que foram vistoriados 158.415,02 animais e 370.557,498 toneladas de produtos e subprodutos de origem animal, gerando um incremento da arrecadação em decorrência do aumento das ações deflagradas de defesa agropecuária em todo o estado do Maranhão, nos exercícios:

Arrecadação	Ano				
	2009	2010	2011	2012	2013
R\$	2.114.762,05	2.922.536,53	3.450.598,27	3.403.712,15	4.454.562,85

A Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão/AGED-MA, cumpre assim seu objetivo maior de inserir o estado do Maranhão como novo mercado atraente, competitivo, com equivalência sanitária de seus rebanhos, produtos e subprodutos de origem agropecuária, um estado reconhecido como zona livre de febre aftosa com vacinação.

Com a obtenção e conquista do status sanitário de zona livre de febre aftosa com vacinação, o Maranhão abre grandes perspectivas no setor agropecuário a curto e médio prazo, tais como:

Atração de novos investidores de economia interna e externa;

Implantação e modernização de novos matadouros e frigoríficos;

Aumento considerável da oferta e geração de empregos diretos na atividade;

Valorização da agropecuária maranhense como um todo, inclusive dos produtos agrícolas;

Consequente aumento do PIB agropecuário;

Valorização e incremento das cadeias agro produtivas de várias espécies e aptidões;

Abertura dos mercados nacionais sem restrições sanitárias;

Exportação para mercados internacionais de animais vivos;

Preços mais justos e competitivos para os animais vivos, seus produtos e subprodutos;

Aumento e incentivo para o escoamento da produção agropecuária pelo corredor norte sul de exportação em direção ao porto do Itaqui;

Fomenta a modernização e adequação do porto do Itaqui para recepção e exportação internacional de animais vivos;

Participação mais intensa dos produtores do Estado nas feiras e exposições nacionais;

Atrativo para implantação e difusão de novas e modernas tecnologias genéticas e reprodutivas nos rebanhos pecuários do Estado;

Fixação do homem no campo e na atividade agropecuária;

Maior demanda de alunos nas universidades com formação em ciências agropecuárias;

Aumento considerável do volume de recursos e novas linhas de crédito aos produtores através dos agentes financeiros.

Principais metas alcançadas pelo Programa de Defesa Agropecuária - AGED:

- Manutenção da Cobertura Vacinal Contra a Febre Aftosa acima de 90 %. O percentual atingido na 1ª Etapa da Campanha, realizada no mês de maio/2013, foi 96,06 % e na 2ª Etapa da Campanha, realizada em novembro/2013, foi 95,16 %;
- Obtenção, em Setembro/2013, do Reconhecimento Nacional do Estado do Maranhão como Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação;
- Vacinação de 2.902.770 de bovídeos contra Raiva dos Herbívoros, representando um aumento da cobertura vacinal em 15,14 %;
- Implantação do SGA-MA (Sistema de Gerenciamento Agropecuário do Estado do Maranhão);
- Manutenção do Estado do Maranhão como Área Livre de Mosca da Carambola;
- Delimitação das áreas no Estado do Maranhão onde estão presentes as pragas: Sigatoka Negra da Bananeira, Ferrugem Asiática da soja, Bicudo do Algodoeiro, Cancro Cítrico, dentre outras;
- O Estado do Maranhão apresentou, em 2013, dentre todos os Estados, a maior taxa de crescimento na destinação de embalagens vazias de agrotóxicos. O total de embalagens vazias de agrotóxicos que tiveram destino correto passou de 741 toneladas, em 2012, para 996 toneladas, em 2013, com incremento de 35 % no descarte adequado.

3.2.11.2 - Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura - SEPAQ

O Estado do Maranhão dispõe de uma vastíssima costa marítima, de aproximadamente 640 km, a segunda do país. A presença de aproximadamente 550 mil hectares de manguezais (50% do total brasileiro) faz desta região, rica em nutrientes, o berçário para as espécies marinhas. O estoque de água doce também é invejável. O Estado contém onze bacias hidrográficas de rios perenes, além de açudes, barragens, lagos, lagoas e pantanais perfazendo uma área de 404.600 hectares. O Maranhão conta com um contingente de trabalhadores legalizados na atividade pesqueira de 147.769 pescadores/as. E ainda, considerando este formidável potencial, a atividade da aquicultura no Estado possui um enorme potencial de crescimento contando com aproximadamente 1.300 aquicultores.

O reconhecimento da importância do setor pesqueiro e aquícola para o desenvolvimento sustentável maranhense passa pela implantação de uma política de Estado que se expressa no fortalecimento das políticas públicas do Governo Estadual. A Lei Estadual nº 8.089/2004, que estabelece a política pesqueira estadual e a MP nº 139/2012, que cria a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura - SEPAQ, foram passos fundamentais para garantia da continuidade das políticas da pesca e aquicultura, constituídas no Plano Plurianual 2012 – 2015, que se materializa nos Programas de Sustentabilidade e Inovação no Maranhão – SIM e Agronegócio Maranhense Competitivo, com suas respectivas ações de Fortalecimento de Cadeias produtivas e Promoção do Agronegócio Maranhense.

Quadro 50 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Agricultura

Programas Finalísticos/ações		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidado	Valores Pagos	Inscrição em RP Não processados
173	Sustentabilidade e Inovação no Maranhão - SIM	-	3.993.600,00	3.759.692,36	3.754.012,36	3.754.012,36	-
4333	Fortalecimento de Cadeias Produtivas	-	3.067.000,00	3.063.136,30	3.057.456,30	3.057.456,30	-
	Doação de 800 kits de Pesca (01 motor rabetas de 5,5 HP, 04 tempos e hélice, 02 coletes Salva-vidas de 130 Kg e 01 caixa isotérmica de 80 litros)	-		1.565.000,00	1.559.320,00	1.559.320,00	-
	Doação de 511 kits de Pesca (01 motor rabetas de 5,5 HP, 04 tempos e hélice, 02 coletes Salva-vidas de 130 Kg e 01 caixa isotérmica de 80 litros)	-		3.067.000,00	1.498.136,30	1.000.000,00	-
	Doação/distribuição de insumos(259.000 kg de ração para peixes)	-			498.136,30	498.136,30	-
4334	Fortalecimento da Sustentabilidade de Empreendimentos Comunitários	-	146.600,00	-	-	-	-
4450	Gestão do Pograma	-	780.000,00	696.556,06	696.556,06	696.556,06	
558	Desenvolvimento da Agricultura Familiar	-	224.000,00	84.472,02	84.472,02	-	-
3080	Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	-	1.000,00	-	-	-	-
4394	Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	-	121.000,00	-	-	-	-
4450	Gestão do Programa	-	100.000,00	84.472,02	84.472,02	-	-
4650	Pesquisa Pesqueira e Aquícola	-	1.000,00	-	-	-	-
4652	Fomento a Aquicultura, Piscicultura e Pesca Artesanal	-	1.000,00	-	-	-	-
570	Agronegócio Maranhense Competitivo	-	1.216.300,00	739.748,05	739.748,05	727.468,94	-
4634	Promoção do Agronegócio Maranhense	-	883.100,00	466.536,03	466.536,03	458.480,52	-
	Doação de 76.000 kg de ração para peixes	-		256.756,88	256.756,88	256.756,88	-
	Participação da SEPAQ na Expoema 2013	-		209.779,15	209.779,15	201.723,64	-
4450	Gestão do Programa	-	333.200,00	273.212,02	273.212,02	268.988,42	-
4636	Sistematização de Informações Mercadológicas e Agroindustriais	-	-	-	-	-	-
Total		-	5.433.900,00	4.583.912,43	4.578.232,43	4.481.481,30	-

Ação 4333 - Fortalecimento de Cadeias Produtivas

A dotação orçamentária autorizada em 2013 foi da ordem de R\$ 3.067.000,00, sendo empenhado R\$ 3.063.136,30, o que representa, em relação ao orçamento disponibilizado para execução, 99,87%, liquidado R\$ 3.057.456,30 e pagos no exercício o montante de R\$ 3.057.456,30. Esta ação recebeu aporte financeiro do Fundo Maranhense de Combate a Pobreza – FUMACOP, no montante de R\$ 3.065.000,00 visando proporcionar melhoria nas condições sócio-econômicas de pescadores artesanais e suas famílias por meio do aporte de 1311 equipamentos e materiais de promoção do incremento à produção, de acondicionamento e conservação adequada do pescado a bordo e de proteção individual dos pescadores embarcados, bem como apoiar a produção aquícola realizada em sistema cooperativo, por meio da distribuição de 259.000 kg de ração para peixes aos aquicultores maranhenses visando à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida.

Ação 4634 - Promoção do Agronegócio Maranhense

A dotação orçamentária autorizada em 2013 foi da ordem de R\$ 883.100,00, sendo empenhado R\$ 466.536,03, que representa, em relação ao orçamento disponibilizado para execução, 52,83%, liquidado R\$ 466.536,03 e pagos no exercício o montante de R\$ 458.480,52. Os recursos oriundos desta ação destinaram-se a apoiar a produção aquícola realizada em sistema cooperativo, por meio da distribuição de 76.000 kg de ração para peixes aos aquicultores maranhenses visando à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida, bem como apoiar a participação da SEPAQ na apresentação das suas ações e propostas em estande na 57^a Exposição Agropecuária do Maranhão - EXPOEMA/2013.

Celebração de convênio entre o Ministério da Pesca - MPA e a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura - SEPAQ para Elaboração do Plano de Carcinicultura – Proposição de implantação de 5.000 hectares de cultivo até 2.026 nos municípios de Anajatuba, Viana e São João Batista – Conclusão: MAIO – 2014.

No âmbito do Plano de Desenvolvimento da Carcinicultura em 2013 foram obtidos os seguintes produtos:

Mapeamento, na escala de 1:1.000.000, de 10.128 ha de áreas propícias para o cultivo de camarão marinho no município de Anajatuba;

Mapeamento, na escala de 1:1.000.000, de 30.139 ha de áreas propícias para o cultivo de camarão marinho no município de Viana;

Mapeamento, na escala de 1:1.000.000, de 10.251 ha de áreas propícias para o cultivo de camarão marinho no município de São João Batista;

Outra iniciativa importante foi a celebração de convênio entre o Ministério da Pesca – MPA e a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura - SEPAQ visando a implantação do Projeto Rota do Peixe – COOPSULMA – Fábrica de Ração com capacidade para 04 toneladas/dia de ração para peixes.

Quadro 51 - Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no Período 2009-2013

Indicador	2013	2009	2010	2011	2012	Fonte
Evolução da produção e produtividade da pesca (t)	71.756*	69.532	69.725	70.343	71.046*	MPA - Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - Brasil 2009/2010/2011 e Boletim Estatístico da Produção de Pescado do Primeiro Semestre de 2013 da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Maranhão
Evolução da produção e produtividade aquícola (t)	120.000*	1.650	1.923	32.526	65.051*	

* Valores estimados com base no Boletim Estatístico da Produção de Pescado do Primeiro Semestre de 2013, elaborado pela Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Maranhão.

Os indicadores de resultado no período sinalizam um crescente aumento da produção pesqueira, em 2011 a atividade pesqueira maranhense foi responsável por produzir 191.756 toneladas de pescado. Deste total produzido, 71.756 toneladas são oriundas da atividade da pesca extrativa e 120.000 toneladas são oriundas da atividade aquícola. De acordo com o quadro acima estima-se que a produção da atividade da pesca extrativa no ano 2013 teve um crescimento razoável em relação aos anos anteriores. Este aumento da produção da atividade da pesca extrativa se deve pelo crescente número de pescadores e uma grande variedade de modalidades de pesca, agrupadas em três categorias: peixes, crustáceos e moluscos. O MPA não publicou os boletins estatísticos dos anos de 2012 e 2013 os valores da produção pesqueira e aquícola foram estimados com base nos dados obtidos do Boletim Estatístico da Produção de Pescado do Primeiro Semestre de 2013 elaborado pela Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Maranhão.

O extraordinário incremento da produção aquícola continental do Maranhão registrado no quadro acima, ainda que tenha havido contribuição das políticas públicas para a aquicultura implementadas pelo Governo do Estado e MPA, por meio da implantação de projetos estruturantes, simplificação do licenciamento ambiental, linhas de crédito facilitadas, dentre outras ações,

deve-se prioritariamente, via ajuste da metodologia de coletas de dados pelo MPA, onde foi incluída na análise da produção a quantidade de ração comercializada pelas empresas do setor e as respectivas produções de anos anteriores, fato este que alterou o cálculo de regressão linear gerador dos dados divulgados em 2011.

3.2.11.3. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar- SEDES / Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP

A Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP é um órgão vinculado à SEDES por determinação legal e enquadrado na FUNÇÃO AGRICULTURA e no ano de 2013 foram realizados dois programas finalísticos:

Programa 0544 – Assistência Técnica e Extensão Rural, que teve reformulação com inclusão de novas ações, possui um total de seis 06 ações.

Programa 0558 - Desenvolvimento da Agricultura Familiar, que é coordenado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES, tendo ações desenvolvidas pela AGERP/MA e, é constituído de quatro 04 ações

As Ações desenvolvidas, destaca-se:

Ação 3079 – Restruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesquisa

No item Lei+Crédito, cujo valor é de R\$ 15.023.802,00, está incluído o valor de R\$ 14.371.802,00 referente a aquisição de veículos e equipamento de informática (Programa VIVA MARANHÃO) que não foi empenhado, por não ter havido a licitação.

Ação 4450 – Gestão do Programa

Está incluído o Contrato nº 019/2013 de Prestação de Serviços de Consultoria Executiva Técnica Especializada em Assistência Técnica e Extensão Rural no Maranhão, firmado entre a AGERP/INAGRO, onde, no exercício 2013 foi pago o valor de R\$ 9.472.680,00.

Ação 4649 – Facilitação do Acesso ao Crédito Rural

A AGERP/MA corroborou para que 15.801 agricultores familiares tivessem acesso a recursos financeiros para que pudessem desenvolver suas atividades agrícolas e não agrícolas, de forma, a valorizar o potencial produtivo, bem como, estruturar e diversificar a unidade produtiva. A AGERP/MA ultrapassou a sua meta física (12.500 projetos) em 126,4%.

Ação 4514 – Implementação das Atividades de Ater

A AGERP/MA tem buscado consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Em 2013 a AGERP/MA prestou assistência técnica a 60.213 agricultores familiares (PAA), ou seja, 97,1% da meta planejada (62.000 agricultores familiares), sendo que essas atividades são realizadas de forma participativa e seus agentes desenvolvem um papel educativo.

Quadro 52 – Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Agricultura

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0544 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	10.847.000,00	33.393.604,97	16.061.244,98	15.254.054,61	15.243.166,71	
4450 Gestão do Programa	6.400.000,00	10.748.007,00	10.358.410,14	9.750.410,14	9.750.410,14	
3079 Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa	997.000,00	15.023.802,00	519.719,54	512.923,56	512.923,56	
4647 Capacitação e Formação de Agentes da Agricultura Familiar	250.000,00	75.000,00	11.615,00	11.615,00	11.615,00	
4648 Facilitação do Acesso ao Crédito Rural	400.000,00	165.498,00	104.569,57	104.569,57	104.569,57	
4649 Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4514 Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	2.700.000,00	7.381.297,97	5.066.930,73	4.874.536,34	4.863.648,44	
0558 Desenvolvimento da Agricultura Familiar	752.000,00	589.000,00	310.927,08	307.711,58	215.668,31	
4450 Gestão do Programa	350.000,00	432.067,00	231.264,83	228.049,33	143.577,31	
3081 Biofortificação de Alimentos	81.000,00	26.000,00	1.071,00	1.071,00	1.071,00	
3080 Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	221.000,00	79.953,00	74.401,25	74.401,25	66.830,00	
4650 Pesquisa Pesqueira e Aquícola	100.000,00	50.980,00	4.190,00	4.190,00	4.190,00	
TOTAL	11.599.000,00	33.982.604,97	16.372.172,06	15.561.766,19	15.458.835,02	226.229,38

Quadro 53 – Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no período 2009 – 2013

Demonstrativo dos Principais Indicadores de Resultado no Período de 2009-2013						
INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013	FONTE
Índice de pobreza (%)	21,43	36,77	18,45	15,96		IMESC
Índice de pobreza extrema (%)	7,28	8,5	6,32	5,3		IMESC
Índice de Insegurança Alimentar e Nutricional(%)	64,6					IBGE
Número de DAP's de Pessoa Física (Unidade)	55.034	64.964	44.730	69.507	151.029	MDA
Número de DAP's de Pessoa Jurídica (Unidade)						
Número de Contratos/Volume de Crédito da AF por Tipo de PRONAF, inclusive assentados da reforma agrária (Unidade/R\$)	95.423	78.362	37.015	23.365	15.801	SISPCA
Número de Títulos Expedidos (Unidade)	12	16	3	3	10	DRF
Número/Área de Assentamentos (Unidade e hectares)						
Número de Agricultores Familiares Assistidos (nº de famílias), incluindo assentados da reforma agrária	129.449	110.088	107.309	68.145	60.236	SISPCA
Área e de Volume de Crédito Fundiário (hectares e R\$)						
Nº de Colegiados Territoriais Consolidados (Unidade)						
Produção e produtividade das principais culturas e rebanhos da agricultura familiar						
Nº de Contratos/Volume de crédito da AF por tipo de PRONAF inclusive assentados da Reforma Agrária (UND/R\$)		271/5.825.503,16	174/3.054.174,41	43/922.611,27	16/343.891,52	UTE/PNCF
Nº de Famílias beneficiadas com ações de assentamento	789	374	374	373	-	DADR ¹
Nº de Famílias beneficiadas com Projeto de Assentamento (unidade)	-	-	-	-	650	DADR
Recadastramento (Famílias já Assentada)	-	1.141	641	1.125	4.619	DADR
Cadastramento de Famílias (novas)	-	726	-	402	613	DADR
Nº de Famílias Quilombolas beneficiadas com a regularização fundiária (unidade)	-	-	-	1.197	707	DRF ²
Áreas arrecadadas (hectare)	78.722,43	30.166,43	23.824,38	-	12.911,10	DRF
Títulos individuais emitidos (unidade)	285	518	439	356	475	DRF
Títulos comunitários emitidos (unidades)	12	16	3	3	10	DRF
Nº de Famílias beneficiadas com a titulação (unidade)	898	1.476	607	1.455	992	DRF

3.2.12 Função: Organização Agrária

3.2.12.1 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES / Gerência de Inclusão Socioprodutiva - GISP

A Gerência de Inclusão Socioprodutiva - GISP é um órgão desconcentrado que integra a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar dentro da FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA.

Tem o propósito de contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população em situação de pobreza ou extrema pobreza no Maranhão, por meio de ações que possibilitem a inclusão socioprodutiva sustentável, da agricultura familiar e da geração de ocupações no setor informal e formal da economia.

Destacam-se as oportunidades geradas pelos programas desenvolvidos pela GISP, Sustentabilidade e Inovação no Maranhão e Desenvolvimento da Agricultura Familiar: fortalecimento do acesso aos insumos básicos e mercado consumidor para a agricultura familiar; apoio a comercialização de produtos da agricultura familiar; assistência técnica, acompanhamento, supervisão e implantação de projetos para a garantia da safra de produção, monitoramento a conclusão de projetos implantados e as associações de assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF e orientação de renegociação de dívidas de associações junto ao PNCF e Cédula da Terra – Resolução 4.029/4.178; apoio aos empreendimentos familiares nos diversos elos das cadeias produtivas e realização de capacitação socioprodutiva, conforme as tabelas e comentários, abaixo:

Programa 0173: Sustentabilidade e Inovação no Maranhão – SIM

Ação 4334: Fortalecimento da Sustentabilidade de Empreendimentos Comunitários

Quadro 54 - Famílias beneficiadas e metas financeiras atingidas no exercício de 2013

DISCRIMINAÇÃO (PROJETO)	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	METAS FINANCEIRAS ATINGIDAS (R\$)
Implantação de sistema de Abastecimento d Água	629	5.801.071,31
Melhoramento, Recuperação, Manutenção e Implantação de Estrada Vicinal/Caminho de Acesso	62.362	246.529.428,60
Construção de Açudes	210	2.136.421,14
Construção de Pontes e Estradas Vicinais	352	592.129,75
Infraestrutura de Apoio a Produção e Comercialização	213	1.373.705,13
Total	63.766	256.432.755,93

Fonte: GISP/SIR

Programa 0558 – Desenvolvimento da Agricultura Familiar

Ação 4324: Apoio ao Plano Safra

Foram definidas 17.000 cotas do seguro SAFRA para agricultores familiares no estado do Maranhão, no ano agrícola 2012/2013, tendo sido feito aporte de R\$ 907.896,00 pelo Governo do estado, beneficiando 15.928 agricultores, com o seguro em 30 municípios.

Durante o ano de 2013 foram feitas 57 palestras em municípios distintos com o objetivo de conscientizar os gestores municipais para realizarem a adesão ao Garantia Safra, uma vez que esta adesão é voluntária para cada município. O trabalho de divulgação resultou na adesão de 53 municípios. Tendo em vista a ampliação significativa de adesões, o número de cota previamente estabelecido foi ultrapassado, resultando em 25.258 agricultores, gerando a demanda do aporte Estadual de R\$ 1.932.237,00.

O Programa abrange 418 associações, as quais estão divididas em 08 (oito) grupos. De acordo com a situação geográfica, cada grupo de associação fica sob a responsabilidade de um ou dois monitores técnicos e um servidor focado na área social. Tais funcionários são responsáveis pelo acompanhamento da situação de cada associação.

As ações realizadas no ano de 2013 foram executadas através de mecanismos de capacitação, monitoramento, vistoria social e avaliação dos contratos de aquisição de terra.

Apesar de constar no PPA 2012-2015 a previsão de R\$ 370.000,00 para a execução do apoio às ações do PNCF, apenas R\$ 80.010,00 foram disponibilizados, dos quais R\$ 78.386,25 foram utilizados nas ações descritas no item Estratégia de Ação/Acompanhamento, beneficiando as Associações.

Ação 4394: Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos

No PPA 2012-2015 havia a previsão de R\$ 1.910.000,00 para execução do apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar.

Dentre as principais ações implementadas, destaca-se:

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: O referido Programa em 2013 avançou consideravelmente no Maranhão, chegando o estado a obter um dos maiores índices de adesão e execução do PAA, nessa nova roupagem, no país. Atualmente, 88

municípios aderiram e 33 se encontram em processo de adesão. Dentre os que aderiram, 23 municípios estão comercializando e 07 elaborando suas propostas de participação

Mercados não institucionais: Os restaurantes populares implantados pela SEDES contribuíram para a garantia de mercado da produção dos agricultores familiares. Neste ano foram iniciados estudos e levantamentos para a implantação do projeto “Produzindo Mais e Comercializando Melhor”, que tem o objetivo principal de ampliar espaços para os agricultores familiares e suas entidades representativas comercializarem seus produtos diretamente para os consumidores, contribuindo para o desenvolvimento a partir do apoio ao fortalecimento da Gestão Social e da Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar. Nessa primeira etapa do Projeto foram disponibilizadas pelo Grupo Mateus gôndolas para que os grupos organizados de agricultores realizassem a comercialização dos produtos direto para os consumidores.

Ação 4450 - Gestão do Programa

Esta ação corresponde a realização de despesas de serviços administrativos; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, cedido ou alugado, utilizado pelos órgãos do Estado; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesa de viagens e locação (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; sistemas de informações gerenciais internas; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais despesas necessárias à coordenação, controle, monitoramento, avaliação e gestão.

Quadro 55 – Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Organização Agrária

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0173	Sustentabilidade e Inovação no Maranhão - SIM	3.050.000,00	212.511.685,00	100.035.008,52	7.700.233,86	7.390.781,06	853.176,55
4450	Gestão do Programa	1.560.000,00	3.004.342,00	1.921.892,21	1.659.145,83	1.648.745,01	
4333	Fortalecimento de Cadeias Produtivas	10.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	
4334	Fortalecimento da Sustentabilidade de Empreendimentos Comunitários	660.000,00	209.246.953,00	98.030.748,41	5.960.331,78	5.661.279,80	
4651	Capacitação para a Inclusão Socioprodutiva	450.000,00	32.380,00	2.370,00	2.370,00	2.370,00	
4480	Apoio às Ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC	370.000,00	220.010,00	79.997,90	78.386,25	78.386,25	
0558	Desenvolvimento da Agricultura Familiar	8.160.000,00	21.930.409,61	14.232.691,36	1.342.331,20	1.342.331,20	7.338.225,89
4395	Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	1.160.000,00	1.548.860,57	274.143,28	0,00	0,00	
4611	Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL	250.000,00	15.658.095,00	12.917.593,08	398.444,50	398.444,50	
4394	Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	1.910.000,00	856.990,00	6.959,50	6.959,50	6.959,50	
4420	Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	280.000,00	200.008,00	0,00	0,00	0,00	
4652	Fomento a Aquicultura, Piscicultura e Pesca Artesanal	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4421	Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	1.740.000,00	1.090.010,00	26.100,00	0,00	0,00	
4324	Apoio ao Plano Safra	1.620.000,00	1.581.969,00	943.755,00	909.855,00	909.855,00	
4329	Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	1.160.000,00	994.477,04	64.140,50	27.072,20	27.072,20	
TOTAL		11.210.000,00	234.442.094,61	114.267.699,88	9.042.565,06	8.733.112,26	8.191.402,44

3.2.12. 3. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES / Instituto de Colonização de Terras do Maranhão - ITERMA

Quadro 56 – Programação e Execução Orçamentária por Programa Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Organização Agrária

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0160	Reforma e Regularização Fundiária	8.035.000,00	18.687.086,33	9.332.123,01	9.096.559,67	6.700.663,54	13.210,22
4450	Gestão do Programa	5.470.000,00	7.379.543,33	6.117.798,20	5.953.774,74	5.521.114,61	
1764	Assentamento de Trabalhadores Rurais	850.000,00	1.300.000,00	497.969,61	444.239,83	444.139,83	
4396	Regularização Fundiária	965.000,00	9.227.543,00	2.716.355,20	2.698.545,10	735.409,10	
4477	Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	750.000,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		8.035.000,00	18.687.086,33	9.332.123,01	9.096.559,67	6.700.663,54	13.210,22

O Quadro acima mostra a execução orçamentária do programa, no exercício de 2013, o qual se distribuiu em uma função, Organização Agrária, que contempla a subfunção Reforma Agrária, o qual está inserido o Programa de Regularização Fundiária, destacando-se quatro ações: Assentamento de Trabalhadores Rurais, Regularização Fundiária, Gestão do Programa e Regularização Fundiária Remanescentes de Quilombos. Citam-se como fatores relevantes:

- Com relação aos créditos adicionais, registramos que o montante de R\$ 7.852.543,00 do Tesouro Estadual foram destinados a despesas dos precatórios no município de Rosário – São Simão, de acordo com decisão judicial.
- O valor de R\$ 1.586.443,33 refere-se a recursos oriundos da receita própria do órgão provenientes da alienação de terras públicas estaduais, correspondente ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012.
- Na Gestão do Programa, estão inclusos a Folha de Pagamento do ITERMA e seus encargos, sendo que somente R\$ 1.546.443,33 foram destinados para dar suporte às ações do órgão, dos quais foram disponibilizados somente R\$ 1.098.268,33, sendo adquiridos bens materiais dos quais destaca-se 05 veículos.

Programa 0160 - Reforma e Regularização Fundiária

O objetivo do programa é baixar a taxa de ocupação de terras públicas não regularizadas. Tem como Ações a Regularização Fundiária e Assentamentos de Trabalhadores Rurais, sendo implementadas através de execução direta e de parcerias com órgãos federais, estaduais e municipais. Principais resultados alcançados pelo Programa:

- Emissão de 475 títulos individuais e 10 comunitários beneficiando 992 famílias em uma área de 53.869,7850 hectares.
- Foram arrecadados através do procedimento de arrecadação sumária 16 glebas em 11 municípios totalizando uma área de 12.911,1023 hectares.
- Emissão e entrega de 14 títulos Comunitários de Reconhecimento de Domínio, em uma área de 6.684,7652 hectares, beneficiando 707 famílias de remanescentes de quilombos.

- Criação e implantação de 07 novos Projetos de Assentamentos, beneficiando 350 famílias nos municípios de Icatu, Primeira Cruz, Urbano Santos, São Bernardo e Barreirinhas.
- Emissão de 606 DAP's (Declaração de Aptidão Agrícola) beneficiando 606 famílias nos municípios de: Fortuna, São Domingos, Caxias, Barreirinhas, Matões do Norte, Santa Luzia, Buritucupu, Capinzal do Norte, Luis Domingues e Cândido Mendes.
- Cadastramento 613 famílias nos municípios de: Barreirinhas, Primeira Cruz, Icatu, Humberto de Campos, São Bernardo e Urbano Santos.
- Recadastramento de 4.619 famílias já assentadas objetivando atualização cadastral.

O Programa em questão visa proporcionar uma melhor qualidade de vida às famílias de trabalhadores (as) rurais, evitando conflitos rurais, que ocasionam insegurança no campo, e, consequentemente o êxodo rural, levando ao crescimento desordenado das áreas urbanas, gerando aumento dos bolsões de pobreza e baixando a qualidade de vida do trabalhador rural.

A instrumentalização do referido Programa dar-se-á através de arrecadação sumária, georreferenciamento de imóveis rurais, vistorias, cadastramento de famílias, recadastramento de famílias, criação de projetos de assentamentos e titulação.

Financeiramente o Programa encontra-se respaldado nos recursos oriundos da receita estadual e da receita própria do órgão oriunda da alienação de terras públicas estaduais.

Ação 4396- Regularização Fundiária

Visa promover a regularização fundiária proporcionando às famílias de trabalhadores (as) rurais acesso a terra, renda e produtividade, contribuindo para elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Com relação a esta ação, em 2013, através dos procedimentos de arrecadação sumária verificamos que foram arrecadados 12.911,1023 hectares. Emissão de 475 títulos individuais e 10 comunitários beneficiando 992 famílias em uma área de 53.869,7850 hectares. No total foram beneficiadas com título definitivo 992 famílias.

Ação 4477 - Regularização Fundiária em Áreas Remanescentes de Quilombos

Objetiva a regularização fundiária de comunidades quilombolas no estado do Maranhão, com ênfase nas áreas ocupadas por remanescentes de quilombos em terras estaduais. Emissão e entrega de 14 títulos Comunitários de Reconhecimento de Domínio, em uma área de 6.684,7652 hectares, beneficiando 707 famílias de remanescentes de quilombos.

Ação 1764- Assentamentos de Trabalhadores Rurais

Esta ação visa criar, implantar e consolidar projetos de assentamentos para beneficiar famílias de trabalhadores rurais em diversas regiões do estado, através de cadastramento, recadastramento, emissão de DAPs e criação de Projetos de Assentamentos. Em 2013 foram cadastradas 613 famílias nos municípios de: Barreirinhas, Primeira Cruz, Icatu, Humberto de Campos, São Bernardo e Urbano Santo. Com o objetivo de atualização no sistema SIPRA (Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária) foram

recadastradas 4.619 famílias já assentadas. Foram emitidas 606 DAP's (Declaração de Aptidão Agrícola) beneficiando 606 famílias. Foram criados e implantados 07 Projetos de Assentamentos, beneficiando 350 famílias nos municípios de Icatu, Primeira Cruz, Urbano Santos, São Bernardo e Barreirinhas.

➲ ANÁLISE DAS AÇÕES MAIS RELEVANTES

No tocante ao aspecto físico, no período de 2009 a 2013, destacam-se os principais resultados:

- Foram emitidas 2.867 DAP's (Declaração de Aptidão ao PRONAF) instrumento com o qual o assentado tem acesso ao crédito do PRONAF.
- Com relação às Ações de Assentamento, que envolvem fiscalização e acompanhamento de habitações rurais financiada pelo Programa Nacional de Habitação Rural foram atendidas 1.910 famílias, com destaque para o Apoio inicial e ao Fomento que visam à estruturação inicial e produtiva das famílias, sendo que em 2013 os processos ainda se encontram em análise pelo ITERMA e INCRA.
- Foi criado em 2013, 07 Projetos de Assentamento, beneficiando 350 famílias.
- Foram cadastradas 1.741 famílias, objetivando inclusão de famílias nos Projetos de Assentamento existentes e 613 famílias correspondem aos 07 Projetos de Assentamento criados.
- Com as ações de Regularização Fundiária, objetivando regularizar as ocupações rurais em terras públicas estaduais foram beneficiadas 5.428 famílias com 2.073 títulos individuais e 44 títulos comunitários. No aprimoramento dos procedimentos técnico administrativo o Iterma tem avançado bastante, pois para o cumprimento da Lei nº 10.267 de

28/08/2001 e novas normas técnicas para o georreferenciamento de imóveis rurais os técnicos foram qualificados e o software atualizado. O principal indicador da eficiência desta ação é a redução da migração para os centros urbanos.

- Através da Arrecadação de Terras, conforme a Lei Estadual de Terras nº 5.315 por meio do procedimento de Arrecadação Sumária, incidente em terras devolutas Estaduais, para benefício de trabalhadores rurais o ITERMA concluiu a Arrecadação de 145.624,3472 hectares para fins de Reforma Agrária.
- Quilombola – Essa Ação visa regularizar a posse das terras dos Remanescentes de Quilombos. Foram beneficiados neste período 1.904 famílias com título de reconhecimento de domínio

Quadro 57 – Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no período de 2009-2013

Demonstrativo dos Principais Indicadores de Resultado no Período de 2009-2013						
INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013	FONTE
Índice de pobreza (%)	21,43	36,77	18,45	15,96		IMESC
Índice de pobreza extrema (%)	7,28	8,5	6,32	5,3		IMESC
Índice de Insegurança Alimentar e Nutricional(%)	64,6					IBGE
Número de DAP's de Pessoa Física (Unidade)	55.034	64.964	44.730	69.507	151.029	MDA
Número de DAP's de Pessoa Jurídica (Unidade)						
Número de Contratos/Volume de Crédito da AF por Tipo de PRONAF, inclusive assentados da reforma agrária (Unidade/R\$)	95.423	78.362	37.015	23.365	15.801	SISPCA
Número de Títulos Expedidos (Unidade)	12	16	3	3	10	DRF
Número/Área de Assentamentos (Unidade e hectares)						
Número de Agricultores Familiares Assistidos (nº de famílias), incluindo assentados da reforma agrária	129.449	110.088	107.309	68.145	60.236	SISPCA
Área e de Volume de Crédito Fundiário (hectares e R\$)						
Nº de Colegiados Territoriais Consolidados (Unidade)						
Produção e produtividade das principais culturas e rebanhos da agricultura familiar						
Nº de Contratos/Volume de crédito da AF por tipo de PRONAF inclusive assentados da Reforma Agrária (UND/R\$)	271/5.825.503,16	174/3.054.174,41	43/922.611,27	16/343.891,52		UTE/PNCF
Nº de Famílias beneficiadas com ações de assentamento	789	374	374	373	-	DADR ¹
Nº de Famílias beneficiadas com Projeto de Assentamento (unidade)	-	-	-	-	650	DADR
Recadastramento (Famílias já Assentada)	-	1.141	641	1.125	4.619	DADR
Cadastramento de Famílias (novas)	-	726	-	402	613	DADR
Nº de Famílias Quilombolas beneficiadas com a regularização fundiária (unidade)	-	-	-	1.197	707	DRF ²
Áreas arrecadadas (hectare)	78.722,43	30.166,43	23.824,38	-	12.911,10	DRF
Títulos individuais emitidos (unidade)	285	518	439	356	475	DRF
Títulos comunitários emitidos (unidades)	12	16	3	3	10	DRF
Nº de Famílias beneficiadas com a titulação (unidade)	898	1.476	607	1.455	992	DRF

3.2.13. Função: Indústria

3.2.13.1 Secretaria de Estado o Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SEDINC

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio vem trabalhando para transformar o Maranhão num estado altamente competitivo e socialmente justo. Para tanto, a Secretaria desenvolve um amplo programa de atração de investimentos que oferece incentivos, apoio e cria ambiente favorável à implantação de novos empreendimentos, amparados nas vantagens competitivas do Estado que se destaca por sua localização estratégica. São instrumentos do programa de atração a implantação de infraestrutura, por meio de parques empresariais nas diversas regiões do Estado e a concessão do benefício fiscal, o PROMARANHÃO. Como indutora do desenvolvimento, a SEDINC também promove a integração de fornecedores locais com os grandes projetos de investimentos que vêm sendo implantados no Maranhão. Todas estas ações já se traduzem em resultados e mostram um Estado em crescimento, com taxas acima da média nacional e com uma economia diversificada, focada na geração de emprego e renda e na melhoria da qualidade de vida da população.

Quadro 58 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Indústria

PROGRAMAS FINALÍSTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0505	Maranhão de Oportunidades	8.415.346,00	7.624.346,00	7.373.122,87	7.342.952,62	7.233.696,20	670,49
4467	Atração, Incentivo e Manutenção de Negócios	520.000,00	308.000,00	307.347,47	299.873,75	299.873,75	
4621	Desenvolvimento do Comércio e Serviços	520.000,00	308.000,00	307.970,47	300.273,94	298.273,94	
2742	Serviços Técnicos Metrológicos	7.375.346,00	7.008.346,00	6.757.804,93	6.742.804,93	6.635.548,51	
0122	Registro das Atividades Mercantis	4.704.000,00	7.526.478,00	5.434.264,94	5.205.664,96	4.525.287,37	3.708,86
1766	Regionalização da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA	63.000,00	63.000,00	16.858,00	16.858,00	16.858,00	
4008	Registro Itinerante	31.731,00	31.731,00	0,00	0,00	0,00	
4364	Registro Mercantil	4.253.017,00	5.575.495,00	4.742.506,94	4.513.906,96	4.508.429,37	
4580	Revitalização do Acervo da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA	356.252,00	1.856.252,00	674.900,00	674.900,00	0,00	
0120	PORTO – Porta Facilitadora de Negócios	50.500.000,00	50.500.000,00	0,00	0,00	0,00	
1688	Ampliação e Modernização do Porto	45.872.000,00	45.872.000,00	0,00	0,00	0,00	
4166	Aparelhamento Portuário	4.628.000,00	4.628.000,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		74.204.346,00	74.126.572,78	20.712.083,17	20.288.807,56	17.073.053,57	12.097,49

Na Área de Indústria

Em 2013 houve a elaboração do EIA/RIMA do Distrito Industrial de São Luís, implantação do Distrito Industrial de Aldeias Altas com investimento de 1,4 milhões, construção de infraestrutura dos Distritos Industriais de Grajaú e de Balsas com investimentos no valor de 3,9 e 3,2 milhões respectivamente, elaboração dos Projetos dos Parques Empresariais de Caxias, Timon,

Pinheiro e Rosário com investimento no valor de R\$ 223.778,85, R\$ 223.778,85, R\$ 213.746,90 e R\$ 346.290,29 respectivamente, bem como a elaboração do projeto de ampliação do Parque Empresarial de Imperatriz no valor de R\$ 351.332. Foram concedidos 07 benefícios através do PROMARANHÃO, houve também benefícios através da venda subsidiada de lotes industriais, 20 em São Luís e 13 em Imperatriz, em 2013 foi iniciada a implantação de 02 empreendimentos no Distrito Industrial de São Luís e 13 no de Imperatriz.

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Maranhão-FDI, através da Ação de Incremento da Competitividade de Infraestrutura Industrial e Investimentos Estratégicos, iniciou o exercício de 2013 com um orçamento no valor de R\$ 12.900,00 (doze milhões e novecentos mil reais), em maio de 2013 foi feita uma suplementação orçamentária por excesso de arrecadação no valor de R\$ 11.469.345,00 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil e trezentos e quarenta e cinco reais), recebeu um incremento orçamentário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES no valor de R\$ 41.521.509,00 (quarenta e um milhões e quinhentos e nove mil reais), sendo que este recurso não foi utilizado devido os projetos de infraestrutura de implantação de Parques Empresariais não estarem concluídos.

Na Área de Comércio

Os resultados mais relevantes foram o lançamento do Projeto Estadual de Compras Governamentais, mediante Termo de Cooperação Técnica com o Sebrae/MA com o objetivo de fomentar os pequenos negócios mediante as compras públicas, o Projeto Made in Maranhão, Programa que visa a valorização do empreendedor maranhense e o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores-PDF que internalizou na economia maranhense R\$ 3,3 bilhões por meio dos fornecimentos das empresas maranhenses às grandes empresas âncoras do Programa(ALUMAR, CEMAR, VALE, MPX hoje ENEVA e RENOSA atual Solar Brasil)

A Ação Desenvolvimento do Comércio e Serviços, com finalidade de dar apoio a projetos de promoção da competitividade das empresas de comércio e serviços, teve orçamento inicial no valor R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), devido um decréscimo de ajuste orçamentário ficou com o orçamento anual no valor de 308.000,00 (trezentos e oito mil reais).

Na Área da Promoção

Foram realizados diversos patrocínios e participação em Feiras, Exposições e Eventos como AGROBALSAS, FECOIMP, EXPOEMA, EXPOVARGEM. A SEDINC criou a segunda edição do Guia do Investidor no Maranhão, um portfólio com informações para quem quer investir no Estado, desenvolveu um novo web site trilíngue junto com o aplicativo móvel InvesteMa para ampliar a visibilidade do Estado com novos públicos conectados à internet.

A Ação Promoção do Desenvolvimento Econômico, que tem como finalidade criar estratégias para projetar o Maranhão nos mercados nacional e internacional, visando atrair novos negócios para o Estado teve orçamento inicial no valor R\$ 1.515.151,00, devido um decréscimo de ajuste orçamentário ficou com o orçamento anual no valor de 1.188.951,00 (hum milhão, cento e oitenta e oito mil e novecentos e cinquenta e um reais).

Na Área de Fortalecimento Institucional

Foram realizados cursos de capacitação de funcionários, convênios com o Instituto Euvaldo Lodi-IEL na concessão de estagiários e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA na concessão de bolsistas.

Quadro 59 - Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no Período 2009-2013

INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013	FONTE
PIB Estadual – R\$ milhões	39.855	45.256	52.187	-	-	IMESC
Taxa de Crescimento do PIB Estadual (%)	-1,73	8,7	10,30	-	-	IMESC
Participação do PIB em relação ao Brasil e Nordeste(%)	1,2/9,1	1,2/8,9	1,3/9,4	-	-	IMESC
Volume de Recursos de Incentivos Fiscais (PROMARANHÃO) Em R\$	-	-	9.337.080,73	84.879.910,52	198.350.967,65	SEDINC

*PROMARANHÃO foi criado através da Lei 9.121 de 04 de março de 2010.

Conforme demonstrado no Quadro 56 o volume de recursos aplicados no Programa de Incentivos Fiscais - PROMARANHÃO entre 2011 e 2012 apresentou significativo aumento da ordem de 909,06%. Enquanto que no período entre 2012 e 2013 o aumento foi 233,68%.

Em relação a número de empreendimentos beneficiados com recursos do PROMARANHÃO no período de 2011 a 2013 totalizam 24 empresas, distribuídas da seguinte forma:

Quadro 60 - Demonstrativo dos Benefícios Concedido por Atividade, Ano e Município do PROMARANHÃO.

ATIVIDADE	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Colchões					Bacabal	01
Fertilizantes			São Luís	São Luís		02
Derivados do babaçu				Itapecuru-Mirim		01
Produtos de limpeza				Codó e Presidente Dutra	São Luís	03
Bebidas				São Luís		01
Couro		Gov. Edison Lobão (2)			Gov. Edson Lobão	03
Mel e Cera de abelha					Sta. Luzia do Paruá	01
Cimento				São Luís(2)		02
Pães e Massas				São Luís		01
Cabos e fios elétricos				São Luís		01
Tubos de PVC				São Luís		01
Artefatos de concreto			Bacabeira		Davinópolis	02
Cerâmica			Itapecuru-Mirim			01
Beneficiamento de arroz			Vitória do Mearim	Miranda do Norte		02
Argamassa				São Luís		01
TOTAL						24

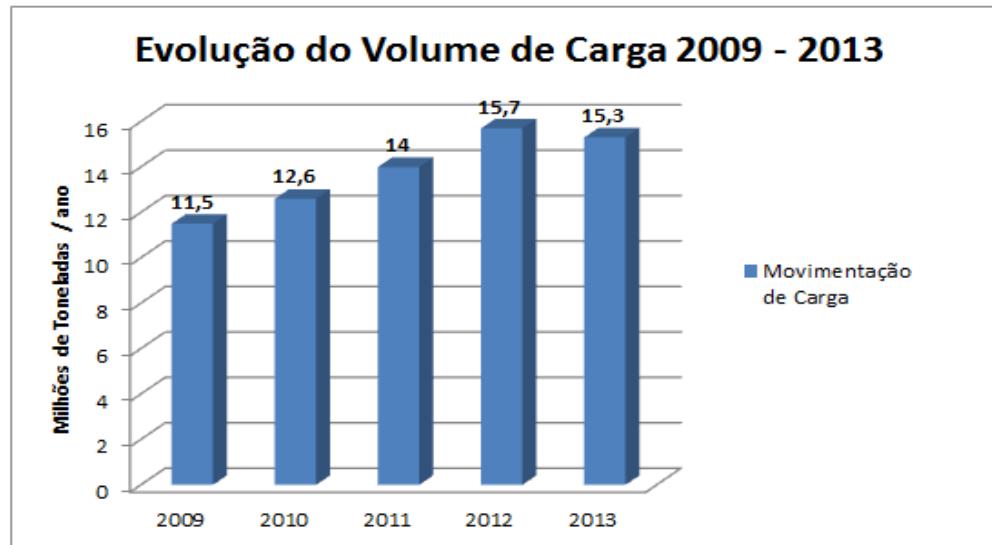
Nota 1: Informações referentes às empresas que encontram-se em operação e faturamento;

Nota 2: Existem 08 empresas já habilitadas pelo Programa, mas encontram-se ainda em fase de implantação.

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP

Desde 2009, a movimentação do Porto do Itaqui vem crescendo a uma taxa média de 11% (Gráfico 12). Porém com a instalação de grandes projetos como o Tegram e Suzano ocorreram grandes mudanças, principalmente, no setor operacional o qual passou a absorver novas operações com recursos reduzidos devido à interdição de berços para a execução de obras com a finalidade de aumentar a capacidade de movimentação de carga. Visando atender a estas novas demandas a EMAP investiu em infraestrutura portuária acessos terrestres áreas de armazenagem equipamentos de segurança e tecnologia de informação. Estas ações tiveram impactos consideráveis em nossa movimentação no ano de 2013.

Gráfico 12 – Evolução do Volume de Carga



A EMAP realizou em 2013 investimentos em obras e instalações em 50.055 m² de área portuária, bem como foi realizado investimento de reparos e manutenção em 29.534 m² de área portuária, tornando o Porto do Itaqui mais amplo e moderno em sua infraestrutura. Realizou também investimento de 23 unidades de aparelhamento portuário em máquinas e Equipamento de TI e efetuou aquisição e operacionalização de scanner para tornar o Porto do Itaqui mais moderno e seguro em termos tecnológicos.

JUNTA COMERCIAL DO MARANHÃO – JUCEMA

O Programa Registro das Atividades Mercantis que visa garantir a prestação de serviço do registro público de empresas mercantis e atividades afins, em toda a circunscrição estadual possui dois indicadores: Documentos protocolados e Empresas constituídas.

Regionalização da JUCEMA

Implantação de um Escritório Regional, no município de Açailândia que entrou em funcionamento em 30 de outubro de 2013.

Registro Mercantil

Possui indicadores que se confundem com os do Programa que são: N° de documentos protocolados e N° de empresas constituídas. Estes indicadores demonstram a capacidade de resposta da JUCEMA à demanda pelos Serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. Estava estimado para o ano de 2013 o quantitativo de 82.430 documentos protocolados. Foram protocolados até o mês de dezembro 79.446, 6,98% inferior ao ano de 2012.

Quadro 61 – Movimento Relativo aos Documentos Protocolados - Período janeiro a dezembro/2013

Mês	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação % 2013/2012
Janeiro	3.349	5.264	5.135	6.508	6.810	8.349	22,60
Fevereiro	2.949	4.527	4.607	5.922	5.632	6.189	9,89
Março	3.855	6.254	7.140	5.735	6.976	6.583	-5,63
Abril	4.184	4.232	5.152	5.324	5.401	7.041	30,36
Maio	4.992	5.463	6.549	6.727	7.041	7.627	8,32
Junho	5.621	5.902	5.936	5.920	6.223	6.320	1,56
Julho	5.353	6.413	6.255	6.349	6.821	6.802	-0,28
Agosto	4.999	5.816	6.326	7.933	6.556	6.920	5,55
Setembro	4.889	6.323	5.334	6.201	5.051	6.049	19,76
Outubro	4.709	5.254	4.859	5.819	6.259	6.465	3,29
Novembro	4.952	5.858	5.403	6.051	6.184	5.751	-7,00
Dezembro	4.280	4.794	4.759	6.102	5.308	5.350	0,79
TOTAL	54.132	66.100	67.455	74.591	74.262	79.446	6,98

FONTE: Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas - JUCEMA

Quadro 62 – Movimento Relativo a Constituição de Empresas - Período janeiro a dezembro/2008 a 2013

Mês	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação % 2013/2012
Janeiro	397	834	699	921	855	996	16,49
Fevereiro	399	678	775	839	819	871	6,35
Março	542	1024	1150	792	968	927	-4,24
Abril	647	729	812	768	732	1027	40,30
Maio	771	792	894	969	925	937	1,30
Junho	787	917	863	871	853	832	-2,46
Julho	841	933	869	912	903	975	7,97
Agosto	788	943	937	1184	951	911	-4,21
Setembro	811	1039	818	945	654	965	47,55
Outubro	731	910	758	960	937	999	6,62
Novembro	831	980	849	903	900	872	-3,11
Dezembro	662	797	692	816	811	668	-17,63
TOTAL	8.207	10.576	10.116	10.880	10.308	10.980	6,52

FONTE: Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas - JUCEMA

Quadro 63 – Constituição por tipo jurídico incluindo o MEI - Período janeiro a dezembro/ 2013

Mês	EMPRE SÁRIO	LIMITADA	S. A.	COOPER ATIVA	EIRELI	OUTROS	TOTAL SEM EI	MEI	TOTAL COM EI
Janeiro	673	292	0	1	30	0	996	1.443	2.439
Fevereiro	558	273	1	5	34	0	871	1.119	1.990
Março	615	286	0	1	25	0	927	1.262	2.189
Abril	706	291	1	2	27	0	1.027	1.309	2.336
Maio	609	291	1	2	34	0	937	1.332	2.269
Junho	547	245	0	5	35	0	832	1.302	2.134
Julho	631	299	1	4	39	1	975	1.477	2.452
Agosto	569	302	3	1	36	0	911	1.466	2.377
Setembro	641	273	0	2	49	0	965	1.468	2.433
Outubro	586	351	0	2	58	2	999	1.567	2.566
Novembro	566	270	1	1	33	1	872	1.248	2.120
Dezembro	409	216	0	2	41	0	668	837	1.505
TOTAL	7.110	3.389	8	28	441	4	10.980	15.830	26.810
	26,52%	12,64%	0,03%	0,10%	1,64%	0,01%	40,95%	59,05%	100%

FONTE: Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas - JUCEMA

Referente à natureza jurídica Microempreendedor Individual – MEI foram registradas 15.830 inscrições no Estado do Maranhão. Não foi possível visualizar, pois o sistema do SERPRO que executa a transferência até o momento não terminou a sua rotina.

Registro Itinerante

Tem como objetivo disseminar informações do registro público de empresas mercantis e atividades afins com vistas à motivação para regularização de empresas informais e efetivação do registro do Micro Empreendedor Individual – MEI, a referida ação foi absorvida pela ação 4664 – Registro Mercantil e nela foi executada palestra no município de Imperatriz para

aproximadamente 200 pessoas e cursos nos municípios Imperatriz, Caxias, Bacabal e Santa Inês para aproximadamente 180 pessoas quanto ao registro do MEI este teve sua inscrição transferida para o PORTAL DO EMPREENDEDOR passando a ser este o único caminho para a sua efetivação.

Revitalização do Acervo da Junta Comercial

Tem como objetivo consolidar as diferentes bases de dados atuais da JUCEMA em uma única base de dados, não foi implementada em função do processo licitatório não ter sido concluído, muito embora o processo ter iniciado em fevereiro de 2013, mas após a conclusão do certame, está prevista a efetivação da ação neste ano de 2014.

Estão dispostas desta forma as realizações do exercício 2013:

Quadro 64 – Resultados do Programa/Ações 2013

Programas/Ações	Meta 2013	
	Prevista	Realizada
Programa 122 - Registro das Atividades Mercantis		
Ação 1766 - Regionalização da JUCEMA	Implantação de 02 Escritórios Regionais	Implantação de Açailândia e Presidente Dutra foi antecipado no final de 2012.
Ação 4364 - Registro Mercantil	82.340 Documentos Protocolados	79.446 Documentos Protocolados
Ação 4008 - Registro Itinerante	1.040	Ação 4008 foi absolvida pela 4664
Ação 4580 - Revitalização do Acervo da JUCEMA	170.997 Prontuários consolidados	Com pendência

* Aguardando finalização de processo licitatório em trâmite na CCL

O Programa Registro de Atividades Mercantis atingiu em 2013 a meta financeira no valor de R\$4.530.764,96 (quatro milhões quinhentos e trinta mil setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

INSTITUTO DE METROLOGIA – INMEQ/MA

Quadro 65 - Desempenho da Ação 2742 – Serviços Técnicos Metrológicos, no ano de 2013

Ação	Descrição	Executado
2742 - Serviços Técnicos Metrológicos	Assegurar que os instrumentos de medição e pesagem sejam seguros para o uso.	96,20%

Em 2013 foram realizadas as verificações de 88.722 instrumentos de medição por todo o Estado, visitando 206 dos 217 municípios. Vale destacar a verificação de cronotacógrafos (dispositivos responsáveis por registrar a velocidade dos veículos de carga e transporte de passageiros), onde fiscalizamos 10.183 veículos no ano, sendo que destes, 2.356 estavam em situação irregular.

Partindo do fato que em 2013 o numero de equipes de fiscalizações não cresceu em relação a 2012, podemos considerar a manutenção dos números de serviços realizados como um indicativo positivo. Outro fator que reforça a constante melhora das atividades dessa gestão é o crescente numero de multas aplicadas (processo homologados) que nos remete a um trabalho mais criterioso e dentro das normas do INMETRO.

Ressaltamos, por fim, que o INMEQ/MA destacou-se em nível nacional, sendo o órgão delegado do INMETRO que mais cresceu em 2013, onde alcançou a maior Arrecadação comparativamente aos anos anteriores, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 13 - Arrecadação Geral do INMEQ/MA



Quadro 66 - Demonstrativo dos Indicadores de Resultado no Período 2009-2013

INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013
Número de Veículos Fiscalizados por cronotacógrafo (Unidade)	-	-	-	189	10.183
Receita Alcançada no Ano (R\$)	4.137.527,97	4.802.334,13	5.235.670,01	5.788.587,97	7.648.417,98
Taxa de Crescimento da Receita de Serviços Metrológicos (%)		16	9	11	32

Na análise dos principais indicadores de resultado do INMEQ/MA no período compreendido entre 2009-2013 destaca-se a fiscalização de cronotacógrafos a qual só teve inicio a partir do mês de dezembro de 2012 e, em 2013, foi realizada com eficiência ao longo de todo o ano, sendo hoje importante serviço deste Instituto de modo a garantir a confiabilidade das medições.

Quanto ao crescimento da taxa da receita de Serviços Metrológicos, tal desempenho é reflexo de uma melhor gestão das ações fiscalizadoras, inclusive em atividades antes não fiscalizadas, bem como o crescente número de multas aplicadas (processos homologados), caracterizando um trabalho mais criterioso dentro das normas do INMETRO.

3.2.14. Função: Comércio e Serviços

3.2.14.1 Secretaria de Estado do Turismo - SETUR

A atuação das Políticas Públicas do Turismo são fundamentadas na Lei Geral de Turismo 11.771/08 de 17 de setembro de 2008 que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo, definindo as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, traçando as ações descentralizadas com o acompanhamento e aplicação das metas desenvolvidas no Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (PNT 2007-2010). Assim como determinada pelas diretrizes das políticas estaduais e executada através do Plano Plurianual (PPA).

Este relatório conterá dados para subsidiar a análise funcional e programática demonstrando o desempenho anual e temporal das funções públicas desta Secretaria de Estado do Turismo e contempla os aspectos da atuação do Poder Executivo no exercício de 2013, no âmbito do Turismo.

O Programa Mais Turismo justifica-se pela necessidade de melhorar, ampliar e divulgar a oferta turística do Maranhão, colocando no mercado, produtos de qualidade e competitivos, considerando a diversidade cultural, ambiental e contemplando as

diferentes regiões turísticas do Estado e visando a contribuição do setor como fator de maior equidade social, potencializando o impacto positivo sobre a qualidade de vida das comunidades e da experiência turística dos visitantes, tem por objetivo estruturar o turismo de forma sustentável. O público alvo são os turistas, empreendedores e comunidades com potencial turístico. O programa está inserido na Função Comércio e Serviços e subdivide-se em 07 (sete) Ações.

Quadro 67 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Comércio e Serviços

Código	Descrição	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0522	MAIS TURISMO	10.585.000,00	8.475.748,78	7.904.695,36	7.740.189,98	5.314.070,00	7.718,14
AÇÕES							
2737	Promoção e Divulgação do Destino Maranhão	2.595.000,00	1.386.175,50	1.211.085,52	1.143.085,52	1.143.085,52	
3026	Ampliação e Melhoria da Infraestrutura	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4211	Dinamização de Unidades Turísticas	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4318	Capacitação e Qualificação de Profissionais do Setor Turístico	400.000,00	350.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	
4319	Incentivo à formatação de Serviços Turísticos	300.000,00	317.573,27	217.573,27	214.673,27	214.673,27	
4320	Segmentação e Formatação de Serviços Turísticos	200.000,00	170.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	
4450	Gestão do Programa	6.085.000,00	6.247.000,01	6.156.036,57	6.062.201,19	3.636.081,21	
4661	Expansão da Atividade Turística	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL							

Conforme demonstrado no Quadro acima, 91,3 % das despesas liquidadas em 2013 na Função Comércio e Serviços ocorreram no Programa Mais Turismo, que atua com o objetivo de aumentar e fortalecer as ações de turismo no maranhão. A execução orçamentária em 2013 atingiu 91,3% (R\$7.740.189,98) do total dos recursos disponibilizados (R\$8.475.748,78). Dessa execução orçamentária 71% foram destinados à implementação de ações e 29% com pessoal.

Dos recursos disponibilizados da ordem de R\$8.475.748,78 em 2013, o Ministério do Turismo repassou R\$ 330.748,28(4%) para execução de convênios.

Verifica-se a execução nas subfunções típicas da Função Comércio e Serviços. Para o Plano de Ação de 2013 foram definidos os indicadores, as metas e os responsáveis de cada iniciativa ou ação, além de demonstrar o vínculo das mesmas com o PPA e LOA.

As metas foram distribuídas bimestralmente ao longo do ano seguindo o modelo governamental de disponibilização da cota.

A Estratégia de Implementação das Ações se deu por meio da execução dos projetos e ações contidos no Plano Operacional de Desenvolvimento e no Plano Operacional de Marketing do Plano Maior 2020 distribuídas nas 07 ações do Programa Mais Turismo. As ações de Capacitação, Incentivo, Segmentação e Promoção seguiram 08 eixos, são eles: Gestão Descentralizada, Planejamento e posicionamento do mercado, qualificação profissional, dos serviços e da produção associada, empreendedorismo e promoção de investimentos, Infraestrutura Turística, Informação ao Turista, Promoção e apoio a comercialização e Monitoramento e como resultados podemos apontar o remapeamento das regiões turísticas do Estado, que em 2013, o Ministério do Turismo reconheceu os 10 Polos Turísticos e os 68 municípios que os compõem como destinos turísticos e para esse trabalho a Secretaria de Turismo se comprometeu com a reorganização, estruturação desses municípios, para que os mesmos possam se fortalecer e se

posicionar como destinos competitivos nos mercados nacionais e internacionais, com produtos inovadores e qualidade nos serviços oferecidos.

Abaixo algumas ações desenvolvidas:

Pronatec Copa na Empresa: Realização de 15 cursos de Idiomas nas cidades de São Luís e Barreirinhas, capacitando 225 alunos atendendo um universo de 22 empresas.

Plano Maior na Academia: Disseminação do Planejamento Estratégico do Maranhão para o público acadêmico, com o objetivo de promover a formação de Grupos de Trabalho na Academia para analisar de forma crítica as ações previstas no Plano Maior 2020 e propor ações que viabilizem o alcance dos objetivos elencados no Plano.

Instâncias de Governança Regional: Criação do Fórum Lençóis Maranhenses e suporte técnico no Fórum São Luis

Qualistur: Projeto de qualificação dos municípios turísticos. Atendimento em 06 municípios com abrangência de 400 pessoas.

Sensibilização e Cadastramento das empresas prestadoras de turismo - Anteriormente à realização dos eventos faz-se necessário promover a sensibilização dos atores locais, verificando in loco as características de cada município chave do Polo e as relações de governança e ordenamento turístico existentes no território. Esta sensibilização e verificação dos processos servem de subsídios às atividades pretendidas. Foram realizadas visitas Técnicas nos 10 (dez) polos turísticos para levantamento de informações, sensibilização e mobilização, sendo disponibilizados 10 (dez) dias por mês, durante 09 (nove) meses e Elaboração do Mapa Estratégico da SETUR-MA e Plano de Ação 2013/2014, com metas e resultados previstos.

Cada Polo atendido adquire conhecimento suficiente para gerar um Plano de Ação com metas de curto e médio prazo e ações a realizar no período alvo do Projeto.

As ações desenvolvidas neste setor buscam aprimorar as informações visando a elaboração de Marcos Legais na forma de minuta de lei que prevê a institucionalização do Programa de Regionalização do Turismo no Maranhão e a constituição formal dos Polos Turísticos do Estado, bem como minuta dos critérios de reconhecimento dos municípios que integram o Programa de Regionalização do Estado do Maranhão.

Participação em Fóruns, Workshops e Feiras Nacionais e Internacionais

O Maranhão participou de 1 Feira Internacional e 10 Feiras e Eventos Nacionais, divulgando os três Polos Indutores: São Luís, Lençóis Maranhenses e Chapada das Mesas. Esses eventos tiveram um público total de 113.770 visitantes, dentre eles agentes de viagens, hotéis, pousadas, guias de turismo, turismólogos, instituições públicas, operadores de turismo, associações, sindicatos e imprensa.

II Encontro de Turismo do Maranhão

Entrega dos certificados dos Destinos Turísticos aos 68 municípios contemplados no mapa estadual da regionalização do turismo, Encontro com os Gestores Públicos do Turismo, Reunião com os interlocutores regionais e municipais, fortalecendo a rede, Lançamento do Programa Viaja Mais Melhor Idade, II Seminário do Plano Maior na Academia e Palestras e Oficinas para o trade turístico.

Apresentar os resultados da implementação das políticas públicas do Turismo no Maranhão. Tais como: Implementação do Plano Maior 2020; Redirecionamento do Plano Nacional de Turismo no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo; Remapeamento das Regiões Turísticas do Maranhão – 2013; Institucionalização dos Polos Turísticos; Capacitação dos Gestores Públicos; Qualistur – A importância do Turismo no município; Pronatec Copa na Empresa – 15 turmas de Idiomas (São Luís e Barreirinhas); Organização e Gestão dos Polos Turísticos - FORUM DE DESENVOLVIMENTO DO POLO SÃO LUÍS: Palestra sobre LEI

GERAL DO TURISMO; Capacitação dos gestores municipais; Curso de Elaboração de Projeto; Curso de Captação de Recursos; Consultoria para reorganização do Fórum à realizar em novembro. INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES - Mobilização dos novos atores da Instância; Missão Técnica nos 04 municípios turísticos que compõe o Polo; Reunião para a Formação da Instância; Reunião de Elaboração do Regimento Interno; Formalização do Fórum de Turismo Lençóis Maranhense agendado para novembro; INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DA CHAPADA DAS MESAS - Reunião de LEI GERAL DO TURISMO; Reunião – Nova estruturação do Programa de Regionalização; Consultoria para Formalização da Instância;

Lançamento do 2º Programa Viaja Mais - O Viaja Mais Melhor Idade é uma iniciativa do Ministério do Turismo que visa promover a inclusão social de pessoas a partir de 60 anos, de aposentados e de pensionistas, proporcionando-lhes oportunidades de viajar e de usufruir os benefícios da atividade turística, como forma de fortalecimento do setor de turismo no Brasil.

Quadro 68 – Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no Período de 2009-2013

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	FONTE
Número de destinos turísticos apoiados- Unidade	09	10	10	10	10	SETUR
Número de prestadores de serviço turísticos regularmente cadastrados- Unidade	498	679	833	964	1024	MTur
Taxa de hospedagem em alta e baixa estação - %	61,69	60,30	63,58	60,75	*53,75	SETUR- MA *SETUR- SLZ
Atendimento de Informação ao Turista nos Postos de Informações	*62.907	19.457	14.555	13.858	18.068	SETUR-MA
Realização de Eventos no Centro de Convenções – Número de Pessoas	*19.457	62.907	32.240	57.270	48.800	SETUR-MA
Fluxo de Turistas - *Fluxo estimado	2.042	2.519	2.553	*2.680		SETUR-MA
TOTAL						

*Informação de 2007-2009

Os destinos turísticos maranhenses correspondem aos pólos turísticos que evoluíram de 09 para 10 reconhecidos no Remapeamento dos Destinos Turísticos do Brasil, em 2013, promovido pelo Programa de Regionalização, do Ministério do Turismo. O número de destinos turísticos apoiados é resultado da implementação das políticas públicas para a regionalização da atividade turística que agrupa vários municípios por proximidade, similaridade de atrativos e/ou capacidade de infraestrutura para recepção do turista. São 68 municípios, atendidos pela SETUR, agrupados nos pólos: São Luís, Lençóis, Munin, Delta das Américas, Floresta dos Guarás, Cocais, Chapadas Das Mesas, Amazônia Maranhense e Serras, Guajajaras, Timbiras e Kanela. A evolução de prestadores de serviços turísticos (Pessoa física e pessoa jurídica) formalizados cresceu a partir de um trabalho de sensibilização nos municípios turísticos com a ampliação das atividades nos pólos. Seguindo o modelo de Gestão Descentralizada, Compartilhada e Participativa do Ministério do Turismo, a SETUR-MA já constituiu o Conselho Estadual de Turismo (CET-MA) que é a instância estadual composta por entidades públicas com afinidade do setor e entidades da sociedade civil que representam o trade local. O conselho é composto por 02 Câmaras Temáticas, uma de Desenvolvimento e a outra de Promoção, em que são discutidos os assuntos pertinentes à atividade, sendo analisados pelos conselheiros em plenária. Os dados da ocupação hoteleira de 2013 tiveram uma baixa em função de alguns fatores externos que afetam diretamente a atividade, tais como: aeroporto improvisado em tendas em 2012, mídia de praias poluídas e falta de segurança e a ausência de recursos para execução do Plano de Mídia.

O volume crescente de atendimento a turistas nos Postos de Informações fortalece a necessidade de manter a ação, pois a maioria dos turistas que respondem a pesquisa nos Postos da Praia Grande, Aeroporto e Rodoviária, informa que estão vindo por conta própria e que precisam de informações sobre os equipamentos e produtos turísticos do Estado.

Não foi possível mensurar o fluxo de turistas no ano de 2013, pela ausência de pesquisas no período de baixa e alta estação do destino.

⌚ ANÁLISE DAS AÇÕES MAIS RELEVANTES

Implementação do Plano Maior 2020:

O Plano maior 2020 traz em seu arcabouço um grande desafio para o poder público: reposicionar o Maranhão no roteiro turístico nacional, uma vez que, os resultados dos investimentos feitos pelo planejamento organizado pelo Plano Maior 2010 não foram dados continuidade nos governos pós 2002, ficando o estado a receber os benefícios advindos desse grande investimento que foi o Plano Maior 2010. Esse quadro resultou em mudanças mercadológicas para o turismo maranhense, uma vez que o Plano Maior 2010 foi abandonado, as estratégias traçadas apontavam para um produto consumido pelo mercado nacional e internacional e o Maranhão qualificado entre as grandes opções do roteiro turístico nacional, entretanto o que se pode observar é que o público consumidor final do produto Maranhão é marcadamente o regional, com ênfase, ao próprio maranhense e o número de visitantes de outros Estados e do Exterior diminuíram gradativamente, na mesma proporção que não houve o planejamento das atividades e novos investimentos.

Foi determinante a decisão da Secretaria de Estado do Turismo em diagnosticar essa atividade e a partir dessa realidade elaborar o Plano Maior 2020 que avança para a requalificação dos polos turísticos, agora divididos em Indutores, Estratégicos e em Desenvolvimento, propondo ações para a melhoria do produto Maranhão a partir de seus atrativos e a organização interna da atividade para a formatação de um produto que atenda as exigências dos mercados emissores.

A participação em workshops, fóruns e feiras nacionais e internacionais teve uma diminuição em 2013 em virtude da priorização das ações a serem executadas com a dotação orçamentária disponível, o que resulta na diminuição dos indicadores de

turismo em função da pouca promoção e divulgação do produto Maranhão. É essa uma das estratégias que garantem a fixação de uma imagem positiva de um destino junto aos mercados emissores.

3.2.15. Função: Energia

3.2.15.1. Secretaria de Estado de Minas e Energia - SEME

Como a produção de Energia e a Mineração não escolhem territórios específicos para se implantarem, o desenvolvimento proporcionado por esses empreendimentos possui um efeito de inclusão social significativo. Geralmente nas localidades dos investimentos não existe nenhuma infraestrutura implantada e o desenvolvimento chega de forma rápida e inesperada nessas regiões.

Com a autorização de testes pré-operacionais da Usina Termelétrica de Parnaíba/ 3.722 MW, localizada em Santo Antonio dos Lopes, do grupo empresarial ENEVA, que está se configurando como o maior complexo termelétrico a Gás Natural da America Latina. A usina produz e trata o gás natural, em Capinzal do Norte - MA. Enfim,todas essas ações garantirão a segurança energética do Estado, focando a geração distribuída no centro de carga, com o gás natural, a biomassa, a energia fotovoltaica e eólica, resíduos sólidos etc.

Para transmitir e disponibilizar essa energia, duas importantes linhas de transmissão de 230 KV foram construídas no Estado. A de Encruzo novo – Miranda II de 230 KV, com aproximadamente 240 Kma qual representa um novo ponto de suprimento a região noroeste do Maranhão e a de Ribeiro Gonçalves –Balsas, com mais de 100 KM de extensão. Os investimentos públicos e privados , na ordem de 1 bilhão de reais, possibilitaram um grande reforço na rede de distribuição da CEMAR, que hoje atende

satisfatoriamente o Estado e é considerada como uma das melhores empresas de distribuição do País. Tudo isso foi potencializado pelo grande programa de universalização de energia elétrica no Maranhão, o Programa federal Luz para Todos - LpT, que com o amplo apoio do Governo do Estado possibilitou bem mais de 300 mil ligações no estado, incluindo quase 1,5 milhões de maranhenses no sistema elétrico nacional.

O LpT mudou a fisionomia do Estado. Enquanto o resto do Brasil teve um crescimento médio de acesso à energia elétrica, entre 2005 e a 2013, superior a ordem de 1,75 %, no Maranhão esse crescimento foi superior a 13,67%.

E não foi só isso, ainda em 2012, o MME reconheceu e autorizou a transferência para a CEMAR, do maior e mais importante empreendimento de geração híbrida solar/eólico/diesel, realizado na Ilha dos Lençóis, em Cururupu - MA, viabilizado pelo MME, UFMA e pelo estratégico apoio científico do governo do Estado. O Projeto da Ilha dos Lençóis se transformou numa referência mundial em energização de áreas isoladas e permitiu ao Brasil iniciar um novo ciclo de universalização de energia nas regiões isoladas do Sistema Interligado Nacional.

Os principais projetos de mineração em curso no estado se localizam na região hidrográfica do Turiaçu, onde a Mineradora Aurizona, instalada em Godofredo Viana, deu inicio as suas operações de extração de ouro e outros metais não ferrosos em abril/2010 e já investiu mais 100 milhões, gerando 1.200 empregos diretos e indiretos.

Quadro 69 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Energia

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0540	Geração e Disseminação da Informação Mínero-energética	1.920.000,00	1.920.000,00	1.690.125,38	1.642.019,70	589.384,16	48.105,68
3070	Elaboração de Mapas	50.000,00	52.200,00	0,00	0,00	0,00	
3071	Estudos Técnicos da Potencialidade Energética do Maranhão	150.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	
3072	Levantamento do Sistema Viário Elétrico	25.000,00	14.500,00	14.500,00	14.500,00	14.500,00	
3147	Desenvolvimento da Casa Ecológica Eficiente do Maranhão	50.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	
3151	Viabilização do Funcionamento da Usina Hidrelétrica de Itapecuruzinho	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4450	Gestão do Programa	1.505.000,00	1.671.500,00	1.493.825,38	1.445.719,70	393.084,16	
4460	Balanço Energético Estadual	30.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	
4463	Sistematização de Dados do Segmento de Petróleo e Gás	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4641	Gestão do Uso Ecoeficiente de Energia dos Prédios Públicos	35.000,00	14.800,00	14.800,00	14.800,00	14.800,00	
TOTAL		1.920.000,00	1.920.000,00	1.690.125,38	1.642.019,70	589.384,16	48.105,68

» PRINCIPAIS RESULTADOS DA PROGRAMAÇÃO FINALÍSTICA EM 2013

Balanço Energético Estadual – Desenvolvido a pesquisa de atualização do Balanço Energético do Maranhão, referenciando as possibilidades relacionadas à cadeia produtiva do segmento de petróleo e gás para disponibilizar à sociedade em geral.

Desenvolvimento da Casa Ecológica Eficiente do Maranhão – Desenvolvido o projeto conceitual a partir de três sugestões arquitetônicas. Também desenvolvido o projeto básico para Replicar e disseminar junto à sociedade em geral e segmentos empresariais a importância do aproveitamento e utilização de técnicas da arquitetura bioclimática na estruturação de unidades habitacionais ecologicamente eficientes para a garantia do desenvolvimento sustentável.

Estudos Técnicos da Potencialidade Energética do Maranhão – Desenvolvido o Estudo preliminar para futuro Mapeamento e publicização das áreas de grande potencial para geração de energia a partir da incidência solar, da força das marés e da força hidráulica incidentes no Estado. O mapa Eólico - da força motriz dos ventos- desonerou o Estado por ter sido patrocinado pela empresa BIOENERGY, como resultado de cooperação técnica realizada diretamente com o governo do Estado. Também foi desenvolvido workshop dos estudos técnicos do Projeto da Usina Piloto do Bacanga, sobre a geração de energia resultante da força das mares no estuário do Rio Bacanga na Ilha do Maranhão.

Levantamento do Sistema Viário Elétrico – Desenvolvido o Mapeamento, Georeferenciado e divulgado todo o Sistema Viário elétrico do Estado demonstrando a cobertura e o acesso às estruturas de postes, sistemas de transmissão, de distribuição e de geração.

Gestão do Programa – Agregadas as despesas que comprovadamente contribuem para o objetivo do programa, mas não são passíveis de apropriação direta nas demais ações do próprio programa, garantido a especificação da despesa associando-as aos objetivos do programa. Todavia a SEME estabeleceu acordo de cooperação técnico científica para seus servidores, junto a Universidade Federal do Maranhão, o que vem a dinamizar o potencial dos mesmos em especial na área dos conhecimentos sobre geração, distribuição, transmissão e consumo de energia no território do Maranhão.

Gestão do Uso da Gestão ecoeficiente da Energia de prédios públicos – Desenvolvido o Diagnóstico, para inventariar e gerir o consumo de energia dos prédios públicos com ecoeficiência de forma a reduzir os desperdícios dos mesmos e consequentemente o incentivo à economia de despesas governamental.

3.2.16. Função: Transportes

3.2.16.1 Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFRA

As rodovias estaduais tem importância relevante e estratégica para a interiorização das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social do Maranhão. Suas interligações com as demais rodovias, especialmente as de jurisdição federal, permitem a integração dos municípios com a Região Metropolitana da capital, o Complexo Portuário do Itaqui, os Terminais do Modal Ferroviário (Ferrovia Norte-Sul, Transnordestina e Estrada de Ferro Carajás) e as regiões dinâmicas de desenvolvimento, impulsionadas pelos grandes empreendimentos privados instalados e outros a serem instalados no Estado.

Existem aproximadamente 8.240 km de rodovias implantados, estando 4.710 km pavimentados e os 3.530 km restantes não pavimentados ou em pavimentação. Serão investidos R\$ 323 milhões com recursos do Tesouro Estadual para a conservação e restauração das rodovias pavimentadas até 2014.

A meta do Governo do Estado para as obras de pavimentação nesse mesmo período é de 1970 km, representando 56% do total não pavimentado, sendo 370 km financiados com o recurso do Tesouro Estadual e 1.600 km, com empréstimo do BNDES, por meio do Programa Via Maranhão

Quadro 70 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Transporte

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0137	Construção e Melhoria de Equipamentos Urbanos	2.000.000,00	1.300.000,00	587.338,36	310.102,64	310.102,64	42.505.907,42
4629	Pavimentação de Vias Urbanas	2.000.000,00	1.300.000,00	587.338,36	310.102,64	310.102,64	
0531	Logística e Transportes	243.988.982,00	639.794.486,70	360.135.355,75	244.306.297,19	234.229.847,97	43.539.222,79
1752	Construção e Melhoria de Aeródromos	200.000,00	373.718,00	371.943,36	0,00	0,00	
1754	Construção e Melhoramento de Pontes	700.000,00	4.553.531,00	4.052.703,64	3.201.549,50	3.201.549,50	
3014	Restauração de Rodovias	36.583.374,00	98.171.834,00	82.621.858,50	61.840.235,31	61.381.545,76	
3015	Implantação e Melhoramento de Estradas Vicinais	7.050.000,00	3.450.000,00	0,00	0,00	0,00	
3093	Implantação, Melhoramentos e Pavimentação de Rodovias	21.000.000,00	308.734.511,00	88.742.498,35	57.096.388,38	56.074.256,15	
3094	Implantação da Via Expressa	30.000.000,00	73.178.397,19	68.497.406,92	58.022.301,16	54.317.605,60	
3095	Implantação da Avenida Metropolitana	50.000.000,00	49.933.310,00	28.986.536,12	3.425.536,36	2.365.000,00	
3096	Construção e Melhoramento de Diques e Barragens	20.000.000,00	32.402.746,00	27.476.439,17	27.476.439,17	27.476.439,17	
4450	Gestão do Programa	24.600.000,00	36.675.831,51	32.355.986,36	23.239.144,83	20.413.243,51	
4495	Conservação de Diques e Barragens	500.000,00	190.000,00	139.002,37	139.002,37	139.002,37	
2705	Conservação de Pontes	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	
4287	Conservação e Manutenção de Rodovias	40.500.000,00	23.500.000,00	20.370.459,46	7.341.025,68	6.554.742,36	
4288	Conservação de Estradas Vicinais	9.900.000,00	5.720.000,00	4.660.452,33	774.432,16	669.432,16	
4450	Gestão do Programa	2.455.608,00	2.410.608,00	1.860.069,17	1.750.242,27	1.637.031,39	
TOTAL		245.988.982,00	641.094.486,70	360.722.694,11	244.616.399,83	234.539.950,61	86.045.130,21

A dotação orçamentária prevista para o exercício de 2013 foi de R\$ 641.094.486,70. Desse total, o valor empenhado foi R\$ 360.722.694,11, equivalente a 56,26% do total previsto. Enquanto que deste total foi liquidado o valor de R\$ 244.616.399,83, o que representou 67,81% do total empenhado, sendo do montante executado na função TRANSPORTE no ano de 2013, um percentual de 26,20% foi investido na restauração da malha rodoviária pavimentada do Estado; 47% foi investido na implantação e pavimentação de trechos rodoviários ainda em leito primário – aí incluída a VIAEXPRESSA; 12% no prolongamento do Espigão e Urbanização da Península da Ponta D'Areia.

Os recursos utilizados foram oriundos do Tesouro Estadual, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE e Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES.

Principais obras concluídas no ano:

- Pavimentação: MA-119, trecho: Vitorino Freire / Altamira do Maranhão – 29km;
- Pavimentação: MA-327, trecho: Santana do Maranhão / Entrc. MA-034 – 25km;
- Pavimentação: MA-328, trecho: Jenipapo dos Vieiras / Entrc. BR-226 – 19km;
- Restauração: MA-335, trecho: Porto Franco / Paraíso – 42km;
- Restauração: Acesso, trecho: Entrc. BR-010 / Davinópolis – 8km;
- Restauração: MA-034, trecho: Buriti de Inácia Vaz / Duque Bacelar / Coelho Neto – 21km;
- Restauração: MA-034, trecho: Cana Brava / Tutóia – 39km;
- Restauração: MA-034, trecho: Caxias / Povoado Baú - 41km;

- Restauração: MA-216, trecho: Entrc. MA-014 (Povoado Santeiro) / Penalva – 25km;
- Restauração: MA-317, trecho: Entrc. MA-014 / Cajari – 14,52km;
- Implantação da Via Expressa – Em Andamento;
- Implantação da Avenida Metropolitana – Em andamento;
- Prolongamento do Espigão e Urbanização da Península da Ponta D'areia – Em andamento.

Quadro 71 - Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no período de 2009-2013

Indicador	2013	2009	2010	2011	2012	Fonte
Rodovia Estadual Pavimentada (Km)	157,38	-	133,08	177,61	162,87	SINFRA
Número de Sedes Municipais com Acesso por Asfalto (Und)	203	181	186	193	197	SINFRA
Rodovia Estadual Restaurada (Km)	161,77	-	265,56	594,44	95,10	SINFRA

O comportamento positivo dos indicadores referentes à pavimentação de rodovias e número de sedes municipais com acesso por asfalto mostra uma evolução positiva em relação aos acessos às sede municipais pois o Governo do Estado vem fazendo grande esforço para que todas as sedes municipais tenham acesso por rodovia asfaltada. Em 2013 chegou-se a 203 municípios com essa característica e no decorrer do ano em curso, a pavimentação dos 14 trechos que permitirão tal meta, estará concluída.

O comportamento do indicador referente restauração de rodovias mostra que o Governo do Estado mantém uma política de restauração da malha rodoviária estadual pavimentada visto que as rodovias estaduais têm importância estratégica e relevante para a interiorização das políticas de desenvolvimento estadual e suas interligações com as demais rodovias.

3.2.17. Função: Desporto e Lazer

3.2.17.1 Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEDEL

O processo de socialização do Homem passa pelo Desporto e pelo Lazer, verificando-se que as atividades desportivas estão relacionadas com o desenvolvimento social, pois a prática do desporto e do lazer é um grande fenômeno de coesão social.

A Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL tem como sua área de atuação o esporte e como função de governo o “DESPORTO E LAZER”, em suas manifestações de educação, de lazer, e de rendimento como elemento de transformação do homem no mundo contemporâneo, com seus aspectos inclusivos, utilizando-os como instrumentos de desenvolvimento social.

Quadro 72 - Programação e Execução Orçamentária por Programas Finalísticos e Ações do PPA 2012-2015, Exercício 2013 na Função Desporto e Lazer

PROGRAMAS FINALISTICOS/AÇÕES		Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Liquidados	Valores Pagos	Inscrição em RP Não Processados
0532	Excelência no Esporte	21.091.850,00	37.115.413,97	19.650.031,19	15.533.936,89	11.980.701,78	463.533,69
2029	Manutenção dos Espaços de Desporto e Lazer	3.670.000,00	4.520.000,00	3.993.602,63	3.414.473,70	2.737.785,59	
2697	Apoio às Federações e Ligas Esportivas	4.065.000,00	6.471.767,19	5.510.898,55	5.110.673,55	4.860.673,55	
2699	Promoção e Apoio ao Desporto Educacional	6.248.850,00	8.816.811,60	2.969.586,44	2.949.803,44	2.949.803,44	
3048	Construção, Ampliação, Reforma e Modernização das Instalações Esportivas	7.030.000,00	17.306.835,18	7.175.943,57	4.058.986,20	1.432.439,20	
4583	Pesquisa e Desenvolvimento do Esporte	78.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0561	Viva Lazer	450.000,00	150.000,00	149.664,95	149.664,95	149.664,95	
2700	Promoção e Realização de Atividades de Lazer - Lazer para Todos	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2701	Apoio às Iniciativas e Eventos de Lazer Comunitário - Maranhão Feliz	150.000,00	150.000,00	149.664,95	149.664,95	149.664,95	
TOTAL		21.541.850,00	37.265.413,97	19.799.696,14	15.683.601,84	12.130.366,73	463.533,69

*Fonte: BO de 14/03/2013

Quadro 73 - Demonstrativo dos Indicadores de Resultados no Período 2009-2013

INDICADOR	2013	2009	2010	2011	2012	FONTE
Pessoas atendidas com Lazer comunitário	33.980	45.200	20.700	36.750	26.650	Rel. Gestão SEDEL
Número de alunos da rede de ensino atendidos	60.100	37.860	41.119	50.050	52.240	Rel. Gestão SEDEL
Número de atletas atendidos	5.680	8.570	6.925	6.620	10.094	Rel. Gestão SEDEL

Programa 0532 – Excelência no Esporte

Os valores liquidados representam 79,05 % dos empenhos emitidos. O que contribuiu para esses números foi o grande número de convênios e de Emendas Parlamentares, formalizados no final do exercício, cujo impacto financeiro, em função do cronograma estabelecido, deverá ocorrer a partir de 2014. Com esses recursos foi possível a realização dos XLI Jogos Escolares Maranhenses - JEMs 2013, com 57.400 alunos/atletas, 1.300 escolas participantes de 78 municípios (maiores números alcançados em todas as edições). Conforme Quadro acima, observamos que número de alunos da rede de ensino atendidos foi o que apresentou o melhor desempenho entre os demais, caracterizado pelo constante aperfeiçoamento do modelo de gestão do principal Projeto da SEDEL, os Jogos Escolares Maranhenses – JEMs.

Além da manutenção dos 19 espaços de esporte e lazer da SEDEL, com importância especial a manutenção da maior Praça Esportiva do Estado, o Estádio Castelão que foi palco de jogos decisivos para a ascensão do Sampaio Correa à 2ª Divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol.

Quadro 74 - Valores liquidados por fonte de Recurso – Programa 0532.

Fonte	Valor em R\$	% Liquidado
0101	13.235.474,43	0,85
5101	-	0,00
5301	63.672,44	0,00
0111	148.513,94	0,01
0311	567.226,62	0,04
0113	1.230.282,27	0,08
0313	288.767,19	0,02
TOTAL	15.533.936,89	1,00

Os recursos liquidados totalizam um valor de R\$ 15.533.936,89 (Quadro 74) correspondendo apenas a 41,9% da dotação atualizada (Lei+Crédito) do programa. É importante frisar que 85% desse montante é recurso ordinário (tabela 3) e apenas 15% de recursos federais. Entre estes 10% é referente ao recurso obtido por meio da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, ou Lei Pelé, que por meio deste proporcionou o atendimento de mais de cinco mil atletas e aumentou o atendimento de alunos da rede de ensino.

Programa 0561 – Viva e Lazer

Com a realização do “Projeto Maranhão Feliz!”, foram capacitados de 1.000 agentes em esporte e lazer, com a função de multiplicar o projeto nas comunidades contempladas, foram implantados 5 (cinco) núcleos de esporte e lazer nos municípios, aproximadamente 60.000 participantes nos eventos realizados nas comunidades da capital e de mais 08 municípios maranhenses. Na Subfunção Lazer, observa-se que a Ação 2701 - Promoção e Apoio ao Desporto Educacional, apresentou o maior percentual de execução financeira, os valores liquidados representam 100% dos empenhos emitidos, o que resultou em mais de 33 mil pessoas atendidas com lazer comunitário, conforme o Quadro 70.

Em contrapartida a ação 2700 – Promoção e Realização de Atividades de Lazer - Lazer para Todos, não teve nenhum empenho ou liquidação de recursos. O que nos faz atentar a importância da permanência desta ação na programação do Órgão, ou não.

Quadro 75 - Valores liquidados por fonte de Recurso – Programa 0532

Fonte	Valor em R\$	% Liquidado
0101	149.664,95	1,00
5101	-	0,00
5301	-	0,00
0111	-	0,00
0311	-	0,00
0113	-	0,00
0313	-	0,00
TOTAL	149.664,95	1,00

O presente programa apresenta uma liquidação não só de 100% de seus empenhos, mas também na sua execução em recursos ordinários, conforme Quadro acima.

Quadro 76 - Função Desporto e Lazer - Valores Liquidados por Subfunção no período de 2009-2013

Função	Subfunção	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
DESPORTO E LAZER	Administração Geral – 122	5.071.194,55	8.049.271,72	6.287.459,50	7.222.023,40	7.777.820,23	34.407.769,40
	Desporto Comunitário – 812	13.168.391,98	4.747.467,55	8.384.595,68	20.833.152,71	10.423.263,34	57.556.871,26
	Desporto de Rendimento – 811	3.132.714,08	2.407.883,22	2.086.175,11	4.741.648,80	5.110.673,55	17.479.094,76
	Lazer - 813	3.649.001,10	326.102,01	641.066,93	333.905,56	149.664,95	5.099.740,55
	Outras – 244 e 333	-	26.053.459,42	652.630,13	-	-	26.706.089,55
TOTAL		25.023.310,71	41.586.193,92	18.053.938,35	33.132.742,47	23.463.435,07	141.249.565,52

No ano de 2013 a subfunção Desporto de Rendimento, na Ação 2697 - Apoio às Federações e Ligas Esportivas, teve os valores liquidados que representam 92,74% dos empenhos emitidos (Quadro 74). Analisando ao longo dos anos de 2009 a 2013 identificamos que houve um aumento de quase 2 milhões de reais liquidados, conforme tabela acima. Já a subfunção Desporto Comunitário observa-se que na Ação 2699 - Promoção e Apoio ao Desporto Educacional, os valores liquidados representam 99,33% dos empenhos emitidos (Quadro 74). Esse percentual se deu em face da formalização de um único convênio e de ações diretas para o Esporte Educacional. Nesta subfunção vimos na tabela supracitada que em 2012 teve um empenho de quase 21 milhões de reais.

Este gasto foi executado principalmente por meio de transferências aos municípios na ação 3048 - Construção, Ampliação, Reforma e Modernização das Instalações Esportivas, onde 38 unidades de espaços esportivos foram beneficiados.

Contudo, observamos que a mesma ação no ano de 2013, apresentou o menor percentual de execução financeira, os valores liquidados representam 56,66% dos empenhos emitidos (Quadro 74). Tal resultado ocorreu em virtude de alguns convênios de Emendas Parlamentares terem sido formalizados no final do exercício, cujo impacto financeiro, em função do cronograma estabelecido, deverá ocorrer a partir de 2014.